



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



MINISTÉRIO DA DEFESA — O
Pensamento do Ministro Zenildo de
Lucena

FORÇAS ARMADAS EM TEMPO DE
PAZ: REFLEXÕES
Dacyr Pizzotti Minervino

Nº 760
ABR/JUN-93

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redação — Praça Ypiranga, 100 — Rio de Janeiro, 11 — Caixa Postal 100

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Bertando Klingel, Ezequiel Lello de Carvalho, Jacinto de Sousa Reis (coordenador), Francisco de Paula Clode, Maria Clementino Lima e Silva, Paulo Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcanti, Ruy de Figueiredo, Tancredi, Antonio Villa Nova, Marcel de Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)



NOSSA CAPA

"O Fosso, Batalha de Tuiuti", óleo de Trevisan, acervo do 3º GAC AP, "Grupo Mallet", de Santa Maria, RS (reprodução fotográfica). Reverência ao 24 de maio de 1866.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Div Sergio Ruschel Bergamaschi
Diretor-Secretário:	Cel Arismar Dantas de Oliveira
Diretor-Administrativo:	Ten Cel Marco Antonio Cunha
Diretor-Tesoureiro:	2º Ten Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt
Conselheiros:	Cel R/1 Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel Cav Salim Nigri Ten Cel Inf João Vicente Barboza Cap Gil Faria
Suplentes:	Ten Cel Paulo Roberto Monteiro Araujo Maj Décio Coelho 1º Ten Francisco de Assis Carvalho Vilanova

Revista *A DEFESA NACIONAL*

Redator-Chefe:	Gen Bda Reynaldo Paim Sampaio
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis CMG José Correia de Sá e Benevides Cel R/1 Claudio Moreira Bento Cel R/1 Luiz de Alencar Araripe Ten Cel João Roberto de Oliveira Professor Jorge Boaventura

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinatura anual (4 números) exterior e número avulso, ligar para *A Defesa Nacional*
Tel.: (021) 253-4628

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

REDAÇÃO: Pça Gen Tibúrcio, 125 — CEP 22290-270, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel.: (021) 542-5646 r 204/205 — FAX/ECEME 5425454

ADMINISTRAÇÃO: Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25 — CEP 20221-260,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados, que não necessariamente refletem a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Aceita-se colaboração de civis e militares, tanto em serviço ativo como na reserva ou reformado e também intercâmbio com publicações nacionais e estrangeiras.

EDITORAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA: Biblioteca do Exército



MINISTÉRIO DA DEFESA — O pensamento do Ministro Zenildo de Lucena

Pronunciamento realizado pelo Ministro do Exército, no dia 9 de dezembro de 1992, na Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Matéria extraída do *Noticiário do Exército* nº 8.551, de 21 de dezembro de 1992.

A discussão do tema “Ministério da Defesa” pressupõe a consciência de que é de interesse nacional perseguir uma solução capaz de proporcionar a máxima eficácia na administração, no planejamento e no eventual emprego das Forças Armadas.

Louvável, pois, a iniciativa da Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, convidando-me para apresentar as idéias do Exército Brasileiro a propósito da relevante matéria. Atendo com satisfação e renovado interesse, compreendendo que a troca de informações entre o segmento militar e ilustres representantes desta Casa amplia e consolida um necessário espaço de comunicação que permite o diálogo envolvendo a Defesa Nacional.

Não é de hoje que o Exército Brasileiro se preocupa com a questão. Inú-

meros trabalhos foram elaborados ao longo do tempo, todavia, não prosperaram por injunções políticas, econômicas e militares.

Vivemos dias em que o debate democrático se faz prática constante na vida nacional.

As Forças Armadas, equilibrando-se sobre as incertezas e insuficiências orçamentárias, pensam, mais do que em qualquer outro período, em adequar suas atividades, preservando a eficiência.

O difuso quadro internacional torna nebulosas as ameaças contra as quais devam se estruturar as Forças Armadas, de modo a assegurar sua flexibilidade e, conseqüentemente, o poder de dissuasão. Nunca é demais lembrar que uma força armada vale mais pela sua capacidade de evitar uma guerra

do que, propriamente, por fazê-la.

Esse conjunto de vetores indica a oportunidade e, mesmo, a necessidade de ser aprofundado o estudo sobre a adoção do Ministério da Defesa, na medida em que venha se implantando, estimular e permitir a convergência de esforços, no rumo da eficácia plena do estamento militar, responsável último — mas não único — pela defesa do País.

Procedendo a abordagem da questão, é indispensável recordar, em largos traços, a dimensão geoestratégica do Brasil.

Soberano de um amplo território com riquezas imensuráveis, objeto de permanente atenção internacional, possui uma extensa fronteira terrestre com dez países sul-americanos. Dispõe de um litoral da ordem de oito mil quilômetros, que abriga valiosos recursos em sua plataforma continental e domina importantes rotas de navegação. Por fim, sobrejacente a todo esse universo, um espaço aéreo que cobre cerca da metade do território sul-americano.

Esses indiscutíveis fatores de importância geopolítica apontam para a inquestionável necessidade de harmonizar as formulações estratégicas dos diferentes vetores do poder militar, por intermédio de um planejamento combinado e uma compatibilização de doutrina que podem ser facilitadas pelo veículo Ministério da Defesa — órgão que poderá, também, proporcionar mais estreita convivência entre as Forças Singulares, de forma a contemplar a harmonização de atividades afins, vi-

sando à economia de meios, respeitadas, evidentemente, as peculiaridades das Forças, que decorrem de suas distintas atividades.

É igualmente forçoso reconhecer que a proposta caminha ao amparo de uma natural evolução política-militar do País e, é inegável, de uma conveniência administrativo-organizacional.

Por outro lado, qualquer formulação sobre a discutida proposta deve celebrar também um compromisso com a realidade brasileira, em suas diferentes definições: político-institucional, cultural e econômico-financeira.

A iniciativa rumo à implantação do Ministério da Defesa não pode ignorar essa realidade. Os eventuais custos não podem, em qualquer hipótese, suplantiar os benefícios decorrentes da medida.

O pensamento elaborado pelo Exército se desenvolve ao abrigo da prudência, para a formulação de um processo capaz de conduzir à efetiva integração — saliente, *integração* — entre as Forças Singulares, repousando na compreensão de determinadas *premissas básicas* abaixo explicitadas:

- é indispensável a observância de uma "*Política de Defesa Nacional*" capaz de fundamentar e legitimar o Ministério da Defesa, já que um órgão de tal expressão, ao desamparo de uma política alicerçada nos interesses maiores da Nação, corre o risco de resultar, na prática, apenas na junção das Forças Singulares, sem a necessária integração, condicionante para a eficácia; e

- a observância de uma *progressividade* na condução do processo, ca-

paz de promover, de forma paulatina, sem riscos, uma conciliação de normas, procedimentos e culturas diferenciadas.

A adoção precipitada de iniciativas que não se ajustem a tais condicionantes provavelmente conduzirá à perda de credibilidade da iniciativa e, de certo modo, poderá comprometer a eficiência das forças, ao sabor de mal conduzida transição organizacional. As possíveis imperfeições, decorrentes de uma apressada solução, gerariam distorções difíceis de serem sanadas.

Assim, a implantação por *fases* bem definidas, com objetivos a atingir em cada uma delas, é solução inteligente, que permite uma evolução gradativa orientada para uma crescente integração.

Importante ressaltar que decisão de tal complexidade, envolvendo Forças Singulares em atividades comuns, porém com peculiaridades específicas, deve ser adotada sem espaços para recuos, e assegurando permanente continuidade.

Essa desejada continuidade na condução do *processo* não aconselha uma freqüente rotatividade de seus dirigentes, por injunção de alternâncias do jogo político, característico da prática democrática.

Dentro deste raciocínio, é importante a compreensão da necessidade de atribuir ao Comandante Supremo das Forças Armadas, a autoridade e a responsabilidade pela escolha dos titulares dessas Forças e do organismo que conduza o desejado processo de sua integração.

Parece imprudente ignorar os pres-

supostos e ceder a eventuais conveniências políticas ou manifestações de suposta modernidade. Projetos que não os considerem e não consultem as expectativas e as reconhecidas necessidades das Forças certamente não traduzirão solução. Constituirão simples agregação de novas e mais complexas dificuldades, como bem salientaram os ministros militares que me antecederam na abordagem deste tema.

Outro aspecto que merece cuidadosa consideração refere-se à eventual importação de soluções. A essência cultural do Brasil e de suas Forças Armadas demonstra características absolutamente peculiares, que apontam para a busca de soluções genuinamente nacionais. Um compromisso nesta direção, a par de promover um aprimoramento do trabalho conjunto das Forças Singulares, assegura a desejada harmonização com os outros setores da vida nacional e a população brasileira, traço inalienável do pensamento castrense.

Observadas as condicionantes que acabo de expor, é oportuno propor, em seus amplos contornos, medidas capazes de levar à estruturação de um Ministério da Defesa.

Inicialmente, deve ser considerada a criação de um Grupo de Trabalho interministerial, do mais alto nível, envolvendo representantes dos Ministérios Militares e do EMFA, capaz de elaborar um plano de trabalho faseado, atento ao imperativo da progressividade. Capaz, também, de eleger as áreas de atividades afins, sobre as quais possam incidir os esforços de integração, abrindo caminho para um fu-

turo Ministério comum. Esse grupo seria o interlocutor com outros órgãos governamentais, com interesse nas questões de Defesa.

Algumas áreas já evidenciam um esforço no sentido de uma integração. Por exemplo, a padronização dos procedimentos de comunicações e a do Serviço Militar.

É certo, porém, que outras atividades podem propiciar ensaios para uma integração, tais como a de ciência e tecnologia, particularmente nos trabalhos de pesquisa e desenvolvimento e na de logística, na busca de um sistema solidário.

Assegurada a irreversibilidade do processo, seguir-se-ia, como passo natural, a criação do *Ministério* com o cuidado de conservá-lo, em seus estágios iniciais, sob a direção de um titular identificado com as particularidades dos ministérios militares. É desejável que seja capaz de vislumbrar, com clareza e oportunidade, obstáculos que, inevitavelmente, serão de frontados, e de localizar as mais objetivas e conciliadoras respostas aos desafios que surgirem.

Um trabalho assim realizado conduziria, certamente, à estrutura final para um Ministério da Defesa capaz de responder às necessidades de preparação e emprego de Forças Armadas compatíveis com a estatura geopolítica do País.

Senhores, o momento é propício para a discussão de questão tão relevante. Vivemos instante de amadure-

cimento democrático.

Assim, ao expor perante este auditório o pensamento do Exército acerca de tema tão atual, mas também controverso, manifesto permanente disposição para o debate, reconhecendo que não somos os guardiães da verdade. A exposição que acabo de apresentar contempla um profundo respeito às formulações diferentes das relatadas nesta oportunidade.

Asseguro-lhes que as idéias expostas respaldam-se nos melhores sentimentos de bem servir aos interesses de nosso País.

Compartilhamos a consciência de que as estruturas institucionais devem perseguir o aperfeiçoamento que as conduza ao nível de excelência. Fieis ao cumprimento de sua missão constitucional, as Forças Armadas, principal instrumento de respaldo para a soberania e autodeterminação, produzem segurança, ingrediente básico para a estabilidade econômica, para o bem-estar social, para a saúde cívica da nação, e desempenham, enfim, seu perene e importante papel de fiadoras da integração nacional.

Justo, pois, que aduzamos a contribuição do Exército Brasileiro à discussão da importante matéria, na compreensão e na certeza de que os membros desta Casa, como nós militares, igualmente comprometidos com a segurança da Pátria, saberão avaliar a solução que melhor atenda aos anseios das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, se harmonize com os interesses da Nação.



A MISSÃO CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS

Palestra apresentada pelo General-de-Divisão Gleuber Vieira, expressando o pensamento do Estado-Maior do Exército, no seminário "As Forças Armadas e a Defesa Nacional", patrocinada pela Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, ocorrido em agosto de 1992.

A iniciativa de realização deste seminário corresponde à saudável e esclarecida visão da Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados de que os acontecimentos e as deliberações marcantes da vida nacional devem contar sempre com a participação dos segmentos da sociedade, empenhando, cada um, sua parcela de responsabilidade e de conhecimento.

O debate sobre a destinação das Forças Armadas, que hoje conduzimos, significa, antes de tudo, um ato elogiável de participação e responsabilidade da Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Este seminário contribui para que se estabeleça um necessário espaço de comunicação que permita o diálogo fluido entre os setores aqui represen-

tados, em torno do grande tema da defesa nacional, da política de defesa e do papel do estamento militar.

Proponho-me a apresentar alguns conceitos gerais sobre Forças Armadas, a interpretar e analisar a destinação que a Constituição lhes atribui no Brasil e expor, em largos traços, como o Exército Brasileiro se organiza, se prepara e planeja seu emprego para manter-se em condições de oferecer resposta confiável à missão que lhe confere a Lei Maior.

Fundamentando a existência de Forças Armadas, não encontrei argumentação mais precisa e consistente do que aquela desenvolvida por Seabra Fagundes em seu ensaio "As Forças Armadas na Constituição". Afirmava o renomado mestre:

"As Forças Armadas constituem, em todos os Estados, elemento fundamental da organização coercitiva a serviço do direito.

"Nelas, na eficiência de sua estrutura, na respeitabilidade que as envolve, repousa a paz social, pela afirmação da ordem, na órbita interna, e do prestígio nacional, na sociedade das nações. São, portanto, os garantes materiais da subsistência do Estado e da perfeita realização dos seus fins. É em função do seu poderio que se afirma, nos momentos críticos da vida internacional, o prestígio do Estado e a sua própria soberania."

Apesar das substantivas modificações recentes no cenário internacional, ainda pleno de incertezas e indefinições, não encontro fatos que abalem as razões de Seabra Fagundes. Se da bipolaridade saltamos para uma tendência multipolar de poder, trocamos a relativa facilidade para interpretar fatos internacionais por inquietante dificuldade em realizar previsões. Deparamo-nos agora com um potencial de instabilidade pulverizado globo afora, municiado por arroubos de liberdades conquistadas e por explosões de carências e sentimentos há muito reprimidos — religiosos, étnicos, políticos, econômicos e sociais.

Esse quadro desestimula a crença de alguns no próximo enfraquecimento dos Estados nacionais, vaticínio muito ao gosto dos atores do cenário mundial, que buscam legitimar seus interesses respaldando-se em deliberações de organismos internacionais.

Desejadas e convenientes associações por aglutinação econômica, ca-

minho objetivo e pragmático para busca do desenvolvimento e bem-estar de nações, parecem não comprometer, em futuro previsível, o conceito e a compreensão dos povos sobre as nações nas quais se sentem inseridos. Percebemos hoje que a tendência para a multipolaridade alimenta as manifestações nacionalistas até então contidas, o que vem reforçar a consistência dos Estados nacionais.

E nesses, junto às demais Instituições Nacionais, as Forças Armadas prevalecem como um dos suportes do Estado.

A interpretação da missão atribuída às forças Armadas pela Constituição aconselha uma breve referência histórica.

Quase todas as constituições brasileiras, começando pela de 1824 e passando pelas de 1891, 1934, 1946, 1967 e sua emenda de 69, e chegando à atual Carta Magna, invariavelmente consignaram uma dupla missão às Forças Armadas: contra o inimigo externo que ameaça a soberania ou a integridade do território, e contra aqueles que, no interior do País, perturbem a ordem ou afrontem os poderes constitucionais e o respeito à lei. Apenas a de 1937 limita-se a conceituar as Forças Armadas, sem explicitar suas missões. Os constitucionalistas encontram razões várias para justificar essa peculiaridade.

Compreende-se que uma constante histórica não determina que seja prolongada indefinidamente a vigência de um conceito. É inteligente examinar se os parâmetros que conduziram às

formulações anteriores ainda subsistem.

Mas não é menos verdadeiro que a linha de pensamento político contida em nossas constituições, no que respeita às Forças Armadas, corresponde a uma concepção que se revelou sempre prudente, objetiva, amadurecida, e que merece meditação antes de comprometê-la por propostas ligadas a equivocadas e artificiais interpretações do que seja modernidade.

Tal concepção contemplou as Forças Armadas com responsabilidade de segurança tanto no campo externo quanto no interno, sob o fundamento de que não apenas as agressões bélicas vindas do exterior constituem ameaça à segurança do Estado. Considerou igualmente a instabilidade que possa ocorrer por ofensas ou comprometimento de necessidades e direitos básicos dos cidadãos, por contrariedade de aspirações e normas de conduta da Nação (af incluído o regime democrático), interpretadas ou estabelecidas por representantes políticos livremente escolhidos. Atentou, também, para a preservação das instituições políticas, econômicas e sociais. Considerou, ainda, o risco de comprometimento do acervo cultural e material brasileiro e, por fim, visou à defesa da União Federativa.

Não vendo razões que modifiquem esses condicionantes, considero que o texto do Art. 142 da vigente Constituição, elaborado nesta Casa ao longo do recente trabalho conduzido pela Assembleia Constituinte de 1988, permanece atual, necessário e suficiente:

"As Forças Armadas, constituídas

pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem."

Passo a interpretá-lo e analisá-lo em extensão compatível com o tempo de que disponho.

"Defender a Pátria" significa preservar a independência, a autodeterminação, a soberania enfim, para exercer os atos políticos; significa, também, assegurar respaldo para a unidade nacional, para as instituições e a integridade do patrimônio nacional, aqui abrangidos o território, os recursos materiais e os valores histórico-culturais. Em última análise, preservar os interesses vitais da Nação.

Ao conceito de soberania devemos agregar componentes atuais que tornam mais complexos os atos políticos em sua defesa, a serem respaldados pelas Forças Armadas: o acesso e a posse do conhecimento, com a necessária liberdade para empregá-lo como instrumento de progresso da sociedade brasileira. Cientes de que a posse do conhecimento da tecnologia de ponta e seu desfrute constituem hoje poderoso instrumento de poder, as potências que o detêm buscam estratificar os atuais níveis de conhecimento, manter o *status quo*, exercendo sua influência nos organismos internacionais e nos chamados "clubes de controle de tecnologia" (MTCR, Clube de Lon-

dres, Clube da Austrália, etc.).

Se, por um lado, essa política previne que as tecnologias capazes de permitir a construção de armas de destruição em massa cheguem a mãos menos confiáveis, por outro, nega às sociedades de outros países os benefícios daquelas tecnologias para o desenvolvimento e o bem-estar.

Deparamo-nos, pois, com um cenário onde é preciso buscar, com persistência e habilidade, espaço para negociar, caminhos para "garimpar" conhecimentos, em verdadeira disputa tecnológica. Ao mesmo tempo, construir vontade política nacional capaz de desenvolver tecnologias com nossas próprias potencialidades.

Paralelamente, o quadro de cooperação internacional nos leva a acrescentar que essa convivência e a participação nos grandes organismos obrigam as Forças Armadas a manterem-se preparadas para responder aos compromissos assumidos pela política exterior do País.

"Garantir os Poderes Constitucionais" traduz-se por assegurar, no quadro de um Estado Democrático de Direito, a existência e, sobretudo, o livre exercício dos poderes da República.

É um dos compromissos fundamentais de vida democrática.

Por "Garantir a Lei", entende-se assegurar, por iniciativa de qualquer um dos poderes constitucionais e, quando insuficiente ou esgotada a capacidade das demais expressões e instrumentos do poder nacional, o cumprimento da lei, dos direitos e deveres

estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

Analogamente e atendidas as mesmas exigências, "Garantir a Ordem" significa assegurar condições para o equilíbrio e a harmonia sociais, que configuram a ordem interna — mais abrangente que a ordem pública — arbitrada por lei.

É importante perceber e salientar que as participações das Forças Armadas nos campos da lei e da ordem se processam somente por iniciativa de um dos poderes constitucionais e para assegurar o ordenamento jurídico-social por eles mesmos estabelecido.

Sejamos pragmáticos e reconheçamos que, ainda que a lei fundamental não preveja a destinação "garantir a lei e a ordem", dificilmente uma sociedade, através de seus representantes legítimos, aceitaria que suas Forças Armadas se mantivessem impassíveis e inativas, em presença de desordem ou grave ameaça à ordem econômica e social. Que governo responsável abriria mão do emprego de Forças Armadas na preservação da *ordem interna, constitucional e legal* — sublinho os termos — se a situação interna se deteriorasse ao ponto de chegar ao limbo do caos, fugindo ao controle dos instrumentos de manutenção da ordem?

Melhor que a atuação das Forças Armadas, nessas circunstâncias, seja feita com o respaldo da Constituição!

Nem se diga que é uma idéia anacrônica. Ou não é isso que acontece em nossos dias? Na Itália, no combate à máfia; na Irlanda, no combate ao terrorismo; na França, no controle da cir-

culação nas estradas do país, comprometida por manifestações públicas; nos Estados Unidos, no combate a distúrbios, em Los Angeles.

Cabe a ressalva de que são — e devem ser — intervenções episódicas, sem qualquer sentido de permanência.

Acrescento que o Estado-federação exige a participação das Forças Armadas na defesa interna. A autonomia dos Estados-membros, com atribuição de manutenção da ordem pública, não poderá excluir, jamais, a responsabilidade última da União nesse campo, pelo comprometimento que a desordem pode trazer para a unidade nacional.

Não é por outra razão que Aderson de Menezes declara, em "Teoria Geral do Estado":

"A Federação é uma organização jurídica baseada numa Constituição, na qual os Estados Federais concorrem para formar a vontade nacional e dispõem de poder de governo, nas respectivas jurisdições, sobre estes exercendo a União Federal supremacia na ordem interna, a par de sua soberania exclusiva, na ordem internacional."

Não obstante esse entendimento, por vezes presenciamos questionamentos acerca das atribuições das Forças Armadas, motivados pelos melhores propósitos por parte de uns poucos e, outros, certamente, deles participam com sentimentos dissociados dos interesses maiores da Nação ou, ainda, neles se inserem como arautos de uma pretensa modernidade.

A linha de pensamento exposta reafirma que a destinação das Forças Armadas estabelecida na Constituição de

1988 conserva-se atual, substantiva, inteligente e cercada de suficiente salvaguardas reguladas na Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991.

Como o Exército pensa o seu preparo e emprego para responder à sua destinação Constitucional?

Ressente-se da inexistência de uma Política de Defesa e de um Conceito Estratégico Nacional formais, detonadores de desdobramentos na área militar e capazes de proporcionar o embasamento para o planejamento estratégico da Força Terrestre.

Não podendo permanecer omissos, o Exército busca essa orientação interpretando as iniciativas e as posturas do governo, na leitura de documentos diversos e percebendo as idéias nas entrelinhas.

Com relação à defesa externa, o Exército orienta seu pensamento — como não poderia deixar de ser — pelos princípios que, em seu Art. 4º, a Constituição estabelece para reger as relações internacionais.

Tem consciência de que a Força Terrestre é um instrumento dissuasório com o qual a Nação deve contar para sustentar as negociações, as arbitragens e outros meios pacíficos para a solução de controvérsia internacionais, para assegurar que o Brasil não sofra ingerência de outros países em contraposição a seus interesses vitais, salvo aquelas ações acordadas em organismos internacionais ou no relacionamento regional ou bilateral.

Observa, igualmente, as posições adotadas por nossa diplomacia, em especial aquela que considera o território

rio brasileiro perfeitamente assentado, não admitindo discussão de fronteiras.

E mais: obviamente, o Brasil não aspira a conquistas ou a posturas agressivas ou belicosas.

Paralelamente, o Exército acompanha atentamente as tendências do novo ordenamento mundial, identifica as áreas de tensão e possível instabilidade e analisa os conflitos existentes ou potenciais que possam ameaçar os interesses vitais, avaliando-os diante de suas próprias deficiências e limitações.

Considera que a defesa externa — e o conceito aplica-se à interna — não é problema exclusivo das Forças Armadas; defender a pátria é dever de todos — cidadãos e instituições. Assim, a estruturação do Exército deve inevitavelmente harmonizar-se, equilibrar-se com a evolução dos outros segmentos da vida nacional.

Reconhece e está preparado para honrar sua parcela de responsabilidade nos compromissos internacionais assumidos, em particular os ligados ao continente americano.

Como consequência, com vistas a suas obrigações em defesa externa, o Exército visualiza as seguintes ações: *dimensionar-se, organizar-se e preparar-se de modo ajustado à estatura político-estratégico do País, em harmonia com as demais Forças, e no contexto de um desenvolvimento equilibrado das expressões do poder nacional. Vale dizer: guardar correspondência com o peso específico do País no concerto internacional; sua expressão geopolítica, malgrado qualquer dificuldade que a atravessasse, determinará sempre um elevado grau de interesse*

internacional pelo destaque político-econômico-militar que o Brasil possa alcançar.

Portanto, o Exército tem de ser não apenas o que as circunstâncias de hoje indiquem, mas, também e principalmente, o que o Brasil de amanhã exige, pois uma Força Armada se degrada por uma lei ou decreto, mas custa uma geração para recompor-se. Vale lembrar “que uma Força Armada pode permanecer cem anos sem ser empregada, mas não pode permanecer um minuto sequer sem estar preparada”. Se tal fato vier a ocorrer, jamais se justificará perante a Nação.

Por isso, com vistas à sua missão ligada à defesa externa, o Exército deve conservar-se em condições de:

- embora, sempre que possível preferindo a solução dos conflitos pela via da negociação, oferecer respaldo a essas gestões, prevenindo, dissuadindo e, se for o caso, repelindo atitudes hostis aos interesses vitais da Nação;
- garantir a inviolabilidade do território nacional;
- participar de forças de paz ou missões de observadores, sob a égide de organismos internacionais, como decorrência de compromissos assumidos pelo governo brasileiro.

Com vistas às suas missões de defesa interna, o Exército pauta seu preparo segundo as seguintes premissas:

- a defesa interna é alcançada e mantida pela aplicação do poder nacional, envolvendo todas as suas expressões, preferencialmente por iniciativas preventivas, de modo sistemático, gra-

dual, integrado e permanente;

- as questões internas precisam ser resolvidas sem a interferência de organismos internacionais, regionais ou mesmo de qualquer país, isoladamente ou no quadro de uma coligação ou aliança;

- a união e a integração das Forças Armadas com a Nação brasileira e com os organismos federais e estaduais de manutenção da ordem pública são fatores decisivos para o equilíbrio interno, conceito que merece breve apreciação esclarecedora, para afastar um entendimento meramente didático e hermético.

A presença nacional traz como benefícios:

- a plena expressão da integração Exército/Civis, que se processa nas organizações militares espalhadas pelo território, em pequenas guarnições que, somadas, respondem pela maioria de meios da Força Terrestre. Essa integração não pode ser entendida na impessoalidade das grandes cidades. Mas, no interior, se torna palpável, na sintonia, na interação, no convívio diário que permite, com orgulho e satisfação, ouvirmos, com frequência, o civil referir-se à organização militar como o "nosso quartel", o "nosso batalhão", o "nosso tiro de guerra";

- valendo-se da capilaridade, que as quase 800 organizações militares existentes Brasil afora, levar o Poder Central a todos os pontos onde, por outros instrumentos, aquele poder se faz ausente, tênue ou intermitente, exercendo necessária afirmação da União Federativa;

- associada à movimentação dos militares, que assegura a visita às diferentes áreas de interesse operacional, faz com que um jovem tenente gaúcho, às margens do Javari, se sinta mais brasileiro que nunca, entusiasmado no cumprimento de sua missão profissional e de outras tarefas em proveito das comunidades que orbitam em torno dos postos pioneiros do Exército. Assim, age como administrador de conflitos, paramédico e, até mesmo, como conselheiro conjugal. Esse sentimento e essa consciência são indispensáveis em cada militar, para que a Instituição resguarde seu atributo de "nacional" e "permanente".

Eis porque o Exército pode afirmar, com toda convicção que é um *"fator de integração nacional"*.

Estabelecidos os pressupostos e alinhadas as ações a conduzir, resta expor, em seus traços mais gerais, as linhas orientadoras da organização, da articulação no território e do adestramento da Força Terrestre.

A propósito, é inquietante a frequência com que se lê e se ouve opiniões sobre a estruturação e a organização das FA, mediante espantosas e imprudentes simplificações de matéria tão complexa. Por falta de informação ou por equivocada avaliação, ignoram uma série de condicionantes que, às vezes, se transformam em determinantes para aquelas definições: a extensão territorial do país e, em particular, de suas fronteiras; a distribuição demográfica e o grau de vivificação das fronteiras; a infra-estrutura territorial, importante para conside-

rações sobre mobilidade, suporte logístico e condições para apoiar o esforço de mobilização; as diferentes — bem diferentes — características fisiográficas de áreas operacionais; as possibilidades tecnológicas; a disponibilidade orçamentária; o respaldo de infra-estrutura industrial e seu potencial de mobilização para necessidade de guerra; os compromissos internacionais a atender; e as imposições de racionalização, que o Exército se atribui. Mas nunca esquecendo: a necessidade de presença nacional e a necessidade de poder dissuasório.

Presentemente, o Exército, em sua articulação, busca privilegiar a área estratégica prioritária: a Amazônia.

Aspira manter um núcleo de unidades completas e com o possível nível de agregação tecnológica, capaz de responder por uma estratégia dissuasória.

Convém atentar para o conceito dinâmico que deve cercar o dimensionamento do aparato dissuasório. O cenário atual, sem indicar um inimigo plenamente definido, conduzindo ao já referido permanente acompanhamento de pressões e ameaças que agem sobre os interesses do país e a contínua atenção às hipóteses de conflito, exige uma permanente reavaliação do poder de dissuasão. Por isso, aquele núcleo deve possuir, como uma de suas principais características, a flexibilidade para ajustar-se com presteza, em natureza e dimensão, à ameaça que se configurar.

Prevalece a convicção de que tal nível tecnológico, capaz de contribuir

para preservar a consciência de modernidade da Força, deve compatibilizar-se com a expressão e capacidade tecnológica nacional, mas sempre buscando atenuar o hiato que hoje nos separa de Exércitos de nações desenvolvidas.

Dentro desse entendimento, o Exército privilegia os investimentos em seus recursos humanos, preservando ao máximo as aplicações financeiras voltadas para o ensino, envolvendo a formação e o aperfeiçoamento do pessoal militar. Atenta, igualmente, para aquelas áreas capazes de preservar, durante a conjuntura desfavorável, a consciência de modernidade na Força; por exemplo, a informática, os projetos de pesquisa e desenvolvimento e a aviação do Exército.

Procura organizar, dotar e adestrar diferencialmente as demais organizações militares, não apenas por exigência de racionalização, mas, também, a fim de vocacioná-las para as missões específicas que lhes caibam (defesa territorial, defesa interna, aerotransporte, etc.) e compatibilizá-las com as áreas viáveis para suas atuações.

Convém ressaltar que essa exposição deteve-se, exclusivamente, nas missões essenciais do Exército. Deixo de enfocar as atividades complementares — construção, apoio às populações e tantas outras — que tradicionalmente a Instituição realiza, amplamente reconhecidas pela sociedade.

É tempo de concluir.

As Forças Armadas são universalmente compreendidas como instrumento de defesa externa, em cujo

âmbito exercem tarefa essencial em crise grave.

No âmbito interno, contudo, são elas também necessárias, adquirindo relevância quando outros instrumentos reguladores da vida nacional se mostrarem ineficazes.

O Exército considera, pois, que a Assembléia Constituinte legislou com descortino e senso de realidade ao fixar como destinação constitucional das Forças Armadas: a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, nos limites do ordenamento jurídico, da lei e da ordem.

Nesse quadro, é importante que o povo, por seus representantes, aos quais cabe a iniciativa do emprego das Forças Armadas, discuta o papel dessas instituições. Compreenda suas responsabilidades. Conheça o seu trabalho e esforço no sentido de manterem-se aptas a responder por sua destinação. E que, sobretudo, reafirme a sua confiança no cidadão fardado, premiando assim o seu desempenho histórico em favor da nacionalidade, da soberania, da integridade do nosso território de

grandeza continental, do resguardo de nossos valores e, certamente, da defesa da União e das Instituições.

Este encontro chega com oportunidade.

Hoje, mais que nunca, uma Nação possui a expressão que lhe concede um projeto comum, um *projeto nacional*. Que seja, de uma vez por todas, realmente de todos.

Para tanto, é indispensável que se recupere a capacidade de elaborar um pensamento nacional.

Um pensamento que contemple as Forças Armadas com o justo papel que lhes cabe em um *Estado moderno*, mas antes de tudo, *nacional*.

Um pensamento que não se deixe levar por precipitadas formulações sobre Forças Armadas divorciadas da realidade e que, a mais de hipotecarem nosso futuro, recompensam a pregação daqueles aos quais não interessam Forças Armadas capazes de respaldar as legítimas intenções políticas da Nação. Pensamento que traduza um compromisso — que é de todos nós — com o futuro, com o Brasil de amanhã.



EDITORIAL

SEPARATISMO

Em qualquer contexto de união, a idéia separatista surge com os primeiros sinais de insatisfação, desconfiança e desentendimento. Normalmente a idéia é contida, por conveniência ou motivos de ordem moral, ética ou sentimental, e assim permanece, até que sejam restabelecidas as condições anteriores de convivência, ou que o processo se torne irreversível e a separação se consume.

Isso acontece na união entre pessoas físicas¹ e entre pessoas jurídicas,² e não é diferente entre o cidadão e o Estado³ e entre a unidade federativa e a Federação.⁴

No Brasil, nas relações entre a União e os estados, o separatismo teve, no passado, motivações preponderantemente políticas. A adoção da monarquia como forma de governo, após a Independência, afrontava o ideal que inspirara as principais manifestações de rebeldia contra o domínio da coroa portuguesa, ocorridas ao longo da vida colonial. Com o tempo, a motivação prevalente passou a ser econômica, em função do predomínio dos valores materiais na conformação da sociedade. As motivações étnicas e religiosas, inspiradoras do separatismo em outras partes do mundo, não conseguiram prosperar entre nós. Os episódios Canudos e Palmares, que podem ser invocados como exceção, a rigor foram fruto das realidades sociais e sociológicas então existentes. Quanto ao radicalismo ideológico, hoje em busca de identidade, após o desmoronamento do comunismo no Leste Europeu, nas vezes que tentou impor-se no Brasil não realçou o separatismo entre suas principais bandeiras.

Desde a Revolução Constitucionalista, de 1932, a idéia separatista entre nós deixara de ser destaque nos noticiários. Agora ela ressurgiu, ocupando

1. Casamento, por exemplo.

2. Sociedades comerciais, joint ventures, etc.

3. Promovendo a emigração ou o exílio voluntário.

4. Podendo levar à rebelião armada e à guerra civil.

espaços nos jornais da terra e do exterior, com sutis insinuações de superioridade étnica e a adoção de uma bandeira de inspiração notadamente nazista.

Não se pode ainda avaliar sua nocividade. Há os que a superestimam e os que a subestimam. Bem poucos, porém, haverão de discordar quanto à existência, no cenário nacional, de condições favoráveis excepcionais para que suas idéias prosperem. A complexa crise por que atravessa o País, e que já se prolonga por quase duas décadas, não demonstra sinais de esgotamento. E, ao enfraquecer a vontade nacional, ao alimentar o ceticismo em relação a autoridades e instituições, ao agravar os desníveis sociais e regionais, ao conviver com a corrupção e a impunidade e ao mostrar-se impotente diante da inflação, da recessão e do desemprego, ela será capaz de apresentar o separatismo como sendo "a solução", já que, dos anticorpos capazes de contê-lo, os valores morais e éticos se esvaem na própria crise, enquanto o patriotismo se debilita em face de novos conceitos, como os que nos traz a Europa, com seu tratado de Maastricht.

Como saldo positivo, porém, o ressurgimento da idéia separatista alertou o País sobre um tipo de ameaça visto, até então, com escassa credibilidade. Volta-se, assim, a pensar na necessidade de exercer vigilância sobre ele e reaprender a maneira de tratá-lo. Nesse particular, sem esquecer a diferença de época e cenário, vale lembrar as lições que nos legaram nossos ancestrais, entre os quais Caxias desponta como paradigma — ele e sua ação pacificadora, responsáveis pela consolidação da unidade nacional, que agora volta a inspirar cuidados.



COMENTÁRIOS

O MECANISMO PRODUTOR

Benjamin A. Medeiros

Se girarmos o olhar à nossa volta, nada veremos que não tenha sido produzido pelo que se pode chamar de "o mecanismo produtor-comercializador" do País, a não ser as dádivas da natureza ainda não tocadas pelo homem. O mais ínfimo utensílio como um alfinete, o tapete, os móveis, as roupas, o computador, as luminárias, o prédio que nos abriga, o que vemos pela janela: edificações, ruas, veículos, aviões passando ao longe, etc. provêm desse mecanismo produtor.

O mecanismo produtor comercializador inclui a produção de bens e serviços, o transporte, a distribuição e a comercialização, esta última fase compreendendo a venda e transferência dos bens e serviços ao consumidor. Salvo quando a fase de comercialização merecer destaque especial, referir-nos-emos simplesmente ao mecanismo produtor, como integrando todas as demais fases.

A não ser nas sociedades primitivas de escala tribal ou aldeã, estas fases do mecanismo produtor são

indispensáveis nas economias de médio e grande porte. Nestas um produz, outro transporta, outro distribui, outro comercializa (a fase de distribuição é as vezes dispensável, dependendo do produto). Um produto não é mercadoria até que, expedido pelo produtor, venha a ser exposto ao público comprador, num local de venda, com sua etiqueta de preço. Ao ser comprado é completado o grande processo produção-comercialização. Os homens que iniciam e conduzem, de ponta a ponta, essa cadeia de atividades são os empresários, inclusive aqueles que operam as estatais.

Parodiando São Thomas de Aquino, podemos dizer: o mecanismo produtor é o motor primeiro das sociedades. Ele é, alternativamente, consequência e causa das civilizações. É o gerador da riqueza e do bem-estar social, embora deixe no seu rastro, como tributo ao progresso, inevitável resíduo de injustiça, infelicidade e catástrofe. É a entropia atinente à evolução das sociedades.

Poderão dizer que esta é uma visão materialista da civilização. Não, porém, se for dedicado um mínimo de reflexão ao assunto. O mecanismo produtor é o único gerador de riqueza nas

sociedades, desde suas mais elementares até suas mais complexas atividades. Por mais que esquadrinhemos a mente não descobriremos outros. Desse mecanismo vem, portanto, a totalidade dos recursos para todas as demais atividades da sociedade, das mais modestas às mais complexas e espirituais. Dele vem o dinheiro para as escolas, para as universidades, e centros de pesquisa, para os hospitais, para todas as instituições culturais e artísticas. Dele vêm os recursos para as instituições de governo inclusive congresso, defesa nacional, justiça, diplomacia, atividades religiosas etc. Seria ocioso continuar esta lista, pois não teria fim. Todas essas instituições se debilitarão e desaparecerão se o mecanismo produtor não funcionar com o vigor e a criatividade com que funciona nas grandes economias industriais. Aí está o exemplo da Somália onde o mecanismo produtor nunca ultrapassou o estágio embrionário.

É curioso lembrar as palavras de Saint Simon pronunciadas no fim do século dezoito, que, embora só parcialmente endossáveis na complexa e insegura sociedade moderna, revelam a profunda compreensão que já possuíam os homens de seu tempo da importância do mecanismo produtor na sociedade. Ei-las: se subitamente perecerem os cem melhores gerais, os cem melhores diplomatas, os cem melhores conselheiros do Estado, etc. que acontecerá? Nada; a sociedade continuará a funcionar praticamente nas mesmas condições. Em compensação, se perecerem subitamente os cem melhores engenheiros, os cem melhores banquei-

ros, os cem melhores empresários, todo o funcionamento da sociedade será paralisado.

Aceita a colocação acima, decorre que deve ser preocupação magna dos governos, e medida necessária à sua auto-preservação, incentivar e proteger esse mecanismo com medidas apropriadas e bem dimensionadas para que ele se desenvolva e crie os empregos e os recursos necessários para viabilizar os investimentos privados e públicos, único caminho para se conseguir uma boa qualidade de vida para a população e um grau mínimo, decente, de homogeneidade na sociedade.

O mecanismo de produção, incluindo produção, transporte, distribuição e comercialização, constitui pois a economia básica, substantiva, de um país. Tudo mais que se relaciona com ela é apoio, e tem como finalidade precípua possibilitar seu fortalecimento e aperfeiçoamento, garantindo, por outro lado, o bem-estar e a segurança dos que nele trabalham e a prestação de serviços, à sociedade, de qualidade e preços aceitáveis. Toda a burocracia que se sobrepõe à produção não deve ter senão os propósitos acima.

Há setores da população que se revoltam com essa visão da sociedade pensando tão-somente nos lucros que o fortalecimento da produção poderá proporcionar aos empresários. Esses setores abrigam ilustres cabeças que vivendo em ocupações amenas e sem riscos não têm sequer idéia da importância das atividades produtivas no metabolismo básico do País. A abundância de cidadãos imbuídos desse modo de pensar talvez seja a mais tí-

pica característica do país do terceiro mundo.

No Brasil atual, entretanto, a burocracia que deveria estar a serviço da produção, adquiriu vida própria, com relacionamento distante e adversarial como mecanismo de produção, que vem sendo conduzido arbitrariamente por inexperientes economistas de esferográfica e papel, que deslizam sobre os macios tapetes das luxuosas repartições de governo e que nunca viram uma fatura ou uma duplicata comercial, quais professores de natação que nunca entraram numa piscina.

Os dois últimos governos jamais deram o menor sinal de perceberem a importância do mecanismo produtor, exceto com relação à agricultura, mas mesmo aí negligenciando inteiramente os aspectos de armazenagem e transporte. Ao contrário, sempre se mostraram hostis a ele. Intoxicados com *clichês* tais como "cartéis", "oligopólios", "lucros fabulosos" e outros, e, convencidos que estavam diante de uma inflação causada por excesso de demanda (quando grande parte da capacidade das indústrias estava ociosa) e pela ganância dos industriais e comerciantes, ingressaram por um caminho suicida despojando as pessoas físicas e jurídicas de seu capital de giro e de sua poupança, causando imediata retração nas compras e as decorrentes diminuição na produção, demissões de pessoal e cessação de investimentos. Para registrar a falta de conhecimento do assunto *produção* pela equipe Collor vale lembrar as famosas palavras da ministra Zélia em sua primeira fala na televisão após a posse: "o único dinheiro de que uma empresa precisa

é o da folha de pagamento", pronunciamento que dever-lhe-ia ter custado demissão imediata, não fosse o Presidente tão despreparado quanto sua ministra.

A consequência de todos esses desacertos está aí: milhões de desempregados, miséria generalizada, criminalidade sem precedentes, paralisação econômica, colapso das instituições de saúde pública, perda de adestramento e de tecnologia irrecuperáveis a curto prazo, estagflação, desprestígio ante todo o mundo, nação inteiramente indefesa, a disposição do *premier venu*, impedimento do presidente.

Como curar tão grandes males?

Nenhum país sai facilmente de uma situação como a nossa. Somente medidas positivas, cumulativas, incentivadoras da produção, compatíveis com o conceito básico exposto acima, acompanhadas de severa política de redução de gastos públicos e redução do *déficit* orçamentário podem reconduzir o País à normalidade econômica. Diz o *Business Week* de 31 de agosto em relação à recessão americana: "It ain't a recovery till the factories hum".

No que diz respeito à produção as medidas abaixo certamente auxiliariam o País a sair da calamitosa recessão e miséria em que se acha:

- considerar o desemprego o maior mal do País, gerador de miséria e criminalidade: dar-lhe o mais prioritário e intenso combate;
- considerar a produção como a fonte primeira de emprego e de riqueza do País;
- reduzir os impostos sobre o mecanismo produtor; o imposto é, na ma-

ioria das vezes o mais caro componente do preço de uma mercadoria;

- abandonar a ingênua crença de que é o mecanismo produtor que paga os impostos lançados sobre as empresas. Todos os impostos, por uma via ou outra, acabam sendo pagos pelo consumidor. É simplesmente justo, que quem consome uma mercadoria pague o seu custo total. O mecanismo produtor é um simples processador; recebe insumos por um lado, entrega "exsumos" pelo outro, sem reter resíduos de custos ou materiais, sem o que ficará bloqueado e inoperante, como ficam nossos encanamentos domésticos bloqueados pelo fino resíduo de lama que a CEDAE generosamente nos brinda com a água que pagamos;

- considerar que o imposto sobre a empresa onera o produto de dois modos: pelo inevitável repasse ao consumidor e pela barreira que cria contra novos investimentos para modernização, expansão e aumento de produtividade. É mais barato para o consumidor menor carga tributária sobre as empresas que sobre ele próprio;

- baixar os juros para o consumidor de modo a encorajar o consumo de bens semiduráveis e duráveis, entre estes a casa própria, que são quase sempre comprados a prestações. Isto porá enorme sequência de indústrias a funcionar, desde as produtoras de matérias-primas até as de materiais de acabamento final e embalagem;

- fortalecer a produção com a prática adotada em todas as grandes economias industriais: juros baixos, da ordem de 8% reais ao ano, ainda que subsidiados, para modernização e ex-

pansão do mecanismo produtor, enquanto a inflação estiver acima de 10% reais ao ano. Grande parte do parque industrial brasileiro está obsoleto. Operando com máquinas e equipamentos comprados na década de 70, não tem condições de concorrer com a indústria do primeiro mundo;

- tomar medidas para que os bancos voltem a servir o comércio e à indústria que, há muito, no Brasil, só recorrem a eles em situações de emergência para desconto de duplicatas ou inesperados furos de caixa ou calotes (principalmente do Governo). Igual situação imobilizaria qualquer país como a Bélgica, Holanda, Alemanha, Estados Unidos etc. onde os bancos são coadjuvantes indispensáveis da produção;

- assegurar um certo grau de proteção à produção local, a título de preservação do emprego, condicionada a metas de qualidade e preços;

- reconsiderar a falsa idéia de que quanto mais concorrência mais baixos são os preços. As despesas indiretas necessárias para se produzir qualquer bem ou serviço tais como: administração geral, controle de qualidade, controle da produção, gerência financeira, manutenção, gerência de estoques, reserva para renovação de máquinas, compras, energia, segurança, seguros, restaurante, assistência médica, veículos, impostos e mil outros itens indispensáveis ao funcionamento do mecanismo são, muitas vezes, superiores ao custo direto dos produtos (materiais e mão-de-obra diretamente apropriáveis ao produto). O total dessas despesas — a sobrecarga

ou *overhead* —, que diminui muito mais lentamente que as despesas diretas da produção quando esta cai, é rateada pelo número de unidades produzidas, cabendo portanto a cada unidade tanto maior parcela de sobrecarga quanto menor a produção. Chega a ser cômico, por isso, o clamor da “galera” por mais e mais concorrência. Está na verdade clamando por maiores preços e pior qualidade. A concorrência é salutar desde que esteja dimensionada de acordo com o mercado e estimule a produtividade e a melhoria da qualidade. Desse ponto em diante seu efeito é discutível. Dizem os americanos: “too much of a good thing is bad”;

- **reduzir em número e montante,** os impostos, a destruidora burocracia e os riscos de multas e extorsões que pesam sobre a produção que tornam o funcionamento legal da pequena empresa impossível, e precário o das empresas de porte;

- **a renda fiscal,** como quase todos os processos da natureza, está sujeita à lei dos rendimentos decrescentes (no caso à lei de Laer) e, portanto, à saturação, e colapso. O tropeiro da roça sabe que carregando seu burro com cem quilos de cada vez tira dele bom rendimento durante o dia todo. Sabe também que carregando o burro com quatrocentos quilos, este desmorona e fica inutilizado.

Nossos fiscalistas deveriam fazer um estágio na roça.

O resultado da alta tributação está ao alcance do mais modesto cidadão.

A grande maioria da população fica privada de acesso à produtos que deveriam estar ao alcance de qualquer

cidadão.

Isso limita a produção e aumenta os preços; impede na maioria dos casos a produção em escala. Gera desemprego.

Os investimentos em máquinas mais produtivas que economizam alguns porcentos no custo da produção perdem o sentido, face ao valor predominante dos impostos nos custos.

Os lucros tornam-se insignificantes. Torna-se mais atrativo para os empresários investir em papéis de renda que torturar-se com os miríades de problemas e riscos da produção. É o que está acontecendo no Brasil: milhares de empresas grandes e pequenas desaparecendo criando, o maior contingente de desempregados de nossa história. É o custo de oportunidade em ação.

A ESTRUTURA DE INTELIGÊNCIA

Osmar de Barros Ribeiro

“A verdade não está com os homens, mas entre os homens”
(Sócrates)

Se ainda não chegou, breve chegará a hora na qual o Brasil deverá repensar a sua estrutura de Inteligência, as missões dos seus diferentes segmentos e como equipá-los em pessoal e material.

Pessoalmente, não creio que devamos louvar-nos em um determinado modelo, copiando-o ou mesmo adaptando-o às nossas necessidades e possibilidades. Creio, muito pelo contrá-

rio, que, a partir da experiência adquirida durante os 26 anos de existência do extinto SNI, dever-se-ia fazê-la reagir com um estudo aprofundado dos organismos similares existentes no exterior e com a própria Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), ainda que esta, sendo de formação recente, esteja em busca dos seus melhores caminhos.

Em reforço ao anteriormente afirmado, devemos entender que os órgãos de Inteligência, embora tenham por missão, em última análise, dar condições ao Governo de não ser surpreendido, quer interna quer externamente, em qualquer expressão do poder nacional, nada mais são que um reflexo da própria sociedade à qual servem, na qual buscam inspiração, da qual extraem seu poder. Esta afirmativa equivale a dizer que o conjunto dos órgãos de Inteligência deverá ser estruturado de acordo com a imagem que a sociedade, a partir de valores consensuais, faz de si mesma.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito ao fato de que, na atividade de Inteligência, tanto quanto em qualquer outra, o fator humano é o mais importante de todos e, assim, crucial para o seu desenvolvimento. Afinal, forçoso é convir, se a busca de pessoas corajosas, tanto física quanto moralmente, além de capazes, não impede o eventual recrutamento de elementos corruptos, incompetentes ou vaidosos, fica evidenciada a extrema vulnerabilidade da organização responsável pelo desenvolvimento da atividade. Sendo assim, e por razões óbvias, o recrutamento do seu pessoal não deve ser conduzido

à base de concurso público. Devem ser, isto sim, buscados meios e modos de encontrar, no universo do funcionalismo federal, aqueles dotados, por exemplo, no campo das operações de Inteligência, de agressividade, astúcia, iniciativa e determinação; num outro caso, de um analista do campo externo, é de esperar-se que conheça a história, a cultura, a religião e as artes, além do idioma, dos habitantes do país ou grupo de países que lhe sejam atribuídos. Mais um aspecto a considerar: na área de Inteligência, quase tanto quanto na militar, é de suma importância que o chefe, não importa o nível considerado, seja capaz de exercer, sobre seus subordinados, uma ação destinada a conter eventuais choques de ambições e de interesses pessoais. Afinal, forçoso é convir, numa atividade que nem sempre prima pela obediência aos princípios éticos, os padrões morais de seus elementos devem estar nos mais elevados níveis.

Que tipo de conhecimento interessa à condução dos negócios internos e externos de um dado país? Talvez fosse mais apropriado indagar quais não interessam. Os conhecimentos desejáveis dizem respeito tanto ao que se passa no interior, quanto fora de suas fronteiras, desde técnicas agrícolas mais ou menos sofisticadas, até o hipotético desenvolvimento de um motor que utilize a fusão nuclear. Sem dúvida, em termos de saber, é algo enciclopédico e, ao final, muita coisa inútil terminaria por ser coletada. Assim sendo, deve-se partir da premissa de que qualquer Estado possui, implícita ou explicitamente, dois tipos de polí-

tica, interdependentes e harmônicas, a saber: *política de desenvolvimento e política de segurança*.¹

Vivemos, gostando ou não, em um mundo no qual a palavra-chave é "competição". Competição entre indivíduos, grupos, organizações e Estados, cada um buscando, para si, o maior somatório possível de vantagens. Isso posto, em termos de Inteligência, o Estado não apenas deve preocupar-se com os problemas que ocorrem no âmbito interno mas também externamente e que, com frequência maior que a desejável, podem interrelacionar-se. Assim, não há, quer na área do *desenvolvimento* quer na da *segurança*, como separar o que se passa no interior de um dado país daquilo que ocorre no resto do mundo, muito particularmente naquelas nações que possuem laços comerciais e culturais mais fortes com o Estado considerado.

Até aqui, tratou-se da importância da existência de uma estrutura de Inteligência, da necessidade da sua adequação à índole da população, do valor do fator humano no desenvolvimento da atividade, do fato de ser fundamental a existência de uma *política de desenvolvimento* e de uma outra, de *segurança*, ambas a serem implementadas através do estabelecimento de es-

tratégias específicas, além da ligação existente entre elas. Agora, é chegada a hora de imaginar, em largos traços, a forma pela qual a atividade poderá ser estruturada, sempre levando em conta que ela deverá abranger tanto o campo interno quanto o externo, dada a interação existente entre eles.

Inicialmente, uma pergunta: *Que tipo de conhecimentos interessa?* Há como uma resposta-padrão a esta indagação: *Quem* tem interesse neles? *Onde* e *Como* buscá-los? *Para quê?*

Obviamente, há que ser considerado o nível, o escalão no qual o assunto será tratado e, para delimitar um campo já de si vasto, fica estabelecido que, aqui, se tratará da Inteligência Estratégica (*Que*), de interesse dos mais altos escalões do Governo (*Quem*), composta por um conjunto intrincado de conhecimentos encontrados dentro e fora do País (*Onde*), a serem buscados de forma ostensiva ou não (*Como*), tudo objetivando dar, à ação governamental, o máximo de eficiência e de eficácia (*Para Que*).

Em termos de *Que*, externamente, devemos buscar aqueles conhecimentos que, nas diferentes expressões do poder nacional, interfiram ou sejam potencialmente capazes de interferir nas ações voltadas para o *desenvolvimento* e/ou a *segurança* do País. Na busca de conquistar e/ou manter seus objetivos, bem como na preservação dos seus interesses mais legítimos, nosso País deverá ter condições tanto de desenvolver áreas de cooperação, quanto de fazer abortar o surgimento ou a exacerbação de focos de conflito, no seu relacionamento em termos in-

1. O termo *segurança*, tão malquisto em certos círculos é aqui empregado, por entendermos que o vocábulo *defesa* não é tão abrangente e significativo quanto ele. Fala-se em *defesa* quando se trata de fazer face a uma ameaça conhecida. Quando a ameaça é imprecisa, não se sabendo de onde virá, nem quando, ou onde se materializará, fala-se em *segurança*. Em suma, o termo *segurança*, por sua abrangência, inclui a *defesa* e vai além dela.

ternacionais. A Inteligência no campo externo está, assim, voltada para o atendimento dos pressupostos quer da política quer da segurança externa, em ambas incluída a busca e o aperfeiçoamento dos conhecimentos em *ciência e tecnologia*. Internamente, a Inteligência deverá ser capaz de permitir o acompanhamento das diferentes estratégias governamentais, de forma a possibilitar eventuais correções de rumo e a aferição do êxito das medidas tomadas. Não menos importante é que a Inteligência possa embasar a execução coordenada de medidas que visem a garantia da tranquilidade pública e a preservação dos nossos segredos.

A *Quem* interessa a produção de conhecimentos nos campos interno e externo? Em primeiro lugar, como principal usuário, ao Presidente da República. Contudo, não menos importante é que tais conhecimentos, devidamente filtrados, sempre que for o caso, devam chegar aos demais componentes do primeiro escalão governamental, como forma de permitir uma ação coordenada no cumprimento e acompanhamento das estratégias de ação política.

Tais conhecimentos são encontrados dentro e fora do País (*Onde*). Isso significa que cada representante brasileiro no exterior deverá, permanentemente, estar voltado para a busca de dados no seu setor de atuação. Isso tanto é verdade para o pessoal diplomático, quanto para os adidos militares e representantes de grandes empresas nacionais, sobretudo as estatais. Internamente, cada ministério deverá ter condições de acompanhar o desen-

volvimento dos respectivos planos setoriais, de forma a garantir a perfeita coordenação entre eles, no mais alto escalão. Tanto interna quanto externamente, os órgãos voltados para a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico deverão estar, de forma permanente, alertas para a hipótese, sempre atual, da espionagem industrial.

Como buscar os conhecimentos necessários? Externamente, além dos processos rotineiros de coleta do material ostensivo publicado em livros e revistas especializados há outros, sem dúvida. Mas, sobre eles, não reside o esforço deste comentário. Internamente, cada órgão público deve ter condições de fornecer os dados que se fizerem precisos, sempre que julgado necessário, de forma clara, precisa e concisa, objetivando o acompanhamento das ações governamentais.

O *Para que* teria, como resposta parcial, conforme assinalado anteriormente, a finalidade de injetar conhecimentos novos, de fazer a retroalimentação da ação governamental nas diferentes expressões do poder nacional. Não resta dúvida dever tratar-se de assunto transcendente e de alta complexidade, dado o vulto do objetivo colimado.

Surge, então, uma pergunta importante: como deverão ser organizados os órgãos destinados a produzirem conhecimentos para o Presidente da República? Em termos de *sistema* ou de *comunidade*? Ou deverá haver, quem sabe, um único órgão com tal atribuição? Em tal caso, suas atividades abrangerão tanto o campo interno quanto o externo? Qual deverá ser a

sua posição hierárquica no organograma governamental? Será necessário considerar, na tomada de qualquer atitude, conforme afirmado anteriormente, que de nada valerá uma decisão que não consulte a maneira de ser do nosso povo e as idiossincrasias de cada órgão governamental.

Pessoalmente, descreio de soluções que apóiem para um único órgão ou que, passando pela organização de um *sistema*, não só venham a funcionar a contento quanto atendam aos melhores interesses do País. Na verdade, tal organização foi tentada e não funcionou de forma ideal, muito pelo contrário. Mais de uma vez, vaidades pessoais, problemas hierárquicos e outros, prejudicaram, quando não obstaram, o seu funcionamento da forma idealizada. Parece-me que uma organização tipo *comunidade* de Inteligência teria maiores e melhores condições de sucesso, posto ter sido assim, embora de maneira informal, que no passado foram obtidos os melhores resultados. Em reforço a essa idéia, aduziria que são tantos os campos de atividade humana, tão vasto o arsenal de conhecimentos necessários, que um único órgão, mesmo contando com as melhores e mais objetivas inteligências do País, não poderia atender às necessidades de conhecer imprescindíveis à correta orientação da ação governamental.

Não pretendo, neste comentário, resolver problema de tal vulto e complexidade. Nele busco, tão-somente, assinalar a importância de ser pensada e criada, no Brasil, uma estrutura voltada para responder, de forma cabal,

à última das indagações feitas: *Para quê?*

A resposta, assim o entendo, deve ser uma só: para que amanhã, em um mundo de ambições e de conflitos, os responsáveis maiores pelos destinos da Nação brasileira possam escolher, em qualquer caso, com pleno conhecimento das circunstâncias e do momento, a linha-de-ação que melhor atenda à projeção, no futuro, dos interesses brasileiros.

O QUADRO ESTRATÉGICO MUNDIAL E SUA INFLUÊNCIA NA OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS DESTINADOS ÀS FORÇAS ARMADAS

A razão de ser das instituições militares, determinante da sua organização e das suas atividades, é a missão constitucional que lhe é atribuída. Na Constituição Federal de 1988, ela está traduzida pela defesa da Pátria e pela garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

É, pois, a partir dessa definição, que a Nação deve buscar os meios necessários para a consecução dos objetivos nacionais, compatibilizando as necessidades de desenvolvimento e de segurança, corolário de bem-estar social.

Para essa compatibilização é impositivo entender-se que segurança e desenvolvimento são faces da mesma moeda, e integrantes do sistema chamado Brasil, que se deseja ótimo.

Ao analisarmos, pois, a problemática das Forças Armadas, devemos entendê-la como um sistema, influenciando e sendo influenciado pelos demais, tanto no campo interno, como no externo, em busca da sinergia que a concepção sistêmica preconiza.

O esfacelamento do Império Soviético, em que a queda do muro de Berlim foi apenas um marco, e a crise do Golfo, com a invasão do Kuwait e a consequente intervenção dos EUA, sob respaldo da ONU e capitaneando interesses econômicos próprios, da Europa e do Japão, trouxe ao cenário mundial uma nova ordem. Essa nova ordem caracterizou-se, em resumo: pela queda do regime comunista e consequente diminuição de sua influência no cenário mundial; pelo fim da Guerra Fria e do conflito ideológico; pelo término da hegemonia norte-americana nos mercados mundiais de bens, serviços e capitais; pela monopolização militar dos Estados Unidos da América; pelas restrições ao acesso de países pobres e em desenvolvimento a capitais e a novas tecnologias; pela ascensão de movimentos de cunho étnico e religioso; pela valorização do papel da ONU como protetor da lei, sob a influência do G7¹ no Conselho de Segurança; pela tendência para o surgimento de conflitos de baixa intensidade; pela atuação de blocos político-econômicos transnacionais; pelos questionamentos sobre a essencialidade e destinação das FFAA dos países do Terceiro Mundo; e pela emergência de um novo

"duelo", refletindo a disparidade econômica entre países ricos (Norte) e os que se encontram em posição periférica (Sul), agravando o *gap*, entre eles, principalmente o tecnológico.

A metamorfose do quadro mundial aos poucos vai assumindo contornos mais nítidos, privilegiando o diálogo Norte-Norte, em detrimento do Norte-Sul, e as relações mundiais adquirem características mais econômicas e menos político-militares.

Teses de neo-liberalismo assumem importância no discurso dos países ricos, muito embora eles pratiquem, nas relações interblocos, o protecionismo.

Os blocos regionais são os principais atores desse cenário.

Na Ásia, o dinâmico capitalismo japonês, congregando informalmente os chamados "tigres asiáticos" e sustentando-se em bases sólidas, incorpora produtos de tecnologia de ponta e ganha mercados seletivos. Na Europa, a Comunidade Econômica Européia (CEE), ousando uma integração plena, capitaneada pela Alemanha, privilegia as relações intramercado e busca maior influência no leste europeu. Na América do Norte, os EUA procura, com o Canadá e o México, a integração como forma de antepor-se à conjuntura adversa e, talvez, como base de apoio para um projeto maior, a "iniciativa para as Américas". Na ex-Rússia, surge uma CEI ainda indefinida economicamente, conquanto mantendo o poderio bélico. Na América do Sul, as tentativas de integração econômica no Cone Sul, ainda que não consolidada, são um passo em busca de uma melhor inserção no mercado mundial.

1. Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Japão e Canadá.

Por último, aparecem as incógnitas representadas pela China e pelo Oriente Médio, com capacidade de influir significativamente no equilíbrio mundial.

Diante desse quadro, caracterizado pelas suas principais forças, o desafio é saber como o chamado *Terceiro Mundo*, em geral, e o Brasil, em particular, vão enfrentar e participar do ambiente de "conflito", de grande impacto econômico, político, social e militar deste final de século.

Para tanto, teremos que considerar alguns aspectos a conformar a estrutura mundial, entre os quais ressaltam:

- o aprofundamento, nos últimos anos, das diferenças entre os países, passando a distingui-los, sob formas diversas, entre os que têm ou não *potencial e/ou tecnologia*;

- a perda da capacidade de crescimento dos países do Terceiro Mundo, em face do esvaziamento do que, até então, suas principais riquezas representavam;

- o agravamento das relações Norte-Sul,² face ao ressurgimento de um liberalismo caracterizado pela luta pela sobrevivência, e pela explosão tecnológica;

- a dificuldade de apresentação de uma agenda comum para o diálogo, pela diversidade de interesses, pela existência de contenciosos, e pela prioridade dada pelo Primeiro Mundo a temas de seu interesse econômico;

- a projeção, sobre os países pobres, em particular os da América Latina, de temas como narcotráfico, meio

ambiente, minorias étnicas, limitações à transferência de tecnologias de ponta, biodiversidade, soberania limitada, dever de ingerência, redefinição do papel das FFAA, etc.

A liderança exercida pelo Brasil no continente poderá ter, efetivamente, influência na integração subcontinental, fazendo com que se desloque para o sul a linha de fronteira dos mais desenvolvidos.

Entretanto, a conjuntura nacional é extremamente adversa, tornando impositiva a redução de vulnerabilidade que estão situadas nos diversos campos do poder nacional.

No campo econômico, o agravamento da crise fiscal, o elevado nível inflacionário, as dificuldades no gerenciamento da dívida externa e no equacionamento da dívida interna geram limitações na capacidade de investir, já comprometida pela recessão, pela reduzida performance da economia e da poupança interna.

No campo psicossocial, os graves problemas representados pelo baixo nível cultural da população, o empobrecimento, o alijamento dos benefícios da educação e da saúde de grande massa populacional, conformando um quadro adverso de descrença no poder político, nas elites e na justiça, de desagregação dos costumes e de inversão de valores, tudo conduzindo à questionamentos diversos, principalmente quanto à intocabilidade da federação e, até, quanto à essencialidade das Forças Armadas.

No campo político, o distanciamento das elites das reais necessida-

2. Marcada pelo fim do clientelismo existente durante a Guerra Fria.

des do País agrava os constrangimentos, de origem externa e interna, à formulação de políticas nacionais.

No campo da segurança, a inadequação das Forças Armadas para cumprir sua destinação constitucional, em face da conjuntura, é comprometida ainda mais, pelo deficiente esforço em Ciência e Tecnologia e pela ausência de um projeto nacional. A consolidação de problemas gerados ao longo do tempo, com a priorização de outros segmentos da economia em detrimento das FFAA³ atinge níveis considerados inadmissíveis. Sobre elas pairam, também, questionamentos quanto à essencialidade de sua existência e à sua destinação, trazendo para o cenário nacional teses defendidas pelos países desenvolvidos.

A problemática das forças Armadas situa-se, podemos concluir, em dois universos. O primeiro está no campo dos recursos que lhes são necessários para atender, de forma compatível, à estatura político-estratégica que a Nação está a exigir. O segundo refere-se às limitações dos recursos disponíveis.

Ao longo dos anos, as FFAA consolidaram problemas que lhes renderam óbices, dos quais convém ressaltar: a falta de articulação adequada interforças, ajustada à evolução da conjuntura, exigindo uma definição melhor de um sistema FFAA; a falta de um maior comprometimento dos planejamentos estratégicos e operacionais, em

função da indefinição de políticos e estratégias nacionais; as tendências a agravamento da situação frente à priorização de outros setores, numa conjuntura adversa; o desequipamento e a obsolescência do seu material; e um "afastamento" maior da sociedade, traduzido pelos questionamentos quanto ao seu custo/benefício, à sua eficácia, etc.

O conflito entre segurança e desenvolvimento na priorização dos recursos assume, dessa forma, importância marcante posto que, de um lado, temos o quadro mundial influenciando nos destinos do País e, do outro, a escassez de recursos para a solução de graves problemas sociais.

Torna-se essencial o debate. Mas ele será inócuo se não houver uma compreensão precisa do cenário de atuação das FFAA, seja no campo externo, seja no interno. Para isso, ações conjugadas, políticas, diplomáticas e militares, buscando a necessária integração, externa e interna, são desejáveis, não só como forma de evitar-se um perigoso isolamento político e econômico, como, também, de consolidar a essência do papel das FFAA, vetor de sustentação da política externa e da garantia da lei e da ordem. Só assim compreender-se-á a destinação das Forças Armadas, sua dimensão, suas missões.

Uma vez compreendido o cenário, deve-se levar em conta, num processo de adequação de meios às FFAA, os fatores condicionantes representados pelas vulnerabilidades do país. Entre elas ressaltam: a necessidade de autoafirmação do poder civil; as dificulda-

3. Conforme se constata de sua decrescente participação no PIB e na OGU.

des de neutralização de pressões externas em função de variáveis econômicas e tecnológicas; a visão distorcida quanto às suas missões e quanto ao instrumento de ação política que representa; a perda, pela União, de maior capacidade de direcionamento de recursos, em função da Constituição de 1988; a descrença da sociedade na existência de ameaças à soberania nacional; a tendência à valorização das ações complementares das FFAA; a dispersão de esforços na área de C&T; e a resistência, na área militar, à idéia de uma reorganização administrativa.

Deve-se porém atentar, governo e sociedade, para o fato de que conflitos surgem, não porque as nações sejam subdesenvolvidas, mas sim por lutarem para deixar de sê-lo. É o que está a indicar o quadro mundial. Assim, a problemática está na necessidade de ajustar-se segurança e desenvolvimento, quanto à formulação de políticas globais e quanto à distribuição de recursos.

O Brasil não está imune ao conflito N-S. Faz-se, pois, mister que as vulnerabilidades sejam reduzidas capacitando o País a alavancar o desenvolvimento e a projetar poder, mesmo que em âmbito regional.

Ciência e Tecnologia são hoje os principais fatores a determinar a posição de um Estado no concerto das nações. É imperioso, assim, reformular estratégias, compatibilizando-as com os novos conhecimentos. Sem isso, as FFAA enfrentarão duplo problema: falta de treinamento e falta de meios adequados.

Essas reformulações devem entretanto estar perfeitamente dimensionadas em relação ao ambiente nacional, harmonizando as necessidades de suas expressões de poder.

A otimização far-se-á pois: com a visualização de uma força militar capaz de garantir a projeção de poder que se deseja e a integração regional, atuando em organismos internacionais, dissuadindo ameaças, readquirindo a capacidade de desenvolver um projeto estratégico independente; através da abordagem realística da integração sistêmica das FFAA, a se relacionar com o sistema nacional e com o ambiente, buscando, na eficácia e na eficiência, uma resposta de otimização; pela busca de vantagens realísticas e atingíveis, associando objetivos e meios, influenciando no futuro, transformando estímulos em resultados; demonstrando que a dimensão das FFAA está relacionada com a vocação de grandeza do Estado, estabelecendo uma interação com a sociedade, envolvendo elites e governo no desenvolvimento de estratégias e na alocação dos recursos indispensáveis para implementá-las; com o desenvolvimento de uma doutrina de emprego, única forma de maximizar a capacidade de o sistema atuar; com um adequado sistema de informações estratégicas, que proporcione a implementação das estratégias concebidas e a maximização de seus resultados; privilegiando os recursos humanos, através de especializações em busca de tecnologias; e, em resumo, na alocação dos meios e na sua melhor aplicação.

Nessas condições, na atual conjun-

tura, de grandes problemas econômicos e sociais, não se pode admitir erros de avaliação e ignorar a íntima relação entre os poderes civil e militar. A distribuição de recursos às Forças Armadas é bastante influenciada por questões de ordem econômica, social e, mesmo, pela incompreensão do seu papel no processo de tomada de decisão, o que as torna extremamente vulneráveis para o efetivo exercício de sua destinação constitucional.

A problemática está a indicar um ajustamento maior entre os conceitos de segurança e desenvolvimento, quando da formulação de políticas globais. Um debate maior é imperativo na busca da otimização dos recursos, seja na sua obtenção, seja no direcionamento das prioridades, seja, por fim, na sua utilização, fruto da integração de processos de planejamento, organização, execução e controle, na busca da necessária eficácia e eficiência.

"Sem possuir armas próprias, nenhum principado está seguro; está, antes, à mercê da sorte, não existindo virtude que o defenda nas adversidades" (Maquiavel).

Extraído do resumo do relatório do trabalho em grupo organizado por exigência curricular e integrado pelo Cel Inf Maury Ferreira Martins, Cel Inf Antonio Carlos Morgado e Cel Inf Agostinho Monteiro Neto, estagiários do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), em 1992.

SEPARATISMO NO BRASIL

Caio Lóssio Botelho

A infundada tese do *separatismo*, que ora grassa em nosso País, evidencia o despreparo de certas camadas de nossa população, que se arvoram em se considerar *élites* do nosso processo político-cultural.

Antes de mais nada, convém conceituar, o que seja *Estado, País, Nação, tribo, povo e soberania*, para se ter uma consciência nítida da organização política de nossa sociedade.

Vale destacar que o *Estado* é uma entidade *tridimensional* composta pelos seguintes espaços:

- **Espaço Físico:** representado pelo *território*, que, quando tem a sua fronteira política demarcada e fixada, passa a se constituir em *País*;

- **Espaço Humano:** composto pela *população*, representada sob a forma de *Nação, povo e mesmo tribo*;

- **Espaço Político:** expresso pela *soberania*, propriedade de independência suprema de um Estado, e que não deve a sua validade a nenhuma outra ordem institucional superior, a não ser o *direito* e a *moral*. É o fator de *reconhecimento internacional*. A soberania de governo, contida no espaço político, é denominada, pela Escola Política de Manheim (Alemanha), de *Reich*.

O simples desaparecimento de um desses elementos implica *ipso facto* no desaparecimento do Estado.

Sabemos que o Estado é uma sociedade (povo) ou uma comunidade (tribo)

ou Nação) política e juridicamente organizada sobre um território (País), sob uma autoridade política (soberania, poder e governo) e imperativo do Direito (Leis).

A *tribo* é uma comunidade política primitiva, constituída por pequenos aglomerados locais, que falam a mesma língua e compartilham de características culturais (crenças, usos, costumes etc.).

O *povo* é uma sociedade politicamente organizada e fundada em princípios jurídicos.

A *Nação* é uma comunidade politicamente organizada e fundada em princípios éticos (morais), psicológicos e histórico-sociais.

O *Estado* pode existir apenas com a tribo ou com o povo, mas somente será grande e duradouro se repousar sobre a Nação.

O esquema da página seguinte apresenta a distinção entre *Povo* e *Nação*.

No conceito desses elementos temos que distinguir duas *linhas de evoluções*: a *Linha da Evolução Política* (sociedade), que partiu do Governo, e deu origem ao *povo* e ao *Estado*, e a *Linha de Evolução Histórico-Social* (comunidade), que partiu da família, clã, tribo até chegar à *Nação*.

A nossa unidade política e cultural tem raízes profundas, que se ligam à sábia política antropológica (cruzamentos de raças e povos) e ecológica (integração das regiões equatorial, tropical e temperada) por Portugal, que foi capaz de *integrar* cultural e politicamente toda nossa população numa unidade de fundo psicológico, liberal, racial, cultural, lingüístico e geográ-

fico.

Todos esses elementos interagiram numa harmonia e unidade perfeitas, a ponto de o espaço político brasileiro, formar um único Estado (União) do Planeta, onde o país, o povo, a Nação se integram numa simbiose e numa coesão tão sólidas que, apesar das diversas crises da nossa História, política, econômica e moral, não foram capazes de romper a coesão nacional.

Por outro lado, a unidade (nacional) foi reforçada dentro de uma postura, onde se construiu uma *cultura* puramente nacional e, sobre essa cultura, estamos erguendo a maior *civilização* dos trópicos no Planeta.

Há, portanto, uma consistência, não apenas *política*, que se apóia na forma, na ordem, na solidariedade mecânica, com base na razão e organização (povo) e, também, assentada na matéria, na substância, onde a solidariedade é orgânica, com base no instinto e organismo (Nação), mas sobretudo, na *cultura*, fruto do espírito coletivo resultante da combinação de muitos elementos *que*, através de uma síntese dialética, levou à sublimação espiritual de nossa cultura, que foi capaz de integrar as nossas regionalidades e as nossas diversidades, dando margem à uma unidade política em base nacional.

A nossa coesão é tão forte que, enquanto a América Espanhola fragmentou-se em vinte e duas repúblicas, a América Lusitana, historicamente, deu origem apenas a uma única unidade política cultural — o Brasil. Por outro lado, a coesão foi tão marcante que, em nosso País, formou-se o maior espaço político do mundo a falar uma

POVO

1. Uma entidade política, fundada em princípios jurídicos.
2. Baseia-se numa solidariedade jurídica — local da cidadania.
3. Uma sociedade política apoiada em princípios jurídicos.
4. A unidade política é apoiada numa cultura.
5. A unidade é feita por leis (coação), conjunto heterogêneo.
6. Baseia-se na cidadania, isto é, os direitos e os deveres para com o Estado (leis).
7. É uma sociedade política, onde se estuda a forma, a ordem; e a solidariedade é *mecânica* com base na razão e organização (*aí a gente está*).

NAÇÃO

1. Uma entidade ética, psicológica e cultural, fundada em princípios políticos, dentro de uma realidade histórico-social.
2. Baseia-se numa solidariedade histórica, das lutas, dos triunfos, das derrotas, onde se cria uma hegemonia espiritual.
3. Uma comunidade política apoiada em princípios histórico-social-moral.
4. A unidade política é apoiada numa civilização.
5. A unidade é feita por integração espontânea de fundo psicológico (conjunto homogêneo).
6. Baseia-se numa consciência coletiva (comum): de origens, crenças, costumes, tradições, vontades, necessidades, aspirações e ideais comuns, de origem cultural, mas que procura se assentar numa civilização.
7. É uma comunidade política, onde se estuda a matéria, a substância; e a solidariedade é *orgânica*, com base no instinto e organismo (*aí a gente é*).

só língua (Portuguesa).

Como vemos, a nossa unidade política, foi *construída da base para a periferia*, isto é, da consolidação da Nação — povo para o Estado, o inverso dos Estados Soviéticos, iugoslavo, Austro-Húngaro e da África do Sul, que foram construídos de periferia (Estado) para as bases (Nação e povo), sem nenhum liame histórico de integração cultural. Os próprios Estados Unidos da América do Norte tendem a se fragmentar em dois Estados, devido aos conflitos étnicos (raciais) que estão favorecendo a formação de duas Nações: uma de população branca e outra de população negra, pela falta de um grande contingente *mestiço* integrador de sua unidade, como ocorre no Brasil.

Os cinco séculos de História nos legaram um *País* com mais de 8.511.000.000km² e o aparecimento de uma *única Nação*, que se superpõe com o povo brasileiro, nesses quase quinhentos anos de luta para o domínio da natureza tropical e a integração das diversas etnias e ecologias, onde o solo pátrio se manteve intacto, íntegro e indivisível.

A construção de nosso *Estado-continente* foi feita de maneira ordeira e pacífica. Quando agredidos, lutamos para conservá-lo, jamais para aumentá-lo, como aconteceu contra as guerras do invasor francês, holandês ou paraguaio.

Nossa diplomacia, respeitada internacionalmente, venceu pela força dos argumentos e não pela força imperialista, graças à inteligência e à visão estratégica dos grandes estadistas,

como o Barão do Rio Branco, que incorporou ao território brasileiro mais de 480.000km², sem derramamento de sangue. Quando acontecia um impasse, aceitávamos a mediação.

Se levamos a Linha de Tordesilhas nos ombros, indo deixá-la nos primeiros contrafortes da Cordilheira dos Andes, foi porque, na época, o Brasil, com a união das coroas lusitana e espanhola, tornou-se uma colônia espanhola e, para os reis de Castela, era mais prático o avanço sobre a Amazônia a partir da calha deste rio do que ultrapassar as cumieiras dos Andes. Por ordem do Rei, coube a nós, brasileiros, os sacrifícios de ocupar, colonizar e dominar tecnologicamente, a maior *floresta tropical do Planeta*.

Passados três séculos dessa epopéia, surgem algumas organizações não-governamentais, apoiadas ostensivamente por governos e organismos financeiros poderosos, para que o governo brasileiro, subservientemente, *esqueça* nosso passado histórico, cheio de glórias e orgulho nacionais, e aceite imposições alienígenas.

Chegou-se mesmo ao absurdo de se ceder um pedaço do Brasil, para se formar uma *reserva à tribo ianomâni*, anexada a uma outra reserva da Venezuela, para assim se consolidar uma suposta “nação ianomâni”, o que é uma aberração. Não existe uma *nação ianomâni*, existe sim, é uma *tribo ianomâni*, como podemos concluir, do estudo inicial da caracterização de Estado e Nação.

Achamos mesmo ser uma incoerência ceder a uma tribo de oito mil índios, um território *duas vezes maior*

do que o do Estado do Rio de Janeiro.

Somos contra o uso de sofismas ao tentar elevar a tribo ianomâni à condição de Nação, para se criar uma nação ianomâni dentro da *nação brasileira*, procurando assim desestruturar o Estado do Brasil, que até hoje conseguiu, graças à colonização lusitana, a aventura de construir uma *única Nação* dentro do nosso País.

Com tal atitude passaremos a desrespeitar os quinhentos anos de nossa História, carregados de lutas e sacrifícios de brasileiros, que criaram um só País, em cujo País se superpõe um só povo e uma só Nação brasileira, fato este inusitado no Direito Internacional.

É de se lamentar que, ferindo a nossa História, a nossa Geografia e a

nossa Constituição, tenham sido dados os primeiros passos para "entregar" um pedaço deste País continente, que herdamos de nossos antepassados, para uma "suposta nação" indígena, patrocinada por organizações alienígenas, talvez com fins escusos.

Portanto, falar-se em *separatismo no Brasil* é um "modismo" que não tem nenhuma consistência científica. O que ocorre, evidentemente, é um fenômeno social, que, em períodos de crises econômicas, as disputas de mercado que antes podiam ser vistas como impulsionadoras do progresso, passam por uma *distorção social* na concorrência da competição do mercado de trabalho.

O PRAZER VALE UMA BRAHMA.

A CERVEJA

Nº 1





FORÇAS ARMADAS EM TEMPO DE PAZ: REFLEXÕES (*)

Oacyr Pizzotti Minervino

O artigo elabora uma análise sociológica das disfunções que as forças armadas sofrem, quando submetidas a prolongado período de paz. Nele são destacados aspectos relacionados à política, à estratégia, à economia e às operações psicológicas. Conclui apresentando uma condensação das tendências à desagregação das forças armadas e uma apreciação de soluções para se antecipar a ela.

QUE EXÉRCITOS SÃO ESSES?

Ao longo do curso da História, surgiram nações que expandiram os seus limites territoriais, fazendo os poderes político, econômico, cultural e militar ultrapassarem suas fronteiras originais. Subjugaram, pela força, povos menos organizados e desenvolvidos, construindo grandes impérios. Forjaram seu crescimento à custa de guerras que, pouco a pouco, ampliaram suas áreas de influência. Para expandir os limites de seus territórios contínuos, implantar colônias e criar zonas de influência, cada uma dessas potências se viu obrigada a for-

mar uma força armada forte, adestrada, disciplinada e com tradições próprias, dotada ainda de alto grau de flexibilidade. Estariam, assim, em condições de absorver novas tecnologias, capazes de ampliar seu poder de combate, através da mobilidade, do poder de choque e de um apoio logístico adequado.

É de se supor que exércitos de países tão extensos e poderosos, frutos de sociedades desenvolvidas, para o momento histórico a que pertenceram, estivessem sempre bem equipados, adestrados e capacitados a entrar em combate a curto prazo, com alto grau de eficácia. É também de se esperar dos povos e dos governos desses países, que durante tantos anos estiveram envolvidos em guerras, a

* Selecionado pelo PADECEME

consciência da necessidade de se prepararem para a guerra, provendo as suas forças armadas com os meios materiais, financeiros e o apoio moral necessários ao cumprimento das suas missões.

Surpreendentemente, nem sempre essas suposições condizem com a realidade. O estudo da História nos conduz a fatos que contradizem essas idéias, como procuraremos mostrar nos dois itens que se seguem.

Neles, serão descritos dois exércitos, pertencentes a países contemporâneos, de grande população e extensão territorial. Nos períodos históricos em que são apresentadas as "radiografias" de suas situações, os respectivos países já desfrutavam de considerável influência e poder regional. Os textos que se seguem foram extraídos de livros publicados e bastante conhecidos. São, na verdade, condensações dos textos originais que sofreram adaptações, em sua maioria consistindo da supressão de palavras e modificações dos tempos dos verbos, visando a não permitir a identificação imediata dos exércitos a que se referem.

Um desafio ao leitor: veja se é capaz de identificá-los.

Exército nº 1

A nação vive a euforia do início do século 20. Seu exército empreende algumas reformas, que sofrem violentas críticas dos políticos oposicionistas, pois a instituição se converteu no principal inimigo dos revolucionários de

ideologia marxista que desejam alterar o regime. Simultaneamente, a industrialização faz grandes progressos e o país conhece uma expansão econômica sem precedentes. Apesar disso, o alto comando permanece imune às reformas. A necessidade de agradar ao poder, para galgar ao generalato, e o temor permanente de desgostar o chefe, para não perder a comissão, explicam de sobejo a inépcia do alto comando, com exceção de alguns raros generais.

As paradas e os desfiles assumem papel preponderante.

A despeito do serviço militar obrigatório, nem 50% dos jovens servem à instituição, os demais obtêm isenção por privilégios injustificáveis. Os apadrinhados furtam-se ao serviço militar.

Os generais são, de modo geral, incompetentes, acomodados e subservientes. Os chefes de algum valor ignoram completamente a situação social do país e, por isso, serão ultrapassados pelos acontecimentos, quando forçoso lhes for tomar decisões de cunho político.

O corpo de oficiais pode ser considerado bom, no seu conjunto. A ampliação e excelente rendimento de suas escolas de formação, de aperfeiçoamento e de especialização têm produzido bons resultados. Bem instruídos e profissionalmente capazes, apegados à tropa e sobretudo valentes, os oficiais são verdadeiros condutores de homens. Contudo, o corpo de oficiais não apresenta homogeneidade. Superando a clássica e universal competição de armas, distingue-se uma rivalidade de classes entre os oficiais com e sem o

curso de estado-maior.

Os oficiais têm origens sociais muito heterogêneas. A posição social do oficial é das mais modestas. Soldos baixíssimos, péssimas guarnições, desprestígio público e obrigação de manter uma representação condigna, só tendo compensação no amor à profissão. Sua situação econômica e a implacável vigilância política fazem-nos correr sérios riscos de estagnação e conformismo. Muitos deles, por ambição, amor ao estudo ou reação contra a ignorância, candidatam-se ao Curso de Estado-Maior. Sendo o número de aprovados muito reduzido, é natural que surja um grande número de descontentes e frustrados que hostilizam o Quadro de Estado-Maior.

Como consequência das isenções graciosas, a tropa é formada, em quase sua totalidade, da classe menos favorecida. Disciplinada, religiosa e bem instruída, continua a dar provas de bravura, tenacidade e espírito de sacrifício.

A doutrina dá grande ênfase às forças morais. O espírito-de-corpo, com suas tradições e canções compostas pelo seu próprio pessoal, a veneração à Bandeira e o cumprimento em uníssono ao chefe demonstram o cuidado extremo do exército com o moral dos seus homens.

Exército nº 2

A nação vive a transição entre as 1ª e 2ª Guerras Mundiais.

O Exército espelha as atitudes do povo. O que hoje acontece já ocorria há um século. A massa de oficiais e

praças é destituída de qualquer senso de urgência. Atletismo, recreação e entretenimento têm precedência, na maioria das unidades, sobre o treinamento sério. Alguns dos oficiais, devido aos longos anos de paz, criaram para si mesmos profundos sulcos de rotina profissional, dentro dos quais se abrigam contra as irritantes idéias novas e os problemas perturbadores. Outros, atolados num posto por muitos anos, pois o tempo de serviço é, praticamente, a única base para a promoção, abandonaram a esperança de progresso.

Não há nenhuma defesa segura contra carros de combate ou aviões modernos. As tropas carregam modelos de madeira de morteiros e metralhadoras e podem estudar as novas armas apenas por cópias de desenho técnico. Equipamentos de todo o tipo estão em falta, e muitos dos que estão em uso foram, originalmente, produzidos para a última guerra.

Além disso, as verbas militares durante a última década restringiram os treinamentos à base de pequenas unidades. Mesmo a munição de armas portáteis, para tiro ao alvo, é racionada e distribuída ocasionalmente.

Veículos, carros-de-combate modernos e equipamentos antiaéreos são criticamente escassos.

O exército concentra-se em cuspir e polir formaturas para revistas e paradas, porque o povo, na sua repugnância à guerra, nega a si mesmo uma situação militar razoável.

A doutrina e a teoria militares, conseqüentemente, não podem ser suplementadas com a aplicação prática; os oficiais e as praças não possuem a se-

gurança, que se obtém apenas com a experiência e a prática em campanha.

Apesar da crescente preocupação com a guerra, a nação está tão despreparada para aceitá-la com seriedade, que o treinamento não pode ser conduzido em imitação realística do campo-de-batalha. Tem de ser efetuado no estilo xarope calmante, calculado para levantar o mínimo de ressentimento dos soldados e das famílias. Muitos oficiais superiores têm medo de uma manchete sensacionalista contra a exposição dos soldados ao tempo inclemente ou ao cansaço de extensas manobras e, assim, não ordenam o único tipo de treinamento que renderá dividendos, tão logo as balas comecem a voar.

Ao leitor menos avisado, as descrições desses exércitos não parecem pertencer a países poderosos que estavam à beira de um conflito. E mais, que algum dentre eles pudessem chegar à vitória final em uma guerra de vulto.

É difícil de acreditar, mas a descrição nº 1 corresponde ao exército russo, às vésperas da 1ª Guerra Mundial, e consta da publicação do Curso de Preparação à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro, de autoria do tenente-coronel Ney R. Rezende, de 1968, com o título *A Revolução Comunista na Rússia*. A de nº 2 retrata o exército dos Estados Unidos, no início de 1940, em plena 2ª GM, descrito pelo general Dwight D. Eisenhower, em seu livro *Cruzada na Europa*, publicado pela Biblioteca do Exército.

FORÇAS ARMADAS (FA) NOS PERÍODOS DE PAZ

As Forças Armadas são organizações estruturadas para a aplicação da força com violência, pela utilização dos recursos de toda a ordem que a nação for capaz de dispor.

Tendência a desvirtuamentos na avaliação dos Recursos Humanos

Imobilizando-se um membro sadio de um ser humano, pelo curto espaço de dois meses, ao ser quebrado o gesso, ele não é mais capaz de exercer as suas funções normais. Para que as diversas juntas voltem a funcionar, será necessário realizar uma série prolongada e dolorosa de exercícios.

As FA, como o ser humano, se constituem em uma entidade viva. Fazem parte do tecido social da nação. Da mesma forma que a imobilização pode atrofiar uma perna, os períodos de paz provocam disfunções nas Forças Armadas. Assim, para que estejam aptas a cumprir as missões para as quais foram criadas, elas necessitam exercitar-se com frequência. As FA carecem de experiência bélica para se manterem adestradas.

Quando passam por período de paz prolongado, mesmo realizando manobras de instrução, vão se desvirtuando das características básicas, indispensáveis ao cumprimento das missões precípuas.

A ferramenta básica das FA é o homem. Por isso, os problemas de maior

magnitude surgem nessa área. Como avaliar a obstinação, a vontade de atingir o objetivo no cumprimento da missão, a coragem e a liderança em combate? Por maiores que sejam os esforços para reproduzir, na paz, as condições do combate real, nunca se poderá atingir o clima de tensão que conduz ao desgaste emocional provocado pela guerra. Por isso, são tão frequentes os exemplos de militares brilhantes e corajosos na paz, mas que falham fragorosamente no combate.

Primeira grande dificuldade: — qual o melhor critério de valorização, a fim de selecionar os mais capazes para a atividade precípua?

Nessa área, há a tendência à distorção na avaliação, levando-se em conta fatores nem sempre adequados às finalidades das FA.

A dificuldade para medir o desempenho conduz ao estabelecimento de premissas que, mais das vezes, não têm nenhuma relação com o objetivo fundamental das FA. As conseqüências desse fenômeno são danosas à instituição militar, porque, nem sempre, são valorizados os indivíduos que, realmente, seriam mais capazes em combate.

Formam-se grupos que buscam dar destaque ao seu desempenho e importância na organização. Trabalham por vias indiretas, de forma a obter o reconhecimento oficial desse ponto de vista. Daí surgem vantagens de todo o tipo para os grupos com maior capacidade de pressão. Com o passar do tempo, as unidades de combate, fulcro de uma FA, tendem a ser as relegadas a um plano inferior no quadro

de valores estabelecido.

A formação de grupos privilegiados é danosa para a organização militar, levando a insatisfação ao grosso dos efetivos. Decorre a perda do entusiasmo e da iniciativa, conduzindo a um antagonismo, pelo qual os grupos se digladiam internamente, passando o inimigo a ser uma ameaça secundária.

Outra tendência observada no setor de recursos humanos é a do envelhecimento dos quadros. As promoções passam a realizar-se, basicamente, por antiguidade, pela dificuldade de avaliação do combatente. Além do mais, o grupo que atingiu os mais altos postos tende a desejar o prolongamento de sua permanência na ativa.

Ocorre, também, a tendência de se amenizar as normas para a convocação do serviço militar. A médio prazo, esse fenômeno induz a que as FA sejam integradas, quase completamente, pelas classes sociais menos favorecidas. Também são frequentes as campanhas conduzidas contra a forma de treinamento do pessoal, todas as vezes que se busca dar-lhe semelhança às situações de combate.

Tendência a um processo de esclerose da estrutura organizacional

O segundo grande problema que as FA enfrentam, nos períodos de paz, refere-se ao processo de esclerose dos canais de informações administrativas, de combate e estratégicas, e dos canais de decisão. Isso resulta na dificuldade para a inovação e à adaptação do po-

der militar às novas situações, e implica na tendência à manutenção do *status quo*. Ocorre a concentração das decisões nos escalões mais elevados, independentemente do nível de importância da decisão a ser tomada, situação que dificulta a cooperação e tolhe a iniciativa do pessoal.

Paralelamente, ocorre a exacerbação das funções de chefia, pressupondo-se a existência do comandante onipresente e onisciente. Surge a figura do chefe que acha que deve saber de tudo que acontece, do parafuso ao canhão. Cada chefia passa a ser um gargalo, por onde, obrigatoriamente, circulam todos os assuntos administrativos, táticos e estratégicos, independentemente da sua importância. O gargalo se estreita na razão direta do grau de centralização imposta pela personalidade do chefe. Ocorre o retardo nas decisões importantes, em virtude do tempo gasto em trivialidades. A consequência mais funesta desse processo é a de se dedicar pouco tempo para as decisões dos problemas de grande envergadura e complexidade. Normalmente, chega-se às soluções de problemas fundamentais sem que os estudos sejam aprofundados e maturados.

Essa situação não permite a especialização dos chefes, em virtude da multiplicidade de atribuições e, também, da rotatividade de cargos que lhes é imposta.

Quando os períodos de paz são muito prolongados, há o risco de se atingir um grau de rigidez estrutural tão elevado que não é possível o flexionamento da organização, mesmo em face dos mais evidentes indícios de que

a guerra é iminente. A inflexibilidade das normas, critérios, princípios e tradições estabelecidas e vividas durante todos os anos de paz não permitem que o alarme evidente flexione a estrutura, de forma a introduzir as modificações indispensáveis ao enfrentamento que se aproxima.

Esse fenômeno conduz a atitudes e a decisões incompreensíveis, quando analisados por um observador afastado, no tempo e no espaço, do evento em estudo. Um exemplo dessa afirmativa foi a carga de Cavalaria lançada, no decorrer da 2ª Guerra Mundial, pelos poloneses, contra os blindados alemães.

"Em meio à neblina que cobre as planícies da Pomerânia, avançam os tanques da Divisão Panzer 3. À frente, marcha, num veículo blindado, o general Guderian, teórico e mestre da Blitzkrieg.

.....
"Avançando a toda velocidade, Guderian chega na noite de 1º de setembro às margens do Vístula. O cerco está fechado!

.....
"Tem lugar, então, um dos mais dramáticos episódios da campanha.

"Pondo-se à frente dos seus cavaleiros, o general Crzont-Skotnicki, chefe da brigada "Pomerânia", desembainha a espada e lança-se a todo o galope sobre os tanques alemães, numa desesperada tentativa de romper o cerco. Sem titubear, os seus soldados o seguem. Levantando gigantescas nuvens de poeira, a enorme massa de cavaleiros avança velozmente, espada e lança à mão, para os blindados. Hor-

rorizados, os alemães procuram repelir o ataque. O heróico e terrível sacrifício conclui-se em poucos minutos. Um após outro, os esquadrões são esmagados pelo implacável fogo dos canhões e metralhadoras. Alguns cavaleiros que conseguem atravessar a mortífera barreira, quebram, impotentes, as frágeis lanças contra o aço dos tanques."¹

O que teria levado um general a tal decisão? O que teria levado o Exército Polonês a não acompanhar a doutrina de combate de um dos seus mais prováveis inimigos?

A explicação está no processo de esclerose organizacional. Ela faz com que o objetivo principal da instituição seja perdido de vista e as FA passam a ser conduzidas para metas que nada têm a ver com a sua atividade precípua. A doutrina torna-se inadequada, os materiais obsoletos para os fins a que se destinam, a logística sem flexibilidade e inoperante, o pessoal despreparado. Enfim, perde todo o senso de objetividade, repetindo-se as soluções inadequadas para os conflitos atuais e futuros. Isso ocorreu com a França entre a 1ª e 2ª Guerras Mundiais. Preparou-se para uma guerra de posições, como a de 1914/18, e foi surpreendida pela guerra de movimento imposta pelos alemães.

Tendência ao pacifismo

É difícil convencer um povo, que vive o dia-a-dia com tranquilidade e segurança, da necessidade de destinar recursos financeiros e humanos às FA. A ameaça parece muito distante. Espera-se que o bom senso sobrepuje as divergências e se chegue a uma solução pacífica de consenso. A proporção que o período de paz se estende, formam-se grupos que defendem o pacifismo e a ecologia, dando ênfase aos gastos desnecessários com as FA. Algumas vezes, esses sentimentos são exacerbados, chegam ao antimilitarismo, questionando quanto à conveniência de se manter uma força militar. Evidentemente, além do sentimento natural, nascido internamente, tais atitudes podem estar sendo estimuladas, subrepticamente, pelos prováveis inimigos.

Falta a esses grupos o conhecimento da História. Nela, constata-se que o enfraquecimento do poder militar conduz ao desaparecimento do Estado, pela submissão a outra nação mais forte.

Tendência à restrição crescente dos recursos

O distanciamento da possibilidade de guerra conduz à natural aceitação, por parte da sociedade, de que os gastos com as FA constituem desperdício. Tende-se a lhes destinar, a cada ano, uma parcela menor de recursos financeiros. A curto prazo, as consequências não são graves, nem muito sentidas, porque sempre há um determi-

1. Extraído da publicação *A Segunda Guerra Mundial* — Vol 1 — Publicação semanal ilustrada. Editada por Editorial Codex S/A, Maipu 88, Buenos Aires. Distribuição GROlier — Comércio e Importação de Livros Ltda. — São Paulo-SP.

nado número de projetos não essenciais que podem ser cancelados.

A longo prazo, no entanto, as seqüelas são desastrosas. A falta de recursos conduz à insatisfação dos militares. Os elementos de maior capacitação sentem-se desestimulados a se orientar para a profissão militar, mesmo que possuam aptidão, e gosto, para a carreira.

A manutenção torna-se precária, pela falta de suprimentos e pela baixa qualidade dos recursos humanos. O sucateamento e a "canibalização" dos materiais passa a ser prática corrente. O pouco material adquirido é entregue através do tráfico de influência, o que redundará na distribuição inadequada, sem a visão do conjunto. Os poucos recursos existentes, para a compra de equipamentos e armamentos, são disputados acirradamente pelos interessados, sendo utilizados todos os meios de pressão disponíveis. Para atender a um número maior de pretendentes, pulverizam-se esses recursos. Ao final de algum tempo, nada funciona. De que adianta ter o canhão se não há a viatura para rebocá-lo, o fuzil sem a munição ou o carro-de-combate sem o rádio para a coordenação do seu emprego?

Os projetos de modernização e reequipamento vão sendo postergados ou caminham lentamente. Com a crescente rapidez da evolução tecnológica, essa situação conduz as forças armadas, a médio prazo, à estagnação, à inoperância e à impossibilidade de cumprir, mesmo que parcialmente, quaisquer das missões que lhes sejam atribuídas.

PROPOSTAS DE SOLUÇÕES

Equacionamento do problema

Supondo-se que as conclusões da análise realizada anteriormente estejam corretas, como justificar a eficiência e a eficácia apresentadas por muitos exércitos, demonstrando excepcional desempenho na guerra, apesar de o país estar em paz há muitos anos? Como explicar a eficiência e a eficácia do Exército Alemão, no início da 2ª Guerra Mundial, ou do Exército Inglês nas Malvinas?

O primeiro passo para a solução de um problema é tomar consciência que ele existe. As nações possuidoras de longa tradição, cujas gerações tiveram que travar lutas prolongadas, para manter o direito sobre o seu suporte territorial e gozar do livre arbítrio nacional, sabem que a guerra é uma luta de vontades. Porém, a vontade não se externa somente no momento do conflito. Ao contrário, é nos tempos de paz que o poder nacional deve ser desenvolvido, visando ao objetivo principal da segurança nacional. Sem dúvida, o poder militar é um componente importante nesse contexto. Por isso, buscam combater as tendências apresentadas anteriormente.

A conscientização de que o fenômeno existe leva as elites dessas nações a equacionarem o problema e a tomarem providências, que visem a atenuar seus efeitos, evitando a tendência à inoperância das suas FA em tempo de paz.

Recursos Humanos

Uma sugestão, para se antepor aos

problemas apresentados, está em se ter como meta prioritária o aprimoramento dos recursos humanos do poder militar, em todos os aspectos do amplo espectro que envolve esse fator.

O cerne da solução está em possuir um quadro de pessoal dotado de boa capacidade intelectual e moral. Na realidade, a grandeza das FA reside na capacitação do pessoal que a compõe.

O *status* que a sociedade concede ao militar é importante. No entanto, o prestígio da profissão é mais uma consequência da qualidade e do comportamento dos seus integrantes, do que uma causa. Compete aos dirigentes das FA estabelecerem, como um dos objetivos a atingir, a obtenção do prestígio dos militares na sociedade.

Para se ter pessoal capacitado, é necessário tornar a carreira militar atrativa, através de um plano de carreira coerente, estímulos profissionais e remuneração condizentes com o estágio da economia local.

Não há dúvida de que a remuneração e o *status* são fatores importantes para atrair pessoal qualificado. Porém, o principal baluarte, para selecionar e manter recursos humanos de padrão moral e intelectual elevados, consiste no estabelecimento de um ideário, composto por idéias — forças nobres e inatacáveis, sob os pontos de vista ético e moral no contexto da sociedade em que a FA está imersa. Essas idéias mestras têm que impregnar todos os seus integrantes. Têm que moldar o comportamento da maior parte destes, a ponto de extrapolar a instituição e se projetarem sobre a

sociedade. Devem ser estabelecidos mecanismos que permitam a exclusão oportuna daqueles que transgridam essas normas básicas, independentemente da posição hierárquica ou cargo ocupado pelo militar.

Dois pontos não podem ser esquecidos: a educação, em todos os seus aspectos, e o incentivo à inovação.

A educação é responsável pela impregnação das idéias. Através dela, implanta-se o profissionalismo, aprimora-se o adestramento e se realiza o treinamento. É ela que irá moldar os padrões de comportamento do pessoal, para atingir os objetivos estabelecidos pela nação.

O desenvolvimento da capacidade de liderança de oficiais e sargentos deve ser buscado obsessivamente. Desde as escolas de formação, tem que ser incentivado o estudo e a prática da liderança. A implantação de um sistema de avaliação da capacidade do profissional é importante, para que cada indivíduo possa ter o desempenho analisado e corrigidas as distorções observadas. A instituição deve ser capaz de fazer com que o militar, ao exercer um posto de comando, em seus diversos níveis, seja um líder.

A hierarquia e a disciplina constituem-se na espinha dorsal de qualquer FA capaz. No entanto, é preciso ter em vista a dosagem, o equilíbrio e a forma de sua aplicação. Interpretações inadequadas têm levado muitas FA à estagnação, à perda da flexibilidade e da iniciativa, tornando-as instrumentos incapazes de aplicar, no campo-de-batalha, a força que lhes é inerente.

O conceito do que seja hierarquia e disciplina e a forma de implementá-las varia grandemente em cada país e de uma FA para outra. É interessante que fique bem diferenciada a separação entre a hierarquia e a responsabilidade funcional. A FA que não sabe definir perfeitamente esses limites tenderá à inoperância. Um exemplo simples esclarecerá melhor. Se um sargento mecânico de helicóptero afirma que a aeronave não pode levantar voo em virtude de um problema técnico, nem mesmo um brigadeiro poderá determinar o contrário. Caso o faça, terá de ser penalizado pelas conseqüências da sua decisão, pelos danos que venham a ser causados ao material e ao pessoal.

A disciplina cega, ao estilo prussiano, conduz à perda da iniciativa, tolhendo a criatividade e desestimulando o pessoal. A FA tenderá ao imobilismo, pelo não aproveitamento do potencial integral dos seus quadros. A crítica, desde que feita de forma respeitosa, com argumentação adequada e fundamentada em fatos concretos, é básica para a evolução da instituição. Por isso, a concepção do que seja disciplina deve ser flexível e vai variar de acordo com o nível educacional do pessoal. Devem ser previstos canais adequados para que possam fluir as críticas, ponderações e sugestões. Mais que isso, há necessidade de uma estrutura ágil que possa dar respostas adequadas e oportunas às críticas, pondo em execução as providências necessárias à solução dos óbices apresentados.

A avaliação de pessoal tem que ser criteriosamente analisada e sofrer re-

estruturas periódicas. Dois aspectos não podem ser perdidos de vista: a preservação do sentimento de unidade e a busca de atingir o objetivo principal da força militar. Esses elementos devem orientar as decisões relativas ao pessoal, sob o risco de que um desvio nesse setor conduza a sedições internas, com o conseqüente desvirtuamento das finalidades da FA.

A estrutura de promoções, estabelecida através de critérios claros e perfeitamente delimitados, deve permitir a ascensão dos mais capacitados em ritmo diferente da média, evitando, sempre que possível, as influências de amizade. A montagem dessa sistemática é complexa, pois o jogo de interesses é grande. No entanto, é preciso que os escalões mais elevados da Força estejam atentos, visando a evitar a estagnação nos postos e o envelhecimento dos quadros, procurando projetar os mais aptos, destacando-os da grande massa.

Política e Estratégia

A guerra é um fenômeno cuja maior abrangência encontra suas raízes nas áreas econômica e político-social. Em decorrência, é aconselhável que os governantes e os oficiais tenham a percepção de que as FA são apenas o instrumento da nação aplicados ao campo-de-batalha. Os fatores preponderantes para chegar à vitória estão no poder e na vontade nacionais. É a vontade da sociedade que vence a guerra, da qual a FA representa uma parcela. Por tratar-se de um problema político, conclui-se que sem políticas

adequadas é impossível vencer uma guerra. Apesar de a vontade nacional e das políticas adequadas serem fatores necessários e importantes, elas por si só, não são suficientes para obter a vitória. A estratégia, que traça os caminhos para atingir os objetivos políticos, e a logística, que apóia e supre os setores de aplicação da força sobre o inimigo, são os elementos que complementam os fatores necessários para impor a vontade sobre o adversário.

Para se fazer um quadro tem que haver um pintor. Para se pintar a tela da vitória há que se ter um artista. Quem elabora a política, traça a estratégia, organiza a logística, motiva, estimula, cria e mantém a vontade nacional são as lideranças do país. Sem líderes capazes e capacitados, em cada um dos setores que envolve a segurança nacional, é impossível alcançar a vitória. Tal como o pintor, a liderança vai fazer o esboço, misturar as tintas dos elementos básicos enunciados, visando a extrair o maior poder possível dos potenciais humano, psicológico, econômico e territorial do país.

Ultimamente, alguns cientistas políticos e sociais vêm propondo soluções e modelos nos quais as FA não dispõem de capacidade para influir nas grandes decisões político-estratégicas do país. A mais alta autoridade de cada uma das forças armadas, nesse esquema, ocuparia o terceiro escalão na hierarquia governamental ou outra posição secundária. Como justificativa para adoção dessa estrutura política, são levantados os argumentos de evitar o militarismo ou a tomada do po-

der pelos militares.

Alguns exemplos históricos indicam a tendência de que as nações que se expandiram, tornando-se fortes e respeitadas, tinham os militares em uma posição na qual possuíam uma ponderável capacidade de influir nas decisões governamentais. Muitas das vezes, foi um militar que deteve o poder.

Nos períodos históricos de insegurança político-social, líderes militares de alto valor foram requisitados para exercer a liderança nacional. De Gaulle, Napoleão, Washington, Grant etc., são alguns dos exemplos dessa tendência. Como se observa, não é o posicionamento dos chefes militares na estrutura do poder que impede a sua tomada pela força.

É também verdade que a História nos aponta um sem número de exemplos onde o poder exagerado exercido pelos militares levou alguns países à destruição, condenando-os, por vezes, ao desaparecimento, fracionamento ou colonização.

Essa superficial análise parece indicar que a melhor solução para a organização política é aquela onde haja parâmetros que permitam a participação das FA nas decisões nacionais, mas, simultaneamente, imponham freios que desestimulem a tomada do poder pelas mesmas. Evidentemente, na teoria é fácil de se alcançar esse equilíbrio. Na prática, é difícil balancear as forças em jogo. Como no poder não existe vácuo, a tendência é de que civis e militares ocupem o espaço deixado conforme as debilidades apresentadas por um dos lados.

Dois exemplos recentes mostram

como o distanciamento das FA das decisões políticas e estratégicas nacionais podem conduzir um país, por mais poderoso que seja, a dificuldades.

Na guerra da Coreia, Mac Arthur desobedeceu ordens presidenciais invadindo a Coreia do Norte, como única forma possível de não ser derrotado. Quando se justificou no Congresso, foi ovacionado. Jamais os Estados Unidos poderiam ganhar a guerra sem atacar o centro de gravidade estratégico do inimigo — a Coreia do Norte.² A mesma situação ocorreu no Vietnã. Mas, dessa vez, o erro (político-estratégico) não pôde ser corrigido.

A política nacional tem que ser coerente. Se o início de uma guerra localizada pode conduzir a uma guerra global e este é um risco que não se quer ou não se pode correr, é preferível chegar a um acordo, mesmo que desvantajoso. Foi o que os russos fizeram quando concordaram em retirar os mísseis de Cuba. Não é aconselhável iniciar um conflito que nunca poderá ser vencido, porque o país autolimita a sua área de atuação. Tanto no caso da Coreia quanto no do Vietnã, os fundamentos da ciência militar apontavam que, para vencer os adversários, seria necessário aos Estados Unidos destruir os centros de gravidade estratégicos dos inimigos. Como poderiam chegar a vitória se, logo de início, fora estabelecido, como premissa básica, não atingir esses centros?

2. Entende-se como centro de gravidade estratégico a região geográfica ou centro de poder do inimigo que, uma vez isolado, destruído ou neutralizado induzirá o adversário à derrota impedindo-o de prosseguir o combate.

O exemplo do Vietnã é interessante de ser analisado. Ele mostra, claramente, que a FA, mesmo capaz, forte, numerosa, adestrada, bem apoiada logisticamente e dotada de material com tecnologia de ponta, não consegue se impor ao inimigo se a política e a estratégia não forem as adequadas. A guerra só foi mantida enquanto houve possibilidade de estimular a vontade nacional. A partir do momento em que ela desfaleceu, só restou a solução de fazer a paz a qualquer custo.

A política e a estratégia têm que ser dirigidas para a destruição das fontes de poder do inimigo que sustentam a guerra. Elas não devem se concentrar sobre os membros que a executam, mas sim sobre o cérebro que a planeja, a conduz, a determina, e sobre o coração que a apóia, mantendo a guerra viva.

Outro setor onde as FA devem ter peso importante nas decisões é o da política externa. Os recursos destinados ao poder militar têm que estar compatibilizados com os objetivos dessa política. Um erro de avaliação nesse campo, normalmente, conduz o país a derrotas, perfeitamente evitáveis.

A Guerra das Malvinas é um exemplo desse erro de avaliação. Se a política externa argentina estabelecia a conquista das Malvinas pela força, seria necessário que, como medida prioritária, se preparasse as FA para a guerra. Tal fato não ocorreu. Até mesmo recrutas foram mandados para a linha-de-frente. E a consequência foi a derrota.

A Economia

Alguns militares se iludem, imagi-

nando que a política econômica coopera com a segurança nacional somente quando destina recursos financeiros às FA. Como em todo grande empreendimento, a guerra, para ser conduzida, necessita apoiar-se em uma infraestrutura. Esta se inicia no equipamento do território através:

- da instalação das fontes de energia suficientes para manter o esforço de guerra;
- da estruturação dos transportes, permitindo a circulação dos bens destinados à produção, à movimentação de tropas e de apoio logístico;
- da implementação dos meios de comunicações para o exercício do comando nos altos escalões;
- do desenvolvimento tecnológico para a produção dos bens necessários ao combate;
- da educação do povo, que multiplicará a capacidade do combatente; e
- da estrutura financeira ágil, capaz de viabilizar a produção e a aquisição dos bens empregados na guerra etc.

Sem essa infra-estrutura, será impossível empregar os meios de combate, por mais eficazes e modernos que sejam. Por isso, é necessário que os estrategistas estejam atentos às prioridades de investimento do país, de forma a compatibilizá-los com a política de segurança nacional. Não se pode perder de vista que, a curto prazo, pode-se tornar uma FA fraca em uma poderosíssima máquina de guerra, desde que o país possua a infra-estrutura adequada. Isso ocorreu com o exército dos Estados Unidos na 2ª Guerra Mundial. No entanto, o inverso não é verdadeiro.

A Psicologia de Massas e a Comunicação Social as Operações Psicológicas

Os aspectos psicológicos sempre estiveram intrinsecamente ligados aos conflitos. As operações psicológicas envolvem todo o espectro da guerra antes, durante e após sua deflagração. Ao inimigo procura-se diminuir ou anular a vontade de lutar. Para os nossos combatentes cria-se uma parafernália de símbolos, rituais, dogmas, doutrinas, idéias e ideologias (políticas, religiosas, nacionalistas etc.), visando à busca da unidade de pensamento, da valorização dos combatentes e do desenvolvimento da coragem. Mas o uso da psicologia de massa não fica restrito aos combatentes. A finalidade precípua visa a destruir a vontade de lutar da população do país a ser derrotado. Tanto melhor será o comandante-em-chefe quanto menor a oposição que encontrar do povo a ser vencido. Um exemplo, clássico e recente no gênero foi a incorporação da Áustria ao regime nazista da Alemanha, em 1938, através de plebiscito popular, pouco antes da 2ª Guerra Mundial.

As operações psicológicas, onde se utiliza, dentre outros instrumentos, a psicologia de massa e a comunicação social, vêm aperfeiçoando conceitos já conhecidos desde a antiguidade. Sun Tzu, 500 anos antes de Cristo, em seu livro *A Arte da Guerra*.³ preconizava:

3. *A Arte da Guerra* — Sun Tzu — Adaptação e Prefácio de James Clavell, Editora Record — 8ª edição, 1983.

“O mérito supremo consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar.” Para atingir esse objetivo, ele preceitua técnicas que visam a dividir e a enfraquecer o oponente antes do combate, de forma que o emprego da FA se constituísse no golpe de graça sobre o inimigo.

No entanto, a guerra psicológica e a ação psicológica ficavam restritas, em virtude da deficiência dos meios de comunicações (mídia). Naquela época, o boato e a ação de agentes secretos eram os principais instrumentos utilizados para atemorizar, dividir e enfraquecer o inimigo, tirando-lhe a vontade de lutar.

A recente evolução dos meios de comunicações, das técnicas de comunicação social e a ampliação do conceito de liberdade de imprensa criaram novos condicionantes que, apesar de serem profusamente estudados e difundidos, ainda estão a merecer um novo enfoque acerca da sua influência sobre a política de segurança nacional. Essas ferramentas, indevidamente utilizadas, podem se tornar no fator preponderante da derrota, levando um povo à dominação por outra nação.

Em todos os tempos, a guerra sempre foi cruel. Caracterizou-se pela quebra da ética, da moral e das regras de convívio existentes nas sociedades à época que ocorreram. Aos vencidos sempre coube a morte, a escravidão, a vassalagem, a colonização ou o domínio econômico. Até recentemente, as populações dos países em conflito, ou neutros, que não estivessem localizadas nas áreas onde aconteciam os combates, tomavam conhecimento do

ocorrido, com algum retardo, através de conversas informais, comunicados oficiais ou outros documentos escritos. Por maiores que fossem as desgraças, elas não atingiam aquelas pessoas com todo o impacto da realidade do drama. No entanto, a fotografia, o cinema e a televisão trouxeram o campo-de-batalha para dentro dos lares de todo o mundo.

Criou-se, assim, um problema de difícil solução. Quem está em casa, seguro e tranqüilo, não sendo submetido aos riscos da guerra, à tensão de ser dilacerado por uma granada, sem sentir o perigo de ser morto por um tiro perdido ou acidentado nos reveses do combate vê, mas não entende, o que realmente se passa no campo-de-batalha. Um ato que, para o combatente, corresponde à manutenção da sua sobrevivência, para o telespectador pode parecer vandalismo, e ele, automaticamente, deixa de apoiar aqueles que estão combatendo. Começam, então, as fraturas e fissuras na vontade nacional. Fica a pergunta: até onde vai a liberdade de imprensa em temas que envolvem a segurança nacional?

O problema é grave. Envolve pontos cruciais para a obtenção da vitória — o estímulo, a criação e a manutenção da vontade nacional. A situação se torna mais complexa, quando se considera que, na maior parte das últimas guerras, o controle sobre a imprensa em cada um dos partidos em conflito atinge, com frequência, os contrários opostos. Enquanto nos países sob regime ditatorial não há liberdade de imprensa, nas democracias chega-se, por vezes, à “libertinagem de imprensa”, onde não há, muitas das vezes, o me-

nor compromisso com a verdade e o facciosismo está presente em cada notícia ou comentário.

Isso ocorre, particularmente, nos países de menor desenvolvimento político-social, pela inexistência de mecanismos que responsabilizem e penalizem os caluniadores e os mentirosos. Em decorrência desse fenômeno, a vontade de lutar vai sendo minada dia a dia. A autoridade do governo é solapada. As causas que levaram o país a guerra são distorcidas. Uma nuvem de fumaça é lançada sobre a população, buscando impedi-la de ver a realidade. A curto prazo, a guerra torna-se injusta e o povo volta-se contra o seu próprio governo e FA. Nunca é discutido o fato de não caber aos militares decidir fazer a guerra. Nunca é mencionado o fato de o militar ir para o combate independentemente de sua vontade. Nunca é dito que as forças armadas nada mais são do que um segmento daquele próprio povo que, durante um período da sua vida, veste a farda.

O dia-a-dia nos mostra que as idéias aqui expostas são verdadeiras. Consideremos dois fatos semelhantes: as intervenções norte-americana no Vietnã e a russa no Afeganistão. Na primeira, éramos, diariamente, bombardeados com notícias divulgadas, por todos os meios de comunicações, sobre as ações lá ocorridas e, particularmente, acerca das atrocidades cometidas pelas tropas norte-americanas. No entanto, sabe-se que os vietcongues trucidaram um sem número de aldeias. Mas raramente esses fatos eram divulgados. Por outro lado, a imprensa só esparsamente divulgava o que se passava no Afega-

nistão. Parecia que as tropas russas estavam lá para dar um passeio. Nem pensar em atrocidades. Como não havia orquestração das notícias (às vezes, nem se tinha notícias) sobre a dominação russa na área, parecia que lá não estava ocorrendo uma guerra, que talvez tenha sido bem mais violenta que a do Vietnã. Também a guerra no Sudeste Asiático, ocorrida após a retirada norte-americana, foi violenta, prolongada e sangrenta (invasão do Camboja), no entanto, a grande maioria das pessoas do mundo ocidental desconhece esse fato. No Brasil, a maior parte da população nem sabe que ela existiu.

O poder das operações psicológicas, utilizando a comunicação de massa, sobre as populações obtém resultados surpreendentes. Como explicar a reação do povo norte-americano contrária aos ex-combatentes do Vietnã? Eles nada mais eram do que os próprios civis convocados, muitas das vezes contra a vontade própria, e mandados para a luta, por um governo livremente escolhido por esse mesmo povo que os condenava.

As FA devem se preocupar com dois pontos principais nesse campo: possuir bons especialistas no assunto e desfrutar de capacidade para influir nas decisões que regulamentam a comunicação de massa, tendo em vista preservar a segurança nacional. A todo momento, as FA devem buscar a conquista da iniciativa nessas áreas. A guerra é uma luta de idéias, apoiadas na vontade de impô-las ao inimigo. O poder militar que se descuida dessa área já parte para o combate com

grande probabilidade de ser derrotado.

CONCLUSÃO

Exércitos em Tempo de Paz

A descrição dos exércitos, efetuada no início deste trabalho, levanta o indício de que as FA tendem a sofrer um desgaste, durante o período de paz, que as desvia dos objetivos fundamentais. Estas tendências poderiam ser sintetizadas como se segue.

- **Tendências na área dos recursos humanos:** envelhecimento dos quadros; perda do entusiasmo profissional; queda da qualidade intelectual e social dos quadros; desvirtuamento dos critérios de avaliação de pessoal; criação de grupos que se digladiam internamente; perda da iniciativa em todo os escalões; utilização inadequada do potencial humano; e recrutamento restrito às classes menos favorecidas.

- **Tendências no setor administrativo:** processo de esclerose e congestionamento dos canais de informações e de decisão; pressões para a manutenção do *status quo*; exacerbação e imobilismo das funções de chefia; retardo na implementação das decisões; centralização administrativa; processo de atrofia da estrutura logística; utilização inadequada do tempo — mais tempo dedicado às trivialidades do que às decisões importantes; perda da flexibilidade administrativa — resposta retardada a qualquer tipo de problema; predominância das normas sobre a operacionalidade; e distorção e confusão dos conceitos de hierarquia militar, res-

ponsabilidade funcional e capacitação profissional.

- **Tendências no campo psicológico e na comunicação-social:** enfraquecimento das lideranças; pacifismo; e perda da iniciativa nas ações psicológicas, particularmente sobre o público externo.

- **Tendências na área econômica:** restrições crescentes dos recursos financeiros; desvio dos recursos destinados à montagem da infra-estrutura necessária à segurança nacional para objetivos eleitoreiros; e retardo no desenvolvimento de tecnologias fundamentais à segurança nacional.

- **Tendências na área educacional:** predominância da teoria sobre a prática; exercícios táticos restritos aos pequenos escalões; o adestramento, o treinamento e o ensino prejudicados pela falta de material e de recursos financeiros; e os meios se sobrepõem aos objetivos educacionais (o instrutor passa a ser mais importante que o aluno, o grau se sobrepõe ao aprendizado etc.).

- **Tendências nas áreas da política e da estratégia:** distanciamento dos militares dos centros de decisões políticas e estratégicas, nos mais altos escalões do governo, mesmo em assuntos que envolvem diretamente a segurança nacional; as políticas e os planejamentos estratégicos visam aos instrumentos que fazem a guerra, em vez de aos centros de gravidade estratégicos do inimigo; e ataques de políticos às FA e aos seus chefes, visando a desgastá-los perante a opinião pública.

- **Tendências no Campo do Material:** as aquisições e o desenvolvi-

mento do material bélico são realizadas setorialmente, perdendo de vista o conjunto; obsolescência; manutenção deficiente — “canibalização”; e distribuição irregular e inadequada dos suprimentos.

Busca de soluções

O primeiro passo para se opor a essas tendências é tomar conhecimento de que elas existem. Infelizmente, não há receita para resolver esses problemas. As soluções dependem da conjuntura em que as FA estão vivendo. Uma boa solução para determinado país poderá ter resultados desastrosos, quando aplicada em outro. As providências adotadas para uma mesma FA têm efeitos diferentes se aplicadas em épocas diferentes.

Independentemente dos avanços tecnológicos, da participação cada vez maior da informática e da cibernética na guerra, não se pode esquecer que é o homem o instrumento fundamental para chegar à vitória. Assim, a melhor forma para se antepor às tendências que desviam as FA dos seus objetivos principais, durante os períodos de paz, é a tentativa incessante de atrair uma parte da elite da sociedade para os quadros das FA. Entende-se por elite, nesse caso, o conjunto dos cidadãos mais capazes da sociedade. Torna-se importante manter a preocupação com os critérios de avaliação e o estabelecimento de um sistema de ascensão vertical na carreira que beneficiem os realmente mais capacitados. Tal procedimento visa a evitar a estagnação dos quadros militares.

A criação de estrutura educacional que favoreça a criatividade, a rápida adaptabilidade a novas condições e a busca da permanente evolução, com a aceitação e incorporação de idéias novas, são também condições necessárias, para evitar o imobilismo. Particularmente na educação de oficiais, há que se ter a constante preocupação de voltá-los para a solução dos problemas da próxima guerra, contrariando a tendência de se prender às soluções dadas em guerras passadas.

Torna-se necessária a conscientização dos oficiais superiores quanto à sua responsabilidade na medida que irão, fatalmente, influir nas decisões nacionais, que implicam na montagem da infra-estrutura de apoio ao esforço de guerra.

O oficial não pode jamais perder de vista a razão de ser da sua profissão: garantir a segurança nacional a qualquer custo. Deve dar o melhor dos seus esforços para influir nas decisões nacionais de modo a superar os antagonismos e as pressões existentes, buscando, sempre que possível, a solução pacífica. No entanto, deve esforçar-se para conscientizar a nação de que:

A guerra é como a morte — apavorante, cruel, desconhecida, dolorosa e, lamentavelmente, até os nossos dias, inevitável. Mesmo adiada, mesmo protelada, um dia ocorrerá. Suas incógnitas residem no como, no quando e no onde. Se é impossível evitá-la, a atitude mais coerente é adiá-la ao máximo, mas estar sempre preparado para enfrentá-la a qualquer momento que se faça presente.



O Gen Bda OACYR PIZZOTTI MINERVINO é formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (Artilharia — 1959), cursou a EsAO (1968), a ECEME (1974) e o CEMCFA (ESG — 1985). É graduado em Administração de Empresas pela UERJ (1978) e possui os cursos de Marketing Internacional e Propaganda, em nível de pós-graduação, da Universidade de Long Island, Nova Iorque (USA). Foi instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Assessor Militar Brasileiro na Academia Militar de West Point, Nova Iorque, Estados Unidos, Comandou o 2º Grupo de Artilharia Antiaérea, em Osasco-SP. Serviu no Gabinete do Ministro do Exército, Comandou a Artilharia Divisionária da 4ª Divisão de Exército, em Pouso Alegre-MG. Atualmente, comanda a Escola de Sargentos das Armas em Três Corações-MG.

EM DEFESA DO PRODUTO NACIONAL.



Depois de conquistarem o mercado brasileiro e serem utilizadas como peças originais de fábrica por várias montadoras instaladas no país, as Baterias Moura estão defendendo o nome da indústria nacional nos Estados Unidos (Flórida), Portugal (Lisboa), Porto Rico e nos países do Mercosul. O Grupo Moura conhece a importância de defender o que é do Brasil. Como faz a Revista Defesa Nacional há 80 anos.





A SEGURANÇA INTERNA NA CONJUNTURA ATUAL(*)

Carlos de Meira Mattos

"A esperança de que o fim da Guerra Fria, afastando o perigo do holocausto nuclear, traria paz e segurança à humanidade está se transformando numa prolongada frustração", alerta o articulista. E identifica seis tipos de ameaças à segurança interna que os países do Terceiro Mundo não podem subestimar, em defesa da sua soberania.

INTRODUÇÃO

A muito falada "nova ordem" (ou nova desordem) mundial vem dominando as especulações dos políticos e diplomatas das nações do chamado 1º Mundo.

A esperança de que o fim da Guerra Fria, afastando o perigo do holocausto nuclear, traria paz e segurança à humanidade está se transformando numa prolongada frustração.

Quando a idéia de integração parecia dominar o cenário internacional, eis que, com a desagregação do império de Moscou surgiram dezenas de

movimentos separatistas na antiga União Soviética e nos chamados países satélites da Europa Oriental, estimulando, no cenário internacional, a propagação de uma corrente de desintegração que se alastra perigosamente.

A desintegração não se faz sem choques, algumas fraturas violentas, como vem acontecendo na Iugoslávia e nas antigas províncias islâmicas do Mar Negro e do Mar Cáspio. A atenuação do perigo da guerra nuclear vem sendo substituída por dezenas de conflitos regionais de índole étnica ou religiosa, mantendo no mundo o clima de guerra.

É mister que analisemos as novas ameaças que a conflitiva conjuntura internacional poderá reservar ao nosso País, na ordem interna que, cada dia

* Selecionado pelo PADECEME

mais, recebe os influxos dos movimentos forâneos.

Pretendemos identificar os diversos riscos que na atualidade ameaçam a sociedade brasileira e podem inferir na necessidade de medidas de segurança interna.

Consideramos da *esfera de segurança interna* as situações de subversão de ordem pública que ponham em perigo a estabilidade institucional, a paz social e o regime democrático, e cuja contenção ultrapassa às medidas normais de proteção policial.

Conforme prevê a Constituição de 1988, quando ocorrem esses casos de ameaça de "grave e iminente instabilidade institucional ou calamidades de grandes proporções", pode o governo federal usar os recursos excepcionais de emergência — decretação de intervenção, de estado de defesa e de estado de sítio.

Em síntese, a situação de segurança interna tem início quando o grau de ameaça às instituições ou à sociedade (preservação da lei e da ordem) ultrapassa os recursos de contenção utilizados pela proteção policial normal. Esta interpretação encontramos na Constituição de 1988, Artigos 5º, 21, 34, 142 e 144.

Vejamos na conjuntura atual quais os perigos que surgem e que podem vir a criar as ameaças do tipo acima caracterizado.

O mundo em que vivemos tornou-se pequeno, pela facilidade da comunicação (de transportes, elétrica e eletrônica). Isso veio propiciar a pos-

sibilidade do surgimento de movimentos de índole internacionalista transformados em forças de pressão sobre as nacionalidades, conquistando adeptos locais que constituem uma vanguarda radical de propaganda e luta.

Tais movimentos internacionalistas, de defesa da humanidade, religiosos ou mesmo, de interesse comercial, têm prosperado ultimamente, e vêm representando uma ameaça crescente aos países do chamado 3º Mundo. O Centro de irradiação das doutrinas humanísticas e religiosas encontra-se, quase sempre, em países do 1º Mundo, que os estimulam e financiam. As minorias que levantam essas bandeiras têm revelado poder de pressão política sobre seus governos que, muitas vezes, vêm aceitando as suas teses.

Alinhamos como principais ameaças de inspiração externa: as teses ecológicas sobre preservação da natureza; as teses políticas sobre áreas de interesse da humanidade; as teses antropológicas sobre a preservação das populações nativas intocadas; as teses religiosas sobre a opção pelos pobres; as teses de índole demográfica, relativas à ocupação de espaços geográficos; e, no campo dos interesses econômicos espúrios internacionalizados, encontramos teses de índole separatistas, o narcotráfico, e o contrabando mineral.

O Brasil por sua extensão, por seus imensos recursos naturais, pelo subdesenvolvimento de grande extensão de seu território, vem sendo infiltrado pelas "novas" idéias acima, que dispõem de minoria locais radicalizadas, sustentadas por mensagens, imprensa internacional e dinheiro

estrangeiro.

Se esses movimentos não forem contidos, corremos o risco de ver ameaçada a nossa identidade de nação livre, pela imposição internacional de teses cujo resultado será a aceitação de soberania limitada e a violação do princípio de autodeterminação.

Vejamos como cada um dos movimentos acima citados vêm se infiltrando em nosso país.

TESES ECOLÓGICAS

A necessidade de preservação da natureza, levada quase ao histerismo, pretende interferir nos projetos de desenvolvimento brasileiro, impedindo a construção de usinas para a produção de energia, de fábricas, de estradas, de plantações, de mineração etc. Conquistando o apoio de governos e instituições financeiros do 1º Mundo, os grupos de pressão internacional nos atingem constantemente, cancelando financiamentos para obras, e estabelecendo exigências descabidas de preservação do meio ambiente nos projetos a serem financiados pelas instituições financeiras internacionais. Para citar apenas duas das represálias que o Brasil já sofreu, apontamos o cancelamento do empréstimo japonês já concedido para a construção da rodovia Rio Branco (Acre) — Pacífico (Peru) e a supressão de financiamento à construção das usinas hidrelétricas de Porto Velho e Manaus.

Os grupos internacionais de pressão estão organizados, principalmente, à base dos adeptos do "partido verde" e de sociedades religiosas das igrejas

católica e protestante. Como exemplo, destacamos a Cristian Church World Council, com sede em Genebra, Suíça, que coordena a doutrina e a ação de inúmeras organizações religiosas espalhadas por todo o mundo. A doutrina mais divulgada entre os ecologistas sobre a preservação da natureza amazônica vem desse Conselho.

TESES POLÍTICAS

A tese política em voga que mais de perto nos atinge é a referente à soberania limitada. Essa tese é oriunda da aceitação do princípio de áreas do interesse da humanidade. Nessas áreas uma instituição internacional imporá o fundamento da soberania limitada, cerceando o Estado Nacional de utilizá-la de acordo com a sua vontade soberana.

Não se trata de idéia nova, mas voltou agora com intensidade e maior apoio internacional. Tivemos, em 1948, o projeto da UNESCO da Hiléia Amazônica, internacionalizando a Amazônia, aprovado pelo delegado brasileiro àquela organização e rejeitado pelo Congresso Nacional. Tivemos, em 1967, o projeto dos lagos amazônicos, proposto por uma organização científica dos Estados Unidos que também internacionalizaria a navegação na região amazônica do Atlântico ao Pacífico, que igualmente não prosperou. Atualmente temos ouvido falar, por porta-vozes de governos europeus, na necessidade de internacionalização de áreas de interesse da humanidade, reduzindo-se, nessas áreas, a eficácia e o alcance das soberanias nacionais.

A Amazônia está sempre incluída no rol dessas áreas de interesse nacional. Por motivos políticos outros, o ex-Ministro McNamara, em discurso pronunciado em abril de 1992, adere à tese da soberania limitada para as nações do 3º Mundo, em nome da Nova Ordem Mundial, que deverá preservar a paz e a segurança no planeta.

TESES DE ÍNDOLE DEMOGRÁFICA

A opção pela qualidade de vida que substituiu a opção ideológica como impulso social mais veemente manifestado após a queda do "Muro de Berlim" (segundo o escritor norte-americano Francis Fukuyama) está provocando o fenômeno da migração dos países do leste europeu para o ocidente. As reações, principalmente na Alemanha e Itália, vêm se tornando aguda e provocando protestos e inusitada violência. Antes que esse fenômeno se manifestasse atualmente na Europa, havia projetos em estudos em organizações internacionais visando ao descongestionamento populacional de certas áreas (Japão, Bangladesh, por exemplo) através de movimentos migratórios para regiões de baixo índice demográfico (Brasil e Argentina, por exemplo). Há indícios de que esses problemas migratórios, em particular aqueles destinados ao descongestionamento de regiões superpovoadas, venham a se transformar em força de pressão internacional, já agora apoiados na tese perversa de "interesse de defesa da humanidade". Seria, então, um organismo internacional, revestido

pelos "7 grandes", de mentor dos interesses da humanidade, quem decidiria que regiões desabitadas do mundo, teriam que receber os excessos populacionais. Figurando nos almanaques como "país imenso e de baixa taxa demográfica", deve o Brasil se prevenir contra uma futura pressão internacional nesse sentido.

TESES RELIGIOSAS

Os movimentos radicais de aceitação ou rejeição religiosa responsáveis pelo alto nível de instabilidade política e social na Ásia, particularmente no Oriente Médio e regiões de populações islâmicas no território sul da antiga União Soviética, felizmente, não nos atingem. Entretanto, outras teses de índole religiosa, incorporadas à doutrina e estratégia de ação de setores radicais das igrejas cristãs, em particular a católica, vêm criando motivo de inquietação social em nosso país. Entre essas "bandeiras" destaca-se a "opção pelos pobres", cujo desdobramento em ações táticas alcança várias áreas como sejam as de distribuição da terra, proteção das comunidades indígenas, combate à ocupação das áreas fronteiriças, invasão de áreas residenciais ainda não ocupadas, etc.

Tudo é feito ao arrepio da lei, insuflado por setores radicais da igreja, cuja orientação estratégica vem de fora, de agências internacionais como, por exemplo, Conselho de Igrejas Cristãs e Conferências de Bispos.

No Brasil esses movimentos já estão atingindo perigoso grau de periculosidade, como aconteceu recentemente

no Maranhão, onde uma comunidade indígena se recusou a aceitar a existência de vilas em regiões que considera sua reserva, e impede, pela violência, a circulação em estrada intermunicipal e, em represália, seqüestra pessoas e veículos.

TESES DE ÍNDOLE SEPARATISTAS

Contrariando a tendência que vinha se manifestando no mundo, de integração de nações em blocos, a partir do enfraquecimento do Estado soviético vieram à tona, na União Soviética e nos países do leste europeu, inúmeras reivindicações separatistas de grupos étnicos e regionalistas, que pretendem reconquistar ou conquistar autonomia política.

Na antiga União Soviética e nos ex-países satélites do leste europeu várias dessas etnias e grupos regionais já se desmembraram da antiga estrutura política constituindo-se em nações soberanas, como o Azerbaijão, Geórgia, Estônia, Letônia e Lituânia; outras muitas estão em avançado processo de liberação, tais como a Moldávia, a Crimeia, a Ucrânia e várias antigas comunidades islâmicas das regiões do Mar Negro e Mar Cáspio, incorporadas ao poder moscovita no século passado e no presente.

Assistimos hoje aos sangrentos conflitos políticos e militares resultantes do desmembramento do antigo Estado da Iugoslávia, criado após a 1ª Grande Guerra. Podemos dizer que se manifesta no mundo, em contraposição aos movimentos integracionistas de nações, um impulso paralelo de desmembra-

mentos políticos.

Como nos ensina a História, os movimentos de índole mundial são contagiosos e já começamos a perceber, em nosso País, as primeiras manifestações de índole separatista. Será preciso contê-las antes que se alastrem. As medidas preventivas seriam o fortalecimento de nosso sistema federativo, reanimando nosso orgulho nacional, por meio de boa administração do País e retomada do desenvolvimento econômico e social da Nação. Não nos esqueçamos que as Forças Armadas sempre foram as principais fiadoras da unidade nacional.

INTERESSES COMERCIAIS ESPÚRIOS (Contrabando de minerais e narcotráfico)

A atual facilidade da intercomunicação entre os países aumentou a avidez de grupos internacionais, em busca de lucros multibilionários.

Assim é que o comércio ilegal — contrabando —, e o comércio de drogas alucinógenas — o narcotráfico —, deixaram de ser uma contravenção de âmbito apenas policial. Verdadeiras *gangs* internacionais procuram dominar o mercado, tentando instalar "territórios livres" nas regiões de seu interesse, onde possam atuar sem serem molestadas pelas leis e autoridades do país onde operam.

Em termos de narcotráfico, assistimos, aqui na América do Sul, o caso da Colômbia que, há 30 anos, luta contra uma *gang* que domina parte do território, com ramificações externas que, para assegurar o seu mercado de altíssi-

sima lucratividade mantém uma força armada e agentes terroristas que matam impiedosamente aqueles que os combatem, em particular, juízes e outras autoridades. Ali está criado um verdadeiro "estado dentro do Estado".

A *gang* do narcotráfico de Medellín, não satisfeita em usar o território brasileiro para passagem de seu comércio, pretende expandir suas regiões de produção de cocaína e outras drogas. A região fronteira de nossa Amazônia foi escolhida. Região coberta de floresta tropical, de difícil acesso por via terrestre, afigura-se ideal para uma atividade clandestina operada por organizações, para as quais as despesas com construção de pistas clandestinas e utilização de numerosa frota de pequenos aviões não é problema.

O *contrabando de metais preciosos*, operada por grupos internacionais, é outra atividade espúria altamente difundida em nosso território, em particular na Amazônia. Pesquisas realizadas por autoridades militares avaliam em cerca de 500 as pistas de aviação clandestinas na região amazônica. Centenas de pequenas aeronaves cruzam incessantemente os céus da imensa região, tudo fora do controle de nossas autoridades, numa espoliação constante de nossas riquezas e violação permanente de nossa soberania.

CONCLUSÕES

Não temos dúvidas em afirmar que os itens que acima enumeramos, os movimentos de índole ecológica, antropológica, política, demográfica, de de-

fesa da humanidade, estas com pretensa justificativa ética, moral e até mesmo de salvação do planeta, vêm encontrando, nos países do Primeiro Mundo, o apoio de minorias ativas, muitas vezes pseudo científicas.

Esses grupos de pressão têm atuado em congressos e seminários internacionais, têm conseguido ajuda de instituições financeiras, e pressionam os organismos internacionais e governos. Temos assistido pronunciamentos de presidentes e primeiros ministros de países europeus defendendo teses como a da necessidade de estabelecerem-se áreas "de interesse da humanidade", onde uma autoridade internacional deverá promover as medidas de preservação da natureza, de proteção das populações nativas etc. É a tese da soberania nacional limitada ou restrita.

Outros movimentos, de índole nitidamente criminosa, o contrabando de metais preciosos e o narcotráfico, vêm representando uma ameaça constante à preservação dos direitos soberanos do Estado brasileiro. Ambas as condições, dotadas de instrumentos e de técnicas de superação e violação da lei, servidos de dispositivos de força que não titubeiam em seqüestrar e matar, no afã de intimidar a máquina do Estado nacional. Ambas as contravenções dispõem de largos recursos de origem exterior.

A conjuntura mundial e nacional nos tem mostrado que, conspirando contra a estabilidade das instituições nacionais, os movimentos acima citados, muitas vezes, atuam simultaneamente, mancomunando seus interesses espúrios, como vem acontecendo, no Bra-

sil, com os de índole ecológica, antropológica, religiosa etc., na defesa de pretensos direitos de comunidades indígenas.

Na conjuntura atual e na que se avizinha, o Estado Brasileiro, se quiser preservar sua identidade soberana e sua vontade de autodeterminar-se, terá que precaver-se contra essa nova natureza de perigos que, produzindo seus efeitos em nosso território, trazem a marca de apoio internacional ou de interesses espúrios, também articulados em rede internacional.

Não reconhecer esses novos perigos, "novos" pelas suas atuais características, não por serem novidade, será fazer a política do avestruz, meter a cabeça na areia para não ver a tempestade que se aproxima. Por essas características, os movimentos acima citados, quando extrapolam para a violência, quase sempre escapam à capacidade da ação policial e deverão ser tratados no âmbito da política e das ações de *segurança interna*, as quais, para cumprir essa missão devem ser dotadas de legislação moderna e instrumentos de ação eficazes.



O General-de-Divisão RI CARLOS DE MEIRA MATTOS foi comandante do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz, FAIBRÁS, como coronel. Comandou a Academia Militar das Agulhas Negras e Infantaria Divisionária da 7ª Divisão de Infantaria (ID-7) em Natal, RN. Foi também Vice-Presidente da Junta Interamericana de Defesa, em Washington, EUA. Geopoltico de renome internacional. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Mackenzie, e um colaborador constante de nossas revistas militares e autor de inúmeros livros, alguns destes editados pela BIBLIX.

TABA – TRANSPORTES AÉREOS REGIONAIS DA BACIA AMAZÔNICA

HISTÓRICO DA EMPRESA:

A TABA – Transportes Aéreos Regionais da Bacia Amazônica nasceu da força e da garra de um bandeirante, o Coronel Marcílio Gibson Jacques.

Aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, Marcílio Gibson Jacques fez carreira. Serviu na Região Amazônica como tenente de Exército na Arma de Aviação. Oficial do Exército, foi um dos fundadores da Aeronáutica, que nasceu dia 20 de janeiro de 1941. Ex-combatente, foi para Cruzeiro do Sul e chegou a Presidente do Lloyd Aéreo – na época, a terceira maior empresa de aviação do Brasil.

Quando a companhia foi comprada pela Vasp, o já Coronel Marcílio Gibson Jacques resolveu realizar o sonho acalentado por muito tempo: investir em agricultura e pecuária. Mas o espírito de voar foi mais forte, e o Coronel Marcílio fundou a empresa de táxi aéreo Transportes Aéreos Matogrossense Ltda. em Cuiabá, Mato Grosso. Como piloto em sua própria empresa, o Coronel foi o primeiro a operar em várias linhas pioneiras.

Atendendo a uma área carente de recursos, transporte e pessoal técnico, a empresa foi aumentando sua área de ação e a gama de serviços prestados à comunidade da região.

Logo foi necessária uma ampliação. A empresa mudou-se para Belém e passou a chamar-se NOTA – Norte Táxi Aéreo Ltda. A frota já contabilizava 07 aeronaves Beechcraft – tipo D 18 – com capacidade para 09 passageiros e 01 tonelada de carga, dando início à primeira linha regular: Belém – Altamira.

No dia 22 de novembro de 1974, a NOTA foi absorvida pela recém criada TABA – TRANSPORTES AÉREOS REGIONAIS DA BACIA AMAZÔNICA S.A., que além das Beech D 18 incorporou à sua frota 02 aeronaves Dart Herald.

A área de atuação foi então estendida além das fronteiras do Estado do Pará, ampliando o atendimento a pequenas localidades interioranas, numa ação social comparável à realizada pelo CAN – Correio Aéreo Nacional.

Quando em 1975 o Ministério da Aeronáutica criou o SITAR – Sistema Integrado de Transporte Aéreo Regional, o país foi dividido em 05 regiões distintas – cada qual atendida por uma empresa regional, ou que receberia concessão de operação por períodos iguais e sucessivos, a TABA inclui o termo "regionais" no nome e graças à sua experiência na área e aos serviços já prestados foi a primeira a receber concessão do Ministério da Aeronáutica e a iniciar sua operação na Região Amazônica (Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso, e então territórios do Amapá, Rondônia e Roraima).

Em 1991, a TABA entrou na Região Sudeste, ligou o Rio à Belo Horizonte, em 05 vãos diários, e Belém ao Rio, via Brasília.

A continuidade do crescimento da empresa, através de sua modernização, está simbolizada na renovação da frota. Se este ano foram adquiridas 02 aeronaves Dash 8-300, e recentemente, as mais novas estrelas da frota: 02 jatos F-100 da FOKKER, com velocidade de 830 km/h e capacidade para 108 passageiros.

A TABA hoje já operacionaliza 25 linhas regulares e 06 redes postais noturnas, abrangendo 10 estados e 02 países vizinhos – Guyana e Guiana Francesa.

Esta operação é motivo de muito orgulho para a TABA, ela é a única empresa regional a ser distinguida pelo Ministério da Aeronáutica com a concessão de 02 linhas internacionais.

Os serviços prestados pela TABA são transporte de passageiros, de carga, rede postal noturna no Pará e no Amazonas e fretamento de aeronaves para a Petrobrás, levando a equipe de perfuração da empresa até o Porto Urucu (AM).

A TABA, empresa brasileira de capital nacional, tem seu controle acionário mantido pelo Coronel Marcílio Gibson Jacques – Presidente da empresa, tendo como Vice-Presidentes seus filhos Bruno Gibson e Alexandre Gibson, aos quais estão subordinadas as demais diretorias.

DIVULGAÇÃO: NASCENTES COMUNICAÇÕES JOÃO PONTES

TELS: (021) 225-2450 – 285-7328 – FAX: (021) 225-2450



LIMITES DA SOBERANIA NACIONAL NO CENÁRIO INTERNACIONAL(*)

R. Reis Friede

Palestra proferida na Universidade del Museo Social Argentino, Buenos Aires, em 09.10.92.

Apresenta o entendimento da *soberania* segundo suas diversas teorias, e contrapõe-se às variações do termo recentemente consideradas, em apelo a projetos neo-colonialistas.

INTRODUÇÃO

A expressão *Soberania* guarda um sentido complexo, que se traduz pela sua própria polivalência e ambigüidade.

Se, por um lado, o termo traduz-se, tradicionalmente, pelas acepções fundamentais do *Poder de Império* (poder do Estado sobre as coisas em seu território) e do *Poder de Dominação* (poder do Estado sobre as pessoas em seu território), também é possível en-

tender o alcance da expressão apenas como a *qualidade suprema* inerente a este mesmo *Poder*.¹

Ao mesmo tempo, como conceito ou símbolo dominante em nossos dias, a Soberania, do ponto de vista político, pode ser entendida como elemento central do nacionalismo, em sua virtual reação contra qualquer forma de do-

-
1. A expressão *Soberania* possui, entre outros, um sentido básico-substantivo, poder, ao mesmo tempo em que encerra qualidade-suprema, inerente ao próprio poder. Portanto, é um termo *sui generis* que, entre outras acepções usuais, pertence a duas classes gramaticais distintas: substantivo e adjetivo.

* Selecionado pelo PADECEME

minação exterior e, opostamente, até mesmo como justificativa de posições de domínio internacional.

Por efeito, a Soberania não exprime apenas um valor jurídico mas, com toda a certeza, também um valor político e, mais do que isso, um verdadeiro valor político-patrimonial. A necessidade de ordem nas sociedades básicas, a que se ocupa especialmente o fenômeno da Soberania, tem, sem dúvida, raízes patrimoniais relativas a valores materiais e culturais do próprio agregado de Soberania, vinculando, de forma inafastável, a um valor-soberania, derivado, por seu turno, do valor-ordem, anterior à própria consciência moderna da Soberania e a sua específica conexão com o Estado-Nação,² segundo o modelo contemporâneo.

É importante observar que a coesão do valor-soberania no Estado tem um núcleo compulsivo e de reduzido coeficiente de compaixão e igualdade. Por consequência, o valor-soberania não se define pela valorização do poder persuasivo, e da razão, como condicionadores últimos da ação humana inerentes à solução dos conflitos sociais. Muito pelo contrário, o valor-soberania tende a assumir formas de caráter compulsivo e autoritário, cuja caracterização, em última análise, faz-se segundo o critério possível de uma

ciência de valores, a ser reconhecida pelas ciências sociais.

CONCEITO DE SOBERANIA

Sem a menor sombra de dúvida, nenhum conceito despertou atitudes tão extraordinárias e envolveu juristas e doutrinadores do século XIX de maneira tão desesperada como o conceito da Soberania. A razão desse fato, muito provavelmente, deve-se a esses estudiosos que, desde o início, não examinaram suficientemente, nem comprovaram, nem mesmo tomaram a sério o significado filosófico, original e autêntico do conceito.

Na mesma medida em que se desenvolveram problemas práticos e decisivos relativos ao direito internacional, tornaram-se mais profundos e mais extensas as controvérsias sobre a Soberania do Estado, considerada em seu aspecto exterior, isto é, quanto às relações entre os próprios Estados. A questão proposta era originalmente a de determinar se a comunidade internacional, como um todo, seria ou não a verdadeira detentora da Soberania, em lugar dos Estados individualmente considerados. Houve mesmo alguns círculos em que se pôs em dúvida a própria noção de Soberania. Essa disputa, todavia, com relação especificamente ao conceito de Soberania, permaneceu apenas no terreno jurídico não atingindo as necessárias raízes filosóficas do assunto.

Soberania, do latim *super omnia* ou de *superanus* ou, ainda, *supremitas*

2. Estado e Nação são conceitos distintos. Embora existam algumas controvérsias a respeito, o Estado pode ser entendido como a Nação juridicamente organizada e, portanto, uma evolução natural da matriz básica da organização da sociedade também do ponto de vista político.

(caráter dos domínios que não dependem senão de Deus), significa, vulgarmente, o poder inconstatável ou supremo do Estado, acima do qual nenhum outro poder se encontra.

A Soberania é, em termos objetivos, a causa formal do Estado, ainda que possa eventualmente ser discutível a existência de outro tipo de poder em outras formas menores de associações humanas.

Não podemos negar, por exemplo, que exista na família uma *potestas dominativa* ou *econômica*. É preciso convir, porém, em que a *potestas dominativa* do pai de família é fundamentalmente privada, enquanto a *potestas política* do Estado é, por sua essência, pública.

A Soberania constitui, assim, para muitos, uma verdadeira "diferença específica" do Estado, "a característica histórica e racional que distingue o poder político".³

Gerber definiu-a, por outro lado, como um autêntico poder de dominação.⁴

Orban, por sua vez, define-a como a plenitude do poder público, a "suprema potestas".⁵

Santi Romano diz ser "o caráter que o distingue de todos os outros ordenamentos ou de todas as outras pessoas

territoriais que constituem o seu gênero próximo".⁶

Pedro Calmon, por seu turno, conceitua a Soberania como caracterização do Estado perfeito.⁷

Do sistema da técnica jurídica, afirma Chimienti ser a Soberania qualificada como fonte da capacidade jurídica do Estado.⁸

Sahid Maluf expressa a Soberania como "uma autoridade superior que não pode ser limitada por nenhum outro poder".⁹

Por outro lado, conforme conceitua Sinagra, "concebido o Estado como pessoa jurídica, a Soberania pertence-lhe como um direito subjetivo, mas a Soberania, antes de ser um direito, é um poder de fato, força material constrigente".¹⁰

Finalmente, segundo Hauriou, o conceito de Soberania, sob o ângulo da concepção política, consiste na idéia da independência fundamental do Poder do Estado. A soberania-indepen-

3. Machado Paupério — *O Conceito Polêmico da Soberania*.

4. Ver Gerber, apud, Adolf Possada, *Tratado de Derecho Político*, segunda edição revisada — Madrid, 1915, tomo 1º, vol. 2º, págs. 76 e 213.

5. Apud Viveiros de Castro, *Estudos de Direito Público*, Rio de Janeiro, 1914, pág. 47.

6. Ver Santi Romano, *Corso di Diritto Costituzionale*, terza edizione, Padova, 1931, pág. 53.

7. Ver Pedro Calmon, *Curso de Direito Público* (Teoria Geral do Estado, 2ª ed., Rio, 1942, pág. 177).

8. Ver Chimienti, *Droit Constitutionnel Italien*, traduit de l'italien par Saumes E. Grja, Paris, 1932, pág. 27.

9. Sahid Maluf, *Teoria Geral do Estado*, 19ª ed., rev. e atualizada pelo Prof. Miguel Alfredo Maluf Neto — São Paulo — Sugestões Literárias, 1988.

10. O papel coercitivo do Estado será, porém, secundário como afirma C. Journet (v. desse autor *Vues critiques sur la politique*, Beauchemin, 1942, pág. 33).

dência é o conceito negativo, pois limita-se a afastar do poder toda e qualquer idéia de limites, sem atender ao conteúdo positivo do poder.¹¹

Outro, porém, é o conceito quando uma lei básica estabelece, por exemplo, que "a Soberania reside na Nação", pois, neste caso, impõe-se naturalmente a concepção política, uma vez que se atende não só ao poder organizado como à fonte, à maneira de constituir-se o poder. Soberania, então, é Soberania Política, exprimindo o fenômeno do poder desde o seu desdobramento como força social, até a sua caracterização como direito subjetivo do Estado Constituído.¹²

A este especial respeito, conceitua Sampaio Dória, que a Soberania não é arbitrária. Pertence ao povo, sendo grande sustentáculo à liberdade. Não se pode conceber um povo soberano, sem que esse povo seja livre, sendo, incontestavelmente, a liberdade, a maior de todas as dádivas.¹³

O CONCEITO HISTÓRICO DA SOBERANIA

O Estado antigo, na concepção grega, era uma comunidade social perfeita, a única organização política, aquela que abrangia o homem em toda a exteriorização e largueza da sua vida social, caracterizando-se, segundo Aristóteles, como uma verdadeira autarquia, noção inteiramente diversa da moderna soberania, e que permitia distinguir o Estado das demais formas da sociedade.

Representava o Estado, para os antigos gregos, portanto, aquela ambiência social onde todas as necessidades humanas pudessem prover-se ou satisfazer plenamente aquela esfera dotada, em suma, de indispensável auto-suficiência, na qual se desenrolava o próprio de vida do cidadão grego. O Estado-cidade desconhecia, assim, o conflito interno dos poderes sociais, a rivalidade interna de instituições, grupos, facções ou partidos políticos, intentando quebrar a unidade monopolítica do Estado. A sociedade política que ignorava conflitos dessa ordem, compunha na *polis* um todo de tamanha homogeneidade que a nenhum pensador ou jurista romano ocorreu a distinção entre Estado e as demais comunidades políticas, quer do ponto de vista externo, quer do interno.

A Idade Média copiou, apenas em certo sentido, o modelo imperial de organização política do povo romano. O Santo Império Romano-Germânico foi em grande parte abstração, verdadeiro nome pomposo e reminiscência

11. Haurion, *Précis Elémentaire de Droit Constitutionnel*, 3ª ed., 1933, pág. 16 e 17.

12. A maioria das Constituições limita-se a declarar que a Soberania é do povo ou da Nação, ou que o poder político emana do povo e em nome é exercido, sem maior preocupação técnica. Digno de especial menção é o art. 1º da Constituição da Irlanda que frisa bem o significado político da Soberania: "La nation Irlandaise proclame par la présente Constitution son droit inaliénable, imprescriptible et souverain de choisir la forme de gouvernement qui lui agréera, de déterminer ses rapports avec les autres nations, de développer s'avoir politique, économique et culturelle, conformément à son génie propre et à ses traditions." Trad. adotada por Mirkin Guet-zévitch in *les Constitutions de l'Europe Nouvelle*, Paris, 1938, vol. II, pág. 337.

13. Dória, Sampaio — *Os Direitos do Homem*, pág. 53.

saudosa, mais que realidade viva e operante, justificando, desta forma, a frase de quem afirmou que pouco tinha ele de santo ou mesmo de romano e germânico.

Por efeito, aquela organização imperial que se estendera a quase toda a cristandade, abrangia, entre o Império e o indivíduo, vasta camada de poderes intermediários, de instituições providas de competência e de verdadeiras comunidades propiciando o desenvolvimento interior de uma vida social plenamente autônoma.

O pedido médio, por seu turno, revela-se, historicamente, como o longo período em que a idéia de Estado apresenta-se amortecida, em face, sobretudo, da multiplicidade e da autêntica competição de poderes rivais.

A frágil unidade do poder político centralizado simbolicamente na pessoa do Imperador aparentemente padecia em sua órbita mais ampla, ao próprio desafio da Igreja. A cúria romana e o Império constantemente lutavam entre si, pela supremacia do poder político. Dois gládios defrontam-se, duas ordens hostilizam-se: a ordem temporal e a ordem espiritual, a coroa e o sacerdócio, Cristo e César.

Os poderes autônomos das ordens intermediárias (já mencionadas) encontravam-se nominalmente sujeitos à autoridade superior do Império. Somente este, a cuja testa achava-se o Imperador, em princípio não se sujeitava a nenhuma espécie de jurisdição. O próprio princípio da soberania, por outro lado, começava historicamente por exprimir a própria superioridade de um poder, desembaraçado de quais-

quer laços de sujeição. Tomava-se a soberania pelo mais alto poder, a *supremacia*, que constava já na linguagem latina da Idade Média, por traço essencial com que se procurava distinguir o Estado dos demais poderes rivais, que, de uma maneira ou de outra, disputavam-lhe a supremacia no curso do período medieval.

Ilustra a França, mais que qualquer outro país, o drama histórico que gerou o conceito de soberania. Esse outro drama teve ali, na visão de grande parte dos estudiosos, seu palco principal. A expressão *souveraineté* (soberania) é essencialmente francesa. O grande teórico da soberania é exatamente o gênio francês Bodin, cujos olhos estiveram sempre presos à realidade histórica de sua pátria. Conforme demonstrou a história, o rei de França constantemente afirmava, em nível externo nas lutas com o Império e o sacerdócio, sua própria independência política. Esse fato incontestável passou necessariamente a traduzir, para o grande publicista francês, o pensamento que se lhe afigurou essencial ao conceito de Estado: o de *soberania*.

Ao definir a República, na acepção de Estado, por consequência, Bodin passou a fazer da soberania seu elemento inseparável: "Republique est un droit gouvernement de plusieurs mesnages et de ce qui leur est commun avec puissance souveraine."¹⁴

A República, dessa forma, passou a ser conceituada como o justo governo de muitas famílias, em perfeita iden-

14. Les six Livres de La République — Cap. I, Jean Bodin.

tidade com o que lhes é substancialmente comum com a essência do próprio poder soberano.

A soberania, desde então converteu-se, definitivamente, num conceito eminentemente polêmico, uma vez que partindo da premissa de Bodin, segundo a qual não há Estado sem soberania, os publicistas, acordes com tal ponto de vista, deixaram de tratá-la como categoria histórica e passaram a reputá-la categoria absoluta, autêntico dogma do direito público, o que, por outro lado, apresenta-se falso, segundo a conclusão da doutrina dominante, desde Jellinek até os dias atuais.

DAS DIVERSAS TEORIAS RELATIVAS À SOBERANIA

Teoria da Soberania Absoluta do Rei

A denominada teoria da Soberania Absoluta do Rei possui essencialmente um nítido fundamento histórico e, sem dúvida, tem suas raízes nas monarquias antigas fundadas no direito divino dos reis.

Sistematizada na França, teve como um dos seus mais destacados teóricos Jean Bodin, que analisou a realidade histórico-cultural do poder real no séc. XVI, o seu conteúdo (as marcas da Soberania), e vislumbrou suas características especialíssimas, constatando ser uma nova forma histórica que se denominava exatamente por *Soberania*.

Desde Bodin, por efeito, a essência da Soberania consiste em *Jubenda ac tollenda leges summa potestate* (o supremo poder de expedir e derro-

gar leis).¹⁵

Bodin, apesar do absolutismo de sua teoria, não chegou propriamente a pregar um conceito arbitrário de Soberania. Muito pelo contrário, procurou enfatizar ser a Soberania, precipuamente, um poder perpétuo, absoluto e indivisível, tornando-se uma expressão clássica, tendo sido, inclusive, o autor, o primeiro a usar o termo específico *Soberania*.

Todavia, o próprio Jean Bodin, teórico eminente do absolutismo monárquico, não conseguiu livrar-se de contradições, quando admitiu a limitação do poder de Soberania aos princípios inelutáveis do direito natural.

Teoria da Soberania Popular

A teoria da soberania popular, a primeira e, inconfundivelmente, a mais democrática das doutrinas em exame, não postula necessariamente uma forma republicana de governo; tanto que Hobbes a desenvolveu, originalmente, para derivar, da vontade popular na sua teoria do contrato social, a essência fundamental da justificação do poder monárquico e o próprio Rousseau, com maior desabuso e não menos rigor, fê-la compatível com todas as formas de governo, como se, antecipadamente, desejasse corrigir, em uma única vez, o erro daqueles que, no século passado e ainda nos dias presentes, fizeram da expressão democracia um termo de todas as formas, inseparável do liberalismo — quando, na verdade, o substrato básico do li-

15. Huller, Herman, *La Soberania*, pág. 51.

beralismo significa, apenas, uma das variantes da própria democracia, e especificamente justa, aquela que, com menos fidelidade, reproduz a efetiva imagem e expressão da vontade popular e, portanto, a própria plenitude do princípio democrático.

A Soberania popular, segundo o autor do famoso Contrato Social e seus discípulos, é, por consequência, tão somente a soma das distintas frações de soberania que pertencem, como atributo, a cada indivíduo, na qualidade de membro da comunidade estatal, detentor da respectiva parcela do poder soberano fragmentado e que participa, ativamente, na escolha dos governantes.¹⁶

Essa doutrina, por efetivo conclusivo, funda o processo democrático na igualdade política dos cidadãos e no sufrágio universal, como consequência necessária do próprio pensamento de Rousseau, cristalizado em sua afirmação, segundo o qual "se o Estado for composto de dez mil cidadãos, cada um deles terá, necessariamente, a décima milésima parte da autoridade soberana".

A concepção da soberania popular, posto que se apóia nitidamente em reflexões contraditórias e insustentáveis daquele filósofo político, teve a máxima influência no desdobramento ulterior das idéias democráticas, especialmente no que diz respeito ao processo de progressiva universalização do sufrágio, fundado nas lutas constitucionais do século passado e deste século, entendido, por parte dos

reformadores mais radicais e progressistas, como a verdadeira espinha dorsal do sistema democrático.

Teoria da Soberania Nacional

A Teoria da Soberania Nacional, como é de conhecimento, pertence à Escola Clássica Francesa. Os publicistas franceses da primeira fase da Revolução (1789 a 1791), segundo relatos históricos, não ficaram indiferentes às consequências lógicas derivadas daquela rousseauniana, com a qual acabaria por se conduzir o elemento popular à plenitude do poder político e, com ele, mais tarde, ao eventual despotismo e onipotência das multidões.

Cumpria, por efeito, propiciar, o mais rapidamente possível, uma solução jurídica, política e social ao problema, concebida em termos de participação limitada da vontade popular que, ao mesmo tempo, pudesse evitar, de uma parte, os excessos em que se fundaria a autoridade popular, caso lhe fosse conferido o pleno exercício do poder.

Os iniciadores do movimento revolucionário contra o *ancien régime*, no primeiro momento, fizeram-se instrumentos conscientes de uma burguesia deliberadamente disposta a pleitear o domínio político da sociedade francesa, depois de haver alcançado a máxima preponderância econômica em três séculos de florescente desenvolvimento material, de profundas transformações nas relações da produção, de intensificação ímpar do comércio e da indústria.

16. Jean Jacques Rousseau — *O Contrato Social*.

Essas forças faziam a Revolução em nome do terceiro Estado, a ordem burguesa, embora arvorassem a bandeira de um poder que buscava, de uma certa maneira, extrair do povo toda a sua legitimidade.

Podemos afirmar, portanto, que a doutrina democrática da soberania que os poderes da Revolução fundaram e fizeram prevalecer na Assembléia Constituinte foi, sem dúvida, a doutrina da *soberania nacional*. Nessa concepção, a nação apenas surge como depositária única e exclusiva da autoridade soberana. Aquela imagem do indivíduo titular de uma fração da soberania, com milhões de soberania em cada coletividade, acaba cedendo lugar à concepção de uma pessoa privilegiadamente soberana: a Nação. Povo e Nação, por consequência, passaram a formar uma só entidade, compreendida organicamente como ser novo, distinto e abstratamente personificado, dotado de vontade própria, superior em todas as hipóteses, às vontades individuais que o compõem. A Nação assim constituída passa a se apresentar, consoante essa teoria, como um corpo político vivo, real, atuante, que detém a plenitude de soberania e a exerce necessariamente através de seus representantes.

Nesse diapasão, a distinção sensível e capital entre as duas doutrinas democráticas da soberania faz-se sentir, sobretudo, quanto aos efeitos da faculdade de participação política do eleitorado, que aqui se limita, circunscritos àqueles que a Nação investir na função de escolha dos governantes, e ali, na doutrina da soberania popular,

universaliza-se a todos os cidadãos com o direito que lhes cabe precipuamente pelo motivo de ser cada indivíduo portador ou titular de uma parcela da própria soberania.

A doutrina da Soberania Nacional, como se tem notícia, dominou quase todo o direito político da França pós-revolucionária na idade liberal de seu constitucionalismo. A Revolução proclamou esse princípio com toda a solenidade de suas leis, respectivamente, em duas ocasiões distintas, em dois artigos célebres: em 1789, nos Direitos do Homem e, em 1791, na Constituição.

Com efeito, o artigo 3º da Declaração dos Direitos do Homem assevera que "o princípio de toda a soberania reside essencialmente em a Nação" e que "nenhuma corporação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente".

A essa ardente profissão de fé na soberania nacional sucedeu o artigo 1º, título terceiro, da Constituição de 1791, que reitera o mesmo pensamento, após precisar os caracteres essenciais da soberania: "A soberania é uma, indivisível, inalienável e imprescritível. Pertence à nação: nenhuma seção do povo, nenhum indivíduo pode atribuir-se-lhe o exercício" (Art. 1º do Título III da Constituição Francesa de 1791).

A doutrina da soberania popular foi, dessa forma, substituída historicamente pela da soberania nacional, por uma visível imposição de ordem política. Ao reunirem-se os últimos Estados-Gerais na França, em 1789, os representantes do povo ou do chamado Terceiro Estado, simplesmente recusa-

ram-se a funcionar de modo separado em relação às demais ordens (nobreza e clero). Ao final das acérrimas lutas que então se travaram, o Terceiro Estado passou, em 3 de junho daquele ano, a considerar os seus membros, não mais como mandatários da nação, instalando o que, desde logo, recebeu o nome de Assembléia Nacional Substitutiva, para todos os efeitos, dos anteriores Estados Gerais, de ordens sociais separadas.

Teoria da Soberania do Estado

A Teoria da Soberania do Estado pertence essencialmente às Escolas Alemã e Austríaca, as quais, por sua vez divergem fundamentalmente da Escola Clássica Francesa.

Seu expoente máximo, Jollinek, parte do princípio de que a soberania é a capacidade de autodeterminação do Estado por direito próprio e exclusivo. Desenvolveu, assim, esse autor, o pensamento filosófico de Von Ihering, precursor do culturalismo contemporâneo, segundo o qual a soberania é, em síntese, apenas uma qualidade do poder do Estado, ou seja, uma qualidade do Estado perfeito. O Estado é anterior ao direito e, por efeito, esta é a sua única fonte. O direito é uma consequência do Estado porque é obra do Estado para o próprio Estado. A Soberania é um poder-jurídico, um poder de direito e, assim como todo e qualquer direito, a Soberania tem a sua fonte e a sua justificativa na vontade do próprio Estado.

Dentro dessa linha de pensamento

que, visivelmente, se opõe às anteriores, desenvolveram-se as inúmeras teorias estatistas, que serviram, em grande parte, de fomento doutrinário aos Estados totalitários.

Para as Escolas Alemã e Austríaca, lideradas, respectivamente, por Jellinek e Kelsen (que sustentam a estatalidade integral do Direito), portanto, a soberania é de natureza estritamente jurídica, é um direito do Estado, possuindo nítido caráter absoluto, isto é, não possui nenhum tipo de limitação, nem mesmo do direito natural, cuja existência é simplesmente negada.

Sustentam, portanto, que só existe o direito estatal, elaborado e promulgado pelo Estado, uma vez que a essência da vida do direito está na força coativa que lhe empresta o Estado, não sendo possível falar em direito desprovido da necessária sanção estatal. Negam, nesse contexto, a existência do direito natural e de toda e qualquer normatividade jurídica destituída da força de coação, que só o poder público pode emprestar. Daí exatamente a conclusão de Austin, com base na doutrina do mesmo vienense, e segundo a qual simplesmente não existe direito internacional, por falta de sanção coercitiva.

Se, por um lado, a Soberania é um poder de direito e todo direito provém do Estado, o tecnicismo jurídico alemão e o normativismo kelseniano conduzem irremediavelmente à conclusão lógica de que o poder de soberania é ilimitado e absoluto. Logo, toda forma de coação estatal é sempre legítima, porque tende obrigatoriamente a realizar o direito como expressão da vontade soberana do Estado.

Em face desse princípio, em que podemos denominar de estatalidade do direito, não é possível conceber qualquer tipo de limitação ao poder do Estado. Por efeito, se todo direito emana do Estado (e este coloca-se acima do direito), ressalta a evidência de que a limitação do poder estatal, por regras que dele próprio derivam, não pode ser entendida como algo mais do que uma simples ficção.

Na verdade, porém, a primeira e inarredável limitação ao poder soberano dos governos decorre dos princípios incontinentais e imprecritíveis do direito natural. A ordem natural é sempre anterior e superior ao Estado e sua observância tende a constituir-se numa condição de legitimidade do próprio direito e de qualquer ato estatal.

O Estado não pode criar arbitrariamente o direito; em essência, ele cria a lei, a regra de direito escrito, a norma jurídica que se constitui apenas em uma categoria do direito no seu sentido mais amplo. A lei que dele emana há pelo menos, em princípio, de corporificar o direito justo como condição de sua própria legitimidade. Afinal, o Estado não é um fim em si mesmo, mas um meio pelo qual o homem tende a realizar o seu fim específico e o seu destino transcendental.

As teorias da soberania do Estado, segundo se sabe, tiveram ampla repercussão no pensamento político universal, inclusive na França. Justificaram, por outro lado, os Estados nazista, fascista e todos os tipos de totalitarismo estatais.

Teoria Negativista da Soberania

A corrente mais copiosa dos publicistas contemporâneos, entretanto, entende que a soberania é um dado histórico e representa apenas determinada qualidade do poder do Estado (qualidade esta que, não necessariamente, constitui elemento essencial ao conceito do Estado), podendo existir, portanto, Estados com ou sem soberania. O pensamento contrário, segundo sustentam os que apoiam esse ponto de vista, permitiria deixar sem qualquer explicação a incontestável existência de comunidades políticas vassalas (que a história conheceu sob a designação genérica de Estado), assim como, simplesmente recusar a qualidade de Estado às comunidades componentes de uma Confederação.¹⁷

Aceitar, porém, a soberania como simples qualidade do poder, elemento relativo não-essencial, ou categoria histórica, afastando-se, portanto, das posições rígidas das que costumam tomá-la em termos absolutos, não deve, por outro lado, significar partilha da mesma opinião de Preuss, Duguit e Kelsen que, com maior ou menor intensidade, buscam eliminar, por inteiro, da teoria do Estado, o conceito

17. Como bem sabemos, dos três tipos básicos de Estado na era contemporânea: unitário (centralizado e descentralizado), federal e confederal, a confederação representa exatamente a dúvida da doutrina sobre a essência do próprio Estado, uma vez que — consoante o pensamento de alguns Autores — a Confederação é uma autêntica reunião de Estados Soberanos e não um único Estado ou uma forma de Estado.

particular de soberania.

Considerando o aspecto histórico-relativista da soberania, acabou por adotar Jellinek a posição majoritária na doutrina contemporânea do direito público, conceituando a soberania como efetiva "capacidade do Estado a uma autovinculação e autodeterminação jurídica exclusiva".

Corrigiu Jellinek, portanto, o virtual abuso contido na concepção de Bodin e, removendo o principal obstáculo da velha doutrina francesa, que fazia, da soberania, simplesmente um poder absoluto.

A Soberania, segundo essa doutrina, portanto, constitui-se essencialmente em uma idéia abstrata. Não existe concretamente. O que efetivamente existe é apenas a crença na soberania. Estado, nação, direito e governo, para esta corrente de pensamento, são uma só e única realidade. Não há direito natural, nem qualquer outra fonte de normatividade jurídica que não seja ordinária do próprio Estado, e este, por seu turno, conceitua-se como organização da força a serviço do direito.

Teoria Realista ou Institucionalista da Soberania

Finalmente, a Teoria Realista ou Institucionalista da Soberania, em oposição às doutrinas anteriormente expostas, sustenta a unidade de personalidade entre a Nação e o Estado, com conseqüente institucionalização da soberania como atributo do Estado. Se é certo que Nação e Estado são realidades distintas, uma sociológica e outra jurídica, certo é também que ambas compõem

uma só personalidade no campo do Direito Público Internacional e, nesse campo, não se projeta a soberania como vontade do povo, senão como vontade do Estado que é exatamente a Nação politicamente organizada, segundo a definição que nos vem da própria escola clássica francesa.

Esse entendimento, evidentemente, não exclui a possibilidade de retomar a Nação o seu poder originário, sempre que o órgão estatal desviar-se dos seus fins legítimos, conflitando abertamente com os fatores reais do poder.

O eminente professor Machado Paupério, em sua magnífica monografia, *O Conceito Polêmico de Soberania*, nos afirma, a respeito, a própria conclusão segundo a qual "a soberania não é propriamente um poder, mas sim, a qualidade desse poder; a qualidade da supremacia que, em determinada esfera, cabe a qualquer poder".

É, pois, a soberania possível de ser entendida, apenas, como um atributo de que se reveste o poder de auto-organização nacional e de autodeterminação, uma vez institucionalizado no órgão estatal.

Caberia acrescentar, como inarredável verdade, que todas as correntes doutrinárias da soberania resumem, afinal, numa afirmação dogmática por uma determinada onipotência do Estado.

Fora da teoria anarquista, o Estado é sempre a racionalização do poder supremo na ordem temporal, armado de força coativa irredutível, de uma incontestável autoridade, de uma evidente unidade e, também, de uma determinada rapidez de ação, para fa-

zer face, de imediato, aos impactos e arremetidas das forças dissolventes que tentem, por hipótese, subverter a paz e a segurança da vida social.

Portanto, embora a soberania possa ser entendida como poder essencialmente nacional, quanto à sua origem, sua expressão concreta e funcional resulta da sua institucionalização no órgão estatal. Passado o momento genérico de sua manifestação na organização da ordem constitucional, concretiza-se finalmente a soberania do Estado, que passa a exercê-la em nome e no interesse da nação.

Esse entendimento, é importante registrar, não se confunde com as teorias absolutistas do Estado, nem com o radicalismo voluntarista da soberania nacional defendido pela escola clássica francesa. Acertadamente conduz à conceituação da soberania como poder relativo, sujeito, em parte, à limitações inerentes.

AS LIMITAÇÕES DA SOBERANIA

Sendo, em princípio, suprema a soberania do Estado, somente a esta cabe decidir, em última instância, qualquer restrição à sua abrangência, não cabendo a nenhum outro poder limitar a sua ação. O Estado soberano limita-se, por efeito, a si mesmo, realizando o processo de auto-regulamentação, como característica, por excelência, do seu intrínseco poder soberano.

Estado soberano é, portanto, aquele capaz de determinar sua própria esfera de atribuições, como assinala, com mérita propriedade, Méier.¹⁸ Por isso,

devemos distinguir sempre entre *sobrerania* e *autonomia*, esta qualidade, também, de um povo de governar-se por si mesmo, sob, porém, algumas limitações.

A *autonomia* identifica-se quase com a soberania interna, mas é sempre limitada; sob o ponto de vista externo, a soberania caracteriza-se pela independência (é exatamente segundo esta última característica que se costuma classificar os Estados em soberanos e não soberanos).

Como assinala João Mangabeira, "autonomia é poder que tem uma coletividade de organizar, sem intervenção estranha, o seu governo e fixar regras jurídicas, dentro de um círculo de competência pré-traçado pelo órgão soberano".¹⁹

Assim explica Mangabeira o conteúdo da autonomia: "No sentido jurídico a autonomia designa sempre um poder legislativo. A autonomia, conceito jurídico, supõe um poder de direito público não-soberano, capaz de estabelecer, por direito próprio, e não por mera delegação, regras de direito obrigatórias. Neste poder legislativo, falta-lhe exatamente a soberania, porque deve manter-se dentro dos limites de direito, em oposição às prescritas pelo soberano."

19. Ver João Mangabeira, *Em Torno da Constituição*, São Paulo, 1934, pág. 28. Hoje em dia, o conceito de autonomia, como diz Macedo Soares, afasta-se da noção liberdade para avizinhar-se de competência (v. Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, XII, 526).

18. *Apud* Posada, ob. cit., pág. 98.

Do mesmo modo pensa Sampaio Dória,²⁰ em flagrante oposição ao pensamento dos internacionalistas, como Antokoletz, para quem a autonomia no interior e a independência no exterior são os traços da própria soberania.²¹

É certo que toda e qualquer comunidade organizada constitui-se em uma vontade diretiva, mas a soberania do Estado necessariamente distingue-se, sob o ponto de vista objetivo, de outros poderes, inclusive públicos, pelo fato de, perseguindo os seus próprios fins, manifestar-se por três funções de conteúdo diferente: a legislação, a jurisdição e a administração.²²

A essas três funções, correspondentes aos três clássicos poderes do Estado moderno — Legislativo, Judiciário e Executivo, muitos autores procuram acrescentar outras, correspondentes a novos poderes, quais sejam o poder eleitoral, da opinião pública, da imprensa, etc. Outros, ao contrário, procuram reduzir os poderes ao número de dois, negando o caráter soberano e independente da função judiciária, ramo, para este, complementar à função legislativa.²³

De uma forma ou de outra, entre-

tanto, é certo que, através da função legislativa, o Estado cria o direito positivo, a norma jurídica, de natureza geral e abstrata. Por ela, pode alterar a ordem jurídica, limitada aos dispositivos constitucionais como produto básico do Poder Constituinte — expressão máxima da Soberania Nacional, o que equivale, em grande parte, por vias transversas ao próprio exercício do poder soberano em toda sua plenitude e integridade.²⁴

Pela função judiciária, o Estado distribui justiça, aplicando o direito objetivo aos casos singulares.²⁵

Pela função administrativa ou executiva, finalmente, o Estado visa aos seus fins gerais, no campo do direito

23. Assim como as faculdades fundamentais do indivíduo são duas, pensamento e ação, duas são também as funções do Estado: legislativa e executiva. Laband, Palma Morelli, L. Rossi defendem tal teoria (Ver Codacci-Pisanelli, *Analisi delle funzioni sovrane*, Milano, 1946, págs. 43-44).

24. Como faz notar Bluntschli (*Théorie Générale de l'Etat*, traduit de l'allemand par M. Armand de Riedmatten, troisième édition, Paris, 1891, pág. 446).

25. Mostrando que a função judiciária não cria, mas apenas aplica o direito objetivo, recorda Zanzucchi, em contrário, o poder que tinha o pretor romano e que tem ainda hoje o juiz inglês com o sistema do precedente judiciário vinculante, citando ainda o art. 1º do Código Civil Suíço, da Lei sobre as origens do Estado Cidade do Vaticano e vários diplomas fascistas, focalizando, como verdadeira criação do Direito por parte do Judiciário, a Magistratura do Trabalho que, decidindo sobre controvérsias coletivas, estabelece, em suas sentenças, novas condições de trabalho, com todos os efeitos do contrato coletivo. Ver Zanzucchi, ob. cit. pág. 27.

20. Ver A. de Sampaio Dória, *Os Direitos do Homem*, São Paulo, 1942, pág. 439.

21. Ver Antokoletz; *Tratado de Derecho Internacional Público*, tomo I, Buenos Aires, 1924, pág. 357.

22. Por meio de diversas funções, representadas por órgãos correspondentes, é que se exerce o poder do Estado (Ver Themístocles Cavalcanti, *Instituições do Direito Administrativo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1936, pág. 14).

objetivo a ele deixado livre.²⁶

Através dessas três funções, pode-se definir a soberania como "o poder de comandar e de efetuar coativamente o próprio comando".²⁷

Essas três funções são catalogadas, muitas vezes, como direitos soberanos do Estado.

Discrimina-os Chimienti da seguinte forma:

- a elaboração de normas gerais e abstratas para a regulamentação das relações sociais;

- a aplicação das normas gerais e abstratas aos casos concretos, nos litígios dos particulares;

- a organização e o emprego da coação para que seja a vontade do Estado executada *erga omnes*.²⁸

O princípio do Direito Natural, por

seu turno, possui o condão de limitar a própria soberania, porque o Estado se constitui, apenas, em um instrumento de coordenação do direito, e porque, de uma outra maneira, o direito positivo que do Estado emana só encontra legitimidade quando se coaduna com as leis eternas e imutáveis da natureza. A esse propósito, firma São Tomás de Aquino: "Uma lei humana não é verdadeira senão enquanto deriva da lei natural; se em certo ponto, se afasta da lei natural, não é mais uma lei e sim uma violação da lei. Nem mesmo Deus pode alterar a lei natural sem alterar a matéria."

Aparentemente, pelo menos, a soberania limita o direito grupal, porque sendo o fim do Estado a segurança do bem comum, compete-lhe irremediavelmente coordenar a atividade e respeitar a natureza de cada um dos grupos menores que integram a sociedade civil. A família, a escola, a corporação econômica ou sindicato profissional, o município ou a comuna e a igreja são grupos intermediários entre o indivíduo e o Estado, alguns anteriores ao Estado (como é o caso da família), todos eles, entretanto, com sua finalidade própria e respaldados em um direito natural à existência e aos meios necessários para a realização de seus fins.

SOBERANIA EXTERNA

A soberania externa necessariamente repousa sobre a interna. Não pode um Estado ser chamado soberano no exterior, se não o é no domínio interno. Le Fur, a propósito, sustenta

26. F. Codacci Pisanelli prefere a denominação governativa, inspirada em Aristóteles, para a função modernamente conhecida como executiva, distinguindo nela duas atividades: a política e a administrativa, dicotomia aceita por O. Ranelletti, Romano e Zanobini. Parece aquele autor pouco oportuno qualificar-se de executiva uma função que, em grande parte, é constituída de poder discricionário, em virtude de comportar a própria atividade política (ver G. Codacci-Pisanelli, ob. cit. págs. 31 e seguintes).

27. Ver Orestes Ranelletti, *Istituzioni di Diritto Pubblico*, Pádua, 1937, 6ª ed., pág. 34.

28. Aos direitos faz contrapor Chimienti os deveres do Estado, gerais e especiais (gerais os que provêm à defesa de todos os interesses morais e materiais dos indivíduos e da Nação; especiais, de fazer ou não fazer, conforme às leis e às necessidades coletivas). Tais deveres estão de tal modo ligados à missão do Estado, que, quando não são cumpridos, perde aquela sua própria razão de ser (ver Chimienti ob. cit. págs. 37-38).

a opinião de que não se pode, propriamente, falar de soberania externa, quando afirma que, se admitido o termo implícito, reconhece-se que, na realidade, a soberania deixa de ser única. Da mesma opinião é Carré de Malberg,²⁹ para quem, na ordem interna e externa, não é possível vislumbrar mais que duas faces de uma e única soberania.

Dos conceitos de soberania interna e externa decorrem, naturalmente, os de soberania territorial e extra-territorial. Pela primeira, impera o poder supremo da nação dentro do seu próprio território;³⁰ pela segunda, prolonga-se esse poder para além do território que lhes pertence, no interesse da sua própria personalidade e da dos seus súditos.

Na doutrina do Direito Internacional,³¹ a soberania absoluta tem as suas raízes preponderantemente na obra de Emer de Vattel. Essa concepção foi

desenvolvida, acima de tudo, pelos doutrinadores alemães do século XIX, influenciados pelo hegelianismo.

Atualmente, a soberania não é mais entendida no seu sentido absoluto, muito pelo contrário, ela é tomada como estritamente dependente da ordem jurídica internacional. Estado soberano deve ser entendido, por consequência, como sendo aquele que se encontra *subordinado* direta e imediatamente à ordem jurídica internacional, sem que exista entre ele e o Direito Internacional qualquer outra coletividade de permeio. E, assim, sujeito de Direito Internacional, com capacidade plena, o Estado que tem a denominada "*competência da competência*", na linguagem dos autores alemães.

Sob essa ótica, diversos doutrinadores têm proposto o simples abandono da expressão soberania, uma vez que o poder do Estado não mais pode ser entendido como absoluto, e que, na esfera internacional, deveria ser substituída pelo termo "*independência*".³² Todavia, a palavra soberania continua a ser empregada no seu sentido moderno, isto é, com abrangência relativa. Ela tem a vantagem de designar o mais alto poder, estando aí, talvez, a maior razão para a sua manutenção.

29. Ver Carre de Malberg, ob. cit. págs. 82 e 89.

30. Alguns autores fazem sentir que o elemento território não é necessário à conceituação do Estado, lembrando, em apoio de sua tese, o Estado dos corsários do século XV (organização jurídica, mas de certo modo não prioritariamente Estado), e o caso da Bélgica, que invadida pelo inimigo, conservou-se reconhecida como Estado pelo Direito Internacional (ver Chimienti, ob. cit. págs. 40-41). Durante a segunda guerra mundial, sobretudo, muitos Estados mantiveram-se despojados de seus territórios, com os governos respectivos em Londres. São exemplos de Estados sem território. A rigor, porém, não deixam de ser casos efêmeros de ficção internacional. Via de regra, o território é elemento constitutivo essencial do Estado.

31. Politis observa que na vida internacional a soberania foi consagrada na Paz de Vestefália, que "fundamentou o Direito Internacional no triunfo das independências particulares".

32. A soberania em sentido absoluto, é importante frisar, leva à negação do Direito Internacional, uma vez que ele fica reduzido a um mero "direito estatal externo".

Podemos concluir que Estado soberano é aquele que tem exclusividade, autonomia e plenitude de competência. Sendo que todas as noções devem ser interpretadas dentro do quadro geral do Direito Internacional. A própria noção de "domínio reservado" ou "jurisdição doméstica", âmbito em que o Estado exerce a sua soberania de modo mais absoluto, são noções fixadas pelo Direito Internacional Público.

A soberania ou independência é muitas vezes difícil de ser determinada e, na prática, deve ser precedida por uma análise caso a caso.

A soberania, por outro lado, é a única defesa que o Estado fraco possui em relação ao forte no plano jurídico internacional. Esta noção vai assumir uma conotação revolucionária ao desenvolver novas contradições na sociedade internacional. É ela que vai dar origem aos princípios de não agressão e não intervenção e que se imporá como uma exigência dos povos coloniais.

A ordem internacional, na qualidade de produto de uma vontade coletiva, por efeito, deve, e objetivamente tem que ser fundada, no Direito, excluindo, em qualquer hipótese, o uso da força individual e a imposição das soluções unilaterais pelo Estado eventualmente mais poderoso.

Nesse contexto, *não é possível aceitar*, em nenhuma hipótese, a imposição de um direito interno (produto último de um Poder Constituinte Nacional, baseado, em última análise, na soberania particular de um determinado Estado individualmente considerado)

sobre a ordem internacional estabelecida, exatamente porque a soberania de cada Estado, em princípio ilimitada, como afirmamos, condiciona-se, no cenário internacional, de forma insuperável, aos interesses coletivos que seriam, analogicamente, os verdadeiros "*interesses públicos gerais*" prevalentes, necessariamente sobre os interesses particulares de um Estado isoladamente considerado ("*interesse público particular*").

No mundo atual, eivado de inerentes complexidades, por efeito, não há mais espaços para a combatida tese da "soberania dominante", segundo a qual se não é lícito é, no mínimo aceitável, a imposição do direito público interno de um Estado, pela razão de ser, em dado momento histórico, o mais poderoso,³³ na esfera internacional.

Certamente, a humanidade já superou, há muito, quer pela imposição da possibilidade fática da destruição de sua própria existência, em face do advento das armas nucleares e da inevitável proliferação de sua tecnologia, quer pela virtual ampliação do nível de concretização geral, dada pelo surgimento de meios eficientes de comunicação, o longo período de "pater-

33. O poder, é importante frisar, possui quatro acepções básicas no campo da geoestratégia e da geopolítica. A dimensão militar, a econômica, a política e a psicossocial (associada a aspectos aglutinadores e desaglutinadores da unidade nacional). O poderio de um Estado somente pode ser eficientemente entendida pelo exame das quatro dimensões do poder e nunca por uma das acepções isoladamente considerada.

nalismo dirigente", imposto pelas grandes potências ou por uma potência em particular no cenário internacional.

O exemplo da recente guerra do Golfo Pérsico parece ter demonstrado claramente as limitações do uso da força por um Estado em relação a outro e a virtual necessidade de se procurar, no seio da comunidade, a todo custo, a *legitimidade* para o emprego efetivo de instrumentos militares na solução de problemas coletivos.

Não obstante a recente decisão da suprema corte dos EUA, autorizando o emprego da força militar nacional norte-americana fora do território estadunidense, numa flagrante e ilegítima ampliação da esfera jurisdicional daquele Estado, fundado em uma pretensa e ilimitada soberania, pode ser entendida como um verdadeiro retrocesso à clara tendência de imposição da vontade coletiva internacional sobre a vontade individual nacional, é certo que esta posição isolada, em absoluto descompasso com o curso natural da evolução das relações internacionais, deve-se muito mais a uma situação particularíssima, derivada do temporário vácuo do poder deixado pelo colapso na potência militar soviética, em combinação com um arcaico pensamento fragmentário em descompasso com a realidade contemporânea, do que propriamente um fato definitivo de imposição de uma soberania individual no contexto internacional, e com esse precípio objetivo.

Cooperação internacional, no primeiro momento e *integração mundial*,³⁴ no segundo, portanto, consti-

tuem-se nas palavras-chaves, da atualidade contemporânea.

As diversas soberanias nacionais, antes consideradas em termos absolutos e com expressões de poder sem qualquer restrição, vêem-se hoje virtualmente limitadas, não propriamente uma pelas outras (como imaginava-se no passado), mas, certamente, pela própria imposição da imperatividade de um *direito comum*; fundado na idêntica valoração de fatos cujo juízo de reprovação é exatamente o mesmo, inerente a todas as nacionalidades, e cujo respeito depende a própria sobrevivência da própria civilização.³⁵

Os problemas comuns, portanto, deverão e, necessariamente, serão resolvidas de forma conjunta, passando pela absoluta imperatividade do direito in-

34. A integração é, necessariamente, a plenitude da cooperação e a sua evolução natural, *integração* não se traduz, entretanto, pela fusão de Estados, em todos os seus aspectos, mas sim a simples realização coletiva de aspectos específicos, como determinadas legislações comuns, órgãos de prestação da tutela jurisdicional e forças policiais e militares com fins previamente estabelecidos.

35. A limitação da soberania nacional no cenário internacional se dá, portanto, através de duas formas que correspondem, todavia, a uma mesma realidade. Se, por um lado, a imposição do denominado *Direito comum*, impede decisões unilaterais relativas à ação jurisdicional (em toda a sua plenitude) de um Estado considerado em face de outro Estado soberano em particular, por outro, obriga a esta mesma intervenção para fazer prevalecer a imperatividade do Direito Geral sobre o Direito Público Interno, derivado da soberania nacional, que porventura esteja protegendo uma conduta cujo juízo comum de reprovabilidade a torne condenável.

ternacional e, por obra do óbvio, toda e qualquer ação jurisdicional efetiva, no contexto internacional, deverá necessariamente submeter-se às normas jurídicas relativas ao Direito Internacional, o que implica, por seu turno, na plena e absoluta observância das duas expressões fundamentais a que

busca vincular e mesmo limitar as diversas soberanias nacionais: *cooperação e integração*, com ênfase especial nesta última que, no primeiro momento, necessariamente deverá ser *regional* para, somente num futuro ainda distante, tornar-se uma realidade mundial.



R. REIS FRIEDE — é Magistrado Federal, Bacharel, Mestre e Doutor em Direito. É membro da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas, e Professor Titular e Coordenador-Geral dos programas de mestrado em Direito do CED/UNESA.



PRISIONEIRO DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL:

“Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre, MG”, durante a II Guerra Mundial - SUITE

Luiz de Alencar Araripe¹

O artigo apresenta novas informações ligadas ao episódio ocorrido no Brasil durante a 2ª Guerra Mundial, divulgado sob o mesmo título e assinado pelo mesmo autor, em nossa edição 753 (Jul/Set 91).

O CAMPO PROVISÓRIO DE CONCENTRAÇÃO DE POUSO ALEGRE

O artigo de que este é a suíte² procura reconstituir episódio da II Guerra Mundial, ocorrido em 1942/43, cujo cenário foi o

Oceano Atlântico e, depois, o território brasileiro. É episódio extremamente interessante, mas do qual poucos terão ouvido falar. Vamos resumí-lo.

Em novembro de 1942, a Marinha dos Estados Unidos interceptou um “furador de bloqueio” alemão, recolheu seus 62 tripulantes como PG (prisioneiros de guerra) e entregou-os ao Comando da 7ª Região Militar, em Recife. Os PG foram posteriormente levados para o Rio de Janeiro, e de lá para o Campo de Pouso Alegre, para eles especialmente preparado no quar-

-
1. O artigo com este título (ADN 753, Jul/Set 91) mereceu, do Cmt Carlos Eugênio Dufriche, comentários e contribuição, que o autor agradece e que lhe permitiram escrever esta suíte.
 2. Desenvolvimento de matéria iniciada em edição anterior.

PRISIONEIRO DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL: "CAMPO PROVISÓRIO DE CONCENTRAÇÃO DE POUSO ALEGRE, MG", DURANTE A II GUERRA MUNDIAL — SUITE

tel do então 8º RAM (8º Regimento de Artilharia Montada), hoje 14º GAC (14º Grupo de Artilharia de Campanha). Ali ficaram 7 meses, de setembro de 1943 a abril de 1944, quando foram transportados para o Rio de Janeiro, de onde seguiram para destino desconhecido.

O episódio tem muitos espaços em branco, apressei-me a reconhecer no artigo. As fontes encontradas foram poucas. Escrevi valendo-me de apontamentos e de reminiscências, essas últimas de confiabilidade restrita. Afinal, há meio século entre os fatos e o artigo. Das conversas com os prisioneiros alemães, por exemplo, ficou-me como nome do navio *Anneliese Sperga*, que não registrei. Muito mais tarde, verifiquei que Sperga não existe em alemão, enquanto que *Essenberg*, constante de um documento, podia ser que existisse. Adotei este último, erradamente, verifico. Assim, os primeiros espaços a preencher eram de dados sobre o navio alemão: nome, missão, carga, destino, como acabou no fundo do mar e que mais pudesse saber. Em segundo lugar, viriam informações sobre o procedimento dos navios interceptadores da Marinha dos Estados Unidos.

A contribuição simpática e valiosa do Comandante Dufriche (bibliografia listada ao fim do artigo) permitiu-me preencher boa parte dessas duas lacunas, contribuição que terá o valor adicional de provocar outras, espero.

Começamos, pois, pela interceptação do navio alemão, descrita pela *Narrativa*, uma espécie de relatório do comando-chefe da Esquadra do Atlântico, originalmente Secreto, e

desclassificado em 1959,³ e por Martin Brice em seu livro *Axis Blockade Runners of WW2*.⁴

INTERCEPTAÇÃO NO ATLÂNTICO

O radar do cruzador *Cincinnati* assinalou contato a 20.000 jardas. Logo depois, o operador precisou o alvo contactado: navio de superfície. Eram 5:30 da manhã de 22 de novembro de 1942, e sol do verão iluminava o Atlântico, na região do Equador, entre as costas do Brasil e da África. Cinco minutos mais tarde, o vigia do outro cruzador, o *Milwaukee*, avistou o alvo contactado pelo *Cincinnati*, em 15 minutos a distância do alvo diminuiu para 14.600 jardas. O contratorpedeiro *Somers* recebeu ordem para investigar suspeito que navegava rumo Sul. Os velhos cruzadores *Cincinnati* e *Milwaukee*, com seus canhões de 6 polegadas (152mm), ficaram na cobertura do *Somers*.

Os três navios da Marinha dos Estados Unidos pertenciam ao Grupo-Tarefa 23.2, subordinado à Força do Atlântico Sul, comandada pelo almirante Ingram e integrante da Esquadra do Atlântico. O GT havia zarpado de Recife a 8 de novembro, sob o comando do vice-almirante Read, tendo como navio-capitânea o cruzador *Milwaukee*. Missão: "executar uma busca ao sul do Equador, ao largo da ilha de Ascensão, e para leste até a longitude 12°W" (3, pág. 96). Os "estreitos",

3. Ver bibliografia fornecida pelo Cmt Carlos Eugênio Dufriche, ao final do artigo.

4. Idem.

é como chamam os livros sobre a Batalha do Atlântico essa enorme área marítima entre o saliente do nordeste brasileiro e o noroeste da África, por onde passavam as rotas dos navios do Eixo.

Para o êxito da interceptação correu decisivamente uma sequência de informações produzidas pelos serviços de inteligência aliados.

Quatro dias depois de ter zarpado o GT, o comando-chefe da Esquadra do Atlântico (almirante Ingersoll) informou sobre o possível aparecimento dos furadores de bloqueio *Anneliese Essberger* e *Kota Nopan*, e sobre o provável avanço de outros desses navios ao longo da rota do meio do Atlântico, ao S dos 10° de latitude N. O GT adotou formação para interceptá-los e ativou seus aviões de reconhecimento.

A 16 de novembro, "chegou um alerta do almirante Ingram, de que o *Anneliese Essberger* e o *Kota Nopan* poderiam chegar à área equatorial em torno de 19 ou 20 de novembro". No dia seguinte, mensagem do comandante da Esquadra dos EUA, almirante King, avisava que, nesses mesmos dias, entrariam nessa mesma área, mas vindos do Sul, um submarino e outro furador de bloqueio do Eixo. O comando do Atlântico Sul transmitiu as informações ao Grupo-Tarefa 23.2, já então em patrulha nas proximidades da área provável de interceptação.

O contratorpedeiro *Somers* aproximou-se do navio desconhecido, intimando-o a identificar-se. A resposta, através de sinais luminosos, fo-

ram as letras L-J-P-V, código internacional do cargueiro norueguês *Skjelbred*. Desconfiado, o comandante do contratorpedeiro pediu confirmação e pormenores sobre a identificação. A resposta não veio. O suspeito ficava cada vez mais próximo, sendo visto nitidamente: cargueiro de 5.000 toneladas, pintado de cinza-médio, cinza-claro na super-estrutura. Mastros, paus-de-carga, ponte, super-estrutura podiam ser examinados. No convés, uma embarcação de cerca de 15 metros, parecendo uma lancha-torpedeira. À popa, distinguia-se um canhão de 4 ou 5 polegadas (105mm, possivelmente). A distância diminuiu para 4.000 jardas, permitindo ler nas bandeiras as letras L-J-P-V, a confirmar a identificação do *Skjelbred*. Já eram então 6.40 da manhã.

OS FURADORES DE BLOQUEIO

Em fins de 1942, a Batalha do Atlântico ia acesa na parte norte do Oceano, onde os submarinos do Eixo defrontavam-se com as cada vez mais fortes forças anti-submarinas dos Aliados. No Atlântico Sul, a luta era pela segurança dos comboios aliados e pela sorte dos "furadores de bloqueio" empregados pelo Eixo. Estes eram navios de superfície, principalmente cargueiros, ou navios tanques, e submarinos. Os cargueiros transportavam manufaturados da Alemanha para o Oriente, e particularmente para o Japão, de lá trazendo matérias-primas, como borracha, óleo comestível, wolfrânio, titânio, cobre, e quinino. Para abastecer a frota submarina em alto mar, os

PRISIONEIRO DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL: "CAMPO PROVISÓRIO DE CONCENTRAÇÃO DE POUSO ALEGRE, MG", DURANTE A II GUERRA MUNDIAL — SUITE

alemães utilizaram as "vacas leiteiras", como chamavam seus submarinos supridores de óleo, peças sobressalentes, munição e mantimentos.

As rotas dos furadores de bloqueio passavam pelo Oceano Índico, contornando o Cabo da Boa Esperança, ou pelo Pacífico, via pelo Cabo Hornos. Na chegada ou na saída do Golfo de Biscaia, os navios eram escoltados por aviões da *Lufswaffe* e por lanchas torpedeiras da *Kriegsmarine*, a Marinha de Guerra.

Os furadores de bloqueio tinham armamento leve: metralhadoras antiaéreas e canhões, de duplo emprego, contra alvos marítimos ou aéreos, que lhes davam certa capacidade de defesa contra aviões de reconhecimento armado e, eventualmente, permitiam-lhes atacar navios mercantes aliados, ou deles defender-se. Alguns desses navios possuíam lanchas torpedeiras, podendo atuar como corsários. Uma vez em alto mar, eles, para sobreviver, dependiam, acima de tudo, da habilidade de seus comandantes. Muitos comandantes conseguiram esse feito.

Durante o ano de 1942, 14 furadores de bloqueio passaram pelos "estreitos", rumo Sul; 13 fizeram isso na direção oposta. O cargueiro *Tannenfels*,⁴ por exemplo, saiu de Locomar a 8 de agosto, contornou o Cabo Hornos e ganhou o Atlântico Sul, onde participou de um combate entre o corsário alemão *Stier* e o *Stephen Hopkins*, um *liberty ship*, cargueiro construído pelos Estados Unidos especialmente para a guerra e em grandes quantidades. O *Stier* foi afundado e o *Tannenfels* re-

colheu os naufragos, continuando seu caminho para o Norte. À altura dos Açores, defrontou-se com 4 contratorpedeiros aliados e foi sobrevoado por um avião da Marinha Real, baseado num porta-aviões. O comandante do *Tannenfels*, pensou em detonar as cargas de afundamento do navio, mas ele foi confundido com um navio inglês a caminho da Grã-Bretanha e seguiu em paz. Outro avião inglês apareceu, em vôo baixo, examinando o navio. A tripulação foi para o convés e acenou para o piloto, que retribuiu os acenos. O *Tannenfels* mais uma vez escapou e foi recebido no Golfo de Biscaia por uma escolta de lanchas-torpedeiras da marinha alemã. A carga de borracha, óleos comestíveis, gorduras, wolfrânio, cobre, óleo de madeira, ópio e quinino foi descarregada no porto de Bordéus a 2 de novembro, ao fim de três meses de viagem.

Os *Blockadebrechers*, furadores de bloqueio em alemão, mereceram distintivo próprio: um navio mercante, tendo na proa uma águia, que carregava nas garras a cruz gamada. Circunscrevendo o conjunto, uma corrente, com os elos rompidos pelo navio (figura 1). Martin Brice, no livro *Axis Blockade Runners of World War II*⁴ conta a história desses audazes combatentes, a maior parte deles marinheiros mercantes.

O ANNELIESE ESSBERGER

Ao eclodir a 2ª Guerra Mundial, a 1ª de setembro de 1939, *Anneliese Essberger* e outros navios alemães estavam no porto de Kobe, no Japão. O

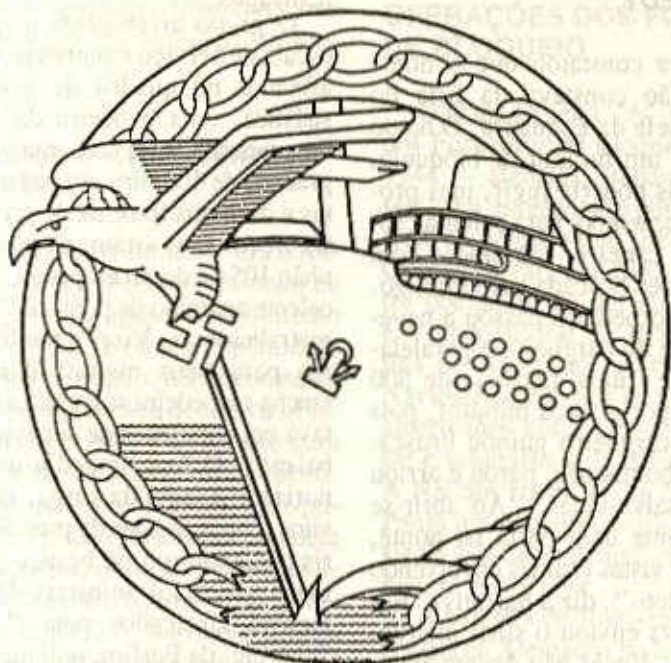


FIGURA 1 — Distintivo dos Furadores de Bloqueio

navio pertencia à John T. Essberger Shipping Company, proprietária também do *Elsa Essberger*. Conta a "Narrativa" do comandante-chefe da Esquadra do Atlântico que o *Anneliese* ali ficou, tendo sua tripulação voltado à Alemanha pela Estrada de Ferro Trans-Siberiana. Quase um ano depois, com marinheiros de outros navios alemães, também imobilizados em Kobe, e uma carga de borracha crua, o *Anneliese* fez-se ao mar. O ataque japonês a Pearl Harbor demoraria ainda cinco meses para acontecer, de modo que o cargueiro alemão suspendeu de Kobe em julho, cruzou tran-

quilamente o Pacífico e o Atlântico, pela rota do Cabo Hornos, entrou no Golfo de Biscaia, subiu o estuário do Gironde e, em setembro, atracava em Bordéus.

O estuário do Gironde era frequentemente minado e bombardeado pela RAF, e num desses ataques o *Elsa Essberger* foi atingido, e nunca mais operou como furador de bloqueio, conta Martin Brice.⁴

Ao cair da noite de 5 de novembro de 1942, dois dias apenas antes do GT 23.2 levantar ferros de Recife, o *Anneliese Essberger* zarpou de Bordéus com destino ao Japão.

PRISIONEIRO DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL: "CAMPO PROVISÓRIO DE CONCENTRAÇÃO DE POUSO ALEGRE, MG", DURANTE A II GUERRA MUNDIAL — SUITE

SKJELBRED?

O *Somers* constatou que o nome *Skjelbred* não constava da lista do comando-chefe da Esquadra. O navio suspeito era um furador de bloqueio, que não mais poderia fugir, mas procurava ganhar tempo, para evitar a captura, com a carga e, sobretudo, com as informações buscada pelo inimigo.

O contratorpedeiro passou a navegar a boreste do cargueiro e paralelamente a ele, a uma distância de 500 jardas. Isto por poucos minutos, pois às 06:46 o cargueiro guinou brusca e abruptamente para bombordo, parou e arriou dois botes salva-vidas. "Ao abrir-se repentinamente uma porta na ponte, puderam ser vistas chamas envolvendo a casa do piloto", diz a narrativa. Em vão o *Somers* enviou o sinal internacional A-J: "Vocês não devem abandonar o navio."

Os americanos lançaram ao mar um bote salva-vidas com um grupo de abordagem, armado, sob o comando do tenente R.H. White. Antes que o grupo chegasse ao cargueiro, ouviram-se três explosões, e viram-se destroços projetados a uma altura de centenas de metros. "Logo após as explosões, alguém levantou no mastro principal a bandeira da Marinha Mercante Alemã com a cruz suástica, e arriou a bandeira norueguesa, que estava em outro mastro." O cargueiro afundava rapidamente, pela popa. Ainda assim, o tenente White com seu grupo de abordagem entrou no navio, levando junto dois oficiais alemães, apanhados em um dos quatro botes salva-vidas, à essa altura vogando com

náufragos.

O grupo arrebanhou o que pôde: escala de serviço e outros documentos afixados no quadro de avisos, uma suástica, uma bandeira da Noruega, uma metralhadora com munição e uma granada de 105mm, um caderno de notas e diversos livretos de propaganda. Os americanos viram, na popa, um canhão 105 de duplo emprego, "com excelente aparelho de pontaria", e quatro metralhadoras. Viram, também, reparos para mais metralhadoras. Uma lancha-torpedeira suspensa a turcos estava em condições de ser rapidamente baixada. O fogo impediu um pormenorizado exame da carga, mas foram vistos roupas, botões de pressão (!), barris contendo um pó branco (possivelmente calcário) amostras de medicamentos fabricados pela Companhia Schering, de Berlim, bobinas de cabos metálicos de duas polegadas, tambores e caixas de pigmentos para tintas e corda feita de fibra de côco.

Às 07:14 o grupo de abordagem recebeu ordem de retirar-se do navio, que inclinava-se perigosamente para ré. Oito minutos depois, às 08:22h o navio alemão afundava, quase sobre o Equador, na posição 00.54 N, 22.34 W.

A desconfiança de haver um submarino rondando a área fez o GT tomar posição de ataque, ao mesmo tempo em que prosseguia na busca de um segundo furador de bloqueio. Nada foi encontrado e, ao cair da noite, o *Milwaukee* recolheu os 62 prisioneiros dos quatro botes salva-vidas alemães. O Grupo-Tarefa 23.2 regressou a Recife, onde os prisioneiros de guerra

PRISONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL: "CAMPO PROVISÓRIO DE CONCENTRAÇÃO DE POUSO ALEGRE, MG", DURANTE A II GUERRA MUNDIAL — SUITE

"foram entregues ao comandante brasileiro, general Mascarenhas de Moraes".

O QUE ERA O CARGUEIRO AFUNDADO

Que o cargueiro afundado era o *Anneliese Essberger* ficou confirmado na investigação feita após o recolhimento dos prisioneiros. Houve a hipótese de ser ele o S.S. *Herstein*, nome constante de papeleta encontrada dentre os objetos de um tripulante, e de acordo com silhueta existente num livro de identificação de navios mercantes. O tripulante explicou haver trazido a papeleta do S.S. *Herstein*, onde servira anteriormente, "utilizando-o para forrar a carneira de seu quépi". Outra explicação para a dúvida era ser *Herstein* o "nome de guerra" adotado para o *Anneliese Essberger*, por motivos de segurança.

Pensou-se ser o *Anneliese* um navio abastecedor de submarinos, pois transportava grande quantidade de mantimentos, de óleo diesel e de mangueiras. O interrogatório dos prisioneiros afastou a hipótese, bem como a possibilidade de que ele fornecesse completamente de pessoal para os submarinos: os registros de qualificação dos tripulantes mostravam baixo padrão de eficiência. O *Anneliese Essberger* era um cargueiro furador de bloqueio.

A Marinha dos Estados Unidos reconheceu e recompensou o valor do grupo de abordagem. O tenente White foi proposto para a *Navy Cross*, e os marinheiros foram elogiados e promovidos.

OPERAÇÕES DOS FURADORES DE BLOQUEIO

O mapa (Anexo "A") "Operações dos Furadores de Bloqueio de 1942 a 1944 — alemães, italianos e japoneses", foi apresentado por Jürgen Rohwer, na palestra que fez na Escola de Guerra Naval, em 1982.⁵ Ele "mostra operações de aeronaves baseadas em terra (litoral do Brasil e base na ilha de Ascensão) e embarcadas em Navios-Aeródromos de Escolta (CVE) americanos contra navios de superfície e submarinos de países do Eixo". A NE dos rochedos de S. Pedro e S. Paulo um pequeno quadrado preto assinala o local do afundamento do *Anneliese Essberger*.

A palestra de Rohwer "Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial", publicada na revista *Navigator*,⁵ é objetiva, repleta de fatos, ilustrada por mapas, pontilhada de comentários e de apreciações que a fazem extremamente interessante. Nesse mesmo número, a revista publica outro artigo desse mesmo autor, "Rádio-informações e sua importância na Segunda Guerra Mundial".⁶ Nos dois trabalhos Rohwer credita à Operação Hydra, que resultou na quebra do código alemão ULTRA, uma grande parcela do êxito dos Aliados na Batalha do Atlântico.

No caso do *Anneliese Essberger*, as forças navais americanas receberam informações oportunas e precisas sobre a localização do cargueiro alemão. No entanto, já foi visto que, em 1942, 27 furadores de bloqueio passaram in-

PRISONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL: "CAMPO PROVISÓRIO DE CONCENTRAÇÃO DE POUSO ALEGRE, MG", DURANTE A II GUERRA MUNDIAL — SUITE

"ANEXO A" — Operações dos Furadores de Bloqueio de 1942 a 1944 — alemães, italianos e japoneses



A figura mostra operações de aeronaves baseadas em terra (litoral do Brasil e base em Ascensão) e embarcadas em Navios-Aeródromos de Escolta (CVE) americanos contra navios de superfície e submarinos dos países do Eixo.

cólumes pelos "estreitos", e chegaram a seus destinos. Ao ser interceptado o *Anneliese* já fazia quase um ano desde que o último furador de bloqueio, o cargueiro *Odenwald*, vindo ao Japão via Cabo Hornos, com uma carga de borracha, fora interceptado e capturado (3, pág. 95 e 5 pág. 12).

MUITOS ESPAÇOS AINDA EM BRANCO

No artigo de Jul/Set 91, lembrei que os PG haviam sido visitados e tinham conversado com oficiais de estado-maior, diplomatas e representantes da Cruz Vermelha, e disso resultaram relatórios. Outros documentos relativos à permanência no Brasil e ao destino final desses marinheiros estão guardados em arquivos, no Brasil, nos Estados Unidos, na Alemanha. Livros sobre o assunto foram escritos. O comandante Dufriche forneceu-me alguns documentos, desconhecidos pelas pessoas e organismos por mim consultados. Haverá quem consiga obter outros. A reclusão dos PG alemães em território brasileiro foi de importância diminuta no contexto da guerra, apesar de ter durado mais de um ano. Mas eles foram os únicos prisioneiros de guerra que custodíamos em território nacional, durante um longo período e que tiveram um campo de reclusão para eles especialmente organizado, dentro do quartel de uma unidade do

Exército. Além do que, nas experiências vividas por aqueles homens há aventura, perigo, mistério e, é claro, História, em dose bastante para alimentar uma curiosidade que está longe de ser satisfeita. Quem sabe mais alguém se animará a contribuir para isso?

PG ALEMÃES: Bibliografia (fornecida pelo Cmt Carlos Eugênio Dufriche, da Marinha Mercante).

1. First Draft Narrative — A History of the South Atlantic Campaign, prepared by the Historical Section, Commander in Chief, Atlantic Fleet — Vol XI. (Microfilmed by NPPSO — Naval District Washington — (Start of Reel Job nº G 108-AR-37-75/G 108-AR-34-75).

2. Axis Blockade Runners of World War II — Martin Brice — B.T. Basford Ltd., London.

3. Jorgen Rohwer — Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil na Segunda Guerra Mundial (Palestra proferida na Escola de Guerra Naval em 28 de março de 1992 e publicada na revista *Navigador*, nº 18 — Janeiro a dezembro de 1982).

4. Jorgen Rohwer — Rádioinformações e sua importância na Segunda Guerra Mundial — (Palestra proferida no Estado-Maior da Armada, em Brasília, a 1º de abril de 1992 e publicada no número acima da revista *Navigador*).

PRISIONEIRO DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL: "CAMPO PROVISÓRIO DE CONCENTRAÇÃO DE POUSO ALEGRE, MG", DURANTE A II GUERRA MUNDIAL — SUITE



Cel LUIZ DE ALENCAR ARARIPE — Oriundo da arma de Artilharia, turma de 1943, da Escola Militar do Realengo, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, turma de 1957, e a Escola Superior de Guerra, turma de 1973. Foi redator da Military Review, em 1965-1966. Serviu no Estado-Maior do Exército, com o General Alfredo Souto Malan, em 1971-1972. Participou da Conferência do Desarmamento, em Genebra, como assessor, de início, do então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Enélio Rodrigues Ribas e, posteriormente, do Embaixador Araújo Castro e do Senador Afonso Arinos, em 1962. Escreveu artigos sobre energia nuclear, publicados no Mensário do Estado-Maior do Exército. Passou para a reserva em 1973.

PISTOLA TAURUS.



TAURUS
FORJAS TAURUS S.A.

Av. do Porto, 511 - Porto Alegre
RS - Brasil - CEP 91360-000
Fones: (051) 340-2244
Telex: (51) 1129 PTUS RR
Fax: (051) 340-4981



QUALIDADE E SEGURANÇA A SEU SERVIÇO.

Com uma Pistola Taurus você tem a certeza de segurança. A segurança que só a mais alta tecnologia pode proporcionar. Taurus, marca de qualidade à sua disposição.

PT 58 S.
Calibre 380, 12 + 1 tiros,
cano de 102 mm, dispositivo
de segurança manual, trava
de ferulho, dente de
travamento de cão, ponteira
a laser inercial, indicador de
cartucho na câmara,
acabamento inoxidável ou
niquelado



A OPINIÃO PÚBLICA E AS FORÇAS ARMADAS (*)

Marcio Moreira Alves

Reprodução de palestra apresentada, pelo autor, no seminário "As Forças Armadas e a Defesa Nacional", patrocinado pela Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, ocorrido em agosto de 1992. Analisa e explica a visão que diferentes segmentos da sociedade têm das Forças Armadas, identificando distorções.

Existem, no Brasil, três códigos de valores éticos e morais, da mesma forma que existem três tipos de opinião pública, também referentes às distintas classes sociais.

A moral das classes dirigentes tem, como referência principal, a busca do poder econômico e político. Em consequência, não se deixa limitar pelos obstáculos legais ou éticos para alcançá-los, e não pune com discriminação aqueles que alcançam o poder por meios ilícitos. Raros são os que se recusam a conviver socialmente com quem se enriqueceu ou se elegeu através de ações ilegais.

A moral dos despossuídos, sobretudo os urbanos, os favelados, é de duplo padrão: há um código a ser respeitado em relação a vizinhos, do

mesmo núcleo habitacional, e outro diferente em relação aos demais, sobretudo aos moradores do asfalto, que são vistos como predadores e podem, portanto, ser predados.

Finalmente, há um código para as classes médias, que corresponde ao que se convencionou chamar de moral tradicional, baseado em valores transmitidos pela tradição religiosa cristã, ou seja, pelos Dez Mandamentos. Esses valores, dado o seu peso histórico e ideológico, são partilhados pelos despossuídos, quando a necessidade não os obriga à transgressão. As classes dominantes, embora não os pratiquem como classe, e sim eventualmente como indivíduos, incorporam-nos ao seu discurso formal e tratam de encobrir as transgressões que contra eles praticam.

O mesmo fenômeno de segmentação

* Selecionado pelo PADECEME

ocorre em relação à visão que cada classe tem das Forças Armadas, visão essa que sofre também alterações em relação ao tempo histórico.

Os pobres, agrupados no coletivo povão, têm das Forças Armadas uma visão mais positiva que as demais camadas da sociedade. Há, para isso, duas razões básicas. Primeiro, as Forças Armadas têm sido, ao longo da nossa História, uma das raras oportunidades de ascensão social para quem nasce pobre em uma sociedade ainda profundamente marcada pelo ferro da escravidão. Para uma mãe favelada, ter um filho sargento é uma expectativa de amparo na velhice e de não ver reproduzida, na geração seguinte, os sofrimentos que teve de passar. Ter um filho oficial é quase um sonho impossível, dada a falência do ensino secundário público. Mas, quando ocorre, desperta o orgulho da família inteira. Segundo, ao contrário das polícias civil e militar, vistas muitas vezes como uma ameaça de violência tão ou mais perigosa que a dos bandidos, as Forças Armadas são consideradas fontes confiáveis de proteção. Daí a boa recepção popular quando são chamadas a executar missões de vigilância, como ocorreu recentemente com a ECO-92, ou onde é permanente a sua presença, como na Praia Vermelha, que é a praia mais segura do Rio de Janeiro.

As classes dirigentes têm uma visão utilitarista das Forças Armadas. Durante o período em que foram elas responsáveis pelo regime autoritário, os seus membros eram cortejados, adulados, convidados, presenteados, por serem considerados fontes de poder, de

influência e de proteção. Um número significativo de empresas trataram, então, de contratar oficiais da reserva como seus relações públicas, lobistas ou, como diziam os empresários mais cínicos, como chaves para o acesso a bancos oficiais. Terminado o regime militar, as relações, embora de respeito à hierarquia, tornaram-se mais formais e distantes. Cessou a função utilitária privada e as funções políticas permanentes, definidas no texto da Constituição, ou não são entendidas ou não são vistas como relevantes.

A razão dessa incompreensão, ou desprezo, está na ausência de um projeto nacional que tenha a adesão da maioria das classes dominantes, que não se vêem como molas propulsoras de uma política de crescimento nacional que promova a inserção do País no contexto internacional e a melhoria das condições de vida do conjunto da população. Na verdade, é muito limitada a percepção que a grande maioria dos membros das classes dominantes têm da política internacional, nas alterações que ocorrem na balança do poder mundial e dos obstáculos e vantagens que essas alterações podem colocar no caminho do desenvolvimento brasileiro. Quando os seus membros se interessam por esses assuntos é, geralmente, em virtude de interesses comerciais imediatistas.

Em consequência, a visão das Forças Armadas existente nos estratos dominantes é um misto de temor — elas poderiam voltar ao poder de condescendência prudente — por que não manter os militares? Apesar de não servirem para nada, quem sabe um dia

não vamos precisar deles para assegurar o nosso padrão de vida? — ou de concorrência. Essa concorrência é manifestada, sobretudo, em relação aos recursos alocados no Orçamento da República, nesse período de recessão e verbas escassas. Ao longo de sua votação no Congresso, as verbas militares são muitas vezes pulverizadas em rubricas que atenderiam interesses regionais desconectados de um planejamento global.

O mais sólido núcleo formador de opinião pública encontra-se nas classes médias. A elas pertencem as próprias Forças Armadas, os segmentos superiores do aparelho do Estado, os pequenos e médios empresários, os profissionais liberais, os acadêmicos e os profissionais de comunicação, além dos jovens que se preparam para nelas ingressar através do ensino superior, ou seja, os estudantes universitários.

A visão que as classes médias têm das Forças Armadas tem variado com as alterações na vida política e econômica do País e do mundo.

Em 1964, ano em que a crise econômica era forte e a Guerra Fria estava no seu apogeu, as classes médias apoiaram, majoritariamente, a intervenção militar no processo político. A memória histórica que as classes médias tinham desse tipo de intervenção indicava ser ela breve, como havia sido em 1945, 1954 e 1961. No entanto, a intervenção prolongou-se e o projeto de modernização conservadora, liderado pelo Ministro do Planejamento Roberto Campos, penalizou inicialmente importantes setores médios. A

combinação de redução do poder aquisitivo real, falta de vagas para estudantes nas universidades gratuitas, concessões aos interesses norte-americanos e repressão às liberdades democráticas fizeram com que muitos grupos que haviam apoiado o movimento de 1964 passassem para a oposição e, em consequência, mudassem a sua opinião em relação aos militares.

A presença militar na cúpula do Executivo durante o período autoritário foi determinante, ao longo das décadas de 70 e 80, para a visão negativa que os setores intelectuais das classes médias passaram a ter das Forças Armadas. Essa visão, politicamente liberal e, em setores minoritários, anti-americana, foi reforçada pelo julgamento moral da impunidade que se estabelecera para os políticos governistas tidos como malversadores dos dinheiros públicos. Os políticos considerados beneficiários diretos ou indiretos de negociações, contribuíram para essa visão negativa. Aliás, os que procuraram disputar eleições majoritárias foram fragorosamente derrotados, em virtude da capacidade que têm as classes médias de formar opinião e de influenciar as demais camadas da sociedade.

A visão positiva que o povo tem das Forças Armadas, visão que é acrítica, não se modificou ao longo dos anos, e não tem razão para ser modificada. As Forças Armadas continuam a ser uma das raríssimas oportunidades de ascensão na sociedade brasileira. O debate sobre a função e utilidade das Forças Armadas interessa apenas às camadas mais privilegiadas

da vida brasileira. E esse debate as Forças Armadas estão perdendo, em virtude de pressões externas e internas, e de carências internas de conhecimento.

As pressões externas relacionam-se com o desenho da nova ordem mundial, sob a liderança incontestada dos Estados Unidos e com uma liderança econômica plurinacional, institucionalizada no chamado G-7, grupo que reúne os sete países mais ricos do mundo, representantes, também, dos interesses de algumas outras nações desenvolvidas que não têm assento em suas reuniões, como os países escandinavos, os do Benelux e os da Comunidade Britânica.

A principal característica global da nova ordem mundial é a diminuição da importância da contribuição dos países do Terceiro Mundo para as economias centrais. Alguns rápidos dados demonstrativos: em 1975, o fluxo de investimentos estrangeiros diretos nos países desenvolvidos foi de 21 bilhões de dólares e de 6,6 bilhões de dólares nos subdesenvolvidos. Em 1989, esses números foram, respectivamente, de 161 bilhões e de 18,1 bilhões, sendo que os investimentos nos países subdesenvolvidos foram representados, sobretudo, por capitais aplicados no Sudeste Asiático. As relações econômicas dos Estados Unidos com a América Latina sofreram uma evolução semelhante. Nos anos 80, a participação das exportações latino-americanas para os Estados Unidos cresceu, de 42 para 52%, enquanto que as dos Estados Unidos para a região aumentavam de 43 para 57%. No entanto, apesar desse aumento, a parcela da

América Latina no conjunto das importações americanas baixou, de 15 para 10% e de 18 para 14%, no destino das exportações americanas. Ou seja, a América Latina tornou-se menos relevante para a nação que lidera militarmente o mundo, e menos relevante ainda para os demais países ricos. A tendência é para o agravamento dessa relevância.

A principal característica política da nova ordem mundial é a uniformização dos sistemas de organização da produção, ou seja, do mercado capitalista. O perigo comunista foi afastado definitivamente, com a vitória dos Estados Unidos sobre a União Soviética. Ele só poderia voltar à cena, caso a China se tornasse uma superpotência mantendo o seu atual sistema de produção. Ambas as hipóteses são discutíveis e remotas e, mesmo que ocorressem, a milenar tradição de autarquia chinesa não faz prever um maior envolvimento do país em áreas geográficas afastadas do que eles chamam de Império do Centro.

A principal característica social da nova ordem mundial é a exclusão interna dos seus cidadãos menos capacitados, através de um desemprego estrutural com as naturais tensões que isso produz em relação à segurança pública nos orçamentos de seguridade social de cada país, e a exclusão das migrações oriundas do Terceiro Mundo. Não existe, para os despossuídos de hoje, um novo mundo de oportunidades para onde possam emigrar, como emigraram para os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia e a África do Sul os despossuídos euro-

peus do século XIX. Os sistemas modernos de produção são progressivamente excludentes de "analfabetos tecnológicos".

A principal característica política da nova ordem mundial, no seu centro, é o surgimento de mini-ideologias, ou seja, de idéias-força que respondem apenas aos interesses ou às fantasias de grupos populacionais segmentados. As macroideologias, ou seja, o conjunto de idéias que explicam aos seus adeptos o princípio e o fim das coisas, com o desaparecimento do comunismo, só sobrevivem em teocracias muçulmanas, como a do Irã.

Dentre as microideologias, duas têm importância maior para o Brasil: o racismo e o ambientalismo.

O racismo considera o ser humano de características físicas e culturais divergentes das da maioria como um *não ser*. Esses *não humanos* podem, portanto, ser expulsos discriminados e até mortos sem culpabilizar os *seres humanos*. Ora, o Brasil, com uma população majoritariamente mestiça, pode ser vítima desse tipo de visão, como foram, no passado mais afastado, os mexicanos, no passado mais próximo os vietnamitas e, nos dias de hoje, os árabes. O ambientalismo, por outro lado, embora tenha justificativas muito mais legítimas que o racismo, também pode representar uma ameaça ao Brasil. Na medida em que se encontram em território brasileiro as maiores florestas do mundo, pode-se invocar o pretexto de preservar para o conjunto da humanidade um patrimônio natural que os *não seres* brasileiros, pela sua cupidez e ignorância não sabem defen-

der. É perfeitamente possível surgirem movimentos de opinião pela gestão internacionalizada da Amazônia.

Finalmente, como ameaça mais especificamente percebida pelos Estados Unidos, está a produção de narcóticos, especialmente de cocaína, pelos países latino-americanos e destinados aos mercados do Norte, sobretudo o norte-americano. O combate ao narcotráfico, um real perigo também para as populações do Sul, pode igualmente provocar intervenções na vida interna dos países latino-americanos, como já ocorre em países produtores, como o Peru, a Bolívia e a Colômbia.

Em consequência, pode-se dizer que existem hipóteses de intervenção estrangeira em território brasileiro que exigem uma resposta da nossa sociedade aos problemas da segurança que nos deve proporcionar as Forças Armadas.

No entanto, esses perigos, ou não são percebidos, ou são subestimados pela quase totalidade dos formadores de opinião e decisores políticos do País. Em parte, essa cegueira deriva da ignorância das nossas classes dirigentes a respeito do mundo exterior. Em parte, deriva da adesão de muitos às visões do mundo produzidas no exterior e transmitidas através de variados meios de comunicação ao Brasil. Há um número considerável de membros das classes dirigentes que se consideram cidadãos do mundo, mundo desenvolvido, é claro, antes de serem cidadãos brasileiros.

As dificuldades de comunicação das Forças Armadas com os demais segmentos das classes dominantes, dificult-

A OPINIÃO PÚBLICA E AS FORÇAS ARMADAS

dades produzidas, tanto pela falta de profissionalismo dos seus setores de comunicação social, como da falta de clareza sobre os conteúdos das mensagens a transmitir, não facilita a eliminação dessas barreiras de ignorância. E, não se modificando essa situação, estaremos condenados a um diálogo de surdos, de consequências imprevisíveis, tanto para a manutenção da unidade nacional, acossada por um início de separatismo, como para a própria existência autônoma do Brasil.

Um dos exemplos mais claros dessa cisão entre as necessidades de comunicação, de reflexão sobre um projeto nacional e de integração entre os executores políticos civis e militares está no Congresso Nacional. O Congresso Nacional tem, sobre política exterior, sobre a elaboração de projeto nacional e sobre o emprego constitucional das Forças Armadas, como um instrumento decisivo para a proteção da unidade do território e para a proteção da consecução dos objetivos a longo prazo externos do País, se não a hostilidade, pelo menos um enorme alheamento.

A demonstração mais clara disso parece estar no Senado da República. O Senado não tem uma Comissão de Defesa Nacional, ele tem uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E essa Comissão cuida muito mais de nomeação de embaixadores, de presença em conferências internacionais, do que da discussão de projetos que podem significar, a longo prazo, ameaças internas ou externas

para o desenvolvimento do povo brasileiro.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Defesa Nacional, que não é disputada pelos grandes partidos, é a única que pode ser acumulada, na qualidade de titular, por um membro da Câmara. O membro da Câmara não pode ser titular da Comissão de Educação e de Relações Exteriores, do Trabalho e de Finanças, mas pode ser titular de uma dessas Comissões e, também, da Comissão de Defesa Nacional.

Parece-me que existe, agora, nessa Comissão, um grande projeto, uma grande abertura e oportunidade para se comentar essa lacuna. A partir do momento em que há diálogo, que era estanque, a falta de comunicação começa a ser rompido pelo seu lado que, aparentemente, lhe era o mais avesso, que são as próprias Forças Armadas. Considero um notabilíssimo desenvolvimento do pensamento brasileiro, e da própria estrutura política do País, o fato de, há algum tempo, as Forças Armadas virem, sistematicamente, buscando interlocutores no mundo civil, de uma forma absolutamente pluripartidária, não posicionada ideologicamente e, portanto, aberta a um verdadeiro diálogo que implica, não apenas no conhecimento recíproco, como também na troca de observações críticas com a máxima liberdade.

Ele nos faz ter um pouco mais de esperança nos dias sombrios que estamos vivendo. Quem sabe, a luz da esperança está no fim do túnel?



MARCIO MOREIRA ALVES — é bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ — 1963) e doutor em Ciências Políticas pelo Institut National des Sciences Politiques de Paris, agregado à Universidade de Paris I, Sorbonne (1970 a 1973). Conceituado articulista político do Jornal do Brasil e de O Estado de São Paulo, e repórter especial da revista Manchete, é também diretor da Brain Trust Consultores, do Rio de Janeiro, especializada em relações internacionais, relações intergovernamentais, planejamento estratégico e ecobusiness, desde 1968. É autor de vários livros, conferencista convidado do Institut des Hautes Etudes Strategiques, de Paris, dos Institutos de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität, de Berlim, e da Universidade de Stockholm. Tem proferido conferências nas principais universidades norte-americanas sobre políticas brasileira, entre outras: Harvard, Yale, Columbia, City University of New York, University of Notre Dame, University of California (Berkeley e Santa Cruz) e Stanford University.

A COMUNICAÇÃO PERFEITA COM KS E PABX DA NEC



NEC
NEC DO BRASIL S.A.

Rua do Paraíba, 307
CEP 04413 - São Paulo - SP
Tel. (011) 381-5500 (PBX)
Fax: (011) 3806-NEC 08

A tecnologia que fala a linguagem do futuro



A REVOLUÇÃO PAULISTA DE 1932 — OPERAÇÕES MILITARES

Claudio Moreira Bento

Matéria extraída de palestra proferida pelo autor, a convite do Instituto de Estudos Valeparaibano (IEV), na cidade de Cruzeiro e na Escola Estadual Osvaldo Cruz, em 23 de maio de 1992, data que assinala o 60º aniversário da Revolução de 32.

INTRODUÇÃO

A Revolução Paulista teve início em 23 de maio de 1932, sendo interventor de São Paulo, Pedro de Toledo, que viria a abraçar o movimento. O estopim foi o confronto ocorrido nesse dia, na Praça da República, entre membros da Legião Revolucionária Getulista, fundada por Miguel Costa, e populares contrários ao que a Legião defendia.

Nesse choque, onde foram usadas até armas de guerra, morreram os jovens, paulistas Miraguaia, Martins, Dráusio e Camargo, que dariam origem a sigla MMDC que congregou os conspiradores revolucionários.

O levante teve lugar na noite de 9

de julho de 1932, unindo tropas da Força Pública de São Paulo, algumas unidades do Exército, e voluntários paulistas.

Assumiu o comando da 2ª Região Militar, em São Paulo, o coronel Euclides de Oliveira Figueiredo, na condição de revolucionário. Mais tarde viria, para o comando das operações, o general reformado do Exército Bertoldo Klinger.

O general Klinger era filho de Rio Grande (RS). Fora colega de Getúlio, na Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo (RS). cursara Artilharia no Exército Alemão (1910-12). Foi um dos idealizadores da revista *A Defesa Nacional*, em 1913, tendo exercido grande influência cultural e doutrinária no Exército até 1922, ano da vinda

da Missão Militar Francesa. Foi o maior representante da influência militar alemã no Exército até esse ano. Atingiu o posto de general em 1931, sendo logo a seguir reformado.¹

Euclides Figueiredo, carioca, cursou o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ). Fez o curso de Cavalaria no Exército Alemão, de 1910 a 1912. Era veterano do Contestado. Chefiou o Curso de Cavalaria da célebre Missão Indígena, da Escola do Realengo. Participou da pacificação da Revolução de 1923, no Rio Grande. Foi contra a Revolução de 30. Comandou o atual Regimento de Dragões, de Brasília, cujos históricos uniformes foram adotados em seu comando. É pai do ex-presidente João Figueiredo. Foi um dos 13 idealizadores da revista *A Defesa Nacional*, junto com Klinger.

Dessa forma, na condução militar da revolução, os paulistas dispuseram de dois excelentes e renomados profissionais militares, dos mais dedicados e produtivos de que o Exército dispunha, integrantes do restrito e seleto grupo que passou à história como *Jovens Turcos*, constituído de tenentes que estudaram na Alemanha ou na Escola de Guerra em Porto Alegre. Como instrutores e escritores, através da histórica *A Defesa Nacional*, eles revolucionaram a instrução e os costumes do Exército. Paradoxalmente, porém, formados na doutrina militar alemã, tiveram que empregar a Força Pública de São Paulo treinada, desde 1909, por uma Missão Militar Francesa.

FORÇAS EM PRESENÇA

A Revolução de 1932 desenvolveu-se em 6 frentes: *Frente Leste*, ou do Vale do Paraíba; *Frente Sul*, ou Paranaense; *Frente Mineira* (menos Vale do Paraíba); *Frente de Mato Grosso*; *Frente do Litoral* (entre a Serra do Mar e o litoral norte de São Paulo) e a *Frente do Rio Grande do Sul*.

Frente Leste ou do Vale do Paraíba

Foi a frente principal para os revolucionários. Suas tropas combateram entre as serras da Mantiqueira e do Mar, de Guaratinguetá para o norte, até a fronteira São Paulo—Rio. Eles atuaram ao longo da ferrovia e da antiga rodovia Rio—São Paulo, integrando a 2ª DIO — Divisão de Infantaria em Operações, ao comando do coronel Euclides Figueiredo.

A 2ª DIO possuiu cinco destacamentos, atuando em eixos diferentes:

- Destacamento coronel Andrade. Foi o principal. Combateu ao longo da antiga rodovia Rio—São Paulo;
- Destacamento major Agnelo. Combateu ao longo da ferrovia Rio—São Paulo.

Os dois destacamentos, este e o anterior, combateram na direção do Rio de Janeiro, seu objetivo.

- Destacamento coronel Sampaio. Com posto de comando em Cruzeiro, atuou cobrindo o flanco esquerdo do Destacamento Agnelo, dominando a ferrovia Sul-Mineira, com postos avançados no maciço do Túnel da Mantiqueira;

1. Fomos os únicos a evocar sua vida e obra, ao ensejo do centenário do seu nascimento, em ADN, nº 711, 1984.

- Destacamento coronel Abílio Resende, com posto de comando em Piquete. Atuou ao longo da rodovia Piquete—Itajubá, na cobertura do flanco esquerdo do major Agnelo e controlando a importante e estratégica Fábrica de Pólvora do Exército.

- Destacamento Veiga Abreu. Em Reserva.

Nessa frente atuou a principal força governista, uma Divisão de Infantaria da 1ª Região Militar, comandada pelo general Pedro Aurélio de Goes Monteiro tendo, como chefe de estado-maior, o coronel Pantaleão Pessoa.

Ela cobriu todos os setores do Vale do Paraíba e os que para ele convergiam, quer no eixo Rio—São Paulo, quer no de Minas e, mesmo, do litoral de Angra dos Reis e Parati.

O posto de comando governista foi instalado em Resende, inicialmente, e contou com o apoio de uma base aérea estabelecida na esplanada da atual AMAN. Os aviões, conhecidos por vermelhinhos, eram os Waco.

Essas tropas foram sendo reforçadas por tropas vindas do Norte, do Nordeste e do Sul. Elas contaram até com canhões navais montados em vagões ferroviários.

O general Goes Monteiro foi uma das mais brilhantes cabeças militares do Exército em todos os tempos. Foi estrategista militar e político de raros méritos, além de grande estudioso de Napoleão. Já havia atuado em São Paulo, como chefe de estado-maior de força que combateu, ali, a Revolução de 24. Como tenente-coronel comandante de Regimento de Cavalaria em São Luiz Gonzaga, foi guindado à li-

derança militar da Revolução de 30.² E imensa sua projeção na construção do Exército a partir de 1930, ao lado do general Eurico Dutra, que hoje tem seu nome ligado a Via Dutra, a principal do Brasil. Goes Monteiro tem sido muito estudado por brasilianistas, em função de sua importância.

Frente Sul ou Paranaense

Nesta frente, também muito importante, houve dois setores para os revolucionários:

- Setor Baixo Paranaense. Combataram ao longo da rodovia e invadiram o Paraná por Cambará, indo até Jaguariaíva, ao comando do intrépido e legendário coronel Pedro Dias, *double* de historiador e soldado competente, formado pela Missão Militar Francesa, da qual foi assessor.³ Adquiriu grande experiência no combate à Coluna Prestes no Oeste, em 1924-26.

- Setor Itararé-Ribeira. Ao comando do coronel Brasília Taborda, que enquadrara universitários paulistas de Engenharia, Medicina e Direito, no 14º Batalhão.

Os governistas atuaram em dois destacamentos, ao comando do general Castilhos Lima:

- Destacamento Central. Na ferrovia Paraná—São Paulo, atuando sobre Itararé e Itapetininga e que, desde o início, penetrou em São Paulo, facilitando

2. Em seu centenário (1990), evocamos sua vida e obra, em *Cadernos dos Centenários da Proclamação da República e da Bandeira Nacional* — Rio, Senai-Bibliex, 1992.

3. Sobre ele escrevemos em *plaquete Sesquicentenário da PMSP* — São Paulo, PMSP, 1978.

tado pela retirada revolucionária da excelente posição defensiva na barreira Itararé.

• Destacamento de Jacarezinho. Integrado por gaúchos voluntários, ao comando do temível e experimentado coronel João Francisco, "a hiena do Cati", que se celebrou na vigilância da fronteira Brasil-Uruguai e cuja tropa, em 1893, matou em combate o almirante Saldanha da Gama, em Campo Osório.

Frente Mineira (excluído o Vale do Paraíba)

Os revolucionários exerceram fraca vigilância, com esparsos elementos da Força Pública e voluntários de São Paulo, no enorme arco balizado por Bragança Paulista-Campinas-Ribeirão Preto-Uberaba-São José do Rio Preto.

A força governista, constituída pelo destacamento coronel Manoel Rabelo, tinha a missão de isolar militarmente São Paulo de Mato Grosso de possíveis reforços vindos via Santana do Parnaíba e Porto do Tabuado. O destacamento era orientado sobre Ribeirão Preto.

Frente do Mato Grosso

Os revolucionários matogrossenses não conseguiram unir-se aos paulistas. As tentativas foram impedidas em Porto Murtinho e Coxim.

As forças governistas eram constituídas pelo destacamento do coronel Rabelo (com atuação também em Minas), de Foz do Iguaçu, na direção de Ponta Porã e sobre Campanário, o de

Porto Murtinho, e o de Cuiabá, que alcançou Coxim, embora lançado sobre Campo Grande.

Frente do Litoral (entre a Serra do Mar e o Atlântico)

Os revolucionários tinham, como missão, a defesa do porto de Santos, com o forte de Itaipu e a cidade de Santos, com o batalhão de Caçadores e duas companhias do Exército, e a defesa do flanco revolucionário, em Cunha, contra a ação de tropas, particularmente navais, lançadas a partir de Parati.

Os governistas tinham como missão o bloqueio de Santos, inclusive com apoio aéreo. O destacamento terrestre, em Parati, foi lançado na direção de Cunha, com predominância de fuzileiros navais.

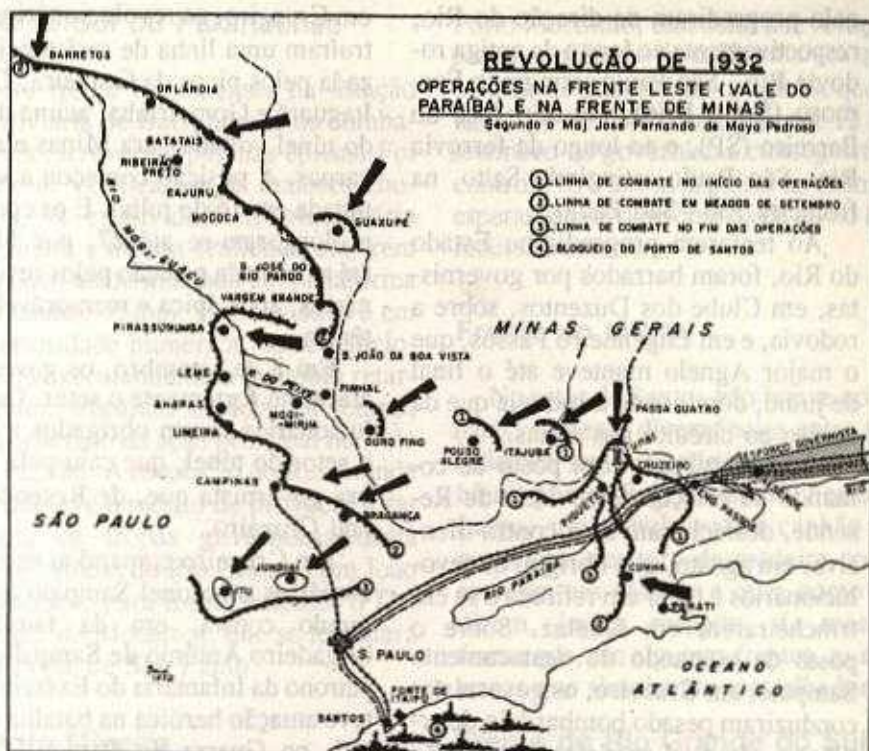
Frente do Rio Grande do Sul

Tropas da região da fronteira que foram levantadas sobre a liderança do Dr. Borges de Medeiros, ex-presidente do Rio Grande do Sul, mais com a finalidade de fixar tropas governistas que pudessem ser enviadas para combater São Paulo, do que para apoiar São Paulo, pois ficaram reduzidos a 450 combatentes e, no combate de Cerro Alegre, de 20 de setembro de 1932, numeraram 204.

OPERAÇÕES MILITARES

Frente do Vale do Paraíba

Os destacamentos Andrade e Ag-



nelo progrediram na direção do Rio, respectivamente ao longo da antiga rodovia Rio—São Paulo, atingindo Formoso (Serro Frio), em São José do Barreiro (SP), e ao longo da ferrovia Rio—São Paulo, atingindo Salto, na fronteira Rio—São Paulo.

Ao tentarem progredir no Estado do Rio, foram barrados por governistas, em Clube dos Duzentos, sobre a rodovia, e em Engenheiro Passos, que o major Agnelo manteve até o final de julho, dominando a rodovia que dá acesso ao circuito das águas.

Os governistas, com posto de comando na estação ferroviária de Resende, desfecharam uma contra-ofensiva, em agosto, que obrigou os revolucionários a bater em retirada e se entrincheirarem em Queluz. Sobre o posto de comando do destacamento Sampaio, em Cruzeiro, os governistas conduziram pesado bombardeio de artilharia, do qual participou a aviação governista com base no atual Campo de Paradas da AMAN (Campo de Marte). Canhões de Marinha montados em vagões ferroviários bombardearam fortemente a estação de Vila Queimada.

Em setembro, os revolucionários se retiraram de Queluz e ocuparam a linha de trincheiras Vila Queimada-Lavrinhas (ocupada em 2 de setembro). Na frente de Silveiras, os revolucionários, numa contra-ofensiva, impuseram revés ao 19º Batalhão de Caçadores. O espaço na região de Silveiras foi disputadíssimo, com vitórias alternadas, até 12 de setembro (retirada para Jataí).

No setor do Túnel da Mantiqueira,

em Cruzeiro, os revolucionários construíram uma linha de resistência baliçada pelos picos da Gomeira, Cristal, Itaguaré e Gomeirinha, acima da boca do túnel voltada para Minas e nas escarpas. A posição começou a ser disputada em 16 de julho. E os combates prolongaram-se até 27, por 11 dias, até a perda da posição pelos revolucionários, após épica e memorável resistência.

Em 8 de setembro, os governistas atacaram fortemente o setor. Os revolucionários foram obrigados a deixar o setor do túnel, que caiu pela manobra governista que, de Resende, atacou Cruzeiro.

Em Cruzeiro comandou os revolucionários o coronel Sampaio que, segundo consta, era da família do brigadeiro Antônio de Sampaio, atual patrono da Infantaria do Exército e que teve atuação heróica na batalha de Tuiuti, na Guerra do Paraguai. Combateu aí no setor do túnel, como médico da Polícia Militar de Minas, Juscelino Kubistchek que encontraria mais tarde sua morte em acidente automobilístico próximo ao local.

Na área de Piquete foi mantida, em mãos revolucionárias, a Fábrica de Piquete. No início de setembro os revolucionários ocupavam a seguinte linha avançada: Piquete-Túnel da Mantiqueira-Fazenda Boa Vista-Pinheiros-Lavrinhas-Jataí.

Em 11 de setembro os revolucionários deram início à retirada para Guaratinguetá, fato determinado pela perda de Cachoeira Paulista.

Frente Sul ou Paranaense

Na frente Paranaense, na estação ferroviária de Buri, ambos os combatentes escreveram páginas épicas. Foi onde se verificaram os maiores choques. A criatividade revolucionária idealizou e tornou realidade um trem blindado tendo montado em plataforma um canhão 75mm. Pressionados e em inferioridade numérica, os revolucionários executaram uma manobra retardadora, trocando espaço por tempo, em benefício da ação principal no Vale do Paraíba. A revolução do Rio Grande do Sul teve o mérito de provocar a retirada de tropas governistas desta frente, vindas do Rio Grande com João Francisco, para irem combater o Dr. Borges de Medeiros, que se levantara em favor de São Paulo.

Frente Mineira

Os revolucionários haviam se organizado em Bragança, Campinas, Mogi-Mirim, São José do Rio Pardo e Ribeirão Preto. Em 26 de agosto, foram obrigados, por falta de munição, artilharia e por inferioridade numérica, a se retirarem para a linha do rio Peixe. Em 30, se retiraram para Mogi-Mirim. Aí destacou-se o capitão Romão Gomes que, recorrendo a guerra de guerrilha, conseguiu ganhar tempo nessa frente, onde inclusive, em Barretos, os revolucionários usaram minas nas estradas.

Frente de Mato Grosso

Foi notável a luta pela posse de

Porto Murinho, essencial à revolução para a exportação de café, uma vez que o porto de Santos estava sob bloqueio naval governista. Somente em 12 de setembro os governistas conseguiram controlá-lo e assim sepultar as últimas esperanças revolucionárias de apoio em recursos externos.

Frente do Litoral

No setor de Santos não houve combates, somente divergências entre autoridades revolucionárias por questões hierárquicas. Registre-se, no Forte de Itaipu, um simulacro de canhão de costa com um toro de madeira como se fosse um canhão e que, como tal dizem, impôs respeito, da mesma forma que, em algumas frentes, as matracas que simulavam metralhadoras.

Frente do Rio Grande do Sul

Os revolucionários em pequeno número, sob a liderança de Borges de Medeiros, conseguiram fixar tropas governistas, evitando que fossem usadas contra São Paulo e provocando, inclusive, a retirada da Frente Paranaense de valorosas tropas gaúchas para combater a revolução no Sul. Borges de Medeiros, com um pugilo de revolucionários, se manteve em campo até próximo do término da Revolução em São Paulo, até ser batido e aprisionado em Cerro Alegre, em Piratini, em 20 de setembro de 1932. Cumpriu, num contexto estratégico, sua ação diversoriária de alívio da frente revolucionária paulista, o que nunca foi ressaltado devidamente em São Paulo.

Aviação e Marinha

A aviação governista do Exército e da Marinha não impediram a ação da aviação revolucionária. Os bombardeios foram inócuos. Os aviões serviram para reconhecimento e para o lançamento de panfletos. Foi nessa época que, triste com o emprego dado à sua invenção, Santos Dumont, o pai da Aviação, suicidou.

A Marinha atuou com eficiência no bloqueio naval de Santos, e seus fuzileiros navais desembarcados em Parati atuando contra o flanco revolucionário na direção Parati-Cunha-Guaratinguetá, com muitos bons resultados e grande rendimento e projeção na manobra que forçou o Armistício.

A PACIFICAÇÃO

Por volta de 14 de setembro já se começou a falar em Armistício, pelas seguintes razões, depois de dois meses de intensa e brava luta: insustentável situação econômica de São Paulo; falta de suprimentos e de munição, sendo que esta vinha sendo pouca e de má qualidade produzida por Matarazzo, numa emergência; abatimento moral do comando político da Revolução, que percebia toda a triste realidade na falta dos apoios prometidos, principalmente dos gaúchos, em razão de Flores da Cunha, seu interventor, haver apoiado o governo, e, finalmente, a inviabilidade de êxito militar da Revolução.

A linha Guaratinguetá foi bombardeada fortemente, em 20 de setembro, por aviões e artilharia, no mesmo dia em que Borges de Medeiros era batido

e preso em Cerro Alegre, Piratini.

Com a perda de Cunha para os fuzileiros navais e a perda do túnel, facilitando o livre acesso de governistas mineiros ao Vale do Paraíba, o anel governista foi se fechando em torno de Guaratinguetá, onde se concentraram as últimas esperanças revolucionárias. Em 27 de setembro, quando ia ser desfechada a ofensiva governista sobre Guará, telegrama do Catete insinua a negociação de uma trégua. Ela é aceita e o chefe do estado-maior governista, coronel Pantaleão Pessoa, chefe e profissional de raros méritos, mas muito discreto, redigiu a Convenção de Paz em termos elevados e fraternos.

A Convenção de Paz, em seu artigo V, rezava, entre outras considerações, o "reconhecimento da extraordinária persistência e bravura com que se bateram as tropas paulistas, de um modo geral. E, com esse reconhecimento, homenagear os nobres sentimentos daqueles revolucionários que, doravante, quisesse contribuir para a união dos brasileiros e trabalhar para a extinção das dissensões e ressentimentos políticos, restabelecimento da coesão e disciplina das Forças Armadas".

Aceitas as condições propostas todos os comandos governistas se empenharam em limitar, ao mínimo, as apurações das responsabilidades pela revolução, e na entrega dos oficiais e praças revolucionários prisioneiros.

A pacificação teve lugar em Aparecida, no posto de comando do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, comandante governista.

O general Klinger enviou, até Cruzeiro, seus representantes que não con-

cordaram com a Convenção. No entanto, os representantes da Força Pública de São Paulo a aceitaram, depois de reunião em separado com o coronel Pantaleão Pessoa.

Houve discordâncias entre Klinger e Euclides Figueiredo. Este declarou-se disposto a prosseguir, mas em realidade, ao que parece, já não existiam condições operacionais e logísticas para tal.

E teve fim o confronto militar. Os paulistas, batidos militarmente, conseguiram uma vitória política: a promessa de constitucionalização do Brasil e a nomeação de Armando Sales para interventor.

São Paulo surpreendeu, nessa revolução, com a mobilização de homens e mulheres, recursos financeiros (campanha do ouro) e indústrias para o esforço de guerra em prazos considerados impossíveis. Improvisaram linhas de fabricação de armas, granadas, morteiros, máscaras contra gases, munição de artilharia, bombardas, veículos blindados, telefones, capacetes, binóculos etc. Produziram material de saúde, alimentos enlatados, precursores das rações de campanha. Mobilizaram, até o 3º dia, 50.000 homens que foram organizados em 40 batalhões e que demonstraram grande vontade do combater, mas que careciam de instrução, armamento e chefes para enquadrá-los em quantidade necessária, para atuarem num quadro de guerra moderna, como foi o caso dessa Revolução.

Muito contribuiu no fortalecimento do moral dos revolucionários a pregação pelo rádio de Cezar Ladeira e

o toque do dobrado Paris Belfort, que se tornou uma espécie de hino de guerra revolucionária e que, até hoje, causa arrepios nos veteranos paulistas. As mulheres paulistas se mobilizaram e atuaram na mobilização industrial, confeccionando uniformes, numa amostragem do que aconteceria com a mulher americana na 2ª Guerra Mundial. As mulheres mobilizadas foram em número de 72.000. São Paulo emitiu bônus, dinheiro e selos.

CAUSAS DO INSUCESSO MILITAR

Interpreto como principais causas do insucesso militar da Revolução de 32:

- o despreparo militar dos 50.000 voluntários recrutados para a revolução;
- a falta de armamentos e equipamentos em quantidade e qualidade adequados para o combate e a pouca instrução de manejo dos existentes;
- a falta de oficiais e graduados profissionais das armas, para adaptar e adestrar, em tempo recorde, os numerosos voluntários;
- o plano eminentemente defensivo dos revolucionários ao invés de ofensivo, o que não poderia ser de outra forma, dentro de suas possibilidades críticas de meios. Não podiam tirar partido dos Princípios de Guerra da Ofensiva, da Manobra e da Massa, como o fizeram da Segurança e da Economia de Meios. Foi um bom plano, com boa viabilidade de sucesso, caso tivesse recebido o apoio do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso e Minas;

- a ausência de ligações físicas com os revolucionários gaúchos, mineiros e mato-grossenses, o que os desestimulou;

- a improvisação na organização das grandes unidades, do comando, do apoio administrativo e da mobilização, muito aquém do necessário;

- a carência de comunicações entre as frentes revolucionárias.

CAUSAS DO SUCESSO GOVERNISTA

- O envolvimento militar rápido de São Paulo, por terra e mar, que determinou o seu isolamento de possíveis apoios terrestres e navais vindos de Mato Grosso, Minas e Rio Grande do Sul, e mesmo do exterior.

- Obrigar os revolucionários a combaterem em três importantes frentes, a do Vale do Paraíba, a Mineira e a Paranaense, sem poderem apoiar o flanco esquerdo em Mato Grosso e Minas, fixar importantes efetivos governistas no Rio Grande do Sul e darem segurança à retaguarda.

- Ação diplomática eficaz para prevenir reconhecimentos internacionais.

- Descentralização das operações, delegando aos subordinados a responsabilidade por elas.

- Adequado apoio logístico e rapidez na mobilização e transporte de tropas nortistas, nordestinas e sulistas para combater a revolução de São Paulo.

- Atuação política eficaz junto aos governos do Rio Grande e Minas, no sentido de neutralizar os efeitos da revolução naqueles estados.

CONCLUSÃO

A Revolução de 1932 foi o maior movimento armado interno no Brasil, com perdas em torno de 600 vidas humanas. Os combatentes de ambos os lados superaram as expectativas em valor, criatividade e elevação moral e espiritual. É um episódio de ensinamentos militares que enriqueceram, de muito, o patrimônio cultural militar brasileiro, prestes a enfrentar uma luta com algumas semelhanças no Teatro do Mediterrâneo, com a Força Expedicionária Brasileira. A FEB foi integrada por brasileiros paulistas do 6.º RI, Regimento Ipiranga, o maior credor de suas glórias, em Castelnovo e em Forno, na captura de 25.000 alemães.

Em 1932, segundo Guilherme de Almeida, “marchou o soldado paulista, marcou o seu passo na História, deixou na terra uma pista, deixou um rastilho de glória”.

Em 1932 foi a segunda vez que o corredor Rio—São Paulo, ligando essas duas megacidades, foi envolvido num conflito militar. O primeiro foi em 1842 com a revolução que estourou em 31 de maio em Lorena e se estendeu para Silveira, Areais e Bananal e que só teve fim com o combate de Silveira de 12 de julho. O movimento, de cujo combate o barão de Caxias não participou, correu por conta da Polícia Militar do Rio, após a região abrangida por Guará, Lorena, Cunha, Queluz, Silveiras, Areais e Bananal ter sido anexada à Província do Rio de Janeiro, de 18 de junho a 29 de agosto. Trecho, aliás, que 90 anos

após seria o centro de gravidade da Revolução de 1932, ao contrário da de 1812, em que o centro de gravidade se situou no triângulo São Paulo-Sorocaba-Campinas e o objetivo, ao invés do Rio de Janeiro, foi a conquista da

cidade de São Paulo.

Enfim são dois eventos guerreiros ocorridos no Vale do Paraíba ricos em ensinamentos para a segurança deste agora mega-eixo, tão diferente dos anos 1842 e 1932.



CLÁUDIO MOREIRA BENTO — Coronel da Reserva do Exército, foi designado para o serviço ativo, como Diretor do Arquivo Histórico do Exército — A Casa da Memória Histórica do Exército. Possui, além dos cursos militares regulares, o do Analista A da Escola Nacional de Informações e o de pesquisador das Forças Terrestres Brasileiras. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, integra a Academia Brasileira de História, a Sociedade Brasileira de Geografia, o Instituto dos Centenários e o Instituto

Bolivariano do Rio de Janeiro. Foi o coordenador da construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e atualmente, preside o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Dirigi o Departamento Cultural e a Revista do Clube Militar (Jun 86 - Jul 88).

Em tempos difíceis, a melhor estratégia é a defesa.

No Banco do Brasil, você encontra a melhor proteção para seu patrimônio:

- *BB – Fundo de Ações*
- *BB – Renda Fixa*
- *BB – Commodities*
- *BB-FAF*
- *Caderneta de Poupança Ouro*
- *RDB/CDB Banco do Brasil*

Venha conversar com a gente



BANCO DO BRASIL



XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR — COMENTÁRIOS E ENSINAMENTOS(*)

L.P. Macedo Carvalho

Matéria extraída de relatório exposto na sessão do IGHMB de 17.03.92. Analisa a conjuntura retratando, com fidelidade, o panorama internacional então existente.

INTRODUÇÃO

A Comissão Internacional de História Militar Comparada (CIHMC) surgiu em 1938, com o nome de Comissão de História Militar, durante o Congresso Internacional de Ciências Sociais de Zurich, Suíça, por iniciativa de Albert Depréaux, responsável pelos arquivos da Fundação Thiers, de Paris. Tinha por finalidade promover a integração de diretores de museus, historiadores, estudiosos e pesquisadores de História

Militar das diversas partes do mundo, até então trabalhando isoladamente, sem conhecimento das matérias de que cada um se ocupava, na maioria das vezes interrelacionadas.

Em julho de 1972, a Comissão foi elevada à categoria de internacional e afiliada ao Comitê Internacional de Ciências Históricas, recebendo a denominação de Comissão Internacional de História Militar Comparada, a fim de evitar confusão com a Comissão de História Marítima, de mesma sigla, CHM, e bem mais antiga.

Desde 1985, a CIHMC congrega 36 nações como membros afiliados, inclusive o Brasil, por intermédio do

* Selecionado pelo PADECEME

Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Hoje ela tem, por objetivo, estimular e coordenar pesquisas de História Militar, com o espírito de promover o entendimento internacional.

O XVIII Congresso Internacional de História Militar foi patrocinado pelo CIHMC. Teve lugar em Turim, Itália, de 30 de agosto a 5 de setembro de 1992, como parte das comemorações do V Centenário do Descobrimento da América. O tema escolhido foi "O Descobrimento do Novo Mundo e suas conseqüências para a História Militar", desdobrado em quatro tópicos: "A Arte Militar Européia durante a Renascença e a Conquista do Novo Mundo", "A Luta entre as Grandes Potências pela Supremacia no Novo Mundo", "O Nascimento da Potência Militar Norte Americana no Final do Século XIX" e "A Influência da Estratégia das Potências Militares Americanas sobre as Forças Armadas Européias e Asiáticas durante as I e II Guerras Mundiais".

Embora promovido pela CIHMC, o congresso contou com o patrocínio da Presidência da República da Itália, dos Ministérios da Defesa, da Educação e de Pesquisa Científica e Tecnológica, da Prefeitura de Turim, do governo de Piemonte, do Senado Italiano, do Conselho Nacional de Pesquisa e da Sociedade de Historiadores Italianos.

Participaram do evento representações de 29 países. O Brasil se fez presente com uma delegação constituída de apenas dois representantes do

IGHMB,¹ que tiveram seus trabalhos selecionados,² com resumos de aproximadamente 20 minutos cada expostos em plenário.

A sessão de encerramento prolongou-se pela manhã inteira do último dia de atividades programadas e foi iniciada com uma mesa-redonda pela comissão anfitriã, da qual participaram representantes da Alemanha, dos Estados Unidos, da França, Inglaterra, Itália, Rússia e do Japão. Na oportunidade, analisou-se, com absoluta franqueza, a situação geopolítica e geoestratégica mundial, à luz da suposta Nova Ordem Mundial.

Nos 55 anos de existência, a CIHMC já organizou 26 congressos e seminários. Para 1993, está prevista a realização de um seminário em Istambul, Turquia, sobre o tema "Estudo do Período Entre-Guerras de 1918-1939 sob o Prisma da História Militar", esperando-se o comparecimento de mais de 200 participantes e, aproximadamente, 50 delegações. Em comemoração do bicentenário da Rebelião de Kosciuszko, está programado um congresso para setembro de 1994, em Varsóvia, Polônia, cujo tema será "As Insurreições Nacionais desde 1789". Em 1995, terá lugar em Montreal, Canadá, o XXII Congresso Internacional de História Militar, como parte do XVIII Congresso Internacional de Ciências Sociais, sobre tema a

1. Coronel R1 Luiz Paulo Macedo Carvalho e Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) da Reserva Dino Willy Cozza, ambos sócios efetivos do IGHMB.

2. Ver no Anexo: Trabalhos Apresentados.

ser proposto pela Comissão Canadense de História Militar.

COMENTÁRIOS E ENSINAMENTOS

A primeira e capital lição tirada do Congresso é a crescente importância que se dá, no Primeiro Mundo, à cultura e, no caso particular, à História Militar, indiferentemente por civis e militares, homens e mulheres, idosos e jovens; o cuidado com a preservação das coisas do passado que alimentam o presente e sinalizam o futuro.

A despeito da modernidade alcançada pelos computadores, que mastigam os fatos históricos na tentativa da "quantificação de dados", ficou patente não se poder controlar o imprevisível comportamento humano, o qual impede a reconstituição de um conjunto de circunstâncias e fatores, impossibilitando, assim, a repetição da História. Entretanto, provou-se que a História Militar continua sendo a pedra angular da História dos povos, e que esta não chegou ao fim. A falta de alternativa, no momento, para o regime democrático liberal capitalista, com o desmoronamento da União Soviética e a queda do "Muro de Berlim", provas incontestes da vitória do liberalismo sobre o totalitarismo, não afasta a permanente ameaça de conflitos localizados degenerarem em guerras limitadas, mas capazes ainda de arrastar a humanidade a banhos de sangue. Apesar de a História não proporcionar lições, na verdadeira acepção da palavra, oferece inestimáveis subsídios que, se bem analisados em tempo há-

bil, evitam surpresas desagradáveis e indicam a tendência dos acontecimentos.

Lamentavelmente, o nosso alheamento às transformações mundiais em curso, nos diversos campos do poder — científico-tecnológico, econômico, militar, político e psicossocial —, função do isolacionismo cultural brasileiro, enseja que, de má fé ou por ignorância, oportunistas ou desinformados não enxerguem haver contínua possibilidade de guerra no cenário internacional, e que nenhum Estado cômico de sua soberania pode prescindir de forças armadas modernas e adestradas para garanti-la. Precisa-se de humildade, de tomar consciência da real situação de inferioridade cultural do País, buscar intercâmbio com os povos mais adiantados, a fim de não se mergulhar na absoluta miséria subsariana e permanecer marginalizados, cada vez mais, dos centros do poder. Sem investimento em cultura não há pesquisa, sem pesquisa não há tecnologia. E só a tecnologia de ponta confere vantagem em todos os campos do poder nacional.

Constatou-se o inter-relacionamento da Estratégia e da Geopolítica com a História Militar, o que sugere não se prosseguir trabalhando em compartimentos estanques. Mas reduzido número de brasileiros se preocupam com as avaliações estratégicas para vencer a turbulência que envolve a ordem mundial.

Das conversações mantidas com os demais participantes, comprovou-se a existência em quase todas as nações do mundo de órgãos privados e públi-

cos especializados em estudos de História Militar. Causou muito boa impressão o preparo revelado pela Comissão Portuguesa e pelo antigo dirigente da espanhola. Seria recomendável, portanto, que o IGHMB estreitasse relações com essas entidades congêneres.

A maioria dos participantes do Congresso eram oriundos de nações desenvolvidas. Da América Latina, o Brasil era o único representante. Foi a primeira vez que o Brasil apresentou trabalhos nas reuniões promovidas pela CIHMC e os debateu em plenário, defendendo seus pontos de vista com argumentos históricos concretos e irrefutáveis.

A presença brasileira nesse significativo evento cultural se efetivou sem ônus para os cofres públicos e ajuda do IGHMB, por absoluta falta de recursos.

Grande parte das delegações ignorava a participação brasileira em ambos os conflitos mundiais. Somente uns poucos militares mais antigos possuíam vaga idéia de nossa contribuição para a vitória aliada na II Guerra Mundial. Mesmo assim, desconheciam o valor aproximado do efetivo da FEB e as baixas sofridas por nós na Itália e no Atlântico Sul, causadas por submarinos alemães e italianos. Apenas um ex-submarinista germânico, hoje respeitado historiador militar, demonstrou profundos conhecimentos a respeito das operações navais do "Eixo" nas águas do Atlântico Sul, com pormenores de torpedeamento de navios brasileiros no litoral do Nordeste, durante a II Guerra Mundial. Surpresos fica-

ram muitos italianos em saber que tropas brasileiras haviam sido as primeiras a penetrar na cidade de Turim, no final da campanha do Mediterrâneo. Provocou impacto entre os ouvintes a declaração de que o Brasil saldara o empréstimo tomado para ajudar na libertação da Itália até o último centavo e não recebera qualquer reparação de guerra. Em várias ocasiões, manifestaram desejo de contar com a participação do Brasil em outras atividades de natureza semelhante, como o seminário ocorrido em fins de 1992 na Grécia, e de o IGHMB aceitar o encargo de organizar um congresso internacional da CIHMC no Rio de Janeiro após 1995, bem como de editar outro número da "Revue Internationale d'Histoire Militaire".³

Se o Brasil almeja ocupar o lugar que lhe é devido entre as nações emergentes, faz-se mister estimular e apoiar atividades culturais como essa. Há necessidade de divulgar a bibliografia de nossa História Militar. Boa oportunidade se oferece com as próximas comemorações dos 50 anos da II Guerra Mundial, quando se poderia efetuar a reconstituição da campanha da FEB na Itália, *in loco*, com a participação de ex-combatentes alemães, aliados e brasileiros. Seria valioso o Brasil estar sempre presente a reuniões internacionais e se intensificar o intercâmbio do IGHMB com a CIHMC. Parece impositivo aprofundar o estudo da História Militar entrelaçada com a Estratégia e a Geopolítica. Apoiar melhor o IGHMB é imprescindível para

3. Revista fundada pelo CIHMC, registrada oficialmente na França.

não se perder a memória militar nacional. A criação de um Centro de Estudo e Pesquisa de Estratégia e História Militar do Exército constitui lacuna que deve ser preenchida para, em colaboração íntima com o Arquivo Histórico do Exército e a Biblioteca do Exército, rever e atualizar a história da força terrestre brasileira, além de coletar, reunir e divulgar preciosas fontes históricas esparsas, em risco de desaparecimento.

Quanto à tão alardeada e pouco entendida "Nova Ordem Internacional", que dizem as grandes potências objetivar a democracia, tornar a ONU o único *forum* para solucionar os conflitos internacionais e limitar as forças armadas nacionais à autodefesa de cada país, parece mais suscetível de redundar em desordem mundial.

O futuro do planeta e da Europa, especialmente, se afigura incerto. Acredita-se mesmo inexistir "bola de cristal" que indique para onde caminha a humanidade. Qualquer previsão atual é temerária. As ilações vão do otimismo ao pessimismo. Novas fontes de instabilidade mundial surgiram: drogas, desequilíbrios ecológicos, fundamentalismo religioso, imigrações forçadas, minorias raciais, miséria e nacionalismos. Os próximos anos serão difíceis.

As mudanças ocorridas no Leste Europeu, decorrentes do esperado mas súbito desaparecimento do império soviético, com a reunificação da Alemanha e o recrudescimento dos conflitos étnicos, começam a redesenhar o mapa-múndi e causam apreensões ge-

neralizadas. A crise econômica do Leste Europeu é tão grave quanto a dos anos 30 e traz, no seu bojo, sérias ameaças à ordem interna das nações, aos valores sociais e às estruturas políticas.

Os países surgidos no território da ex-União Soviética tornaram-se autênticos barris de pólvora, para os quais não se visualiza solução imediata. Esses países se esforçam para organizar suas forças armadas, comprando ou se apropriando de armamento, inclusive nuclear, do antigo Exército Vermelho. Grandes efetivos das extintas forças terrestres soviéticas ainda estacionados na Alemanha, na própria Rússia e nos satélites de ontem, sem condições de regressar à mãe pátria ou serem desmobilizados imediatamente, representam sinal de perigo à estabilidade mundial. A perda do controle das armas da então União Soviética constitui enorme risco. A desmobilização militar será lenta e penosa. A reconstrução da Rússia levará de cinco a dez anos. A Rússia, internamente, pode não se manter. A deterioração da CEI é um fato. A futura estabilidade econômica e política da Rússia dependerá da habilidade de consolidar uma federação e de firmar alianças internacionais. Do contrário, o desequilíbrio econômico acarretará o caos político e social, não se devendo afastar a hipótese de eclodir outra revolução comunista ou da implantação de um regime autoritário direitista. A Rússia precisa da ajuda alemã e/ou norte-americana para sobreviver. Seja qual for o desfecho da crise russa, o seu reflexo se fará sentir em todo o

mundo.

A guerra na ex-Iugoslávia tem grandes possibilidades de se estender a outras regiões do Leste Europeu. Uma intervenção armada em larga escala das grandes potências ou a "interposição" de força de paz internacional será arriscada, tanto na Iugoslávia como no Leste Europeu, porque outros fatores de risco acham-se em jogo. Os EUA vêem-se tentados a deixar a solução do problema iugoslavo com os europeus. Porém, não podem ficar alheios à questão sob pena de cometer grave erro. Fala-se em "purificação étnica" nos Bálcãs com desenvoltura e a maior naturalidade, admitindo-se a retificação das fronteiras artificiais impostas depois da I Guerra Mundial e o aparecimento de novos países. Há poucos meses Helmut Schmidt falou da necessidade de proteger as minorias étnicas na Europa, deixando-se trair pelo pensamento político germânico. Com isso, além das questões iugoslava e tcheco-eslovaca, volta à baila, para os gregos, o pesadelo da Macedônia independente e reunificada, agravado pelas incursões búlgaras na Tessalônica, e o velho antagonismo com os turcos, na eterna disputa acirrada das ilhas do Mar Egeu.

Na verdade, encara-se a reunificação alemã com reservas. Teme-se que o velho sonho expansionista germânico ressurgirá, ultrapassada a fase desafiante da reunificação alemã, levando as fronteiras do antigo *Reich* aos limites da Prússia e do ex-império austro-húngaro. Eis uma das razões encobertas pelas quais nenhum país isoladamente ousa intervir na carnificina

de Sarajevo. O fantasma de uma Alemanha forte é visto com desconfiança. O custo da reunificação alemã é caro e se faz sentir nos países vizinhos, em termos de desvalorização das moedas, de recessão e de desemprego. Tais efeitos nefastos geram preocupações. Os EUA vêem a escalada alemã com suspeitas, atentos às negociações da Rússia com sua aliada de 1939. As divergências tendem a se acentuar, no momento, quando novas gerações alemães, que não viveram o drama da guerra, da derrota e da ocupação, ascenderem ao poder.

Sem dúvida, o êxito da democracia liberal capitalista na Europa Ocidental repercute em todo o Velho Mundo. A união política européia depende da unidade econômica. O "sim" dado a Maastrich pela combalida França socialista de Mitterand foi arrancado com ponderável resistência. O inconformismo britânico é notório diante da possibilidade de ver a sólida libra esterlina superada pelo valorizado marco alemão e, simultaneamente, nivelada a moedas usualmente fracas, como a lira italiana, a peseta espanhola e o escudo português, ainda que apenas para efeito de referencial de trocas comerciais no âmbito da Comunidade Européia. Os contratempos do Tratado de Maastrich e da unificação européia são mais do que um acidente técnico, visto que anunciam um recuo psicológico da Alemanha estranhamente atraída por um modelo anterior e por esta *terra de ninguém* que é o Leste Europeu, adverte o estudioso do Congresso de Viena e ex-Secretário de Estado norte-americano.

A unidade política da Europa, cenário sonho napoleônico, não é fácil de se obter. As instituições nacionais européias são complexas. A interdependência das nações é confusa. Uma única cultura política mostra-se bastante discutível. As fronteiras ideológicas estabelecidas pelo comunismo cederam lugar às dos acendrados nacionalismos. Tudo indica que, em breve, o Norte da Europa será mais populoso do que o Norte da África. Cerca de um terço do tráfego comercial do mundo se faz pelo Mediterrâneo e a Itália se confessa impotente para, sozinha, assegurar livre navegação no *mare nostrum*. A Europa não está esgotada, mas se revela incapaz de arcar com o peso da defesa coletiva, pois a unidade militar decorre da política.

As mudanças verificadas no Leste Europeu tornaram o papel da OTAN questionável. Cresce a discussão em torno da manutenção das forças norte-americanas na Organização e paira grande interrogação quanto ao emprego de uma força internacional de paz, sem ferir a soberania das nações. Até mesmo a existência da OTAN coloca-se em dúvida. Algumas nações européias desejam ver as tropas dos EUA fora do velho continente, porém outras encaram a permanência dos norte-americanos em solo europeu como segurança, contra eventual expansionismo germânico, e fator de redução das despesas com a defesa coletiva. Assim, aumenta a responsabilidade das Nações Unidas para legitimar o uso da força nos litígios internacionais. Contudo, prevê-se dificuldades no Conselho de Segurança para dar so-

lução a questões militares futuras na Europa. Impõe-se analisar bem as instituições nacionais e as consequências da manutenção, ou não, dos EUA na OTAN, antes de se tomar uma decisão para sanar pendências político-militares européias.

O comportamento de todos mudou. Os EUA estão na berlinda. Consideram os europeus a economia norte-americana em declínio, mas reconhecem ser ainda a maior e mais forte do mundo. Do outro lado da colina, os EUA questionam quão dispendioso é manter a segurança mundial. Relutante, a Europa guarda na memória histórica as experiências das I e II Guerras Mundiais e do recente conflito do Golfo Pérsico, quando os ianques tiveram de cruzar o Atlântico para libertá-la da tirania nazi-fascista, e para restabelecer o equilíbrio no Oriente Médio. A despeito de orgulhosos de suas tradições guerreiras e dos feitos dos seus soldados nos tradicionais campos-de-batalha do mundo, os europeus respeitam os norte-americanos. Tal fato se comprova nos monumentos públicos e nos extensos cemitérios militares norte-americanos nos territórios dos aliados do passado, ficando também evidente na grande incidência de análise do inimigo de ontem, do seu povo e de suas forças armadas, nos trabalhos expostos no Congresso pelas delegações alemã e italiana.

O fim da Guerra Fria não foi acompanhado de redução dos investimentos em armas no ano de 1992, segundo revelou o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres. Ele-

varam-se nas regiões subdesenvolvidas do planeta e diminuíram muito pouco no seio das grandes potências. Os gastos com material bélico são crescentes, especialmente nas áreas sob tensões nacionalistas e no Oriente Médio. O conflito árabe-israelense persiste, desestabilizando aquela estratégica área. Há indícios de que nova potência nuclear surge no Oriente Médio — o Irã. Observadores internacionais declararam que o Irã, com a ajuda da China, desenvolve um plano de produção de armas nucleares. Comprou aeronaves militares russas e chinesas, além de blindados, submarinos e mísseis de grande alcance. Ao mesmo tempo, os acordos de desarmamento, firmados entre os EUA e a Rússia não resultaram em cortes efetivos. Os EUA reduzirão em 1993 apenas 4,5% de seu orçamento militar, o que representa um mínimo para quem perdeu seu maior inimigo, com a queda do "Muro de Berlim", em 1989. Na Rússia, o principal fator de redução de armas, que afetou mais o seu poder naval, é a crise econômica. Contudo, o desenvolvimento de armas convencionais prossegue. Moscou intensificou a venda de armas, em busca voraz de divisas. Estima-se que haja vendido 300 caças MIG-29 em 1992.

Apesar de a recessão rondar a economia nipônica, as chamadas forças de autodefesa do Japão tomam dimensão e poder respeitáveis, fazendo o potencial militar e político.

Falou-se na reunificação da Coreia e de iminente implosão da Índia.

O resto do mundo, à exceção da China e dos "Tigres Asiáticos", se-

quer mereceu qualquer alusão na avaliação estratégica formulada na sessão de encerramento. Há que se admitir que a América Latina e o Brasil perderam importância estratégica para os senhores do mundo.

O temor manifesto da concentração do poder mundial nas mãos dos EUA, com o anúncio de "Nova Ordem Internacional" por Bush, após a Guerra do Golfo, parece fazer sentido. A implantação da "Nova Ordem" nos termos pretendidos será bastante difícil e, se acatada pelo mundo, levaria uma década ou mais para se efetivar. A bipolaridade foi substituída pela multipolaridade, repartida entre a Alemanha, os EUA e o Japão. O conflito Leste-Oeste foi substituído pelo antagonismo Norte-Sul. A capacidade de o Ocidente e de os EUA se imporem ao mundo é duvidosa. O nacionalismo é passível de se transformar na ideologia que substituirá o comunismo. O imperialismo dos séculos XIX e XX terá de ser repensado. A autoridade das Nações Unidas reclama do Direito Internacional uma definição do que é permitido fazer. Até onde e que poder terá a ONU? Há necessidade de se respeitar a integridade territorial das nações. Todos os povos têm direito à autodeterminação, desde que não comprometam a dos demais. O respeito à apreçoada soberania internacional como justificativa para intervir nos negócios internos de uma nação é de difícil aceitação. As campanhas internacionais ofuscando as questões internas provocam ressentimentos. A interdependência das nações precisa ser melhor esclarecida. A alegação de "di-

reitos humanos" e de "defesa dos ecossistemas" para encobrir interesses internacionais não procede. A dissuasão como norma de Direito requer explicitação. Os Estados novos não são realmente independentes. A necessidade de autopreservação da humanidade exige uma revisão da economia e da política mundiais. O controle das armas nucleares táticas e estratégicas retiradas da Europa deve ser transparente. Certos princípios difundidos conflitam com os de democracia e tornam-se pouco inteligíveis. O mundo mudou, entretanto necessita manter forças armadas que garantam a estabilidade econômica-social dada pelo equilíbrio atômico no passado, com respeitosa convivência das nações.

Os conflitos se acentuam com os contraditórios movimentos nacionalistas emergentes e a formação de múltiplos pólos em busca de hegemonia. "Não sabemos se estas novas estruturas mundiais irão emergir da clarividência dos homens ou através de uma sucessão de crises de grande magnitude e de direção imprevisível", alertou Kissinger em recente declaração no Brasil.

A aliança européia de pós-guerra com os EUA ver-se-á comprometida, diante da ameaça de hegemonia alemã no velho continente.

A Ásia deverá ficar dividida entre o poder político da China e do Japão.

A Rússia, por razoável prazo sem poder político-militar e com a economia esfacelada, terá de dar prioridade à ordem interna. Os soviéticos não aprenderam a lição que apenas a estabilidade sócio-econômica garante o regime político, e hoje o resto do impé-

rio vermelho vive amargos dias. Os chineses, tirando proveito do exemplo dado pelo vizinho inimigo, assimilaram os ensinamentos da "perestroika", substituíram o conceito stalinista de economia planificada pelo de economia de mercado controlada, sem afrouxar os tentáculos políticos sobre o país. Assim, o típico socialismo chinês ensejou o crescimento econômico, a partir de 1978, à razão, em média, de 9% ao ano, oferecendo, hoje, um mercado de 800 milhões de pessoas com uma população economicamente ativa de 567 milhões.

Os EUA enfrentam situação delicada, com problemas econômicos internos e sem condições de se retirar do cenário internacional nem dominá-lo. Restaria aos EUA, portanto, revigorar a Doutrina Monroe e voltar-se para a América Latina marginalizada que, se revitalizada, reerguer-se-á propiciando aos norte-americanos um valioso mercado para ocupar o lugar dos perdidos na Ásia e na Europa.

Neste mundo de blocos instáveis, talvez uma das saídas para o quebra-cabeças brasileiro esteja na exploração das brechas esboçadas no quadro internacional, tirando partido das dissensões entre os grandes, resultantes da multipolaridade, como o fizeram os EUA no passado, e tentam repetir agora. A pujança do Brasil destoa dos parceiros do Mercosul e, no momento, revela-se insuficiente para competir no NAFTA. Antes de tudo, porém, vale lembrar que, se não vencer a batalha contra a miséria, a democracia corre grande perigo e o país continuará "deitado em berço esplêndido".

Incerteza e insegurança traduzem o clima de instabilidade internacional vivido. A combinação da escalada do terrorismo internacional com a proliferação de armas e dos conflitos localizados ameaçam a paz mundial. A Europa necessita da América. A segurança do mundo depende da compreensão real da interdependência das nações, de informações, dos militares, do cidadão, da educação dos jovens e da preservação do meio ambiente.

Eis, em síntese, as conclusões obtidas ao término do XVIII Congresso Internacional de História Militar, que não se restringiram meramente a esse campo, atestando cada vez mais o inter-relacionamento com a Estratégia e a Geopolítica em um mundo de "guerra improvável e paz impossível", como asseverava o respeitado analista e pensador contemporâneo Raymond Aron.

TRABALHOS APRESENTADOS

ALEMANHA: *A Marinha dos EUA nas I e II Guerras Mundiais; Os EUA no Pensamento Político-Estratégico Alemão entre Guerras — 1919-1939; A Entrada dos EUA na II Guerra Mundial e O Povo e o Potencial Militar dos EUA em Face da Liderança Política da Alemanha nas I e II Guerras Mundiais e Suas Consequências.*

BÉLGICA: *O Cerco de Ostende e O Modelo Americano no Pensamento Militar Italiano da Independência dos EUA a 1870.*

BRASIL: *A Participação do Brasil na I Guerra Mundial; e A Presença Mil-*

tar Brasileira na II Guerra Mundial.

CANADÁ: *A Arte Militar no Século XVII; A Formação do Exército Colonial Francês sob Luís XIV; Dominação através de Aliança com Nações Cativas: o Caso da Nova França — 1609-1760; e Aviadores Canadenses na Itália — 1917-1918.*

CHINA: *As Diferenças entre o General Stilwell e Chiang Kai-Shek e suas Causas; e A Cooperação Militar Sino-Americana durante a II Guerra Mundial.*

ESPANHA: *A Ética da Conquista e a Moral dos Conquistadores; e O Papel Militar da Autocracia em Castela nos Séculos XIII-XVI.*

EUA: *Operações da Aviação Naval dos EUA na Europa — 1917 a 1918; e A Marinha dos EUA e o Surgimento da Potência Militar Norte-Americana no Fim do Século XIX.*

FRANÇA: *Um Exemplo de Estratégia Indireta: A Participação Francesa na Guerra da Independência dos EUA; Aspectos Científicos da Expedição Francesa ao México — 1862-1867; e A Administração da Vitória sob a Influência dos EUA.*

FINLÂNDIA: *Poder Marítimo no Pacífico: Planos da Imperial Marinha Japonesa; e a Preparação desde a Ruptura das Limitações de Armas Navais — 1935-1941.*

GRÃ-BRETANHA: *A Inglaterra contra a Espanha — Elizabeth I e Felipe II: Desafiante Sucesso para a Hegemonia Espanhola?*

GRÉCIA: *A Influência do Pensamento*

Militar e da Organização do Exército dos EUA no Exército Grego.

HUNGRIA: *A Hungria e a Origem das Forças Armadas dos EUA (1778-1783).*

ISRAEL: *Operações Submarinas dos EUA e Logística Naval nas Águas Europeias durante a I Guerra Mundial.*

ITÁLIA: *A Participação dos EUA nas Guerras Europeias à Luz dos Arquivos de História do Exército Italiano; A Arte Militar Italiana no Final da Idade Média e na Renascença; Navios Construídos na América para a Real Marinha Italiana e a Marinha da Itália desde 1861; Elihu Root e a Reforma do Exército dos EUA (1902-1903); A Influência de Giulio Douhet na Doutrina Estratégica Aérea do General Mitchell; A Influência Militar dos EUA no Golfo Pérsico: Um Estudo de Caso — Ira (1941-1945); e A Colaboração entre a Marinha Italiana e as Marinhas Aliadas após 8 de setembro de 1943.*

PORTUGAL: *Portugal, o Atlântico e a Defesa dos EUA; A Ultrapassagem do Tratado de Tordesilhas na América do Sul; O Dualismo Hispânico-Português de 1580 e o Traçado das Fronteiras do Brasil; O Desenvolvimento da Arte Militar Portuguesa no Fim do Século XV e a Conquista dos Territórios Africanos; A Marinha Portuguesa na América do Século XVI; e O Papel Estratégico dos Açores nas Relações Euro-Atlânticas.*

ROMÊNIA: *A Arte Militar Romena na Renascença; Um Componente Original da Arte Militar Europeia; Voluntários Romanos no Exército dos EUA durante a I Guerra Mundial.*

RÚSSIA: *Os Russos na América dos Séculos XVI ao XVIII.*

SUÉCIA: *As Esquadras de Batalha no Atlântico e a Luta pela América (1720-1790).*



LUÍZ PAULO MACEDO CARVALHO, p.s.c., é pós-graduado pelo "Staff College", Camberley, Reino Unido, e secretário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; foi membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, e do corpo permanente da Escola Superior de Guerra. É Coronel da Reserva do Exército.



O EMPREGO DO HELICÓPTERO NO CAMPO DE BATALHA(*)

Jean-Marc Capó

Matéria extraída de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da ECEME, em 1992.

Realça a importância do emprego do helicóptero no campo-de-batalha, informa sobre a doutrina francesa referente à matéria e aponta falhas da recém-criada Aviação do EB, propondo-lhes as correções.

INTRODUÇÃO

Com o advento dos helicópteros, a fisionomia do campo-de-batalha ficou totalmente modificada. Rapidamente os militares perceberam que o helicóptero podia ajudar-lhes a superar os obstáculos do terreno. Podia, ainda, fornecer-lhes maior mobilidade e, associado a armamentos de alta tecnologia, uma potência de fogo extraordinária, aliada a uma flexibilidade de emprego incomparável.

Atualmente, o helicóptero tornou-se indispensável em todas as fases do combate tático e do apoio logístico. Na ofensiva, pode ser utilizado principalmente no reconhecimento, na cobertura e no ataque em profundidade. Na defensiva, e em especial na cobertura do dispositivo defensivo, o helicóptero pode retardar o inimigo, canalizá-lo e desgastá-lo de maneira significativa nas regiões mais favoráveis. No apoio logístico, os aparelhos de asas rotativas se apresentam como o equipamento mais adequado para os reabastecimentos de urgência, ou para as evacuações aeromédicas.

* Selecionado pelo PADECEME

Para combater eficazmente a nova ameaça que apareceu no campo-de-batalha, a única solução foi criar um helicóptero anti-helicóptero e estudar técnicas de combate aéreo, como foi feito quando os aviões surgiram durante a 1ª Guerra Mundial. Atualmente, estamos vivendo essa época.

A Aviação Ligeira do Exército Francês (ALAT), fundada, oficialmente, a 03 de março de 1952, possui 40 anos de experiência, que lhe permitiram aperfeiçoar suas estruturas organizacionais e sua doutrina de emprego.

Recentemente (1988) o Brasil decidiu criar uma Aviação do Exército (Av Ex) semelhante à ALAT francesa. Dentro dessa perspectiva são apresentadas, na última parte deste artigo, algumas propostas para uma melhor utilização dos helicópteros existentes no seio das Forças Armadas Brasileiras, assim como algumas sugestões que poderão contribuir na elaboração de uma doutrina de emprego da Av Ex, conforme a particularidade deste país de tamanho continental.

DOCTRINA FRANCESA — O helicóptero como meio polivalente no combate moderno

Helicóptero no reconhecimento

Com sua faculdade de percorrer distâncias importantes sem que a configuração do terreno seja um obstáculo, o helicóptero se torna o meio mais adequado para as missões de reconhecimento profundo, durante a marcha para

o combate. Nessa situação, as esquadrilhas de reconhecimento poderão dar, ao escalão superior, a natureza, a força e a direção seguida pelo inimigo. E assim, as forças amigas poderão ser empregadas da melhor maneira possível, para deter, cercar e destruir o adversário.

Os prazos reduzidos para obter informações sobre o inimigo e suas intenções são fatores essenciais para manter ou retomar a iniciativa, justificando a utilização de um meio veloz para obter esses dados.

As restrições ainda são, infelizmente, importantes quanto ao emprego do helicóptero. Elas exigem que se tomem medidas específicas ou que se empreguem meios de outra natureza.

A primeira restrição, ocasionada pela distensão dos meios de reconhecimento, é fonte de problemas quanto às ligações necessárias para transmitir rapidamente informações. Esse problema pode ser superado pelo próprio Batalhão de Helicópteros encarregado da missão de reconhecimento ou cobertura. Ele tem que colocar meios de retransmissão terrestres, ou aéreos, que irão se integrando à manobra.

A segunda limitação é mais importante. É devido ao fato de que, agora, o helicóptero não pode manter-se muito tempo, de dia, na zona-de-ação e não pode atuar, ainda, à noite. Durante o dia, o emprego do helicóptero é condicionado por sua autonomia limitada (até 2 horas no máximo). Esse problema pode ficar resolvido pelo comandante de subunidade, que deverá conceber uma manobra interna para manter, sem interrupção, dois terços

dos seus meios para o cumprimento da missão.

O mau tempo pode limitar ou impedir o emprego das formações de aparelhos de asas rotativas. Nesse caso, como durante a noite, a utilização de tropas terrestres torna-se imprescindível. O Regimento de Cavalaria Mecanizada (R C Mec) é o mais apto para cumprir esse tipo de missão, seja atuando sozinho, ou em cooperação com as subunidades da Av Ex.

Efetivamente, nessa fase das operações, sempre é primordial não perder o contato com o inimigo. Nesse caso, os helicópteros tomam contato com o inimigo, o mais longe e o mais rápido possível, e os meios terrestres cooperam com os meios aéreos na manutenção desse combate.

Helicóptero em apoio às Armas

Esse tipo de missão é muito parecido com o reconhecimento, porém tem outro objetivo. É realizado numa área mais estreita, em proveito:

- da *Artilharia*, para regulação de tiros de apoio de fogo, e para reconhecer os itinerários e as posições de baterias, de acordo com o dispositivo planejado para defesa antiaérea;

- da *Engenharia*, para facilitar o reconhecimento das margens dos rios que a Engenharia tem que agravar, e para facilitar, também, o lançamento de obstáculos artificiais em regiões importantes, afastadas das posições ocupadas pela Força;

- das *subunidades de Polícia do Exército*, para verificar a transitabilidade de itinerários preestabelecidos, e para buscar itinerários alternativos,

no caso de contaminação da(s) estrada(s) prevista(s) no plano de circulação;

- das *Comunicações*, para verificar o acesso a determinados pontos elevados do relevo, e para instalar, em locais inacessíveis por terra, meios de comunicações essenciais para o estabelecimento ou restabelecimento das ligações necessárias entre os diferentes escalões;

- do *Apoio Aéreo*, para guiar os aviões de apoio aéreo aproximado sobre os objetivos escolhidos, e no futuro, para iluminar com raios *laser* os alvos das forças aéreas ou dos helicópteros de combate;

- da *Guerra Eletrônica*. Atualmente, desenvolvem-se pesquisas para utilizar o helicóptero como material complementar para vigiar o campo-de-batalha. O *Cougar* ou *Super-Puma* dotado de sistema "MORIZON" aparece como um meio semelhante ao "AWACS", norte-americano, mas voltado para a vigilância terrestre na faixa de até 150km além da linha-de-contato.

Esse sistema já foi testado, em condições táticas reais, durante a Guerra do Golfo, e teve resultados extraordinários. Mas é fundamental que a superioridade aérea local seja obtida para seu emprego, fato que, infelizmente, torna limitada sua utilização.

Helicóptero no Transporte

A utilização do helicóptero para transportar tropas rapidamente e em qualquer lugar, sobretudo os de difícil acesso, é solução ideal, dado que os

aparelhos de asas rotativas não precisavam de infra-estrutura para pousar.

As primeiras operações de combate aeromóvel foram executadas pelos franceses, durante a Guerra da Argélia.

Esse novo tipo de combate permitiu à infantaria francesa cercar, no *Ajebel*,¹ as *Katibas*² detectadas pelos aviões de observação. Efetivamente, antes da utilização dos helicópteros, essas tropas fugiam regular e facilmente das manobras de cerco, por ter um melhor conhecimento do terreno e uma mobilidade maior. A utilização sistemática dos helicópteros, no final do conflito, permitiu o cerco e a destruição de quase todas as *Katibas* existentes. Porém, o poder político francês transformou a vitória das armas em fracasso, quando a Argélia obteve a sua independência, embora derrotadas as suas forças de guerrilha.

Hoje, os helicópteros de manobra (HM), tipo *Puma* ou *Cougar* pode transportar, com a velocidade média de 4km por minuto, tropas treinadas para o combate aeromóvel. Assim, podem ser cumpridas as seguintes missões:

- missões de combate anticarro, com o transporte de tropas de infantaria dotadas de mísseis anticarro tipo *Milan*³;

- missões de apoio de fogo em proveito da infantaria, com o transporte

da seção de morteiro pesado;

- missões de cobertura, com o transporte de um pelotão de Engenharia para lançar obstáculos ou destruir pontos de passagem obrigatórios;

- missões de segurança na zona de retaguarda, transportando "comandos" para perseguirem e destruir os grupos inimigos infiltrados.

O helicóptero se torna, também, o meio mais adequado para o transporte logístico de primeira urgência para distâncias superiores a 50km e para locais de difícil acesso ou inacessíveis por terra.

Desta maneira, poderão ser transportados água e suprimento de classe I, sangue, oxigênio, armamento e munições, e combustível.

O transporte de armamento (morteiro pesado) e de combustível poderá ser feito utilizando o sistema de cargas suspensas, ou diretamente no interior do aparelho. Nesse último caso, os helicópteros mantêm suas aptidões de voo rasante, diminuindo, assim, as possibilidades de detecção pelos radares e de serem abatidos pela defesa antiaérea. Em contrapartida, precisam de maior prazo para carregamento e descarregamento, porquanto o material, no interior da aeronave, deverá estar acondicionado para o transporte.

No caso de transporte de combustível aéreo, a utilização de tanques complementares no interior do aparelho oferece mais flexibilidade para o reabastecimento. Entretanto, essa operação é crítica, pois o conjunto de três até cinco helicópteros, num espaço restrito, constitui-se em alvo compensador, caso detectado pelo inimigo.

1. Nome árabe para designar uma região montanhosa.

2. Tropas argelinas irregulares perfeitamente treinadas para o combate de guerrilha.

3. Míssil anticarro portátil, com alcance de 1.800m.

Em casos especiais, os HM podem participar da recuperação de aparelhos com defeito perto da zona-de-combate, porém fora dos tiros diretos do inimigo.

Para as evacuações aeromédicas, o helicóptero se revela também indispensável. Permite o transporte das vítimas gravemente feridas, desde o ponto de socorro até o hospital mais adequado, no menor tempo possível, o que pode revelar-se capital para a sobrevivência do ferido. Além disso, é muito reconfortante para o combatente saber que ele poderá ser socorrido em tempo hábil.

Na Guerra do Golfo, cada esquadrilha de helicópteros anticarro estava acompanhada por um HM encarregado de recuperar as equipes abatidas, mesmo se fossem mortas. Nesse caso, o fator psicológico é preponderante e reforça o ânimo para ir ao combate.

Após a evacuação dos feridos, os helicópteros podem voltar transportando sangue e oxigênio em proveito dos hospitais de campanha desdobrados na área de apoio logístico das DE de 1.º escalão.

O helicóptero no Combate Anticarro

O helicóptero equipado com mísseis anticarro *HOT* torna-se mais potente que um carro-de-combate. Apresenta mais velocidade, mais flexibilidade. Não é afetado pelas dificuldades do terreno, o que facilita o trabalho da tripulação para escolher postos de tiro. O alcance dos mísseis é superior à distância de tiro dos carros, o que aumenta a proteção da aeronave e da sua tripulação.

Infelizmente, ao contrário do carro-de-combate, o helicóptero não pode permanecer muito tempo na zona-de-ação. Geralmente, as intervenções contra as forças blindadas têm uma duração média de 45 minutos na zona-de-combate, por causa da autonomia reduzida dos helicópteros (1h30min até 1h45min em média).

Para diminuir o tempo de reabastecimento, deve-se reduzir o tempo dos deslocamentos, porque a própria operação de reabastecimento não pode ser muito reduzida, por constrangimento técnico. Nesse particular, a aviação do exército francês utiliza postos de ressuprimento avançados chamados *Ploks* que permitem colocar, à disposição das tripulações, o combustível e/ou os mísseis de que precisam para continuar o combate. O combustível e/ou os mísseis, geralmente, são transportados pelos helicópteros de manobra o que aumenta a rapidez e a flexibilidade do sistema.

As condições meteorológicas desfavoráveis e a noite ainda impedem a utilização sistemática do helicóptero no campo-de-batalha. Com a evolução da técnica (máquinas de filmar térmicas, mísseis inteligentes etc.) essas limitações vão desaparecer, pouco a pouco.

Apesar de todos esses progressos, a ausência de blindagem torna os helicópteros vulneráveis aos tiros, quer sejam diretos (tiros de armas antiaéreas e de infantaria) ou indiretos (tiro de artilharia).

As características próprias do helicóptero conduzem aos seguintes princípios de emprego:

- o primeiro, e mais importante,

é utilizar esse tipo de aeronave somente contra um inimigo em movimento e não desdobrado. Procura-se, dessa maneira, obter-se o máximo efeito de destruição sobre o inimigo e a diminuição da vulnerabilidade do helicóptero;

- o segundo é evitar, sempre que possível, o emprego dos helicópteros de combate em superposição com outros meios de combate terrestres. Assim, as esquadrilhas precisam ter um espaço de manobra próprio para atuar de maneira autônoma;

- o terceiro princípio é alternar as ações autônomas dos helicópteros com ações de tropas terrestres, particularmente, no curso de operações de longa duração.

O helicóptero no combate anti-helicóptero

Com a evolução técnica (motores mais potentes, blindagens melhores e menos pesadas, armamento mais sofisticado) o helicóptero se tornou, nos últimos anos, a melhor alternativa no combate anti-helicóptero. Os EUA possuem o *Apache* e a ex-União Soviética possui o *MI 24 King* e o *MI 28 Havoc* para conduzir, entre outras tarefas, a luta contra os helicópteros. Dentro em breve, o helicóptero vai alcançar sua verdadeira dimensão com o desenvolvimento do combate ar-ar, que será decisivo no início do século XXI.

O combate aéreo entre helicópteros terá características particulares. Contrariamente aos aviões, os helicópteros pouco utilizarão as três dimensões espaciais. Efetivamente, as tripulações, aproveitando todas as possibilidades

de manobra dos aparelhos, efetuarão várias alterações de trajetórias no plano vertical e horizontal.

Nesse âmbito, o voo horizontal, caracterizado pelas rápidas mudanças de direção, permite, ou conduzir o combate, até o alcance de tiro, ou evitar os golpes do inimigo, desestabilizando sua pontaria.

O voo vertical permite tomar uma posição favorável para atirar sobre o aparelho inimigo e observar suas evoluções. Traduz-se por rápidas incursões na terceira dimensão. Entretanto, o volume das evoluções será duplamente limitado. Para baixo, o combate se desenvolverá em voo rasante, com finalidade de utilizar o relevo, mas desviando-se de obstáculos que possam limitar a capacidade de manobra dos helicópteros; para cima, evitando tomar uma altura excessiva que tornará os aparelhos vulneráveis aos tiros terrestres (canhões antiaéreos e mísseis terra-ar).

O combate ar-ar é dinâmico.

A velocidade apresenta duas características. No plano técnico, a velocidade aumenta a flexibilidade dos aparelhos. Permite passar, rapidamente, do voo horizontal até o voo vertical para transformar velocidade (energia cinética) em altura (energia potencial) e vice-versa. No plano tático, a velocidade atenua a vulnerabilidade. A imprecisão do tiro do canhão (terra-ar e ar-ar) aumenta com a velocidade de deslocamento do alvo. A velocidade diminui a duração da exposição ao fogo inimigo e permite uma reação rápida face a um ataque

com mísseis (manobra de esquina).

O canhão se revela ser arma do combate aproximado.

A distância do empenho com o canhão é limitada pelo alcance das armas, com calibre inferior a 30mm, e pela precisão relativa do tiro, devido à mobilidade dos alvos e à instabilidade das plataformas de tiro.

No caso de insucesso dos tiros, as tripulações têm que se aproximar do inimigo com que estão empenhadas para controlá-lo, limitando sua capacidade de manobra, e impedir o apoio de fogo mútuo pelas patrulhas inimigas.

O combate ar-ar é decisivo.

As distâncias pequenas do empenho e as grandes distâncias de tiro das armas rapidamente condenam à destruição um dos dois adversários.

O combate ar-ar é ofensivo.

É muito perigoso não aceitar um combate que parece inevitável. A fuga, em voo rasante, facilita particularmente as evoluções e o tiro do adversário, que fica mais rápido nesse caso. No combate ar-ar, só a destruição do alvo assegura a sobrevivência das tripulações.

No combate ar-ar, a surpresa é essencial.

A surpresa condiciona a eficácia dos ataques e das respostas. O atacante deve neutralizar a capacidade de reação do adversário. Deve manobrar fora das vistas do objetivo para ficar em condições de ser o primeiro para atirar a

partir de uma posição favorável. O aparelho visado deve reagir rapidamente, sem revelar sua manobra, para forçar o adversário a interromper o tiro e errar sua manobra de posicionar-se.

O combate aéreo não é somente um duelo.

O inimigo atua, muitas vezes, com patrulhas de dois ou quatro aparelhos. Um helicóptero isolado não tem muitas probabilidades de obter sucesso. As ações em patrulhas permitem aos helicópteros cobrir seus ângulos mortos para trás, lugar privilegiado de atuação do adversário. A vantagem do número, nesse caso, se torna decisiva.

O combate aéreo não fica somente na zona de contato.

Os helicópteros armados se defrontarão, a fim de adquirir a superioridade aérea local indispensável para o sucesso do combate inter-armas.

Os aparelhos inimigos atuarão na profundidade (até 100km) para se oporem aos contra-ataques blindados e conquistarem os pontos capitais ou destruir objetivos essenciais.

A luta anti-helicópteros é uma prioridade para o inimigo. Ela representa um risco constante para nossos aparelhos.

Todos os tipos de armas serão empregados no combate ar-ar.

O canhão e o míssil ar-ar são armas complementares para o combate aéreo. O míssil ar-ar permite começar o combate até 6km. Seu sistema guia (geralmente autodiretor infravermelho) reduz o tempo de exposição do atira-

dor até 3 segundos para empregar o armamento. Mas este fica detectável e perturbável.

Apesar de possuir uma eficácia relativa contra um objetivo altamente móvel, o míssil anticarro pouco rápido deixa, para o adversário, bastante tempo para fazer uma manobra para evitá-lo. Seu modo de guiar (comando à distância semi-automático) expõe o atirador durante toda a trajetória do míssil. A eficácia máxima é obtida contra um alvo apresentando um ligeiro movimento aparente (de frente ou por trás).

O foguete pode ser atirado rapidamente, mas será utilizado, somente, nos tiros de neutralização, por causa de sua imprecisão. Sua eficácia é melhor quando utilizado a pequena distância e contra aparelhos evoluindo em formação estreita.

PROPOSTA PARA A AVIAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (Av Ex)

À luz do que foi aprendido durante o curso na ECEME, no que diz respeito às Forças Armadas Brasileiras, e com a experiência adquirida no seio da Aviação Ligeira do Exército Francês, podemos chegar a fazer algumas propostas visando a contribuir no desenvolvimento da Av Ex Brasileira.

Troca entre os aparelhos da FAB e Av Ex

Atualmente, a Aviação do Exército tem dois tipos de helicópteros: o *Esquilo*, como aparelho de reconheci-

mento e ataque; e o *Panther*, como aparelho de transporte.

Se o *Esquilo* foi o meio adequado para cumprir as missões que lhe serão atribuídas, o *Panther*, ao contrário, é muito pequeno para cumprir as missões de assalto aeromóvel. Efetivamente, para transportar um pelotão de fuzileiros precisa-se utilizar quatro *Esquilos*, o que fica muito difícil.

Por outro lado, a FAB possui helicópteros *Super Puma* ou *Cougar* (novo nome) que, com a capacidade de levar 25 "comandos" equipados, são mais adequados para cumprir as missões de assalto aeromóvel. Mas a FAB utiliza os *Super Puma* somente para missões de resgate (busca e salvamento) e de ligações, o que representa um sub-emprego desse tipo de aparelho. Para tais missões, o *Panther* aparece mais adequado e, sobretudo, mais econômico. É por essa razão que seria vantajoso fazer uma troca de tipo de aparelhos entre a FAB e a Av Ex. Naturalmente essa operação seria facilitada pela criação de um único ministério, que seria o Ministério da Defesa.

Integração dos helicópteros do Grupo de Ligação e Observação (GLO) na Av Ex

Para melhorar, tanto a coordenação de emprego dos helicópteros quanto a qualidade do trabalho realizado, seria necessário reunir, nos futuros Batalhões de Helicópteros da Av Ex, as esquadrilhas de helicópteros do GLO.

Realizando essa reestruturação, todos os meios de asas rotativas estarão na mão do mesmo comando, facilitando

tando assim a coordenação de emprego na terceira dimensão. O espaço aéreo poderia ficar bem delimitado, assim como as responsabilidades da FAB e da Av Ex. O nível de coordenação poderia ser a altura de 500 pés, como já existe na Europa para as forças da OTAN. Acima dessa altura a responsabilidade da FAB seria total. Abaixo, a faixa entre 0 e 150 pés seria reservada para atuação dos helicópteros da Av Ex.

Criação de uma Força de Intervenção Rápida (FIR)

Tendo em vista o tamanho continental do país e os efetivos relativamente muito reduzidos do Exército Brasileiro, torna-se necessário criar uma força poderosa e altamente móvel, capaz de intervir, com eficácia, em qualquer ponto do país nos prazos mais breves.

As tropas paraquedistas poderiam constituir a parte essencial dessa FIR. Porém, o emprego desse tipo de tropa necessita utilizar os meios aéreos da FAB (C 130 *Hércules* e/ou C 115 *Búfalo*) e, depois de serem lançadas, essas tropas ficam sem meios para deslocar-se no terreno. É por isso que seria melhor incluir, na FIR, Batalhões de Helicópteros (B Helcp) e Batalhões de Infantaria (BI). Esses BI deveriam estar sediados nos mesmos lugares que os B Helcp, na proporção de 1 BI para cada B Helcp. Dessa forma, o BI poderia proporcionar a segurança dessa Unidade permitindo, assim, reduzir no seio do B Helcp os efetivos normalmente dedicados para realizar essa missão. Poderia, também, treinar-se de

maneira contínua na realização de missões de combate aeromóvel (assaltos aeromóveis, emboscadas contra blindados, desembarques em ambiente urbano etc.).

Esse treinamento contínuo é muito importante e indispensável, porque atuar a partir de helicópteros é difícil (problema de orientação, de enjôo, de técnicas de desembarque etc.).

Por outro lado, em futuro próximo, a Av Ex deverá dispor de helicópteros capazes de levar, além dos comandos, os meios de transporte leves (como o VBL francês) necessários para proporcionar-lhes uma mobilidade bastante grande.

CONCLUSÃO

Para concluir este trabalho, podemos dizer que o helicóptero, apesar de sua vulnerabilidade e de seu alto custo, se tornou, a partir dos anos 70, o meio ideal tanto para o transporte quanto para o combate anticarro e, futuramente, para a luta anti-helicóptero.

Na França, foram os estudos iniciados durante os mesmos anos 70 que levaram as instâncias políticas a dar a luz verde para criar, em 1985, a Divisão Aeromóvel (DAM).

As dificuldades foram numerosas porém, agora, com os progressos técnicos e a experiência adquirida, esses óbices estão desaparecendo.

Assim, as restrições tradicionais feitas em relação ao helicóptero, como vulnerabilidade, falta de permanência no campo-de-batalha, alto custo, começam a diminuir. Por outro lado, suas

qualidades reconhecidas, como potência de fogo, flexibilidade e polivalência, estão sendo consideravelmente aumentadas. Assim, não é absurdo conceber que, daqui a poucos anos, as forças aeromóveis desempenharão um papel de realce no seio das forças militares convencionais.

Efetivamente, as forças aeromóveis serão as únicas que poderão ser empregadas tanto nas áreas montanhosas quanto no meio urbano por ter as capacidades conjugadas de assalto aéreo, manobra sobre o terreno e apoio de fogo.

Serão também as únicas forças que poderão apresentar, face às novas munições e aos meios modernos de detecção, uma vulnerabilidade aceitável com relação ao conjunto custo-eficácia, visto a capacidade de atuar rapidamente em qualquer lugar, confundindo-se no

terreno. Finalmente, as forças aeromóveis serão as únicas que serão capazes de atuar em profundidade no dispositivo inimigo, aliando flexibilidade e potência de fogo.

O helicóptero não poderá substituir totalmente o carro-de-combate porque, nas missões de ruptura, o carro é o meio mais adequado e ficará ainda indispensável nesta fase do combate. Mas como agora, o custo dos materiais terrestres se aproxima do valor dos meios aéreos, é tempo de reduzir o número de carros-de-combate para aumentar o dos helicópteros. Desde já, é necessário trocar o sistema de forças blindadas e mecanizadas obtido por herança da 2ª GM, para adotar um sistema aeromóvel mais adequado com relação ao novo contexto geopolítico, que exige uma gestão rápida das crises.



Major Art/Av Ex JEAN-MARC CAPO, do Ex Francês, é da turma de 1976 da Escola Militar Inter Armas e possui os cursos Básicos de Paraquedista, Observador Piloto de Helicóptero, Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais Subalternos e Escola de Estado Maior — ECEME (1992). Comandou a 5ª Esquadrilha de Helicópteros Anticarro do 2º Regimento de Helicópteros de Combate e a 3ª Esquadrilha de Helicópteros Anticarro do 7º Regimento de Combate. Participou da Operação Manta, no Chade, durante 7 meses. Atualmente, serve como E3 no seio do 7º Regimento de Helicópteros de Combate. Possui a Medalha do Pacificador e as seguintes condecorações francesas: Ordem Nacional do Mérito, no Grau cavaleiro; Valor Militar, com uma citação; Medalha de Ultramar, com inscrição CHADE e Medalha de prata da Defesa Nacional.



DIFICULDADE DE OS OCIDENTAIS COMPREENDEREM OS PROBLEMAS BALCÂNICOS DE ORIGEM GEOGRÁFICA, HISTÓRICA E RELIGIOSA(*)

Dino Willy Cozza

Matéria extraída da palestra proferida pelo autor, em 16.02.93, no auditório do Museu Naval e Oceanográfico do Serviço de Documentação Geral da Marinha, em sessão magna da Sociedade Brasileira de Geografia.

O artigo dá, ao leitor, uma idéia da complexidade dos fatores que deram origem à conjuntura da Iugoslávia pós-Tito.

INTRODUÇÃO

Era uma vez um rei chamado Pedro I. Ele proclamou a independência de seu reino. A população desse novo país era formada por três etnias. Eis como, em 1918,

sérvios, croatas e eslovenos, sob o rei da Sérvia, passaram a ter o seu Estado, o qual, em 1929, seria o dos eslavos do Sul, ou Iugoslávia.

Muitas águas já passaram sob a pequena ponte do rio Miljacka, onde Gavrilo Princip assassinou o Arquiduque Francisco Ferdinando, em 28 de junho de 1914, dando causa à Primeira Guerra Mundial. Em um retorno insen-

* Selecionado pelo PADECEME

DIFICULDADE DE OS OCIDENTAIS COMPREENDEREM OS PROBLEMAS Balcânicos DE ORIGEM GEOGRÁFICA, HISTÓRICA E RELIGIOSA

sato da história, o século vinte, após todas as suas desventuras, volta a Sarajevo, banhando em sangue feudos e apocalipses. Lições aprendidas? Possivelmente nenhuma.

O propósito deste trabalho é recordar alguns dados geográficos, históricos, étnicos e religiosos sobre a região e os povos balcânicos, centrados na explosiva e explodida Iugoslávia, a fim de que possamos tentar compreender a questão dos Balcãs e deduzir os problemas que poderão, em consequência, afetar o restante do mundo e o Brasil.

ALGUMAS RECORDAÇÕES GEOGRÁFICAS E CRONOLÓGICAS

Sarajevo, mais uma vez vitrine de um Estado feito "sob medida", tornou-se o símbolo moribundo da loucura planetária. Sob as ruínas do comunismo de Tito, a onda nacionalista tornou-se delírio mortal. O acesso à independência da Croácia, da Eslovênia e da Bósnia-Herzegovina não poderia se efetuar sem paixões. A "purificação étnica" ressurgiu dos bastidores da história. Ela fez retornar ao início do século pasado, ir mesmo à Idade Média. Da velha cidade otomana aos vestígios da que foi a receptora da paz olímpica, Sarajevo não é mais que chamas e caos.

Vamos recordar alguns dados geográficos, históricos e cronológicos.

- A ex-Iugoslávia fica a sudeste da Europa. Sua área é de 255.804km², pouco maior que o nosso Estado do

Piauí. Limita-se com a Áustria ao norte; a Romênia e a Bulgária a este; a Grécia e a Albânia ao sul; e o Mar Adriático e a Itália a oeste. Sua população, de 23.690.000 habitantes (pelo censo de 1989), é etnicamente composta de sérvios (36,3%); croatas (19,7%); muçumanos da Bósnia (8,9%); eslovenos (7,8%); albaneses (7,7%); macedônios (6%); e montenegrinos (2,6%). A densidade demográfica é de 92,6 habitantes/km², os analfabetos são 7,3% da população (1990) e os gastos com a defesa correspondem a 2,2% do PNB.

- Alguns dados cronológicos: em 395 da era cristã, Teodósio I, imperador romano, divide o império em duas partes: o Ocidente, que compreende a Croácia, a Eslovênia e a Bósnia; e o Oriente (Império bizantino) que incluía o que hoje é a Macedônia, o Montenegro e a Sérvia. O Ocidente utiliza o alfabeto latino e será atraído pela Igreja católica romana. O Oriente emprega a escrita cirílica e adotará o rito da Igreja ortodoxa. O século seis marca a chegada dos eslavos nos Balcãs e o ano de 1102 a união húngaro-croata (Mapa 1).

- Marcos dos dois impérios: 1389 — Batalha de Kosovo, vitória dos turcos sobre os sérvios; 1462 — conquista da Bósnia pelos turcos; 1526 — Batalha de Mohacs, conquista da Eslovênia e da Hungria pelos turcos; 1527 — Dieta de Cetin, Ferdinando de Habsbourg é eleito rei da Croácia; 1684/1698 — guerra austro-turca, reconquista da Hungria e da Eslovênia pelos austríacos; 1715/1718 — conquista de Banat e da Sérvia pelos aus-

DIFICULDADE DE OS OCIDENTAIS COMPREENDEREM OS PROBLEMAS BALCÂNICOS DE ORIGEM GEOGRÁFICA, HISTÓRICA E RELIGIOSA

tríacos; 1737/1739 — reconquista da Sérvia pelos turcos (Mapa 2).

- As duas revoluções, fatos marcantes: 1830 — autonomia da Sérvia; 1867 — evacuação da Sérvia pelas guarnições turcas, compromisso austro-húngaro; 1868 — compromisso húngaro-croata, assassinato do príncipe da Sérvia, Michel Obrenovic; 1875/1878 — revoltas contra os turcos na Bulgária e na Bósnia; 1878 — Tratado de São Estéfano, Congresso de Berlim, a Sérvia obtém sua independência da Turquia e tenta formar um Estado eslavico com a Eslovênia e a Croácia, porém a Áustria-Hungria recusa a independência e ocupa a Bósnia-Herzegovina; 1902 — primeiros atritos entre sérvios e croatas, em Zagreb; 1903 — assassinato do rei da Sérvia, Milan Obrenovic; 1908 — anexação da Bósnia-Herzegovina pelos austríacos; 1912 — primeira guerra balcânica (contra a Turquia); 1913 — segunda guerra balcânica (contra a Bulgária); 1914 — assassinato de Francisco Ferdinando de Habsbourg, arquiduque da Áustria, em Sarajevo, por um sérvio da Bósnia, declaração da Primeira Guerra Mundial somente a Sérvia, incluindo a parte iugoslava da Macedônia, e o Montenegro eram independentes, enquanto a Croácia, a Eslovênia e a Bósnia-Herzegovina faziam parte do império Austro-Húngaro. A Sérvia liderava o Movimento de Unificação Pan-Eslava, que levou a um dos maiores e mais complexos conflitos que a humanidade já conhecera; 1918 — vitória dos Aliados, em maio, proclamação, em dezembro, do reino dos sérvios, croatas e eslovenos, sob

o governo do rei Pedro I, da Sérvia (Mapa 3).

- Acontecimentos que marcaram a monarquia: 1929 — suspensão da Constituição, o rei Alexandre, sucessor de Pedro I, proclama o reinado da Iugoslávia e instaura uma ditadura, a hegemonia sérvia é reforçada, em prejuízo dos outros povos da Iugoslávia; 1934 — assassinato do rei Alexandre, em Marselha, por um macedônio, Regência do príncipe Paulo; 1939 — assinatura do compromisso sérvio-croata, invasão da Polônia e início da Segunda Guerra Mundial.

- A Segunda Guerra Mundial: 1941 — 27 de março, golpe de Estado, derubada do regente Paulo, posse do rei Pedro II; 06 de abril, invasão da Iugoslávia; 10 de abril, proclamação do Estado independente da Croácia, ligado aos nazistas; abril/maio, início dos massacres dos sérvios, na Croácia, dirigidos por Ante Pavelic; maio, início da resistência dos "partisans"; 1945 — capitulação da Alemanha, ocupação de Trieste, a Iugoslávia torna-se uma república comunista dirigida por Tito, um croata, que comandava o exército dos "partisans" durante a Segunda Guerra Mundial. Tito instaura um Estado federal, formado por seis repúblicas iguais em direito, e esperava, assim, suprimir as rivalidades nacionais.

- Marcos do período governamental de Tito: 1948 — ruptura entre Tito e Stalin; 1954 — divisão do território livre de Trieste entre a Itália e a Iugoslávia; 1980 — morte de Tito, em quatro de maio, os movimentos nacionalistas começam a se esboçar; 1981

DIFICULDADE DE OS OCIDENTAIS COMPREENDEREM OS PROBLEMAS Balcânicos DE ORIGEM GEOGRÁFICA, HISTÓRICA E RELIGIOSA



MAPA 1 — Sérvia, Bósnia e Croácia em 1355



MAPA 2 — Os Impérios otomano e austríaco-húngaro em 1815

— distúrbios em Kosovo, província autônoma, cuja população é de maioria albanesa, que reclama a situação de república (Mapa 4).

Não será apresentado um resumo dos principais fatos da última década, por estarem nas manchetes dos jornais e na nossa memória. O que se destaca das recordações que fizemos dos conflitos de nacionalidades entre os povos do que se chama a "ex-Iugoslávia" remontam à Idade Média. Ainda hoje, a maior parte dos dirigentes sérvios, croatas ou muçulmanos reclamam, antes de tudo, uma legitimidade geográfica e também histórica. Teodósio I, Tito, Milosevic e Ante Markovic são atores da história complexa e confusa dos Balcãs, e a história desses atores é formada por guerras, conquistas, revoluções, assassinatos de governantes, golpes de Estado, massacres, resistência, capitulação, ruptura, distúrbios e independência.

RAZÕES DOS CONFLITOS ÉTNICOS ENTRE SÉRVIOS, CROATAS E MUÇULMANOS

Ao longo de sua história, a Bósnia tem estado no centro dos conflitos entre sérvios e croatas. Devemos retornar à época medieval para compreender as razões dos conflitos étnicos.

Em primeiro lugar, vamos enfocar a Bósnia. Na época romana, essa região mineira, montanhosa, com a maior cobertura florestal dos Balcãs, pertencia à província da Dalmácia, cuja fronteira setentrional corresponde à

fronteira da Bósnia atual. Os eslavos, compreendendo os croatas e sérvios, instalaram-se nos Balcãs, junto à Bósnia, nos primeiros decênios do século sete. Convertem-se ao cristianismo. O nome Herzegovina é mais recente. Esta parte, meridional e rochosa da atual República deve seu nome a Stejepan Vukcic, potentado autoproclamado "Herzog de São Sava", fundador da igreja sérvia, que rompeu, em 1448, com o rei da Bósnia. Após 1250, a Bósnia submeteu-se à autoridade dos húngaros. Em 1463, a Bósnia sucumbe aos turcos e, em 1528, os otomanos expulsam definitivamente os húngaros. A Herzegovina, dividida no século 16 entre a Bósnia, e a Sérvia será inteiramente subjugada, em 1482.

Qual seria a importância da influência otomana? O domínio turco da Bósnia dura até o Congresso de Berlim, em 1878, e este é também o destino da maior parte dos países balcânicos. Na Bulgária, por exemplo, os turcos estão presentes de 1393 a 1878.

A influência turca na Bósnia, notadamente em relação à confissão muçulmana, foi marcante. Quatro séculos de dominação deixam marcas profundas. É interessante notar que a Bósnia, na Idade Média, foi uma região mais sujeita à imigração que os outros países dos Balcãs. E, assim, a islamização revelou-se mais rápida e mais massiva que em outras partes da península.

Pressionados pelos turcos, os sérvios da Herzegovina começam a procurar a Croácia, a partir da segunda metade do século quinze; os croatas



MAPA 3 — A evolução das fronteiras entre 1914 e 1919

também abandonam seu território na Bósnia ocidental a partir de 1520. Os católicos da Croácia, empurrados pelas hostes otomanas, dirigem-se para o oeste e para o norte. O espaço é reocupado pelos habitantes dos territórios conquistados pelos turcos, que tomam o lugar dos croatas da Bósnia ocidental, seja pelos eslavos islamizados, vindos de diversas partes dos Bálcãs, seja pelos sérvios, vindos do este.

Após o cerco de Viena, em 1683, os turcos iniciam seu lento retraimento, que os conduzirá aos limites da península balcânica. É em 1790, após uma trégua com os austríacos, que a fron-

teira e o nome atual da Bósnia-Herzegovina se confirma. Quando, em 1878, o império austro-húngaro retoma seu território aos turcos, nada mais faz que confirmar as fronteiras já existentes.

Embora tenham se convertido ao islã, entre os maiores descendentes dos heréticos encontram-se os croatas e os sérvios. Se não, como explicar o fato de que os muçulmanos do sudeste da Bósnia celebram, até hoje, as festas ortodoxas? Quem era Mehmed-Pacha Sokolu (Sokolovic), o maior grão-vizir turco, senão um sérvio da Bósnia?

A primeira nação dos Bálcãs, a Sér-

via, tenta se libertar. Os sérvios da Bósnia são impregnados desse espírito insurrecional. Eles consideram, assim como os outros eslavos do sul, a Sérvia como um Piemonte balcânico.

Mais que fervor religioso, o acatamento ao islamismo é uma vontade de manter posições sociais privilegiadas. Os viajantes estrangeiros observaram constantemente ausência de zelo religioso entre esses rebeldes.

Diversos são os argumentos que apoiam os nacionalistas de ambos os bordos. Ponto de vista croata: a heresia na Bósnia medieval representava uma heresia mais próxima ao catolicismo, e os croatas são católicos, logo, a Bósnia é croata. Ou ainda, como a Bósnia figurava entre os títulos oficiais e pretensões dos reis da Hungria, a Croácia foi destacada, em 1102, da Hungria e criou-se um reinado croata-húngaro, logo, a Bósnia é croata... Ponto de vista sérvio: a Bósnia foi sérvia na Idade Média, os muçulmanos não são mais que sérvios islamizados, logo, a Bósnia é sérvia. Ou ainda, os muçulmanos não são turcos, os turcos eram os opressores, os sérvios são mais numerosos que os croatas na Bósnia, logo, a Bósnia é sérvia...

Em verdade, na Bósnia-Herzegovina, os muçulmanos são maioria relativa ou absoluta. O que se constata, geográfica e historicamente, é que a Bósnia-Herzegovina, nas suas fronteiras atuais, jamais esteve no seio do Estado sérvio. Ao contrário, integrou um Estado independente croata, desde a Segunda Guerra Mundial.

Como era a Bósnia-Herzegovina na primeira Iugoslávia de 1918? O Estado criado em 1918 é, por definição, unitário. Sérvios, croatas e eslovenos compõem uma nação trinominal. Aos muçulmanos, cuja cultura e língua são semelhantes às dos outros eslavos do sul, não resta senão aceitar essa concepção, e reconhecer que sua origem, antes da islamização, era sérvia ou croata, ou se identificar aos turcos. Todavia, os muçulmanos optaram pela segunda opção. Antes mesmo, após o Congresso de Berlim, em 1878, os emigrantes bósnios, que se refugiam em Kossovo, embora sob o jugo turco, são progressivamente assimilados à população majoritária, os albaneses (muçulmanos), de Kossovo.

Durante a duração dessa Iugoslávia, os muçulmanos permaneceram marginalizados, subdesenvolvidos e, na imensa maioria, influenciados por um partido político muito conservador, a Organização Muçulmana Iugoslava.

Que foi a Bósnia durante a federação de Tito? A federação nasceu em 1943, na Bósnia. Das seis repúblicas que compunham a Federação, somente a Bósnia-Herzegovina não foi imaginada como tal, em razão da composição multinacional de sua população; os muçulmanos são considerados como iugoslavos, ou ainda nacionalmente não declarados.

A paisagem étnica da Bósnia-Herzegovina sofreu certas mudanças. Ao final da guerra, os sérvios disputavam de maioria relativa; em 1953, existiam 43,8% de sérvios, 31,3% de muçulmanos de origem iugoslava e

DIFICULDADE DE OS OCIDENTAIS COMPREENDEREM OS PROBLEMAS Balcânicos DE ORIGEM GEOGRÁFICA, HISTÓRICA E RELIGIOSA



MAPA 4 — A Iugoslávia de 1945 a 1991

23,3% de croatas. Porém, entre os sérvios é croatas da Bósnia-Herzegovina, a emigração tornou-se constantemente mais forte que a imigração.

O contrário deu-se com os muçulmanos. Na Iugoslávia de Tito é a Bósnia-Herzegovina que conhece os maiores progressos. Os casamentos miscigenados se multiplicam. Tito goza da simpatia da Bósnia-Herzegovina, mais sincera que os sentimentos que ele inspira na Croácia natal, sem falar na Sérvia. A Iugoslávia de Tito aparecia na Bósnia-Herzegovina como uma proteção contra os perigos do passado. Os croatas, a despeito de seu menor número, participavam do

poder com direitos iguais aos demais; os muçulmanos obtiveram inteira legitimidade e nacionalidade.

ETNIAS OU NACIONALISMO?

Se uma guerra étnica define-se pelo caráter tão elementar de que é indiscutível suas motivações, então a Iugoslávia efetivamente mergulhou na mais étnica das guerras. Classicamente, a definição de etnia refere-se à língua, religião, ao modo de vida, às crenças, elementos cuja soma, total ou parcial, constituem uma cultura. No que concerne ao emblema lingüístico, o sérvio e o croata apresentam diferenças,

notadamente no alfabeto, podendo ser consideradas línguas distintas. Mas elas são suficientemente próximas para serem consideradas como duas variantes de um mesmo idioma, o "servo-croata".

E mais, os muçulmanos foram "inventados" em 1971, para ocultar a denominação corrente da *bosanci*, *bosniques* em francês, *bosniávios* para nós, que era dada aos eslavos islamizados da Bósnia. Assim, se é ilusório procurar-se retirar da classificação étnica a substância embutida na cultura, língua e espírito específico, não resta senão que considerar em termos de etnicidade que são expressas as realidades locais ou regionais herdadas da história agitada dos Balcãs.

O drama, de fato, resulta da emergência da nação como motivo principal do discurso político. A guerra aparece como o produto que se poderia chamar o segundo nacionalismo da Europa oriental, um nacionalismo diretamente ligado à idéia de democracia.

O que se pode concluir é que as duas noções se confundem, na situação que estamos enfocando. O nacionalismo iugoslavo, nascido no século 19, tem resquícios do regime centralizador e autoritário que o engendrou após a Primeira Guerra Mundial. A identidade iugoslava, em contrapartida, é um cadinho nacional em busca das instituições democráticas. Já a lógica étnica comanda uma revisão de fronteiras. Etnias e nacionalismo se mesclam complexa e perigosamente.

OS RISCOS DE CONTÁGIO NOS BALCÃS. CONCLUSÕES

Foi lá que tudo começou e é lá que tudo terminará. Como evitar que a guerra não se estenda a outros pontos sensíveis da ex-Iugoslávia, a começar por Kossovo e a Macedônia? A questão de Kossovo sempre tem sido considerada como uma das mais explosivas na pátria dos eslavos do sul, por uma razão essencial: ela coloca em cena duas comunidades — de um lado os albaneses, que hoje constituem 90% da população, e, do outro, os sérvios, que possuem uma evolução histórica, cultura, língua e religião diferentes. Os albaneses são na maioria muçulmanos, e os sérvios, ortodoxos.

A questão religiosa no mundo é importante, e nos Balcãs perigosa. O problema muçulmano aparece no centro do conflito. Nos Balcãs está o coração do islã europeu. Esse aspecto é por demais notável.

O conflito iugoslavo provocou a maior vaga de refugiados na Europa, depois da Segunda Guerra Mundial. No mês de agosto de 1992, estimava-se que dez por cento dos habitantes da ex-Iugoslávia tiveram que abandonar seus lares, seja para encontrar regiões mais seguras em sua república, seja para se refugiar nas ex-repúblicas iugoslavas vizinhas ou no estrangeiro. No total 2,3 milhões de pessoas fogem aos combates.

Desde 1968, os albaneses exigiam que Kossovo, que é uma província da Sérvia, fosse tratado em pé de igualdade com as seis repúblicas. Tito resolveu o problema concedendo uma

DIFICULDADE DE OS OCIDENTAIS COMPREENDEREM OS PROBLEMAS Balcânicos DE ORIGEM GEOGRÁFICA, HISTÓRICA E RELIGIOSA



MAPA 5 — A Nova República da ex-Iugoslávia

grande autonomia a Kosovo, na Constituição de 1974. Mas, novamente, em 1981, os albaneses foram reprimidos. Em 1990, a autonomia de Kosovo é abolida. O sérvio torna-se a língua oficial. Os nomes das ruas são reescritos em cirílico, já que os albaneses utilizam o alfabeto latino. Os albaneses vivem, de fato, sob um regime de ocupação. O resultado é catastrófico. Os sérvios, já que Kosovo é o berço de sua história medieval, unem-se em torno da causa sagrada de Kosovo. Uma guerra em Kosovo desestabilizará toda a região. A vizinha Albânia dificilmente ficará neutra. A Macedônia pos-

sui entre 400 e 700 mil albaneses. É o outro fator complicador.

A questão macedônia, que foi a origem das duas guerras balcânicas do início do século, é de suma importância. A Grécia clama que o nome de Macedônia pertence exclusivamente a seu patrimônio histórico. Após o comparecimento a um simpósio na Grécia, em 1992, onde o assunto foi debatido, e intensa leitura especializada, estou convencido do acerto do ponto-de-vista grego. Convidada a mudar seu nome pela Comunidade de Estados Europeus (CEE), a Macedônia encontra-se perigosamente isolada, cer-

DIFICULDADE DE OS OCIDENTAIS COMPREENDEREM OS PROBLEMAS BALCÂNICOS DE ORIGEM GEOGRÁFICA, HISTÓRICA E RELIGIOSA

cada de vizinhos, hostis, como a Sérvia, a Grécia, a Bulgária e a Albânia. A minoria sérvia da Macedônia, algumas dezenas de milhares de pessoas, está em retirada.

Creio que os fatores enunciados até aqui, senão são a totalidade dos problemas da região balcânica, ao menos servem para alertar sobre os riscos e perigos de contágio, na área.

Ainda queremos acrescentar que depois do fim da União Soviética, os povos muçulmanos das antigas repúblicas da Ásia Central passaram por muitas transformações, inclusive ganhando liberdade. Pode-se dizer que, a filosofia de Lenine se curvou ante a espiritualidade do enviado de Alá. Antes, o islamismo era visto apenas como uma religião e uma cultura, mas, hoje, ele caminha a passos largos para se tornar uma ideologia. E, na realidade, ele já começa a ser usado para congregar as inegáveis paixões nacionalistas de algumas nações da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

A título de conclusão, lembramos que os fatores étnicos existentes nos Bálcãs, o renascido e crescente sentimento nacionalista daquela região e de muitas outras partes do mundo, inclusive em países altamente desenvolvidos do primeiro escalão, a ideologia religiosa fanática e discriminatória, a intolerância, o egoísmo econômico, e a busca de retomada de fronteiras geográficas de memória histórica fazem da região balcânica o estopim que, colocado ao lado do germe do renascimento do império otomano, poderão fazer explodir mais uma crise de di-

mensões inimagináveis.

Aqueles que crêem que a humanidade abandonou o emprego das guerras, que as forças armadas vivem uma crise existencial, e que no mundo moderno não existe mais lugar para um conflito generalizado, lembro que devem levantar o olhar para além do horizonte e, se necessário, estender as pernas e a coluna vertebral, a fim de que possa ser visto um panorama mais amplo. Não nos esqueçamos que o solo balcânico recentemente sorveu sangue brasileiro, de um oficial do nosso Exército ferido gravemente quando em serviço representando o nosso país, em atenção a compromisso internacional. Roguemos a Deus que a paz mundial seja alcançada, mas não deixemos que a miopia de uns tantos propicie uma balcanização ou libanização no nosso território, tão sabiamente conquistado, mantido e defendido pelos que nos antecederam.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 *Atlas dos povos da Europa Central*. La Découverte, 192 páginas.
- 2 BÉHAR, Pierre. *O austro-húngaro, idéias do porvir*. Desjonquères, 1991.
- 3 CASTELLAN, Georges. *História dos Bálcãs*. FAYARD, 543 páginas.
- 4 COZZA, Dino Willy. *A influência do Corão no pensamento estratégico militar*. Revista "A Defesa Nacional", nº 754 — Out/Dez - 91. Rio de Janeiro.
- 5 FEJTŐ, François. *Requiem por um império defunto*. Lieu Commun, 440p.
- 6 GARDE, Paul. *Vida e morte da Iugoslávia*.
- 7 MANTRAN, Robert. *A história do império otomano*. FAYARD, 810 páginas.

DIFICULDADE DE OS OCIDENTAIS COMPREENDEREM OS PROBLEMAS Balcânicos DE ORIGEM GEOGRÁFICA, HISTÓRICA E RELIGIOSA

- 8 PAVLOVIC, Stefan. *O improvável sobrevivente, Iugoslávia e seus problemas (1918-1981)*. C. Hurst and Cie, Londres.
- 9 POPOVIC, Alexandre. *Os muçulmanos iugoslavos*. L'Age d'Homme, 68 páginas.
- 10 Revista "HERODOTE". *Balcãs e balcani-*

- zação*.
- 11 Revista "LIBÉRATION". Nº 10. Novembro 1992.
- 12 RUPNIK, Jacques, e outros. *De Sarajevo a Sarajevo, l'échec yougoslave*. Complexe, 250 páginas.



DINO WILLY COZZA, nasceu em São Paulo-SP, em dezoito de setembro de 1935. Serviu à Marinha por quarenta anos, estando agora na Reserva, no Posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra do Corpo de Fuzileiros Navais. Na ativa, participou de 21 cursos, inclusive o de Política e Estratégia Marítima, da Escola de Guerra Naval. É membro efetivo da Associação Brasileira de Educação, sócio fundador do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, sócio efetivo remido da Sociedade Brasileira de Geografia, Ordem dos Jornalistas do Brasil, Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Academia Maçônica de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, e sócio-correspondente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. Possui vinte trabalhos publicados em boletins, cadernos, revistas e anais.



ANÁLISE DA APLICAÇÃO ESTRATÉGICA DO PODER AERO- ESPACIAL NO CONFLITO DO GOLFO PÉRSICO(*)

João Eduardo Magalhães Motta

Na Guerra do Golfo Pérsico, a importância do poder aeroespacial pôde mostrar-se em dimensões nunca vistas anteriormente. Este artigo dedica-se a analisar a face estratégica de sua aplicação nesse conflito.

INTRODUÇÃO

O conflito do Golfo, entre o Iraque e a coalizão liderada pelos Estados Unidos, diferiu de todos os demais ocorridos na história recente da humanidade.

Sua característica principal foi ser uma guerra de estoque contra produção.

Seu objetivo declarado foi a liberação do Kuwait.

Este ensaio, esquematicamente organizado, propõe-se a analisá-lo em função da estratégia do poder aeroespacial nele posta em prática.

ETAPAS ESTRATÉGICAS DO CONFLITO

Primeira Etapa — Preparação

Correspondeu à aquisição e acumulação, por parte do Iraque, de um poder militar centrado em meios terrestres e aéreos, nestes incluídos uma par-

* Selecionado pelo PADECEME

ANÁLISE DA APLICAÇÃO ESTRATÉGICA DO PODER AEROESPACIAL NO CONFLITO DO GOLFO PÉRSICO

cela razoável de mísseis (estoque) e na distribuição, proteção e camuflagem de seus meios por todo o território iraquiano (estoque descentralizado).

A invasão do Kuwait, em agosto de 1990, foi o estopim do conflito.

Segunda Etapa — Desdobramento

Nessa etapa, o Iraque aprimorou suas defesas e agiu política e psicologicamente visando a evitar a coalizão que contra ele se aglutinou (União Árabe e Guerra Santa).

Os Estados Unidos procuraram, diplomaticamente, tecer a rede das nações com que esperava contar e, junto à Organização das Nações Unidas, manobram para obter o embargo econômico e o consentimento para a ação militar.

O presidente Bush procurou o apoio da sociedade americana e do mundo e conseguiu uma posição neutra da URSS e de Israel.

Os Estados Unidos desdobram suas forças para as ações bélicas que se prenunciavam.

Os demais países da coalizão desdobram também suas forças, em apoio à estratégia americana. Os atores estavam no palco.

O GRANDE ANFITEATRO

As operações aero-estratégicas vão se desenrolar de acordo com suas fases clássicas.

1.ª Fase: *Obtenção de Superioridade Aérea no Teatro*

As forças da coalizão deram início à operação com total superioridade aérea. As primeiras operações visaram a aumentar o grau dessa superioridade, pela destruição, no solo e/ou no ar, do poder aéreo iraquiano, com uso maciço de tecnologia de ponta.

O teatro-de-operações, integrado pelo território iraquiano, mais o Kuwait ocupado, pôde ser atingido por ataques vindos de todas as direções, a qualquer hora do dia ou da noite.

O Iraque não teve meios de atacar simultaneamente as bases de partida dos meios aéreos que o ameaçavam, dispersos ao seu redor, inclusive nos porta-aviões americanos. Muito menos as fontes industriais de recursos de toda a sorte, localizadas a milhares de quilômetros de distância, nos EUA e Europa.

As forças da coalizão dispunham de sofisticada rede de comunicações, controle e comando (CCC), calcada em aviões AWAC e satélites localizados de modo a permitir cobertura completa e contínua de toda a área afetada.

O Iraque, desdobrado, camuflado e estocado, aguardou o início das operações, sem os mesmos recursos e sem a sofisticação de meios de seus inimigos.

15 de janeiro foi a data limite.

Poucas horas após o prazo determinado pela ONU, os EUA atacaram com o que se poderia supor um efeito arrasador. O mundo esperava a solução do conflito em horas.

O Iraque não aceitou o desafio, mantendo a ameaça potencial com suas aeronaves inativas e camufladas. As perdas foram mínimas.

O conflito assumiu um ritmo forte do lado atacante com respostas de anti-aérea por parte do Iraque. Esporadicamente, foi lançado um míssil SCUD contra Israel, visando a provocar sua retaliação e a revolta dos países árabes, que passariam a apoiar o Iraque em uma Guerra Santa.

A duração era indeterminada.

2.ª Fase: Destruição dos Sistemas Vitais do Inimigo

• Sistema Energético

A vulnerabilidade estratégica do Iraque, no que tange os combustíveis, era muito pequena, face a suas enormes reservas e capacidade de refinação.

O sistema de energia elétrica, com base no óleo, era suficientemente descentralizado para que não fosse vital, mesmo porque o parque industrial iraquiano não era um sistema vital. Sua vulnerabilidade estratégica era bastante baixa.

• Sistema de Transporte

Marítimo — Irrelevante no conflito. Havia um total isolamento do Teatro. Fluvial — Inexpresivo.

Terrestre — O Iraque começou as operações militares com seus estoques distribuídos por todo o país, junto aos pontos onde seriam consumidos. Com isso, o uso das estradas, onde os veículos poderiam ser atacados, foi bastante restrito, reduzindo a vulnerabilidade estratégica do sub-sistema.

• Sistema Industrial

Os recursos militares das duas forças engajadas, terrestre e aérea, eram basicamente importados — aviões, he-

licópteros, veículos blindados, mísseis, armamento pesado e equipamentos eletrônicos — fazendo com que o parque industrial não representasse um sistema cuja destruição tivesse impacto estratégico.

• Sistema Político Administrativo

O ataque a esse sistema mostrou-se muito ineficiente em todos os conflitos onde o Poder Aéreo Estratégico foi aplicado de forma sistemática. Na Alemanha e no Japão ele foi incapaz de provocar qualquer efeito decisivo. O mesmo ocorreu no Golfo.

As redes de comunicações, comando e controle, com indicação de serem de difícil destruição, não representaram objetivo estratégico vital.

POSTURA AERO-ESTRATÉGICA DO IRAQUE

O poder aéreo árabe só pôde agir estrategicamente, tentando quebrar a unidade dos países que apoiavam os EUA, com ataques a Israel, na esperança de que um revide viesse a provocar a revolta dos demais países árabes. Os ataques foram intermitentes, de pequena monta e sem precisão.

Israel não aceitou a provocação e manteve sua ameaça com potencial convencional e nuclear.

Saddam Hussein manteve todas as suas ameaças, inclusive de uso de armas químicas, procurando ganhar tempo.

Nas duas etapas ambos os lados agiram de acordo com seus planos e tudo indica que estavam em suas melhores condições no início do conflito.

O CONFLITO

As ações aero-estratégicas não obtiveram resultados iniciais significativos, pela inexistência de sistemas vitais que oferecessem alvos cuja destruição provocassem a desintegração do poder iraquiano.

Em conseqüências, as ações foram concentradas contra as vias de transporte e o sistema de comunicações, o que levou a um pouco mais de tempo na obtenção dos resultados desejados.

A Força Aérea do Iraque manteve sua quase total integridade por sua não utilização, continuando a representar uma ameaça para a fase tática da campanha.

Duração-Variável de controle

Desde o período que antecedeu as operações, a duração do conflito foi a variável determinante da Estratégia.

As nações consorciais tinham todo o interesse em resolver o problema no mínimo de tempo possível, o que tentaram por ações estratégicas, sendo, a seguir forçadas a conseguir por meios táticos. Pelo menos no que tange ao emprego do poder aéreo.

A demora em obter um resultado final podia ter uma ou mais das seguintes conseqüências:

- encarecimento desmesurado de todo o conflito;
- aumento das perdas humanas aliadas;
- possível redução do apoio da sociedade, principalmente nos EUA;
- risco de cisão entre os países consorciados, no caso de as provocações a Israel terem resultado em reação vio-

lenta;

- risco de intervenção do Irã, em favor do Iraque;
- incerteza quanto ao comportamento da URSS.

Em contrapartida, o aumento da duração devia levar à exaustão dos estoques iraquianos, mesmo que o atrito não fosse rápido.

O Iraque tinha interesse oposto, o que caracterizou a duração como a variável de controle.

O Iraque mantinha algumas esperanças:

- esperança de que o tempo e as perdas provocassem a desagregação aliada, principalmente pela reação aos ataques a Israel;
- esperança de que a URSS viesse a suprir a redução de seu estoque;
- esperança de que a ONU viesse a sofrer pressões e determinasse a suspensão das operações.

Em contrapartida, correu o risco de ver seus estoques esgotados antes de atingir os resultados esperados, o que poderia levá-lo a precipitar as operações táticas.

Fase Tática

A não solução rápida da guerra, pela aplicação estratégica do poder aéreo, levou as forças em oposição a prepararem-se para operações táticas de superfície, apoiadas pelos elementos aéreos.

Invasão territorial, combates entre blindados, avanços e retrocessos levariam a uma batalha mais aproximada da que se conheceu nos desertos da África na Segunda Guerra Mundial, não obstante a muito maior sofisticação

tecnológica dos meios empregados.

Não era provável que o conflito chegasse a esse estágio, mas se chegasse, o poder aéreo seria empregado de acordo com a doutrina clássica desenvolvida nos últimos 50 anos:

- conquista da superioridade aérea sobre o campo-de-batalha (já obtida);
- isolamento do campo-de-batalha (em andamento);
- apoio às forças de superfície no campo-de-batalha.

Se essa hipótese viesse a verificar-se, o Iraque não poderia furtar-se ao combate e seu desgaste seria enorme, visto a disparidade das forças envolvidas. Ele levava a vantagem da experiência de oito anos de luta no deserto, a desvantagem de um estoque limitado (já bastante desgastado) e a inferioridade tecnológica e de apoio aéreo.

O esgotamento dos estoques iraquianos deveria levar seu governo a negociar as condições de paz, ou admitir a derrota.

A variável de controle, duração, continuou com seu papel preponderante.

A fase tática durou poucos dias. A superioridade aérea foi absoluta. O Kuwait foi isolado pelas forças terrestres apoiadas pelo poder aéreo. As forças navais martelaram objetivos ao longo da costa do Golfo usando aviação embarcada e mísseis. O campo operacional estava preparado para a cirurgia.

A Invasão

Não durou mais que 100 (cem) horas.

As tropas iraquianas encurraladas

tentavam fugir. O poder aéreo, empregado taticamente, apoiava as operações terrestres cortando os meios de comunicação, destruindo, de dia e de noite, tudo que se mexesse no solo. A superioridade dos blindados aliados destruiu o que restava das forças de Saddam. As tropas se rendiam, milhares de prisioneiros, e a guerra chegou ao fim.

ENSINAMENTOS

Emprego Estratégico

- O desdobramento inicial, ao longo de parte do perímetro do Iraque, permitiu que ataques fossem realizados simultaneamente a todos os sistemas vitais.

- O dimensionamento adequado da força disponível permitiu manter o ataque de forma contínua e em dosagem suficiente.

- A prioridade na seleção dos sistemas a atacar foi muito boa, sendo de destacar:

- destruição do sistema de detecção aérea, pelo ataque às estações de radar, deixando o inimigo "cego". Ataque sistemático às bases aéreas, mantendo a aviação iraquiana no chão. Essas duas ações estão ligadas diretamente à primeira fase — superioridade aérea. A tática dos ataques noturnos foi consequência da "cegueira eletrônica", visando a diminuir as perdas;
- destruição dos sistemas de comunicações, visando a dificultar as ações de comando;

- ataque às vias de comunicações

com destruição de pontes e obras de arte e do tráfego rodoviário, inviabilizando a operação do sistema logístico, militar e civil;

— ataque ao sistema energético, inviabilizando a continuação da vida normal da sociedade;

— ataque ao sistema político administrativo que, ainda mais uma vez, não parece, para uma análise rápida, ter provocado resultados decisivos.

• A precisão das novas armas, mísseis inteligentes, comprovou a evolução das táticas de emprego, principalmente nas operações estratégicas. Entre elas:

— as grandes formações de bombardeio são coisa do passado. O avião de caça evoluiu e assumiu, em toda plenitude, a posição de arma ofensiva, única capaz de decidir a guerra;

— os combates aéreos, a curta distância, desapareceram com o surgimento dos mísseis ar-ar, só podendo ter lugar entre forças aéreas de segunda categoria;

— o risco da aeronave atacante diminuiu pela possibilidade de “iluminar” o alvo por meios eletrônicos (laser ou outro qualquer), lançar o míssil e afastar-se sem penetrar no volume de espaço letal batido pela artilharia antiaérea convencional;

— a redução do erro circular médio dos mísseis diminuiu drasticamente a tonelagem de armamento necessária para obter-se determinada quantidade de destruição.

• A redução do número de vetores necessários — porém muito mais complexos — para obtenção de um mesmo resultado diminuiu os problemas logís-

ticos e os de treinamento e recomplementamento de pessoal, gerando, em contrapartida, a exigência de tripulações com nível de conhecimento teórico muito mais elevado, o mesmo ocorrendo com o pessoal da manutenção.

• A evolução de todo o sistema de controle, comando e comunicações, com as aeronaves *AWACS* e os satélites de observação, transferiu para fora da nacele do caça grande quantidade de tomadas de decisão, de vez que a observação do espaço e da superfície terrestre é feita por meios eletrônicos e gerenciada por computadores. A eles cabe também a seleção e priorização dos alvos a serem atacados, no solo ou no espaço. Mesmo dentro da nacele, as mudanças foram profundas — o piloto é mais um gerente de sistemas do que um piloto de combate no sentido convencional do termo.

• O emprego dos mísseis *SCUD*, contra Israel, que deveria classificar-se como emprego estratégico, na realidade fuge um pouco a essa concepção, por vários motivos:

— Israel não era inimigo declarado;

— nenhum dos sistemas atacados era vital para os Aliados — se é que os ataques foram orientados contra algum sistema. Mais pareciam lançamentos aleatórios, sem objetivo, ou mesmo alvo definido;

— a conotação estratégica dessas ações se configura como tentativa de desestabilizar a união política dos Aliados, provocada por uma possível retaliação de Israel.

Difícilmente esses lançamentos podem ser interpretados como emprego estratégico do poder aéreo. Talvez

como ato de desespero fosse mais correto.

Emprego Tático

- O absoluto domínio do ar sobre o campo-de-batalha, território do Kuwait, já decorrente das operações aeroestratégicas, dispensou a 1.^a fase desse emprego.

- O isolamento do campo-de-batalha foi assegurado com a destruição das vias de comunicações terrestres, que também fazia parte da campanha estratégica, e pelo bloqueio naval da costa do Kuwait, frente ao Golfo, embora não houvesse a menor probabilidade de que reforços de qualquer tipo por aí chegassem às forças iraquianas.

- Tomada a decisão do emprego das forças de superfície, a 3.^a fase do emprego tático se desenrolou dentro da doutrina básica desenvolvida desde a II Guerra Mundial, adequada à evolução dos meios atuais:

- emprego de aeronaves com maior capacidade de carga destrutiva e maior velocidade;

- emprego de mísseis ar-terra e de sistema gerenciador do lançamento de bombas, ambos com elevado grau de precisão de acerto;

- emprego de helicópteros no deslocamento de tropas, em quantidade considerável, permitindo o envolvimento das forças inimigas entrenchadas no terreno;

- emprego de helicópteros, com elevada mobilidade, no ataque aos blindados iraquianos e a outras tropas motorizadas.

Defesa Aérea

- Convencional

A Artilharia Antiaérea convencional perdeu muito de sua eficiência, por dois motivos:

- os lançamentos de bombas pelos caças passou a ser feito de grande altura;

- as armas convencionais não apresentaram melhoria sensível no período pós-II Guerra Mundial — mesmo alcance e mesma velocidade dos projéteis. Razoável aumento de cadência.

- Míssil Terra-Ar

Somente Israel se utilizou dessa arma, lançando o *PATRIOT* (americanos) contra os *SCUDS* (russos), com bom grau de acerto.

Essa é a arma a temer pelas aeronaves atacantes, embora sua eficiência contra vetores tripulados deva mostrar-se menor do que contra mísseis, sejam eles terra-terra ou ar-terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nível de eficácia das armas e sistemas atingiu um ponto em que o poder aéreo, isoladamente, pode decidir o conflito, deixando às forças de superfície a missão de ocupar o terreno, apoiada pelo poder aéreo em operações táticas.

A variável duração permaneceu como de controle durante todo o conflito.

Os meios eletrônicos assumiram papel preponderante, confirmando a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias como fator decisivo do po-

der nacional.

A tática de emprego continuou condicionada pelo desenvolvimento tecnológico.

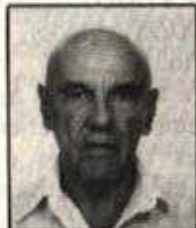
A formação do militar tem que ser adequada ao nível do desenvolvimento tecnológico das armas, para que estas possam ser empregadas eficientemente.

A duração de um conflito será determinada pelo tempo necessário para causar danos a um ou mais dos sistemas vitais do inimigo, capaz de desestabilizar sua capacidade de continuar na luta.

O início da fase tática, sempre que possível, deverá aguardar que os efeitos da destruição dos sistemas vitais do inimigo comecem a se fazer sentir, de modo a reduzir, ao mínimo, as perdas decorrentes dos combates de superfície.

As perdas das forças atacantes foram muito pequenas, devido à enorme superioridade aérea.

A destruição dos alvos pode ser minimizada pela precisão "cirúrgica" do ataque aéreo, reduzindo e delimitando, também, os efeitos sobre a população civil.



Brigadeiro-do-Ar Reformado JOÃO EDUARDO MAGALHÃES MOTTA — Aspirante-a-Oficial Aviador em 30 de setembro de 1942, possui os cursos da EDOAR, ECEMAR, ESG, Manutenção de Aeronaves, da US Navy (EUA), Piloto de Patrulha — PV-1 da USBATU (Natal, RN), Piloto de Caça (EUA), Piloto de Reconhecimento (CTA, SP), Manutenção de Motores à Reação da Rolls Royce (Inglaterra). Foi piloto operacional de caça, patrulha, bombardeio, transporte e reconhecimento. Cumpriu 96 missões de patrulha anti-submarina durante a II Guerra Mundial. Ao passar para a reserva, possuía 9.900 horas de voo. Comandou diversas OM operacionais da FAB e foi instrutor de diferentes escolas da Força Aérea, inclusive da EDOAR e da ECEMAR. Foi chefe de comissão de recebimento de aviões P-47 (EUA) e de aviões GLOESTER (Grã-Bretanha), Assistente da Força Aérea do EMFA e membro da Comissão Mista de Defesa Brasil/EUA. Atualmente, é membro vitalício do Conselho Superior do INCAER — Cadeira Mal Trompowski, e vice-presidente da Associação Brasileira de Acrobacia (ACRO).



A ENERGIA ELÉTRICA E O PETRÓLEO NA AMÉRICA LATINA

— Conclusão

Oswaldo de Jesus Ferreira

Conclusão do tema extraído de monografia redigida pelo autor, como exigência curricular para obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

(Na edição passada foram abordados os principais aspectos do problema energético da América Latina e da Energia Elétrica na região).

O PETRÓLEO

Importância

O petróleo tem sido utilizado pela humanidade desde os mais remotos tempos¹⁶ e, com o passar dos séculos, sua importância para a humanidade foi se tornando cada vez maior. Já em 1861, os óleos de rícino e de baleia, largamente usados na iluminação, foram substituídos pelo

querosene. E, em 1887, com a invenção do motor a explosão, foi determinado o auspicioso futuro da indústria petrolífera.

Hoje a sociedade não pode prescindir do petróleo, sendo ele responsável por mais da metade da energia consumida no mundo. Soma-se a isso a importância inquestionável da petroquímica, responsável pela produção de insumos para fertilizantes inseticidas, plásticos, fibras sintéticas e outros produtos.

O petróleo participa, portanto, direta ou indiretamente de todos os momentos do mundo evoluído. Na obtenção, construção ou confecção dos

¹⁶ Com ele, a Arca de Noé foi calafetada, e os egípcios usaram-no para unir as pedras das pirâmides e para embalsamar seus mortos ilustres.

objetos que ele utiliza, há uma parcela de participação de algum produto petrolífero, quando nada o combustível para o transporte deles.

Ilmar Penna Marinho Júnior, advogado e escritor, no livro "Petróleo: Política e Poder (um novo choque do petróleo?)", comenta:

"Nos dias de hoje, o desenvolvimento e a segurança do País dependem da disponibilidade de energia em termos econômicos satisfatórios. Atestam os dados mais confiáveis que, queira ou não, pelo menos nas próximas décadas será a principal fonte de energia do mundo. Como por capricho, ele não está onde se deseja, mas onde a natureza o criou e escondeu, quase sempre fora do alcance do grande consumidor. Daí a complexa multiplicidade de problemas que suscita, em seus aspectos políticos, econômicos, militares, tecnológicos, com desmembramentos e impactos no campo das relações internacionais. E até vitais para o futuro da nossa civilização, cujos conflitos de poder são, em essência, da geopolítica de petróleo (...)."

Exploração e Reservas Mundiais

A importância acima destacada comprova ser o petróleo uma fonte energética valiosa e extremamente versátil. Infelizmente, porém, ele tem uma limitação irreversível, que é o fato de ser uma fonte não renovável. Isso impõe-lhe uma utilização Nacional, à medida que sejam buscadas alternativas para o seu uso, preservando-se ao máximo para as tarefas mais nobres. Enquanto não for descoberto um pro-

duto para suplantá-la sua utilização, além da sua preservação, todos os esforços devem ser despendidos para ampliar suas reservas.

O custo do petróleo é, e será, cada vez mais crescente, já que as reservas de mais fácil extração, tanto técnica como economicamente, foram as primeiras a ser exploradas e vão se esgotando. É improvável a descoberta de campos gigantes de lençóis petrolíferos, tal como ocorreu no passado. A tendência atual indica a descoberta de grande e disperso número de poços com pequena produção unitária.

No início dos anos 80, Groosling, estudioso do petróleo latino-americano, afirmou:

"A exploração petrolífera na América Latina, medida em número de poços perfurados por quilômetro quadrado de área prospectiva, é muito reduzida em comparação com outras regiões do mundo. Ao comparar a América do Norte (Estados Unidos e Canadá) com a América Latina, pode apreciar-se que, para áreas prospectivas praticamente iguais, a densidade de perfurações latino-americanas tem sido 4% da norte-americana.

Nos últimos anos, as atividades exploratórias, mesmo que limitadas por falta de recursos financeiros e problemas tecnológicos, foram incrementadas. Segundo a ARPEL, durante a última década, 33,7% das novas reservas de hidrocarbonetos descobertas em todo o mundo corresponderam à América Latina, tendo a região assumido o primeiro lugar na estatística de descobrimentos, entre 1980 e 1989.¹⁷

A tabela H — "Evolução das Re-

servas Mundiais de Petróleo", mostra a evolução das reservas mundiais de petróleo entre 1960 e 1989, compro-

vando o crescimento positivo das reservas latino-americanas.

Entre 1970 e 1990, as reservas glo-

Tabela H — Evolução das Reservas Mundiais de Petróleo

Região	Ano					
	1960	1970	1980	1985	1988	1990
Ásia-Pacífico	9,5	13,0	19,1	17,9	18,7	21,8
Europa	—	2,0	20,3	21,9	20,0	15,7
Oriente Médio	183,5	339,6	361,0	397,6	561,9	657,0
África	7,2	50,0	53,7	53,3	53,3	57,0
Amér. do Norte	33,5	47,7	32,8	34,4	32,1	32,0
URSS	33,5	77,0	63,0	63,0	59,0	58,4
China	—	—	—	19,1	18,4	24,0
Outros	—	—	—	—	1,8	1,7
Amér. Latina	23,0	23,4	67,8	81,6	113,7	124,5
— Argentina	2,2	2,5	2,5	2,3	2,3	2,3
— Brasil	—	—	1,3	1,9	2,3	2,8
— Colômbia	—	1,7	1,0	0,6	1,6	2,0
— Equador	—	—	1,1	1,4	1,6	1,5
— México	2,3	3,2	44,0	48,6	48,6	56,4
— Venezuela	18,5	16,0	17,9	25,8	56,3	58,5
— Outros	—	—	—	1,0	1,0	1,0
Total Mundial	302,0	611,4	648,5	698,7	887,3	1001,6

Observações:

— Dados em 10⁹ de barris de petróleo.

— Fonte: International Petroleum Encyclopaedia — 1990.

bais da região cresceram, respectivamente, 64 % e 432 %. Com esse incremento, passou a ocupar o segundo lu-

gar mundial, em termos de reservas de petróleo, superado tão somente pelo conturbado Oriente Médio.

17 No Oriente Médio descobriram-se 27 %, na Europa 14 % e, em outras regiões, os 25 % restantes.

Produção e Consumo

A América Latina inicia a década

de 90, ainda, como exportadora líquida de petróleo e derivados, no contexto da geografia petrolífera mundial.

Em 1988, 51% de sua produção de petróleo cru e derivados¹⁸ foram utilizados, internamente, na região, e 49% foram exportados.

O consumo, no mesmo ano, atingiu, aproximadamente, 4,7 milhões de barris diários, dos quais 77% foram de origem regional e 23% de outras regiões.

A produção, após pequena retração, voltou a ter uma tendência crescente, enquanto que o consumo mantém pequena tendência ascendente. Essa pequena variação do consumo deve-se não só à política de restrição e substituição ao uso do petróleo, mas, principalmente, à profunda recessão econômica latino-americana.

Importação e Exportação

Como foi ressaltado, a América Latina é uma região exportadora líquida de petróleo.

Dos seus 26 países, 14 são produtores de petróleo, dos quais seis são exportadores¹⁹ e oito são também importadores.²⁰ Os 12 restantes são exclusivamente importadores.

A tabela I — “Produção, Importação e Exportação de Petróleo Cru e Derivados”, contém o balanço da atividade petrolífera latino-americana em 1987.

18 7 milhões de barris diários, aproximadamente.

19 Colômbia, Equador, México, Trinidad e Tobago e Venezuela.

20 Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Guatemala e Suriname.

México e Venezuela ocupam um lugar de real destaque na lista dos países exportadores, sendo responsáveis por mais de 80% das vendas para o exterior.

Argentina e Brasil também são exportadores de derivados de petróleo, com destaque para o Brasil, que contribuiu com mais de 17% das exportações totais da região.

Não obstante o excedente de petróleo produzido na América Latina, as importações realizadas pelos países que não conseguem cobrir as necessidades do mercado interno com as respectivas produções petrolíferas têm origem fora da região.²¹

A pequena participação do petróleo cru no mercado de importação latino-americano deve-se ao baixo nível de integração das economias regionais e, também, à atração exercida pelo mercado dos países desenvolvidos. Enquanto a Venezuela e o Equador destinam 25% de suas exportações totais para o mercado regional, o México destina quase a totalidade das exportações para outros mercados, em especial para os Estados Unidos.

Os países importadores de petróleo, por sua vez, dão preferência aos mercados extracontinentais para atenderem à demanda das respectivas economias, tanto em petróleo cru como em seus derivados.

Significativa parcela das importações brasileiras²² tem origem nos países árabes, como parte de um contexto comercial que possibilita a exportação,

21 80% para o petróleo e 73% para os derivados.

22 70%.

Tabela I — Produção, Importação e Exportação de Petróleo Cru e Derivados

País	Produção		Importação		Exportação	
	Cru	Refinado	Cru	Refinado	Cru	Refinado
Argentina	152,93	148,31	0	0	0	6,70
Barbados	0,51	1,40	0,70	1,50	0	0
Bolívia	6,75	6,80	0	0,04	0	0
Brasil	215,16	433,29	227,87	18,84	0	59,37
Colômbia	141,54	83,89	0	7,70	54,53	21,86
Costa Rica	0	2,80	2,90	2,10	0	0
Chile	10,92	31,79	19,68	1,82	0	0,20
Equador	63,67	36,22	0	9,98	40,84	5,71
El Salvador	0	4,40	5,44	0,20	0	0
Guatemala	1,42	3,70	3,80	3,80	1,75	0
Guiana	0	0	0	2,91	0	0
Haiti	0	0	0	1,40	0	0
Honduras	0	1,40	1,20	3,20	0	0
Jamaica	0	5,00	5,85	7,20	0	0,71
México	926,29	544,80	0	21,00	490,92	23,72
Nicarágua	0	3,70	3,90	1,20	0	0
Panamá	0	8,00	10,00	0,85	0	0
Paraguai	0	1,42	1,25	2,10	0	0
Peru	60,84	60,06	0	1,66	1,20	16,60
Rep. Domi.	0	10,37	14,25	5,20	0	0
Suriname	0	0	3,50	nd.	0	0
T. Tobago	61,28	21,80	0,20	4,30	34,30	23,00
Uruguai	0	7,70	9,80	1,00	0	0,
Venezuela	607,70	329,00	0	0	372,66	178,85
Amér. Lat.	2220,64	1745,87	310,34	98,00	996,21	336,72

Observações:

- Dados referentes a 1987.
- Dados em milhões de barris.
- nd.: dado não disponível.
- Não inclui Cuba.
- Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

pelo Brasil, de produtos primários e manufaturados que não encontram colocação no mercado regional.

Reservas de Petróleo Latino-americanas

O petróleo é encontrado nas bacias sedimentares, mais especificamente nas rochas sedimentares, que são resultantes de depósitos marinhos, uma vez que os oceanos formaram os grandes reservatórios desses depósitos, após o surgimento da vida orgânica em seu ambiente.

Essa condição sedimentar é necessária, mas está longe de ser suficiente, para que seja encontrado o petróleo, cuja existência está sujeita à constante dissipação e permanentes perdas, em consequência de inúmeros acidentes geológicos. Isso pode ser facilmente constatado através da comparação entre as bases físicas do Brasil e da Venezuela e as respectivas reservas comprovadas. Enquanto o Brasil tem mais de 5 milhões de quilômetros quadrados de superfície sedimentar e menos de 3 bilhões de barris em reservas comprovadas de petróleo, a Venezuela, com menos de meio milhão de quilômetros quadrados de superfície sedimentar, tem mais de 59 bilhões de barris em reservas de petróleo.

Chama-se de *reserva provada de petróleo* ao volume de petróleo, medido nas condições atmosféricas, que se pode produzir economicamente, com os métodos e sistemas de exploração aplicáveis no momento da avaliação, tanto primário como secundário. *Reserva primária* é a que não

necessita de qualquer tipo de energia adicional²³ para que seja obtido o petróleo. Caso contrário, a reserva é dita secundária. *Vida útil* de uma reserva é a duração, em anos, que ela é capaz de atender a uma determinada produção. Resulta da razão entre a reserva provada e a produção respectiva.

A tabela J — “Reservas de Petróleo Latino-americano — Vida Útil”, mostra a distribuição das reservas de petróleo pelos países da América Latina, com as respectivas vidas úteis, tendo por base dados de 1990.

Considerada a América Latina como um todo, mantido o baixo nível de produção de 1990, é avaliada em 47 anos a vida útil do somatório das reservas dos países. A realidade de cada país é porém bastante distinta.

Venezuela e México juntos detêm 91,8% das reservas e são responsáveis por 68% da produção. Isso permite concluir, de imediato, que os demais países latino-americanos estão consumindo mais rapidamente as pequenas reservas hoje conhecidas em seus respectivos territórios.

Os outros quatro países considerados exportadores de petróleo²⁴ não gozam de uma posição confortável. A vida útil de suas reservas situam-se em torno de dez anos.

O Brasil é o terceiro maior produtor e possui a terceira maior reserva latino-americana, com a vida útil estimada em doze anos. Não é posição confortável, ainda mais se for levado em conta que a produção brasileira

23 Injeção de água, de gás, etc.

24 Colômbia, Equador e Trinidad e Tobago.

Tabela J — Reservas de Petróleo Latino-americanas — Vida Útil

País	Reservas (1)	Produção (2)	Vida Útil (3)
Argentina	2.104.570	448,99	13
Barbados (4)	3.300	1,10	8
Bolívia (4)	176.200	18,80	26
Brasil	2.759.968	652,30	12
Colômbia	1.880.653	404,50	13
Chile	300.652	22,09	37
Equador	1.421.000	278,89	14
Guatemala (4)	80.830	3,70	60
México	45.248.893	2.513,30	49
Peru	405.692	130,40	8
Suriname	157.245	4,00	107
T. Tobago	60.319	149,34	11
Venezuela	59.041.000	2.015,00	80
Amér. Lat.	113.640.322	6.642,41	47

Observações:

- Não inclui Cuba.
- (1) — Em 1.000 barris.
- (2) — Em 1.000 barris por dia.
- (3) — Em anos.
- (4) — Dados da International Petroleum Encyclopaedia — 1990.
- Fonte: ARPEL.

atual corresponde a pouco mais da metade do consumo do país.

Países Produtores de Petróleo

O petróleo se distribui de maneira desequilibrada pelos países latino-americanos: Esse recurso, tanto pela sua importância estratégica como pela dinamização que dá à economia e, tam-

bém, pela sua significação como elemento decisivo do comércio internacional, é considerado fundamental a todos os países.

Diante dessa constatação, os governos dos países da América Latina, para atingir seus objetivos políticos e estratégicos, optaram por uma participação ativa na indústria petrolífera, criando, para isso, empresas petrolíferas estatais.

Nos três maiores produtores²⁵ a empresa estatal exerce praticamente o monopólio da indústria petrolífera. Em outros, como a Argentina, a Colômbia e o Equador, as empresas privadas desempenham papel importante, principalmente nos setores de exploração e distribuição.

Brasil

O Brasil é o terceiro maior produtor de petróleo da América Latina, tendo produzido, em 1989, mais de 616.000 barris/dia. É o maior importador da região, pois o consumo no mesmo ano, apesar da recessão em que

vive o país, foi da ordem de 1,16 milhões de barris diários. Diante desses números, foi necessária a importação de 548.000 barris por dia, ou seja, 47% do total consumido.

A tendência dos números finais da produção e consumo de petróleo referentes a 1990 indica uma redução da necessidade de importação, situando-se muito próximo de 40% do total consumido.

A Tabela K — “O Brasil, Indicadores da Atividade Petrolífera”, contém dados referentes a 1989.

Tabela K — Brasil — Indicadores da Atividade Petrolífera de 1989

Discriminação	Unidade	Quantidade
— Produção Média de Petróleo	b/d	616.841
— Reservas de Petróleo	1.000 b/d	2.794.546
— Vida Útil das Reservas	anos	12
— Número de Poços em Produção	um	5.786
— Número de Poços Perfurados	um	582
— Produção de Derivados	b/d	1.182.000
— Consumo		
— Petróleo Cru	b/d	1.164.000
— Derivados	b/d	1.167.000
— Diesel	b/d	427.189
— Álcool (1)	b/d	207.900
— Exportações		
— Petróleo Cru	b/d	0
— Produtos (1)	b/d	129.000
Gás Natural (1)		
— Reservas	10 ⁶ m ³	116.008
— Produção	10 ⁶ m ³ /d	17
— Vida Útil das Reservas	anos	18

Observações:

- b/d: barris por dia.
- Fonte: PETROBRÁS.
- (1) — Dados da ARPEL.

25 México, Venezuela e Brasil.

O Brasil não tem situação muito cômoda em termos de petróleo. Suas reservas explotáveis provadas não durariam sete anos, caso fosse possível produzir o necessário ao consumo.

Projetos de exploração e desenvolvimento de tecnologia para águas profundas poderão ser postergados devido à falta de recursos financeiros, advinda do seu redirecionamento para fazer face ao aumento dos custos das impor-

tações necessárias ao consumo imediato.

Consta do anexo 19, a figura 4-6.b.4 — “Brasil, Evolução da Produção e do Consumo de Petróleo”, com dados referentes ao período de 1970 a 1989.

A tabela L — “Brasil, Produção Média Diária de Petróleo por Unidade da Federação”, apresenta dados referentes a 1988 e 1989.

Tabela L — Brasil — Produção Média de Petróleo por Unidade de Federação

Unidade da Federação	Ano		Variação (1)	Contribuição em 1989 (2)
	1988	1989		
Amazonas	239	3.196	1.237,0	0,52
Maranhão	6	0	—	—
Ceará	17.102	17.215	0,7	2,79
R. G. do Norte	64.716	57.677	- 21,1	12,71
Alagoas	9.950	8.604	- 13,5	1,40
Sergipe	53.004	53.935	1,8	8,74
Bahia	83.440	81.825	- 1,9	13,27
Espírito Santo	16.800	16.498	- 1,8	2,67
Rio de Janeiro	330.978	356.367	7,7	57,77
Paraná	811	824	1,6	0,13
Brasil	577.047	616.841	6,9	100,00

Observações:

- (1) — Variação entre 1988 e 1989 em %.
- (2) — Contribuição de UF no total da produção nacional em %.
- Fonte: PETROBRÁS.

Na década de 70, a produção nacional de petróleo praticamente não sofreu incremento situando-se na faixa de 170.000 barris/dia. A partir de 1980, teve um acréscimo acentuado até atin-

gir 616.000 barris/dia, em 1989. Já o consumo cresceu ininterruptamente na década de 70, chegando a 1,135 milhões de barris/dia, em 1979. Esse consumo só foi superado em 1989, quando

atingiu 1,164 milhões de barris/dia.

Em 1989, cerca de 66,6% da produção foram obtidos dos campos marítimos dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará. O Estado do Rio de Janeiro é o maior produtor do país, com 57,8% do total e 86,7% da produção marítima.

A prioridade em termos de pesquisa e desenvolvimento no setor petrolífero é para as águas profundas. O campo gigante Marlim requer o desenvolvimento de tecnologia para produção em lâmina de água igual ou superior a 400 metros. Uma vez desenvolvida a necessária tecnologia, o Brasil poderá incorporar às reservas exploráveis o equivalente a mais de 25% das existentes atualmente.

México

O México é o maior produtor de petróleo da América Latina, tendo produzido, em 1989, mais de 2,51 milhões de barris/dia. Dados mais recentes indicam que a produção diária mexicana evoluiu para mais de 2,88 milhões de barris por dia. Com isso, o México deixa de ser o sexto maior produtor mundial, assumindo a quarta colocação, atrás somente da União Soviética, dos Estados Unidos e da Arábia Saudita.

Ainda que as atividades se desenvolvam em todo o país, as zonas produtoras mais importantes se encontram no mar e no sudeste da república.

Em 1989, mais de 66% da produção foram provenientes das instalações de Sonda de Campeche, outros 25% da zona de Chiapas-Tabasco e o resto das

outras áreas produtoras.

A tabela M — “México, Indicadores da Atividade Petrolífera”, fornece dados referentes a 1989.

O México tem uma situação cômoda em termos de petróleo, pois, mesmo sendo o quarto maior produtor do mundo, ainda tem reservas suficientes para quase meio século.

O governo mexicano desenvolve esforços no sentido de reduzir a dependência da economia do país ao instável mercado internacional do petróleo cru. Já foram preenchidos os requisitos para tornar a petroquímica o setor líder das exportações. É uma política altamente compensadora, já que o preço do petróleo transformado em petroquímico básico chega, em certas ocasiões, a atingir 120 vezes o valor da matéria-prima.

O petróleo, em resumo, é muito importante para o desenvolvimento do país, mesmo sem ter a importância do início dos anos 80, quando representava quase 80% da receita mexicana com exportações.²⁶

Em 1989, além de gerar 34% das divisas com exportações, a estatal do petróleo, PEMEX, foi, entre outros feitos, responsável por 31% das contribuições fiscais e por 67% da geração de energia elétrica, além de ter sido uma grande geradora de empregos diretos e indiretos.

Consciente de que a indústria do petróleo é um bem estratégico e prioritário para cumprir os objetivos do Estado, o governo mexicano investe na sua modernização, atuando desde a produção primária, até a transfor-

²⁶ Hoje significa menos de 35%.

Tabela M — México — Indicadores da Atividade Petrolífera de 1989

Discriminação	Unidade	Quantidade
— Produção Média de Petróleo	b/d	2.513.305
— Reservas de Petróleo	1.000 b/d	45.248.893
— Vida Útil das Reservas	anos	49
— Número de Poços em Produção		
— No mar	um	254
— Em terra	um	4.495
— Número de Poços Perfurados	um	129
— Produção de Derivados	b/d	1.468.000
— Consumo		
— Petróleo Cru	b/d	1.235.053
— Nafta	m ³ /ano	23.539.683
— Combustóleo	m ³ /ano	24.349.563
— Diesel	m ³ /ano	11.255.593
— Exportações		
— Petróleo Cru	b/d	1.277.800
— Produtos (1)	b/d	83.352
— Produtos petroquímicos	Ton/ano	450.390
Gás Natural		
— Reservas	10 ⁶ m ³	2.060.144
— Produção	10 ⁶ m ³ /d	101
— Vida Útil das Reservas	anos	56

Observações:

- b/d: barris por dia.
- Fonte: ARPEL.

mação e comercialização dos produtos.

Venezuela

A Venezuela possui as maiores reservas provadas da América Latina. Os trabalhos exploratórios realizados em 1989 confirmaram descobrimentos de anos anteriores e abriram perspec-

tivas promissoras de novos campos. As reservas provadas alcançaram 59 bilhões de barris de petróleo, ultrapassando as correspondentes da União Soviética²⁷ e passando a ocupar a sexta colocação entre as maiores do

27 58,5 bilhões de barris.

munho, e a primeira fora do Oriente Médio.

Em termos de produção de petróleo, o país é o nono produtor mundial e, na América Latina, ocupa o segundo lugar, superado apenas pelo México.

A Venezuela tem investido em sondagens exploratórias, perfuração, recuperação e estimulação de poços produtores e no desenvolvimento de

técnicas, tais como a perfuração de poços horizontais, a qual permite triplicar a produtividade de cada poço, tudo objetivando alcançar uma produção equivalente a 3,52 milhões de barris diários, em 1995.

A tabela N — “Venezuela, Indicadores da Atividade Petrolífera”, mostra dados referentes a 1989.

Tabela N — Venezuela — Indicadores da Atividade Petrolífera de 1989

Discriminação	Unidade	Quantidade
— Produção Média de Petróleo	b/d	2.015.000
— Reservas de Petróleo	1.000 b/d	59.041.000
— Vida Útil das Reservas	anos	80
— Número de Poços em Produção	um	28.100
— Número de Poços Perfurados	um	213
— Produção de Derivados	b/d	1.565.000
— Consumo		
— Gasolina	b/d	162.000
— Outros Líquidos	b/d	168.000
— Exportações		
— Petróleo Cru	b/d	968.000
— Produtos	b/d	638.000
Gás Natural		
— Reservas	10 ⁶ m ³	2.993.000
— Produção	10 ⁶ m ³ /d	104
— Vida Útil das Reservas	anos	79

Observações:

- b/d: barris por dia.
- Fonte: ARPEL.

Os números referentes à produção²⁸ e ao processamento de petróleo cru²⁹ levam a concluir sobre a estratégia venezuelana quanto à comer-

cialização de petróleo, pois, de cada

28 2.015 milhões de barris/dia.

29 1.565 milhões de barris/dia.

cinco barris produzidos, somente um é comercializado na qualidade de matéria-prima.

Uma das estratégias fundamentais da Venezuela no setor petrolífero é a ampliação da integração ao mercado mundial. A estatal Petróleo da Venezuela S.A., a PDVSA, está associada a empresas privadas nos Estados Unidos e na Europa, facilitando o acesso do petróleo venezuelano a esses importantes centros consumidores.

Coerentes com suas estratégias, a Venezuela opera, associada com empresas privadas locais, três refinarias nos Estados Unidos e oito na Europa que, em 1989, processaram mais de 560.000 barris/dia.

A Venezuela tem investido em tecnologia para manter o mais atualizado possível o setor petrolífero do país, o qual responde por 80% de suas exportações.

Argentina

Desde 1982, a Argentina alcançou níveis de auto-suficiência em produção de petróleo.

Em 1989, principalmente no segundo semestre, quando foram realizadas 68% das exportações petrolíferas do ano, o petróleo e seus derivados passaram ao segundo lugar da pauta de exportação do país, superado apenas pelos produtos siderúrgicos.

Essa situação de exportador foi alcançada, não pelo incremento da atividade produtora do setor, e sim pela contração do mercado interno, devido ao baixo nível de atividade econômica do país, somado a um forte aumento

de tarifas, a partir de 10 de julho de 1989.

A Argentina tem 19 bacias sedimentares identificadas. Cinco são produtoras de petróleo — Cuyana, Neuquina, Golfo San Jorge, Noroeste e Austral. As atividades exploratórias se concentraram nas três primeiras. Apesar de mais de 80 anos de desenvolvimento do setor petrolífero, a Argentina figura como país insuficientemente explorado.

Pelos resultados exploratórios alcançados, a Argentina chega aos anos 90 como um país essencialmente gasífero, ainda que com um bom nível de reservas de petróleo. As reservas de petróleo e de gás natural, considerando a produção atual, têm assegurados 13 e 32 anos, respectivamente, de vida útil.

A tabela O — “Argentina, Produção de Petróleo por Campo Petrolífero”, e a tabela P — “Argentina, Indicadores da Atividade Petrolífera”, apresentam dados referentes a 1989.

A Argentina é muito dependente da energia de origem fóssil. O petróleo e o gás natural contribuíram, respectivamente, com 43,24% e 37,63% de toda a energia consumida em 1989.

A política atual do governo argentino é a desregulamentação do petróleo com a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales — YPF reduzindo o controle sobre as reservas de petróleo e de gás natural e outras atividades do setor, e o conseqüente aumento da participação de empresas privadas, dentro do conceito da livre disponibilidade dos hidrocarbonetos.

Como exemplos de condições de desregulamentações, podem ser cita-

Tabela O — Argentina — Produção de Petróleo por Campo Petrolífero

Empresa Estatal	Nome e ano da descoberta do campo petr.	Prod.	Total	Produção Em 1988 Acumulada	
YPF	Chubut, 1907	2.261	2.325	86.821	1.030.471
	Formosa, 1984	12	14	7.252	8.173
	Jujuy, 1969	9	9	925	61.270
	La Pampa, 1968	198	209	10.410	78.879
	Mendoza, 1932	1.156	1.187	86.443	1.101.537
	Neuquen, 1918	1.160	1.205	77.166	512.722
	Rio Negro, 1960	897	937	42.948	457.217
	Salta, 1928	33	43	9.731	123.185
	Santa Cruz, 1946	3.129	3.274	101.326	1.021.663
	Terra do Fogo, 1959	206	206	15.895	158.271
	ARGENTINA	9.061	9.409	438.917	4.553.394

Observações:

— Produção: — Em 1988 — em barris/dia.

— Acumulada — em 1.000 barris.

— Fonte: International Petroleum Enciclopedia — 1990.

das a livre importação e exportação do petróleo cru e seus derivados; a liberdade de preços para os hidrocarbonetos em todas as suas etapas e a eliminação de normas que inibam a livre concorrência.

Outros países produtores

Uma vez excluídos os quatro principais produtores de petróleo da América Latina — México, Venezuela, Brasil e Argentina — que em conjunto respondem por 85% da produção e por 96% das reservas provadas de petró-

leo, fica evidente a modesta participação dos demais países no setor petrolífero latino-americano.

CONCLUSÃO

Os países da América Latina fazem parte do conjunto de países considerados não desenvolvidos.

O grande objetivo de qualquer país é conseguir alcançar um grau de desenvolvimento, que permita garantir melhores condições de conforto e bem-estar às suas populações, compatíveis com o momento vivido pela humanidade.

Tabela P — Argentina — Indicadores da Atividade Petrolífera de 1989

Discriminação	Unidade	Quantidade
— Produção Média de Petróleo	b/d	448.999
— Reservas de Petróleo	1.000 b/d	2.104.170
— Vida Útil das Reservas	anos	13
— Número de Poços em Produção	um	9.437
— Número de Poços Perfurados	um	748
— Produção de Derivados	b/d	307.639
— Consumo		
— Petróleo Cru	b/d	451.330
— Gasolina	b/d	155.234
— Nafta	m ³ /ano	97.309
— Exportações		
— Petróleo Cru	b/d	11.872
— Produtos	b/d	42.800
Gás Natural		
— Reservas	10 ⁶ m ³	743.925
— Produção	10 ⁶ m ³ /d	66
— Vida Útil das Reservas	anos	31

Observações:

- b/d: barris por dia.
- Fonte: ARPEL.

Os países latino-americanos têm buscado atingir esse auspicioso objetivo, mas as dificuldades para sua consecução são muito grandes. Problemas de diversas ordens interferem negativamente no desenvolvimento regional e, dentre esses, destacam-se os referentes ao setor energético.

Historicamente, está comprovado que a evolução econômica e social dos povos depende de sua principal força impulsionadora, a energia.

A análise da situação energética da

América Latina permite detectar uma série de obstáculos que, se não forem superados, poderão agravar ainda mais a situação sócio-econômica regional. Podem ser destacados problemas na estrutura do consumo e na da oferta de energéticos, problemas do tipo econômico-financeiro, e do tipo tecnológico.

A estrutura do consumo de energia, apesar de ter evoluído favoravelmente nos últimos anos, apresenta uma demanda muito baixa e extremamente

dependente do petróleo. O consumo por habitante da região atinge, aproximadamente, 17% do consumo por habitante dos países desenvolvidos, enquanto o petróleo é responsável por 48,8% dos energéticos consumidos.

A estrutura da oferta de energia apresenta enormes distorções, já que a hidroeletricidade é detentora de 69% das reservas energéticas e contribui com apenas 8% da oferta de energia, o carvão participa com 26% dos recursos e com menos de 3,6% da oferta energética e o petróleo sustenta, aproximadamente, 50% da oferta de energia comercial e detém, apenas, 16% da reserva total de energia.

Um dos problemas mais graves enfrentado hoje pelo setor energético latino-americano é, sem dúvida alguma, do tipo econômico-financeiro. Dentre os aspectos que justificam a preocupação com a questão energética destacam-se o rápido incremento da demanda e os vultosos investimentos que serão necessários para expandir a oferta de energia. Para poder investir pesadamente no setor energético, a América Latina terá que recorrer a financiamentos externos que, nas condições atuais, são sobremodo onerosos e incertos.

Outro obstáculo grave a entrar o desenvolvimento energético da região é do tipo tecnológico. Com algumas exceções, a exploração energética é baseada em tecnologias importadas dos países industrializados e o mercado está sob o controle de empresas multinacionais.

Diversas limitações para desenvolver o potencial tecnológico latino-

americano, tais como o montante gigantesco dos capitais que requer a complexa tecnologia mais avançada, assim como a escassez de recursos humanos qualificados, somados à inexistência de construtores locais de bens de capital para o setor energético, fizeram com que diversos países decidissem pela importação de sistemas de energia dos países industrializados, que não são necessariamente eficientes, quando trasladados para os países latino-americanos.

Da análise das fontes de energia disponíveis, o destaque fica para o mais versátil dos energéticos, o petróleo, e para a hidroeletricidade que, pela magnitude das reservas regionais, permite dizer que a América Latina é o "continente das águas".

A América Latina, em termos líquidos, é exportadora de petróleo e apresenta auto-suficiência por um período de, aproximadamente, 47 anos, mantido o nível de produção atual.

A distribuição das reservas provadas de petróleo se faz de maneira extremamente desequilibrada, pois 91,8% dessas reservas estão sob o domínio territorial de dois países, México e Venezuela. Juntos, eles são responsáveis por 68% da produção de petróleo latino-americana, o que significa um menor comprometimento das respectivas reservas do energético em relação aos demais países da região.

Na maioria dos países da América Latina, o petróleo poderá ser substituído por fontes alternativas para a geração elétrica, principalmente a hidroenergia.

As reservas e o uso de gás natural

estão crescendo na região de forma gradual e as perspectivas futuras são de seu maior aproveitamento.

O carvão mineral aparece como boa opção para substituir o petróleo, tanto no uso elétrico como no não elétrico. Brasil, Colômbia e México detêm as principais reservas do energético.

O urânio não apresenta reservas significativas na América Latina e o uso da energia nuclear deverá manter o aspecto complementar, em termos de geração de energia elétrica. Somente Brasil, Argentina e México possuem reservas de urânio, sendo que destas 85% estão no Brasil. A Argentina utiliza mais significativamente a energia nuclear para a geração elétrica, mas não passa de 14% do total produzido no país.

A hidroenergia é a fonte energética mais bem distribuída pelos países da América Latina, sendo responsável por 69% das reservas totais de energia. A região possui o maior potencial hidroenergético do mundo.

Na América Central, na Zona Andina, no Caribe e no México a energia geotérmica apresenta condições de utilização para a geração elétrica. Nicarágua e El Salvador têm mais de 25% da energia elétrica gerada em instalações geotérmicas.

A bioenergia tenderá a aumentar sua importância no quadro energético regional. A tendência é reduzir a utilização como fonte direta, isto é, como lenha, e ampliar a utilização nas formas derivadas de álcool carburante, carvão vegetal e biogás.

Os problemas destacados e as opções energéticas disponíveis na re-

gião tornam evidente a necessidade de se adotar uma estratégia dirigida, no sentido de reverter a situação da energia regional.

Duas premissas orientam essa estratégia. A primeira diz respeito à importância do petróleo como principal energético latino-americano ainda por longo prazo. A segunda refere-se ao fato de a problemática energética ser integral e não dever ser dividida por fonte de energia, ou considerada independente do desenvolvimento sócio-econômico nacional e regional.

Baseada nessas premissas, a estratégia energética buscará atingir os seguintes objetivos:

- aumentar a oferta de recursos convencionais, com destaque para o petróleo e o carvão mineral;
 - maior aproveitamento das fontes tradicionais de energia, de maneira mais eficiente e racional, de forma a impedir o desflorestamento e outros impactos ambientais;
 - expandir as fontes novas e renováveis de energia, com real destaque para a hidroeletricidade, que se constitui no maior e mais bem distribuído recurso da região. Aproveitar, também, a potencialidade da bioenergia;
 - melhor programação da demanda de energia, objetivando conservar e melhorar a eficiência tanto da produção como do uso final dos energéticos.
- Difícilmente será possível aos países latino-americanos atingirem isoladamente os objetivos propostos por esta estratégia.
- A integração e a cooperação energética entre eles se fazem impositivas para que, com a soma de potenciali-

dades e esforços, seja viabilizada a redução da grande distância, em termos de desenvolvimento sócio-econômico, que os separa dos países industrializados.

Em resumo, diante do panorama energético latino-americano, qualquer que seja a solução deste grave conflito fica o destaque da importância da América Latina no quadro energético mundial, por possuir não só as maiores reservas de hidroenergia do planeta, como também as maiores reservas de petróleo fora do Oriente Médio.

Cabe aos governantes e às elites empresariais latino-americanos encontrar a correta decisão para viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico da região, de modo a possibilitar condições mais dignas de vida, conforto e bem-estar da sua população.

BIBLIOGRAFIA

1. ABDO, José Mário Miranda et alii. *Utilização do Gás Natural de Urucu para Geração de Energia Elétrica na Região Oeste de Amazônia*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 3, pág. 20-9.
2. ARRUDA, José Roberto et alii. *O Setor Elétrico Brasileiro — Uma Idéia de Mudança*, s.n.t., outubro de 1989, 47 páginas.
3. ASISTENCIA RECÍPROCA PETROLERA ESTATAL LATINOAMERICANA — ARPEL, Montevideo. *Libro de Plata*. Buenos Aires, A. L. Morvillo, 1990, 187 páginas.
4. BARBOSA FILHO, Alarcon Lopes & ALVES, Tácito Sampaio. *Interconexão elétrica Venezuela-Brasil*. São Paulo Energia, São Paulo, CESP, (60):20-7, janeiro de 1990.
5. BRASILIENSE, Ronaldo. *Crise no Golfo faz a Petrobrás rever investimento na Amazônia*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1990. Negócios & Finanças, 1º c., pág. 29.
6. BRISTOTI, Anildo & SILVEIRA, Ebersson J.T. *Avaliação da Demanda e Oferta de Madeira, Lenha e Outras Biomassas para os Municípios do Rio Grande do Sul*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 1, págs. 307-14.
7. CARVALHO, Joaquim Francisco de. *Diretrizes para o Planejamento do Setor Nuclear, no Brasil*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 3, págs. 911-16.
8. CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. et alii. *Transmissão da Amazônia: Um Novo Enfoque no Estudo de um Sistema de Transmissão*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 2, págs. 527-36.
9. COMISSION DE INTEGRACION ELECTRICA REGIONAL (CIER), Quito. *Historia, Funcionamiento y Realizaciones de La Comission, Resenas Historicas de los Servicios Publicos de Eletricidad de los Países Miembros*. Quito, novembro de 1989, 348 páginas.
10. COMISSION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE, Chile. *Anuário Estadístico de America Latina y El Caribe. Edición 1989*. Chile, Naciones Unidas, fevereiro de 1990, 770 páginas.
11. CONTRERAS, Edelmira del Aveal & BICALHO, Ronaldo Goulart. *Expansão do Setor Elétrico e Modernização nos Países do Pacto Andino*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 3, págs. 946-54.
12. COUTINHO, Berenice C. de M. et alii. *A energia elétrica na América Latina*. São Paulo Energia, São Paulo, CESP, (61):20-7, fevereiro de 1990.
13. ELECTRIC POWER DEVELOPMENT COMPANY (EPDC). *The Future of Electricity in the Developing Countries*. Tokyo, October 31-November 1, 1989. New York, Robert Panero Associates, janeiro de 1990, 72 páginas.
14. ELETROBRÁS. Grupo Coordenador de Planejamento dos Sistemas Elétricos. *Plano Decenal 1990-1999*. Rio de Janeiro, dezembro de 1989, 55 páginas.
15. _____. *Plano 2010. Relatório Executivo*. Rio de Janeiro, dezembro de 1987, 87 páginas.
16. _____. Diretoria de Operação de Sistemas. Grupo Coordenador para Operação Interligada. *Relatório 1989*. Rio de Janeiro, s.d., 35 páginas.
17. GARCIA S., Marcelo & MOLINA O., Iván. *El Problema Energetico en America Latina*.

- Revista Brasileira de Política Internacional*, (61):20-7, fevereiro de 1990.
18. INFORMATIVO GCPS; GCPS — Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos. Rio de Janeiro, (1), abr/maio/jun. 1989.
19. _____. Rio de Janeiro, (4), jan./fev./mar. 1990.
20. INTERNATIONAL PETROLEUM ENCYCLOPAEDIA — 1990. USA, Pennwell Publishing Co, 1989, 364 páginas.
21. LEUSIN, João Carlos. *O Carvão Mineral Brasileiro como Potencial para a Geração de Energia Elétrica: Uma Abordagem Objetiva com Base na Qualificação das jazidas*. In: V Congresso Brasileiro de Energia. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 1, págs. 116-28.
22. LIMA, Antonio G.C. & WATANABE, Edson H. *Transmissão de Energia em Corrente Contínua Modulada em Alta Tensão (CC-MAT)*. In: V Congresso Brasileiro de Energia. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 2, págs. 537-46.
23. MAGALHÃES, Luiz C. de Almeida. *Uma Visão Energética da América Latina*. In: III Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, outubro de 1984, v. 3, págs. 1334-47.
24. MARGIS, George. *Electricidad Sin Frontera: una nueva realización*; IFA 2000. Montevideo, CIER, 1987.
25. MARINHO JR., Ilmar Penna. *Petróleo: Política e Poder. Um novo choque do petróleo?* Rio de Janeiro, José Olympio, 1989, 55 páginas.
26. OCÁCIA, Gilnei C. et alii. *Sistemas Eólicos Experimentais Demonstrativos no Rio Grande do Sul*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 1, págs. 269-77.
27. ORDONEZ, Ramona. *Petrobrás: produzir mais é a solução*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1990. Economia, pág. 55.
28. ORGANIZACION LATINOAMERICANA DE ENERGIA (OLADE), Quito. *Aprovechamientos Hidroeléctricos Compartidos*. Chile, Naciones Unidas, julho de 1988.
29. _____. *Programa Latinoamericano de Cooperación para Realizar La Evaluación Periódica de Recursos Hidroenergéticos Regionales*. Quito, agosto de 1982.
30. _____. *Programa Latinoamericano de Cooperación Energetica (PLACE)*. Quito, novembro de 1981.
31. _____. *Situación Energetica de America Latina. Informe 1987*. Quito, janeiro de 1988, 168 páginas.
32. OSSANDON, Marcos. *Perspectiva Energetica Mexicana para El Periodo 1990-1994. Carta Semanal del Ministerio de Energia y Minas. Informacion: Petrolera-Petroquímica-Geológica-Minera-Energética*. Caracas, (1608): 18-21, 29 de junho de 1990.
33. _____. *Perspectiva Energetica Mexicana para el Periodo 1990-1994. Lineamientos de Políticas para la Modernización del Sector Energético. Carta Semanal del Ministerio de Energia y Minas. Informacion: Petrolera-Petroquímica-Geológica-Minera-Energética*. Caracas, (1613): 13-9, 13 de agosto de 1990.
34. PASSOS, José Meirelles. *América Latina prepara plano de ação*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1991. Economia, página 45.
35. PEIXOTO, João Batista. *O Desafio da Crise Energética*. Rio de Janeiro, Capemi, 1981, 156 páginas.
36. PETROBRÁS. *Relatório Anual 1989*. Rio de Janeiro, 52 páginas.
37. PINTO JUNIOR, Helder Queiróz. *A Expansão dos Sistemas Elétricos na América Latina: A Restrição Financeira*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 3, pág. 901-10.
38. PRADO, Luiz T. Siqueira et alii. *Demanda de Energia no Brasil 2000*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 3, páginas 946-54.
39. RIBEIRO, Marco A. Kappel. *Integração Energética no Cone Sul*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 3, págs. 1224-31.
40. ROHATGI, Janardan et alii. *Estratégias de Implantação de Turbinas Eólicas na Ilha do Fernando de Noronha*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 1, págs. 269-77.
41. SANTOS, Afonso H. Moreira et alii. *Tecnologia e o Planejamento de Pequenas Centrais Hidroelétricas*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 1, págs. 51-7.
42. TERABE, Kuniaki & NOVICKI, Rubens. *Xisto. Uma Fonte de Óleo, Gás e Outras Matérias-Primas*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ,

novembro de 1990, v. 1, págs. 288-96.

43. TOLMASQUIM, Maurício Tionno. *A Reação Brasileira aos Choques do Petróleo; Uma Estratégia de Crescimento Intensiva em Energia*. In: V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, novembro de 1990, v. 3, págs. 917-26.

44. ZAPPA, Regina et alii. México: mais perto

dos americanos e mais vulnerável. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1990, 1º c., pág. 26.

45. _____. Venezuela: crise do Golfo salva o país da recessão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1990, 1º c., pág. 26.



OSWALDO DE JESUS FERREIRA — Major da Arma de Engenharia do Exército. Possui os cursos regulares de sua arma: AMAN (Turma Sesquicentenário da Independência, 12 de dezembro de 1975), EsAO (1984) e ECEME (1991). Possui ainda o Curso de Operações na Selva Cat — B, no CIGS (1979). Serviu em Unidades de Engenharia de Combate e de Construção e na AMAN. Comandou a 15ª Cia E Cmb em Palmas-PR (janeiro de 1985 a janeiro de 1988). Atualmente, serve no EM CMP/11ª RM.

ENFIM, UMA RECEPCIONISTA QUE ALÉM DE BONITA, TOCA MÚSICA, ATENDE 40 LIGAÇÕES POR MINUTO E SÓ PEDE AUMENTO DE TRABALHO.



O PABX MAX Monytel vem com a exclusiva Recepcionista Digital. Bonita, moderna, ela atende qualquer ligação, mesmo que a telefonista esteja ocupada. Nesse caso, ela pede numa gravação que a pessoa aguarde, enquanto ouve uma música de espera.

Assim que a telefonista desocupar, ela completa a ligação. Não deixe sua empresa perder um negócio por telefone ocupado. Instale o PABX MAX Monytel com exclusiva Recepcionista Digital. Uma linha sempre aberta para um negócio fechado.

MONYTEL
O IMPULSO QUE SUA EMPRESA PRECISA

MONYTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Av. Miguel Frías e Viscondeiros, 1205 - Jaguaré - 03345
São Paulo - SP - Fone: (011) 268-0977
FAX (011) 819-3489 - Telex: (011) 81367



FORÇAS ARMADAS — SOBREVIVER É PRECISO (*)

Eduardo Italo Pesce

Reprodução de matéria publicado no informativo *Resenha* (nº 44 — Dez 92/Jan 93) do Centro de Comunicação Social do Exército, a qual transcreve artigo publicado na revista *Segurança & Defesa*, do Rio de Janeiro, RJ, com a devida permissão do seu editor.

Durante o governo Sarney, as Forças Armadas conseguiram ao menos “manter a cabeça fora d’água”, procurando evitar que a sua já acentuada defasagem tecnológica e militar se tornasse irreversível. Apesar de tais esforços, porém, o nível de operacionalidade das três forças singulares é hoje extremamente baixo. Em nosso País, o planejamento do preparo das Forças Armadas é seriamente prejudicado pela inexistência de uma política de defesa definida e pela ausência de uma ameaça externa ostensiva à nossa segurança, assim como pela crônica falta de recursos.

Após sofrer uma queda substancial na década de 70 (em consequência da política de “máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança” dos governos militares), o orçamento

militar brasileiro ficou abaixo de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB), ao longo da década de 80. No Orçamento Geral da União (OGU) para 1990, o menor dos últimos 40 anos, as despesas militares corresponderam a 0,56% do PIB, incluindo o pagamento do pessoal, e a 0,32% se excluído esse item.

A proposta orçamentária para 1991, a primeira elaborada pelo governo Collor, foi ainda mais austera. Sob tais circunstâncias, as possibilidades de que o orçamento das três forças singulares venha a ser objeto de aumento substancial, no atual quinquênio, é bastante remota. O único alento, no momento, reside na expectativa dos resultados advindos da reunião convocada pelo presidente Itamar Franco com todos os oficiais gerais das três Armas. Nessa reunião, a primeira do tipo convocada

por um presidente da República, serão discutidos as necessidades dos militares e as alternativas de financiamento para os seus programas.

ESTIMATIVA DOS GASTOS

No Brasil, por alegadas razões de segurança, os dados relativos a gastos militares costumam ser divulgados (quando o são) sob forma agregada, enquanto que, na maioria dos países ocidentais, os mesmos são normalmente desagregados em cinco categorias:

1. *Despesas com pessoal*, incluindo o pagamento do pessoal militar e civil (inclusive inativos e pensionistas);

2. *Aquisição de material*, incluindo a compra de equipamento, a sua produção por arsenais e fábricas militares, e o auxílio às empresas do setor (subvenções, empréstimos, financiamentos, etc.);

3. *Operação e manutenção*, incluindo as compras correntes (combustíveis, munição, alimentação, vestuário, etc.), a manutenção e o reparo dos equipamentos, e os custos imobiliários;

4. *Construção de instalações militares*, incluindo quartelamentos, bases e instalações de apoio;

5. *Pesquisa e desenvolvimento (P&D)*, incluindo os projetos desenvolvidos por instituições especializadas militares, ou financiados por recursos militares.

A estimativa dos gastos militares do Brasil não é tarefa fácil, não só pela escassez de dados a respeito, como

também pela dificuldade gerada por uma inflação elevada e por frequentes mudanças no padrão monetário. Além disso, não há propriamente um "orçamento de defesa", pois — na ausência de um Ministério da Defesa — os recursos do setor são alocados a diversas rubricas orçamentárias. O total divulgado dos gastos militares para 1990 (dos quais cerca de 43% correspondem às despesas com pessoal e 57% às demais despesas) é provavelmente o resultado da soma dos orçamentos dos três ministérios militares (Marinha, Exército e Aeronáutica), do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), do Gabinete Militar da Presidência da República (que acumula as funções de Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional), da Justiça Militar e do Ministério Público Militar. Sob o ponto de vista formal, a Secretaria de Assuntos Estratégicos é um órgão político, o qual não integra o Poder Militar.

CUSTOS CRESCENTES

Para avaliar corretamente o nível de gastos militares de um país, é necessário compará-lo com os de outros países da mesma área, uma vez que o poder militar é sempre relativo. O orçamento de defesa resulta da interação de diferentes fatores — tais como riqueza nacional (expressa numericamente pelo PIB), a percepção da ameaça e da adequação dos meios de defesa existentes, a influência de aliados poderosos, e os costumes e hábitos nacionais — que contribuem para elevar ou reduzir a porcentagem do

PIB que é gasta com as Forças Armadas.

Outro fator a ser considerado é o custo crescente dos equipamentos de defesa. O fenômeno do "multiplicador dos 6%" já foi praticamente incorporado à técnica de previsão orçamentária para defesa, em países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Segundo essa lei empírica, o aumento real de custo (descontados os efeitos da inflação) entre uma geração de equipamento militar e a seguinte é, em média, de aproximadamente 6% ao ano. Se denominarmos de "C" o custo, a preços atuais, de determinado equipamento, e de "R" o custo de sua substituição (em moeda constante, após "n" anos) por equipamento equivalente, capaz de desempenhar a mesma missão num ambiente mais moderno, teremos $R = C \times 1,06^n$. Em alguns casos, o fenômeno descrito ocorre de forma ainda mais drástica. O aumento real do custo de aquisição de novas belonaves, por exemplo, é de 8 a 11% ao ano. Tal custo corresponde a 25% do custo total de vida útil ao longo de 25 anos, enquanto que o custo de operação e manutenção (incluindo a guarnição) corresponde a cerca de 66% do mesmo total.

Como os custos dos equipamentos militares praticamente dobram a cada dez anos, as Forças Armadas da maioria dos países têm dificuldade em substituir o material antigo (especialmente o de maior custo), optando pela repotencialização dos meios existentes. Se os recursos destinados ao reaparelhamento não acompanharem a evo-

lução dos custos do material de defesa, as Forças Armadas entrarão num processo de obsolescência em bloco, como ocorre atualmente no Brasil.

Em termos simplistas, a parcela do orçamento militar destinada à aquisição de material deveria crescer à taxa média de 6% ao ano (em termos reais). Entretanto, se a relação custo/desempenho dos sistemas de armas é expressa por uma curva do tipo exponencial, a relação custo-eficácia é expressa por uma curva bastante inferior, o custo é mínimo mas a eficácia é quase nula; por outro lado, no trecho superior, um pequeno aumento de eficácia implica em grande custo adicional. Uma correta avaliação dos requisitos operativos — tendo em vista as tarefas, ameaças e cenários previstos — permite otimizar a relação custo/eficácia dos meios, maximizando o retorno dos recursos investidos no seu desenvolvimento e rompendo o impasse causado pelo "multiplicador de 6%".

AMEAÇA EXTERNA

A obsolescência dos três cenários tradicionais (a confrontação Leste-Oeste, a guerra revolucionária e o conflito regional) nos quais se baseava a estratégia militar brasileira criou para as Forças Armadas uma situação insólita: a ausência de uma ameaça externa ostensiva que pudesse orientar seu preparo. Entretanto, as crises no Golfo Pérsico, com a invasão do Kuwait pelo Iraque e, agora, o recrudescimento da agressividade desse último país, vêm demonstrar na prática que a concretização de uma ameaça, nos dias atuais,

pode ocorrer num prazo extremamente curto, ou mesmo sem que haja nenhuma manifestação prévia. A crise que envolveu Argentina e Grã-Bretanha, há mais de 10 anos, num conflito pela posse das Ilhas Malvinas, também pode ser citada com exemplo de como uma crise nas relações entre nações pode se desenvolver rapidamente, levando inclusive à guerra. No caso em questão, os analistas internacionais jamais poderiam conceber um confronto entre as duas nações, pois a própria Argentina era cliente tradicional da indústria bélica britânica, o que acabou criando sérios problemas logísticos para as próprias Forças Armadas Argentinas.

CRISE AUMENTOU NOS ANOS 80

No início dos anos 80, o Brasil era reconhecidamente uma potência média com interesses mundiais, e a decadência dos últimos dez anos não foi suficiente para alterar tal fato. Nosso país, porém, encontra-se inteiramente defasado no campo militar, pois os limitados meios de dissuasão bélica de que hoje dispõe são incompatíveis com a atual amplitude de seus interesses externos.

Em caso de conflito, a proteção de nossos interesses vitais (inclusive a vida e a segurança de vossos cidadãos), em áreas distantes como o Golfo Pérsico, depende unicamente da diplomacia do Itamaraty e da boa vontade de outrem, uma vez que nosso Poder Militar não tem capacidade para se projetar muito além de nossas fronteiras — exceto em

cooperação ou sob mandato internacional, a serviço da ONU (e mesmo assim poderíamos somente fornecer o contingente de tropa e um mínimo de equipamento, ficando qualquer força expedicionária que enviássemos a um teatro distante na dependência de apoio logístico das grandes potências participantes da operação).

Em termos relativos (e sob muitos aspectos, como blindados modernos e mísseis antiaéreos, até em termos absolutos), o Brasil é um país muito menos armado do que o pequeno Kuwait.

Por outro lado, o Iraque possui mais armamentos modernos (inclusive alguns de fabricação brasileira) que todos os países da América do Sul reunidos.

Devido à sua posição excêntrica (distante dos centros de poder, situados no Hemisfério Norte), a América do Sul tem sido um continente "marginalizado" sob o ponto de vista estratégico. Entretanto, episódios como o das Malvinas/Falklands, em 1982, reforçam a tese de que as guerras atuais dificilmente podem ser previstas, e trazem à luz o despreparo de países como o Brasil para enfrentar emergências de tal natureza. Além disso, à medida que se ampliarem os interesses externos do País (o que só não ocorrerá no caso de uma hecatombe política e econômica), crescerá a possibilidade de que estes venham a entrar em choque com os de outros países — os quais poderão sentir-se tentados a tirar vantagens de nossa fraqueza militar.

PREPARO MILITAR

A ausência de ameaça percebida —

além de possibilitar um nível extremamente baixo de gastos militares — resultou no “desemprego institucional” de nossas Forças Armadas, chegando mesmo a produzir uma grave crise existencial, capaz de transformá-las num organismo burocrático destituído de função. Nossa política externa ainda não despertou para a dura realidade do poder na conduta das relações entre Estados soberanos, e o Brasil tampouco dispõe de uma política de defesa que efetivamente contemple a preservação de seus interesses.

A crise de nosso preparo militar deve ser analisada no contexto da grave crise política, econômica, social e moral por que passa a Nação. Seria ingênuo acreditar que um país não plenamente desenvolvido, como o Brasil, pudesse produzir um poder militar com características semelhantes ao de potência média cujo desenvolvimento foi anterior ao nosso, e cujo padrão de vida é bem mais elevado. Apesar disso, porém, nossas Forças Armadas já atingiram um nível razoável de profissionalismo, e devem esforçar-se para elevá-lo mais ainda. Em contrapartida, as lideranças políticas não podem continuar a se omitir em relação aos assuntos de defesa, sob o pretexto de que “o povo não come canhões”. Assim como a possibilidade de um incêndio faz surgir a necessidade de se manter o Corpo de Bombeiros, o fato de que guerras ou crises internacionais não podem ser previstas é que faz surgir a necessidade da manutenção de Forças Armadas bem equipadas e adestradas.

Sem dúvida, as Forças Armadas e

o Serviço Diplomático são os atores mais visíveis das relações interestatais. A deterioração de qualquer um deles, portanto, poderá ser percebida como um sinal externo da deterioração de um Estado soberano. De acordo com o Artigo 142 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares. Portanto, sua manutenção exige dotações orçamentárias adequadas ao cumprimento de sua destinação principal de defesa do país contra ameaças e agressões externas. O sucateamento das Forças Armadas equivale a transformá-las numa milícia de segurança interna, sem capacidade de atuar num conflito militar clássico. Ironicamente, isso é exatamente o que os senhores constituintes tanto se empenharam em evitar...

A superação do despreparo militar não pode ter maior prioridade que a superação da crise por que passa o Brasil. Entretanto, os programas militares já iniciados não devem ser interrompidos, sob pena de serem desperdiçados os recursos públicos já investidos. Convenhamos que o aperto orçamentário das três forças já atingiu seu limite. É preciso conter e, a médio prazo, reverter o processo que um oficial-general de nossa Marinha já qualificou de “uma caminhada suicida para a extinção das Forças Armadas”.

Não tocaremos aqui no problema da indústria nacional de defesa. Basta apenas observar que, durante a última década, o comércio de armas ocupou um lugar de considerável destaque em nossa pauta de exportações, o que le-

vou nossa indústria de defesa a tornar-se dependente de mercados externos situados, muitas vezes, em áreas de tensão (principalmente no Oriente Médio). Tal dependência contribuiu para aumentar a defasagem entre a limitada capacidade militar do país e a amplitude dos interesses e objetivos a proteger. O envolvimento militar (via indústria de defesa) do Brasil em áreas fora do alcance de atuação de suas Forças Armadas coloca o país em situação extremamente vulnerável, no caso de um conflito internacional. A crise do Golfo Pérsico, com suas conseqüências para o Brasil, apenas veio confirmar tal fato.

CONCLUSÃO

A fim de defender sua soberania e seus interesses, o Brasil necessita de um poder militar compatível com seu grau de desenvolvimento. A solução de tal problema passa por um “enxu-

gamento” da máquina federal, para permitir uma melhor racionalização dos recursos. A diminuição do número de Ministérios é apenas uma das medidas para que isso aconteça — outras se fazem necessárias, até que se chegue a um ponto em que o Governo Federal possa se concentrar nas atribuições que são realmente suas — entre elas as Forças Armadas. Apenas um Governo austero pode exigir austeridade de suas Forças Armadas.

Para alguns, pode parecer antipático dizer que as necessidades operativas devem ter prioridade sobre as atividades subsidiárias — mas é assim que tem que ser. Existam ou não ameaças externas reais ou potenciais, o reequipamento e os mecanismos de integração das Forças Armadas devem ser desenvolvidos em tempo de paz, pois seria muito mais penoso desenvolvê-los sob a pressão resultante da conduta de operações de guerra.

EDUARDO ÍTALO PESCE é analista político e militar, e um dos redatores da revista Segurança & Defesa.



INFORMAÇÕES

SESQUICENTENÁRIO DA PACIFICAÇÃO DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS POR CAXIAS

Com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, o Brasil viveu uma fase anárquica e turbulenta, marcada por motins, revoltas e revoluções, que só tiveram fim 14 anos mais tarde, com a pacificação da Revolução Farroupilha por Caxias, em Ponche Verde.

Foi esse o ato que significou a pacificação da família brasileira e a preservação da unidade nacional seriamente, ameaçada desde 1831. Nem a Maioridade de Pedro II, em 1840, conseguiu reunificar a família brasileira, agitada pelo sonho de Federação e República, estimulado pelo Ato Adicional de 21 de agosto de 1834, que deu maior autonomia às províncias e fez, do Brasil, uma monarquia federativa.

O Exército foi muito perseguido e prejudicado depois de 7 de abril. Sutilmente afastado das cidades para "a defesa das fronteiras e do litoral", passou a sofrer a concorrência da Guarda Nacional e das Polícias Militares então criadas. Em realidade, ele foi alvo do maior esforço de erradicação de toda a sua história. Para constatá-lo basta ler-se o inuspeito *Em busca de identidade — O Exército e a Sociedade Brasileira* (Rio, Forense, 1980, de Eduardo Campos) leitura indispensável a todo o oficial do Exército.

Na época, as fortalezas e unidades de fronteira tiveram seus efetivos reduzidíssimos. Oficiais estrangeiros que haviam lutado no Exército por nossa independência, integridade e soberania, de 1822-31, foram dispensados, inclusive o mais tarde marechal Mallet, atual patrono da Artilharia.

Essas perseguições e injustiças geraram revoltas, motins e quarteladas por todo o Brasil. No Rio, para contê-las, recorreu-se ao Batalhão Sa-

grado, só de oficiais, e do qual o futuro Duque de Caxias foi o subcomandante.

A Farroupilha foi também uma revolta da maior guarnição do Exército, depois da do Rio, em aliança com a Guarda Nacional e forças econômicas (fazendeiros e charqueadores), como protesto às discriminações feitas ao Exército e seus membros, e sobre as quais a História tem silenciado.

Os líderes militares dessa Revolução saíram de comandos de unidades do Exército: Bento Gonçalves, Bento Manuel, José Mariano de Mattos, João Manoel de Lima e Silva (tio de Caxias) etc.

De 1831 a 1842, haviam ocorrido as seguintes revoluções: Cabanagem (PA, PE e AL), Farroupilha (RS e SC), Sabinada (BA), Balaiada (MA), e as de São Paulo e Minas.

As três últimas, mais a Farroupilha, foram pacificadas por Caxias o que lhe valeu o honroso e singular título, com que foi consagrado pela História: *O Pacificador*.

Em 1842, disputas acirradas entre conservadores e liberais, em Minas (Ouro Preto, Barbacena, São João del Rei etc.), atingiram altíssima temperatura, bem como em São Paulo (Sorocaba, Itu, Porto Feliz, Faxina, Capivari e Curitiba etc.). Os liberais visualizaram a derrubada do Gabinete de Ministros Conservador, sob o argumento de verem nele indícios de autoritarismo, pelas leis que criaram o Conselho de Estado, reformaram o Código Penal, as chefias de Polícia nas províncias e no ato que dissolveu a Assembleia Geral. Então, os liberais paulistas e mineiros concitaram o povo a pegar em armas. E a trama revolucionária teve curso no Brasil através da sociedade secreta Clube dos Patriarcas Invisíveis. Em São Paulo o pretexto foi a substituição do Presidente da Província Rafael Tobias de Aguiar, a manutenção do comandante-das-armas, e o adiamento

da abertura das câmaras legislativas.

E São Paulo e Minas foram à revolução.

A PACIFICAÇÃO DE SÃO PAULO

Em 17 de maio de 1842, estourou a revolução em Sorocaba, cuja Câmara proclamou Tobias de Aguiar e o ex-regente Padre Feijó, respectivamente presidente e vice-presidente interinos de São Paulo. Declararam lealdade a D. Pedro II e ao absolutista e oligárquico Gabinete de Ministros.

O objetivo militar era um ataque à capital São Paulo, para depor o Presidente que substituíra Tobias de Aguiar, e teve início a mobilização militar liberal.

A Corte agiu rápido, nomeando o Barão de Caxias, que acabara de pacificar o Maranhão, com carta branca para pacificar São Paulo.

Caxias, com 400 homens, desembarcou em Santos. Cerrou logo para a capital, alvo dos revolucionários, onde chegou em 22 de maio. Ali ocupou Mogi das Cruzes, organizou a defesa da capital e bloqueou a ponte de Pinheiros que lhe dava acesso. Isolou, nas regiões de Itararé Lorena, Guaratinguetá e Resende, os revolucionários dos apoios possíveis do Rio Grande, Minas e Rio de Janeiro. A elas foram incorporadas, de 18 a 29 de agosto, as localidades paulistas de Guará, Lorena, Cunha, Queluz, Silveiras, Arcaçás e Bananal.

Os revolucionários perderam tempo e não atacaram São Paulo, dando a Caxias a iniciativa. Em dois ataques sucessivos obrigou-os a se retirarem para longe, perseguindo-os na direção São Paulo—Campinas.

Em 7 de junho deu-se o combate de Venda Grande, no qual os revolucionários, com superioridade numérica, foram surpreendidos e batidos, o que abriu caminho para Caxias investir Sorocaba, onde entrou vitorioso em 20 de junho. Não tendo encontrado Tobias de Aguiar, que buscou a proteção dos farroupilhas, encontrou no comando da resistência o padre Feijó, que tentou, sem êxito, negociar em condições privilegiadas. Foi preso, com todo o respeito, e afastado de São Paulo para o Espírito Santo.

Em 20 de maio, Caxias mandava carta ao comandante militar dos revolucionários nos seguintes termos, na tentativa de evitar a sorte das armas:

"Que pretende? Quer V.S. empunhar as ar-

mas contra o governo legítimo de nosso Imperador? Não o creio, porque o conheço de muito tempo, sempre trilhando o caminho do dever e da honra... Acabo de chegar da Corte munido de autoridade para tudo aplanar. Não tenho sede de sangue de meus patrícios, porém não deixarei de cumprir meus deveres como militar. Ainda é tempo, não ensanguentemos o solo que nos viu nascer e não acendamos a guerra civil nesta bela província, para não a vermos reduzida ao estado da do Rio Grande de São Pedro do Sul e sua vizinha. Responda-me e não se deixe fascinar por vinganças alheias."

Não atendido em seu apelo, Caxias teve de cumprir seu dever.

Antes de retornar ao Rio, e ainda em São Paulo, em 5 de julho, Caxias escreveu à esposa.

"Meu bem. Hontem te escrevi uma carta por intermédio do Ministro da Guerra remetendo-te 200 mil réis para fazeres um vestido muito bonito com que devemos ir ao primeiro baile que houver aí no Rio depois de minha chegada... Beijos às nossas filhas. Teu Luiz."

Segundo Vilhena de Moraes, a quantia enviada para o vestido equivalia a um mês de gratificação de Caxias correspondente ao comando que recebera.

Em 13 de julho, quando retornava ao Rio, em Guaratinguetá, Caxias soube de sua nomeação para pacificar Minas Gerais, e com carta branca, como o fizera em São Paulo.

A PACIFICAÇÃO DE MINAS GERAIS

Em 10 de junho, três dias depois da vitória de Caxias em Venda Grande (São Paulo), estourou a revolta de Barbacena, cuja câmara aclamou presidente interino de Minas ao coronel José Feliciano, futuro barão de Cocais. Os motivos foram os mesmos que determinaram a revolta de Sorocaba.

O presidente interino tomou diversas medidas administrativas. Várias cidades aderiram à revolução e muitas outras não. A Corte, temerosa de que o movimento se generalizasse pelo Brasil, tomou as seguintes providências: desarticulou a possibilidade de revolta no Rio, pela adoção do estado-de-sítio; convocou guardas nacionais da reserva, em licença e férias e os funcionários públicos em disponibilidade; tornou obrigatório o salvo conduto para viagens em Minas; ordenou a prisão dos líderes do Partido Liberal, e direcionou, para Minas, os guardas nacionais que con-

seguir mobilizar, bem como algumas unidades do Exército.

Os revolucionários tiveram pronta adesão de São João del Rei, Queluz (Conselheiro Lafaiete) e outras cidades do Sul de Minas ou ao norte e leste de Ouro Preto.

Ouro Preto resistiu à revolução sob a liderança do presidente legal Bernardo Veiga, que bateu os revolucionários em Mendanha (23 de junho) e Presídio (25 de junho), o que estimulou a reação à revolução. Apesar disso, porém, os revolucionários já dominavam a parte mais populosa de Minas e as comunicações com o Rio de Janeiro, e fortificaram-se em Queluz (Conselheiro Lafaiete), fazendo de São João del Rei a sua capital. Aí decidiram que conquistariam Ouro Preto com forças de Bnependi, São João del Rei e Barbacena, após se unirem ao forte das forças revolucionárias em Cataguases. O conhecimento da pacificação de São Paulo provocou a diminuição da euforia inicial, mas a vitória que obtiveram em Queluz (Conselheiro Lafaiete), em 26 de julho, acendeu a chama revolucionária.

Caxias chegou a Ouro Preto, em 6 de agosto, para pacificar Minas. Sua fama fez os revolucionários desistirem de atacar Ouro Preto e a evacuem Queluz. Divergências começaram a dividir os revolucionários, que se dirigiram para o oeste e conquistaram, com pouca luta, Sabará, em 13 de agosto. Aí procuraram negociar uma rendição condicional que não foi aceita. Inseguros, procuraram concentrar-se no arraial de Santa Luzia, que proporcionava, por sua posição numa serra, comandamento de vistas e tiros sobre os seus acessos, além de apoiar um de seus flancos no rio das Velhas. Em 20 de agosto, teve lugar o memorável combate de Santa Luzia, vencido com dificuldades pelas forças legais, que ali fizeram frente a 3.300 revolucionários que souberam tirar grande partido tático das excelentes condições defensivas oferecidas pelo terreno.

Com a vitória de Caxias em Santa Luzia teve fim a revolta de Barbacena, que durou 2 meses e 10 dias, e que causou sérias preocupações à Corte por sua maior consistência militar.

Caxias entrou, vitorioso e aclamadíssimo, em Ouro Preto em 1º de setembro tendo, em 29 de agosto, sido promovido a marechal-de-campo graduado (atualmente general-de-divisão) com 39 anos de idade. Dois meses após, em 2 de novembro, assumia, no Rio Grande do Sul, a Presidência e o Comando das Armas para pacificá-la. A

pacificação aconteceria em 1º de março de 1845, com a Paz de Ponche Verde, assunto objeto de nosso livro *O Exército farrapo e os seus chefes*, que consta do editorial da Biblioteca do Exército para este ano, e no qual a ação pacificadora de Caxias é minuciosamente analisada.

As pacificações do Maranhão, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul prepararam Caxias, providencialmente, para que ele conduzisse os brasileiros à vitória nas guerras externas contra Oribe e Rosas (1851-52) e contra o Paraguai (1866-68).

Caxias deixou, para a História Militar mundial, um exemplo magnífico de como conduzir campanhas militares contra patrícios divergentes. Em suas campanhas de pacificação viu, nos adversários, irmãos rebelados e não inimigos. O líder, Miguel Frias, de uma revolução no Rio que ele pacificou, foi o seu chefe de estado-maior na Revolução Farroupilha. José Mariano de Matos, Ministro da Guerra Farrapo foi o seu chefe de estado-maior na guerra contra Oribe e Rosas. Eis aí parte da explicação de sua maior característica segundo Taunay — "A simplicidade na grandeza".

Cláudio Moreira Bento

Sócio Efetivo do IHGB e Benemérito do IGHMB

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE 93 — LIÇÕES DE ARTE MILITAR E DE ÉTICA

Em 1993, transcorre o centenário da Revolução Federalista (1893-95). Travada entre civis republicanos e federalistas, ela enlutou e ensanguentou milhares de lares riograndenses, catarinenses e paranaenses, pelas atrocidades praticadas por ambos contendores, principalmente contra prisioneiros inermes.

É revolução, ou guerra civil, para ser refletida pelos soldados profissionais do Brasil, do presente e do futuro, porque dela se extraem preciosas lições da arte e da ética militar.

LIÇÕES DE ARTE MILITAR

Todas as lutas armadas, desde o descobrimento do Brasil, que envolveram o emprego da força terrestre pertencem ao patrimônio cultural mili-

tar terrestre do povo brasileiro, de que o Exército é depositário. É patrimônio rico em soluções logísticas, táticas e estratégicas para serem usadas no desenvolvimento da doutrina do Exército, no tocante a sua ciência e arte militar, propiciando-lhes progressivos índices de nacionalização, por reciclagem. É assim que procede o exército dos EUA, após análise de sua História. Esse propósito foi, aliás, manifestado pelo Duque de Caxias, em 1862, ao adotar as Ordenanças de Portugal, com adaptações às realidades operacionais brasileiras absorvidas nas campanhas vitoriosas que ele comandara, de 1838 a 1852, até que se possuisse "uma doutrina militar genuinamente nossa", conforme enfatizou. Foi com esse corpo de doutrina que, basicamente, o Brasil lutou e venceu na Guerra do Paraguai (1865-70).

A Revolução de 93 não foge a essa regra.

Alguém afirmou que a doutrina militar é extremamente dinâmica e que, de permanente, apresenta apenas sua constante mudança e o homem, nas dimensões de líder e combatente.

A liderança militar é um dos mais importantes elementos do poder militar. Na Revolução Federalista, do lado republicano, entre muitos exemplos de liderança, cabe ressaltar a do general Ernesto Gomes Carneiro, e, do lado federalista, a do general Gumersindo Saraiva. Esses dois generais tiveram papel decisivo nos rumos da revolução, no tocante às operações, pelas excepcionais qualidades de liderança que revelaram, sublimando algumas virtudes militares, como a coragem, a bravura, o devotamento, e o desprendimento. São eles exemplos para o estudo crítico da liderança militar em qualquer tempo, conforme procuraremos mostrar nos tópicos seguintes.

Coronel do Exército Ernesto Gomes Carneiro

Na épica resistência que comandou na Lapa-PR, de 14 de janeiro a 12 de fevereiro de 1894, submetida a cerco federalista, comportou-se com tal valor, pertinácia, bravura e coragem que escreveu uma das mais belas páginas da História Militar do Brasil, e que encheria de orgulho seu sogro, o intrépido e legendário general Tibúrcio, da Guerra do Paraguai.

Gomes Carneiro foi determinado e fiel à missão. Preocupou-se em preparar seus soldados para a luta, levantar-lhes o moral. Esteve sempre à frente dos acontecimentos. Não se deixou influenciar por boatos alarmistas. Revelou coragem fí-

sica e moral. Foi perseverante, enérgico e prudente. Demonstrou entusiasmo e espírito de sacrifício contagiantes. Ferido mortalmente repetia a caminho da instalação de saúde: "É uma honra morrer-se pela causa sacrosanta da República." Seus soldados vendo-o passar muito pálido bradavam: "Viva a República!" Ele havia resistido 32 dias na Lapa, após bem cumprir uma autêntica "mensagem a Garcia" recebida de Floriano Peixoto, qual seja a de organizar e manter a Tranqueira da Lapa para impedir o avanço federalista. Somente sua morte fez cessar a resistência, compatível porém para o Governo organizar uma resistência intransponível, em Itararé. Floriano Peixoto, ao saber da morte de Gomes Carneiro, exclamou: "Então a Lapa caiu!"

O herói é estudado por J.B. Magalhães em *Consolidação da República* (Rio, Bibliex, 1977).

General Gumersindo Saraiva

O líder operacional federalista revelou coragem física e moral, energia, espírito de renúncia, e de sacrifício, audácia e afetividade aos seus homens que, em conjunto, denominava "o meu cardume". A *História do Exército Brasileiro*, Rio, EME, 1982, assim se refere ao nosso, *Napoleão dos Pampas*: "Audaz e intrépido guerrilheiro que, na sua grandeza d'alma, tinha o mais elevado conceito de cavalheirismo. Era este o seu segredo e onde residia a sua força que eletrizava multidões, fascinando o seu bravo adversário. E, assim como execrava a traição, mesmo dos inimigos, era um feticista da bravura, da magnanimidade e do altruismo."

Foi ele o maior líder de combate federalista no sentido técnico militar. Pois ele conduziu sua tropa na épica marcha de 2.500km, de 5 de fevereiro de 1893 a 10 de agosto de 1894, data de sua morte em Carovi, através dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, enfrentando toda a sorte de dificuldades e privações, alimentando-a de pinhões, padecendo frio e fome e com muitos dos seus desarmados e desmontados. Para melhor apreciar sua liderança consulte-se *Voluntários do Martírio*, do Dr. Angelo Dou-rado, que o acompanhou na façanha.

O combatente de 93 foi fundamentalmente o gaúcho. Ele, segundo a ECEME, revelou-se sensível às seguintes qualidades dos seus líderes: coragem física e moral, entusiasmo e afetividade. Em ação, o combatente de 93 revelou-se audaz,

corajoso, bravo, rústico, sentimental e com grande capacidade de sofrer privações e de adaptação às novas circunstâncias, além de belicoso e muito violento na represália. No último caso, segundo alguns estudiosos, houve influência da presença, entre os federalistas, de gaúchos uruguaios acostumados à prática de degolamentos de inimigos em seu país. Por essa razão, quando caíam em mãos dos republicanos, muitas vezes eram degolados, após revelar suas nacionalidades, ao repetirem, com indistigável sotaque uruguio, por ordem de seus captores, as palavras "pauzinho" e "quero quero".

Assim, essa revolução demonstrou que o combatente brasileiro normalmente tolerante, generoso e humano para com o prisioneiro inerte, pôde se modificar e aceitar a luta no nível em que ela foi direcionada. Mais uma vez foi uma guerra à gaúcha, modalidade desenvolvida no Rio Grande, desde as invasões espanholas de 1763 e 1774. Ou seja, a guerra sempre móvel, em razão campanha, a base de Cavalaria, marcada por entreveros e desengajamentos rápidos, com efetivos pequenos e tendo, como acidentes capitais, os passos dos rios, os rincões para as cavalcadas e boiadas pastarem e serem protegidas, para não caírem em mãos dos adversários e, assim, imobilizar uma facção, além de a privarem do gado como alimento autotransportável.

Foi a estratégia que Caxias usou, fundamentalmente, para vencer a Revolução Farroupilha. Pois ele aplicou-se em reduzir gradativamente a mobilidade dos farrapos, o que conseguiu, ao capturar suas invernadas e fechar a fronteira à entrada de cavalos vindos da Argentina e Uruguai, além de melhorar sensivelmente a sua remonta com depósitos em Rio Grande, Rio Pardo e Passo do Rosário.

A guerra à gaúcha tirava o máximo partido da manobra e da surpresa, do que resultava um bom grau de segurança. O sistema de apoio logístico foi precário e à base de recursos locais. Foi excepcional o uso de canhões pelos republicanos e os federalistas não usaram os *krupp* que capturaram na Lapa, abandonados na retirada.

Houve bons exemplos de defesa de localidades no cerco de Bagé (24 de novembro de 1893 a 8 de janeiro de 1894) por 77 dias; da Lapa (14 de janeiro a 12 de fevereiro de 1894) por 32 dias; Palmeira das Missões (9 a 18 de junho de 1895) por 9 dias e o assédio de Santana (20 de fevereiro a 17 de março de 1893) por 27 dias.

Confirmaram-se, mais uma vez, os caminhos históricos de invasão ao Rio Grande: as linhas secas que incidem sobre Bagé e Santana. Enfim a Revolução de 93 encerra preciosos ensinamentos para o Exército Brasileiro, na linha de pensamento do marechal Ferdinand Foch, que saiu de instrutor de História Militar da Escola Superior de Guerra da França para comandar a vitória aliada na 1ª Guerra Mundial: "Para alimentar o cérebro de um Exército na paz é melhor prepará-lo para a eventualidade de uma guerra; não existe livro mais fecundo em meditações do que o de História Militar."

LIÇÕES DE ÉTICA MILITAR

Nesta revolução, em nome da liberdade, civis federalistas e republicanos colocaram de lado a ciência militar, no tocante ao trato de prisioneiros e à humanidade, e se bateram com violência inaudita, radicalismo político, praticaram vinganças terríveis e usaram largamente o degolamento de prisioneiros inermes. Assim ocorreu em 28 de novembro de 1893, no Sítio do Rio Negro, em Bagé, onde os federalistas degolaram os prisioneiros civis que constituíam um corpo provisório ao comando do coronel Manoel Pedrosa de Piratini. Assim ocorreu, também, no degolamento em massa de federalistas por republicanos, em 5 de abril de 1894, no Capão do Boi Preto, em Palmeira das Missões. São, literalmente, dois pontos negros, ou pretos, a mancharem a memória da Região Sul, que se foram apagando, ao se concentrar a expiação por esses tristes eventos num homem de cor, o coronel Adão de La Torre. Adão de La Torre está passando mistificado à história, como uma espécie de degolador mór e símbolo de todos os excessos, como se agisse por livre iniciativa. É ele o único candidato, até agora, a um simbólico "Tribunal de Nuremberg" desta revolução, que o Tribunal da História de futuras gerações descomprometidas com os fatos, irá julgar e condenar, bem assim os historiadores que, determinadamente, decidiram esquecê-la ou a esconder sobre ela distorcendo-a, por envolvimento indireto.

A Revolução de 93 foi um banho de sangue fratricida, o maior de nossas lutas civis e maior que os ocorridos em nossas guerras externas. Por ironia dos destinos, seus líderes políticos, filosoficamente pacifistas, Gaspar Silveira Martins por convicção liberal, além de estudioso de História

Militar Européia, e Júlio de Castilhos, por convicção positivista, como expressivo apóstolo entre nós da Religião da Humanidade, não puderam evitar a violência inaudita da revolução e colocar limite nas bestialidades e infâmias praticadas pelos contendores. Historiadores têm se recusado mencioná-la e até estudá-la e, assim, condená-la ao esquecimento. Mas esse episódio merece ser aprofundado e estudado, tão logo se consiga fazê-lo com isenção, o que ainda não é possível, e para que se dê consequência à afirmação de Engel e, depois, de Santaiana, de que "povo que não conhece a sua História corre o risco de repeti-la." Por essa razão, é elogiável o esforço da URCAMP de Bagé, que promoveu dois seminários sobre o assunto e editou 2 volumes contendo seus resultados sob o título: *Fontes para a História da Revolução de 93* (Bagé, URCAMP, 1990 e 1991).

A Revolução de 93 tem sido classificada, por uns, como a Revolução de Bárbaros ou Revolução Maldita, ao contrário da posterior, a de 23, chamada Revolução de Cavalheiros, e da anterior, a Revolução Farroupilha, inspirada em 2 amores-perfeitos, simbologia maçônica, inscritos nos ângulos agudos do losango do brasão farrapo, hoje do Rio Grande. Ele simboliza "Firmeza e Doçura" e assim é traduzido, conforme nosso *História dos Símbolos do RGS* (Recife, UFRPE, 1971). A Firmeza é traduzida, em combate, por determinação e vontade férrea de lutar e vencer. A Doçura por respeito, como religião à vida, à honra, à família, à propriedade e aos direitos humanos dos prisioneiros.

Em 93 houve "estupros, castrações, mutilações de vivos e mortos, carne humana jogada aos cães e gatos, mulheres e crianças caçadas à bala, degolas em profusão", além de outros absurdos registrados pelo citado Angelo Dourado. Já os líderes farrapos foram pródigos de exemplos de Firmeza e Doçura em combate. Bento Gonçalves abdicou da vitória, em São José do Norte, ao preço de vidas de crianças, mulheres e velhos inocen-

tes. Seu adversário reconhecido mandou mensageiros ao seu encaço com remédios para socorrer seus feridos. O general Neto comovido com a bravura do defensor imperial de Triunfo, que morreu em ação, colocou o seu esquife em local de destaque e fez sua tropa desfilar em continência ao bravo adversário. O coronel Teixeira Nunes, após vencer em Santa Vitória, na fronteira Rio Grande-Santa Catarina, surpreendeu os prisioneiros com esta ordem — "Estão livres, voltem para suas casas para cuidarem de suas famílias!" Gestos como estes de cavalheirismo e doçura com os adversários seriam repetidos em 23 e 30, como procedeu, por exemplo, Flores da Cunha ao recusar receber a arma de Honório Lemos, após este cair-lhe prisioneiro. Esse espírito esteve sempre presente em Caxias, patrono do Exército, em sua ação pacificadora e em nossas lutas externas.

O que acaba de ser escrito sobre a violência inaudita em 93 fugiu à regra em nossas lutas civis e é a preciosa lição de ética militar a ser tirada, para que o Rio Grande e seus filhos dêem continuidade, em todos os campos de atividades, à sua tradição maior de Firmeza e Doçura e a transmitam aos demais irmãos brasileiros como um valor ético nacional.

E, mais, que lutem para que seja restabelecido, no brasão do Rio Grande, os amores-perfeitos, Firmeza e Doçura, que foram, sem conhecimento de causa, transformados em estrelas, contrariando o espírito dos constituintes gaúchos de 91, de adotarem toda a simbologia da República Rio-Grandense. E, por fim, que a Revolução de 93 seja objeto de estudo pela Psicologia Social e pela Psicanálise, além de o ser pela História isenta, para que se determine os mecanismos responsáveis por esta Revolução maldita ou de bárbaros, para evitar-se que elas se repitam entre nós, como está ocorrendo na Lugoslávia.

Cláudio Moreira Bento, sócio efetivo do IHGB e sócio benemérito do IGHMB



DESTAQUES DA IMPRENSA

A LEI DA VINGANÇA

Nada mais retrógrado, inútil e aviltante do que a pena de morte.

Seu efeito dissuasivo não se apóia em dados científicos: num mundo em que os criminosos se lançam ao crime como se fossem à guerra — sabendo que podem morrer a qualquer momento — a pena de morte não intimida mais do que a condenação máxima à prisão.

Ao contrário, como mostra William J. Bowers em *Morte como punição na América*, a execução parece aumentar paradoxalmente o índice de homicídios ao induzir o assassino potencial a se identificar com o Estado e ver na vítima o réu que deve ser punido e suprimido.

Para os que não se conformam com esta rejeição utilitária da pena capital — que substituiu a idéia da necessidade moral da punição — convém lembrar o argumento de Cesare Beccaria, segundo o qual a pena de morte é negativa “pelo exemplo de atrocidade que fornece aos homens”. Isto é, ela é sempre um episódio indigno, violento, macabro e auto-indulgente.

Os especialistas em criminologia e Direito Penal sabem que nos países onde havia execuções públicas as multidões, aos poucos, se acostumavam com o espetáculo, disputando os melhores lugares na hora da execução. E que frequentemente, após a execução, com o condenado ainda pendendo da forca, a turba se mantinha ali noite adentro, entregando-se a libações, orgias e desordens.

Não pretendemos discutir a satisfação pessoal do sentimento de vingança, que compreensivelmente pode vir à tona nos país de uma inocente criança abjetamente massacrada. Sustentamos, porém, que a adoção desse sentimento na hora da administração da justiça equivaleria a pregar a lei de talião, a incitar a justiça pelas próprias mãos,

a estimular os indivíduos a raciocinarem como justiceiros particulares.

Nada mais trêfego, demagógico, emotivo e politicamente arriscado do que a proposta de um plebiscito sobre a implantação da pena capital no Brasil. Questões judiciais não são passíveis de plebiscito: a hipótese de uma consulta popular contraria expressamente o artigo 60 da Constituição que, em seu parágrafo 4º, diz que a abolição dos direitos e garantias individuais não podem ser objeto de deliberações.

Não se pode transformar num passe de mágica a justiça em um tribunal popular, tornando-a sumária, emocional e draconiana. Plebiscitar a pena de morte no calor da indignação nos colocaria a um passo do linchamento legalizado. O último país a por em prática esta diabólica instituição foi a China de Mao Tsé-Tung, durante a Revolução Cultural, e seus terríveis efeitos são sensíveis até hoje.

Como já se observou, muitos direitos não podem ser levados a plebiscito, caso contrário a maioria de uma população poderia decidir pelo extermínio da minoria. Argumenta-se ainda que a pena de morte tem vigência ofensiva no Brasil, com a nefanda ação das esquadrões da morte. Seria preciso acrescentar que este tipo de execução começa pelos criminosos pobres e, depois, não passa para os criminosos de colarinho branco, mas para os inocentes pobres.

Esta diferenciação social também se verifica nos Estados Unidos, Bryan Stevenson, professor de Direito na Universidade de Harvard, sustenta, por exemplo, que a pena capital, além de não contribuir para a redução de crimes violentos, pode se tornar um perigoso instrumento de discriminação social.

Pesquisas americanas demonstram que 100% dos condenados à morte são pobres, 40% são negros e 15% de origem hispânica. É o que os ju-

ristas americanos chamam de "descaminho da justiça". Os brasileiros devem perceber o fenômeno instintivamente, pois, entre nós, os brasileiros que ganham até dois salários mínimos são os únicos a se manifestar contra a pena de morte, segundo revelou o Ibope, em 1987. Adotada a pena capital no Brasil, suas primeiras vítimas seriam certamente os mesmos usuários das nossas cadeias.

É digno de registro que a pena de morte está em recuo no mundo civilizado. A Inglaterra aboliu-a em 1964, decisão confirmada em 1987 pelo Parlamento. A última execução na França foi em 1971 e a guilhotina foi arquivada em 1981. O fuzilamento e o garrote vil sumiram na Espanha em 1975. A pena de morte foi banida da Itália em 1948, do Canadá, em 1976, da Alemanha Ocidental, em 1987. Acrescentemos que na Alemanha e na Áustria os homicídios diminuíram depois de sua abolição.

O exemplo dos Estados Unidos não é convincente. Trinta e nove dos 50 estados americanos aplicam a pena de morte e entre os campeões da sentença — Flórida, Texas e Luisiana — houve aumento de 20% nos crimes violentos, entre 1990 e 1992. Ainda assim, parte da população e grande número de políticos persistem na defesa da cadeira elétrica, da câmara de gaz, da força e das injeções por razões expressamente vingativas.

Até o século XVIII, a pena de morte teve como vungão primordial infundir o medo ao poder real. Isto muda na passagem para o século XIX, quando a suprema punição passou a ter como objetivo prevenir e impedir a execução do crime. A partir desse momento, contudo, ela nunca mais funcionou a contento, a não ser como vingança social explícita.

Se quisermos nos mirar no exemplo dos estados norte-americanos que a praticam seria preciso admitirmos, antes de mais nada, este caráter retaliatório da punição máxima. Isto em razão dos seguintes fatos apontados pelo criminalista Sutherland: a taxa de homicídios nos estados americanos que autorizam a pena de morte é o dobro da apresentada pelos que a aboliram; nas circunscrições territoriais que a aboliram, não se verificou qualquer aumento de criminalidade; na Europa, o número de homicídios é menor nos países que não adotam esse tipo de punição.

No Brasil, a pena de morte figurou nas Ordenações Portuguesas, passando para o Código Penal do Império de 1830. O Decreto republicano

774 de setembro de 1890 não a incluiu mais entre as penas, assim como o Código Penal (1890) e a Constituição da República de 1891. Daí em diante — com brevíssimos retornos no Estado Novo e no regime militar para crimes políticos e ações terroristas — ela nunca mais foi legal. E mesmo nos períodos de exceção, nunca foi aplicada.

Esta tradição estriba-se no argumento filosófico de que a aplicação de uma pena irreversível exige tribunais infalíveis e na observação sociológica de Evaristo de Moraes Filho, segundo a qual, a origem da criminalidade não está na irrecuperabilidade, mas na impunidade. Querer instituir a pena de morte no Brasil, hoje, é abominável retrocesso — é querer dar espetáculo e circo onde falta pão.

O argumento da inadaptabilidade e da irrecuperabilidade não procede: aplique-se criteriosamente medida de detenção, que deve durar enquanto não cessar a periculosidade do delinqüente. Aplique-se com exatidão o Código Penal, criem-se casas de custódia e tratamento humanos, reforme-se o sistema carcerário, acelere-se a administração da Justiça, corrija-se os absurdos abrandamentos previstos pela Lei de Execuções Penais de 1984, que reduz penas de até 30 anos a seis anos, no caso de condenados sem antecedentes criminais. E só então abra-se o debate.

É imperioso que o condenado passe efetivamente para as mãos do Estado, e não desfrute sua prisão como uma colônia de férias, com direito a televisão e telefones celulares que lhes permitem controlar seqüestros de prisões de segurança máxima. Façam com que as leis funcionem tanto para os criminosos comuns quanto para os corruptos engratados, que confundem o povo com uma falsa idéia do que seja a elite. Defina-se os crimes com mais precisão, estabelecendo, por exemplo, que o seqüestro é crime federal, passível de intervenção nos estados da federação.

Regenere-se a polícia, que deve colaborar para que suas maças podres não contaminem toda a corporação. Carros de polícia não podem andar apagados, como se fossem de marginais. Delegados não podem posar em mangas de camisa e se arrogar o papel de juizes. A polícia precisa investigar. A sociedade brasileira está decidida a investir em sua polícia. A questão é saber se a polícia está preparada para receber este investimento em salários e equipamentos?

Ao convocar um debate nacional sobre a punição ao crime, o presidente Itamar Franco não está induzindo a cidadania a escolher a pena de morte. Está apenas afirmando que a classe política não pode se eximir deste gravíssimo problema. Como católico e democrata, Itamar não é pessoalmente favorável à pena capital, está apenas abrindo uma discussão inadiável sobre violência e justiça.

Enquanto não ficar demonstrada cabalmente que a pena de morte é um meio eficaz na luta contra o crime, os homens não têm o direito de invocá-la. A sociedade, diz Beccaria, não tem o direito de vida e de morte sobre os cidadãos. Ninguém ao ingressar no estado civil, entrega à sociedade o direito sobre sua própria vida. O que cada um entrega é uma porção mínima de sua liberdade, concessão necessária à vida em sociedade.

É preciso reafirmar que, de todas as penas, a capital é a que mais se reveste do caráter de vingança. É a *lex talionis*: vida por vida. Ao homicídio ilícito, responde-se com o homicídio legal e friamente executado. Mas, como disse André Malraux, uma vida não vale nada, mas nada vale uma vida.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 12.1.93)

MUNDO ASSINA ACORDO CONTRA ARMA QUÍMICA

Com a exceção dos árabes, praticamente todos os países do mundo vão assinar esta semana em Paris um acordo histórico que proibirá a produção, estocagem e uso de armas químicas. Pelo menos 115 nações, entre elas o Brasil, estarão representadas nas cerimônias de assinatura que começam hoje na capital francesa e vão até sexta-feira. Primeiro tratado multilateral a abolir uma categoria inteira de armas de extermínio, a convenção sobre proibição de armas químicas prevê rigoroso sistema de fiscalização, que sujeitará os signatários a inspeção "a qualquer momento, em qualquer lugar", sem o direito de recusa. Para os países que não assinarem está reservado um regime de rígidas restrições no fornecimento de produtos químicos.

Nos termos do acordo, inspetores da Organização para a Proibição de Armas Químicas, nova agência a ser sediada em Haia, poderão exigir — e automaticamente obter, num prazo de 48 horas — acesso a qualquer fábrica civil de produtos químicos ou local onde um país-membro suspeite que armas químicas estejam sendo produzidas ou estocadas.

O documento define arma química como a munição ou o artefato destinado a causar a morte ou danos permanentes ou temporários a seres humanos ou a animais pela ação de produtos químicos. Cada signatário se compromete a destruir seus estoques e fábricas em 10 anos, a partir da data em que o acordo entrar em vigor — o que deverá acontecer em 1995, se até lá pelo menos 65 países tiverem ratificado a convenção. O prazo para EUA e Rússia, detentores dos maiores estoques, será de 15 anos. Por causa dos altos custos da destruição, cujo ônus caberá ao país produtor, Moscou está tentando obter ajuda financeira no Ocidente.

Apesar dos apelos dos EUA e da França, a Liga Árabe — que inclui 20 países e a Organização para a Libertação da Palestina — decidiu boicotar a convenção. O argumento da Liga é que não faz sentido controlar as armas químicas, enquanto Israel continua com seu programa nuclear intacto.

Líbia e Kuwait, no entanto, devem estar representados, mas não vão subscrever o acordo. Iraque, cujo uso de gases tóxicos contra as tropas iranianas e os curdos iraquianos na década de 1980 apressou, segundo diplomatas, a conclusão do tratado, não mandará representante. Irã, que a espionagem ocidental suspeita estar tentando produzir suas próprias armas após os ataques iraquianos, anunciou que vai assinar.

Apenas três países admitem possuir armas químicas: Estados Unidos, Rússia e Iraque. mas diplomatas europeus e americanos insistem em que cerca de 20 outros dispõem dessas armas ou têm programas para desenvolvê-las. A lista inclui nações do Oriente Médio, Ásia e África que, via de regra, costumam negar a posse de tais artefatos. A convenção é o resultado de um trabalho diplomático iniciado em 1925, com o protocolo de Genebra sobre a proibição do uso militar de gases tóxicos e asfixiantes. A intenção era evitar o emprego do gás mostarda, que tantas vítimas causara nas trincheiras da França e da Alemanha na Primeira Guerra.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 13.1.93, assinada por seu correspondente em Paris, Any Bourrier)

CIA BRIGA PARA SOBREVIVER À GUERRA FRIA.

Agência quer agir do combate às drogas até espionagem industrial

Nas últimas quatro décadas, os serviços secretos americanos viram o comunismo soviético como principal inimigo, a força sinistra por trás de todos os conflitos. Assim, o diretor da CIA, Robert Gates, surpreendeu ao declarar, para tentar evitar cortes de pessoal, que não houve grandes mudanças com o fim da Guerra Fria, acrescentando que as ameaças aos Estados Unidos não estavam em Moscou, mas no Terceiro Mundo.

"Os EUA travaram cinco guerras importantes neste século. Nenhuma contra a União Soviética. Três foram no Terceiro Mundo, contra países bem menores e muito mais pobres — Coreia, Vietnã e Iraque", advertiu Gates.

Isto dá uma idéia da batalha sobre o futuro dos serviços secretos, no momento em que o presidente eleito Bill Clinton e James Woolsey, indicado diretor da CIA, se preparam para a posse. Nos últimos anos, a CIA procura justificativas para a espionagem, do combate às drogas à proliferação de armas e à competitividade industrial americana. Críticos como o senador Daniel Moynihan a consideram "um anacronismo da Guerra Fria", argumentando que a agência perdeu a razão de existir.

Até agora, a batalha foi evitada por defensores como o presidente Bush, ex-diretor da CIA, e pelo presidente da Comissão de Informações do Senado, David Boren, antigo colega de Gates. Só que a CIA tem de provar sua utilidade não só a Clinton mas ao novo presidente da Comissão de Informações do Senado, dennis DeConcini, que propôs outros cortes orçamentários.

Um indicio da reorganização está na declaração de Clinton mês passado de que a CIA "precisa se ajustar aos novos desafios". E Woolsey, então recém-indicado por Clinton, disse minutos depois que, com o fim da Guerra Fria, "temos de fazer algumas coisas de maneira diferente". Não só

a estrutura da CIA mas toda a sua linha de ação, metodologia e maneira de pensar refletem a época em que os EUA lutavam contra o comunismo soviético.

Os possíveis cortes maciços no orçamento são frustrantes para os serviços secretos americanos, convencidos de que o fim da Guerra Fria liberou novas forças que precisam ser observadas e analisadas. Eles vêem o ultranacionalismo, o comércio mundial de armas e as novas repúblicas da ex-URSS como desafios.

Para este ano, Boren antecipou cortes de cerca de US\$ 1 bilhão no orçamento dos serviços secretos, que incluem a CIA, a Agência de Segurança Nacional, a Agência de Informações da Defesa e o Serviço Nacional de Reconhecimento. Embora a quantia seja confidencial, fontes do Congresso a avaliam em cerca de US\$ 29 bilhões neste ano fiscal, após a redução bilionária de Boren.

Gates advertiu que esses cortes não devem ser repetidos: "Quaisquer novas reduções próximas do nível deste ano diminuirão dramaticamente a capacidade dos serviços informativos americanos para manter uma cobertura global, acompanhar simultaneamente muitas situações e fornecer as informações detalhadas que nossos usuários exigem."

Independentemente do que aconteça aos orçamentos, a comunidade de informações americanas enfrentará questões mais amplas sobre o que fazer ou não no novo mundo pós-Guerra Fria:

- Até que ponto deve a CIA continuar a fazer operações secretas?

Alguns críticos argumentam que os trabalhos secretos da CIA para influenciar governos estrangeiros devem ser abandonados, agora que a União Soviética desmoronou e a agência de informações da KGB foi dissolvida. Mas outros especialistas sugerem que as operações secretas da CIA podem ser importantes para deter a proliferação de armas.

- Deve a CIA engajar-se na espionagem de firmas estrangeiras, para ajudar as companhias americanas?

A proposta dessa nova missão encontra grande resistência na CIA. Para Gates, a comunidade americana de informações "não deve entrar nem entrar na espionagem industrial". Mas algumas autoridades, empresários e congressistas acreditam que, em alguns casos, esse tipo de espionagem pode valer a pena.

"Não estou seguro de que seja importante que a General Motors ou a Ford saibam o que a Toyota

está fazendo ou que tipo de produto lançará no início do século", disse DeConcini recentemente. "Mas, se a Mitsubishi estiver construindo um novo semicondutor três gerações à frente, é importante ter uma idéia do que é isso e conseguir as informações possíveis, mesmo que sejam necessárias algumas atividades sub-reptícias."

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 17.1.93, assinada por Jimm Mann, do Los Angeles Times)

ITÁLIA RENASCE APÓS "MASSACRE PURIFICADOR" Mas ainda combate poder arrogante, burocracia, evasão fiscal, corrupção, degradação ambiental, máfias e separatismos

O que está acontecendo na Itália foi comparado a um "massacre purificador", a uma "nova reconstrução", ao parto da 2ª República, ao desabamento de um sistema político consumido pela corrupção dos homens de governo, de partidos, da economia e das finanças. Entre os protagonistas ou simples espectadores do espetáculo diariamente renovado pelas notícias de novas prisões, novas confissões, denúncias e acusações documentadas contra todos os tipos de desonestidade praticada impunemente nos últimos 45 anos pelas elites nacionais, reforça-se a certeza de que a Itália está mudando realmente. Por enquanto, ninguém ousa prever em quanto tempo se concluirá a grande mudança. A esperança da maioria é a de que, ao término, a nova Itália seja melhor, embora todos admitam que a atual fase é mais difícil do que a dos pós 2ª Guerra Mundial (1945-50).

O lúcido e brilhante cientista político Fabrizio Onida justifica: "Sobretudo porque, no caso atual, a reconstrução não é imposta por uma 'tragédia externa', mas por nossos mecanismos de autodestruição. Em 1945, lutávamos contra a pobreza nos campos, contra o analfabetismo, o atraso tecnológico, a falta de infraestrutura, o separatismo siciliano e a Guerra Fria. Em 1993, a luta da Itália é contra a evasão fiscal, a corrupção que

se transformou em costume, a degradação ambiental, a arrogância do poder político, os 'desvios' dos serviços secretos, a Máfia do Sul — que saqueia a própria terra e invade os mercados imobiliários e financeiros italianos e estrangeiros —, as tentações separatistas do Norte, o parasitismo nos serviços públicos, as tentações peronistas e a alianças estimuladas por um sistema eleitoral obsoleto. Enfim, a um conjunto de fatores que impede a administração da coisa pública."

Sobre o início dessa transição rápida e radical que a Itália vive, seus cientistas políticos não têm mais dúvida: tudo começou na noite de 24 de dezembro de 1991, quando a bandeira vermelha com a foice, o martelo e a estrela dourados da extinta União Soviética foi arriada e, em seu lugar, içaram, na torre do Kremlin, a bandeira tricolor da Rússia, ressuscitada pelo populista Boris Yeltsin.

Sem que sua velha classe política percebesse, naquela troca de bandeiras se desbloqueou a democracia italiana, que em 44 anos de Guerra Fria só foi governada pelas mesmas coalizações. Os nomes e a anatomia dos homens podiam mudar, os governos podiam durar dias, meses ou anos, o minuetto da troca de ministros podia se repetir três vezes por ano — mas não os partidos, que se chamavam sempre democracia cristã, socialista, social-democrata, liberal e republicano.

Sem bandeira vermelha, sem URSS, o "império do mal" e o urso comunista deixaram de existir. Antes da troca das bandeiras em Moscou, em Roma, o temido Partido Comunista Italiano (PCI) já recorreu à eutanásia, extinguindo-se pelas mãos de seus próprios líderes. Todas as forças que, por quase duas gerações, governaram e enriqueceram opondo-se ao comunismo externo e interno deixaram de ter função. Quem as temeu, respeitou e suportou em nome da situação estratégica do país e da segurança dos aliados ocidentais, de repente sentiu-se liberado do fardo que suportara por tanto tempo.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 17.01.93, assinada por seu correspondente em Roma, Araújo Netto)

O BRASIL E O SÉCULO XX

Entre 1900 e 1992, a economia mundial tornou-se 15 vezes maior, crescendo a uma taxa média de 3% ao ano. Economicamente, porém, o século XX só começou em 1914, quando a Primeira Guerra pôs a pique a ordem liberal vigente ao longo de mais de cinco décadas. Daquela data até 1950, o crescimento econômico mundial não ultrapassou a marca de 2,1% ao ano, aquém dos 2,8% dos primeiros 14 anos do século. Duas guerras, hiperinflações, a Grande Depressão, além de outras catástrofes político-institucionais, impediram que a economia mundial registrasse melhor desempenho.

Em contraste, o renascimento econômico que se iniciou com a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra foi marcado por um crescimento do produto global superior a 5% ao ano. Este florescimento econômico foi interrompido em 1973, com o primeiro choque do petróleo. Nos anos que se seguiram, a maior parte das nações industrializadas firmou preferência pelo combate à inflação. As políticas adotadas, bem-sucedidas nesse objetivo, desaceleraram a taxa de crescimento da economia mundial para pouco mais de 3% ao ano.

Nesses 92 anos, o Brasil andou mais rápido do que a maioria dos países. A taxa média de crescimento da economia brasileira durante o século XX tem sido ligeiramente inferior aos 5% anuais, percentagem que, acumulada, garantiu a multiplicação do PIB 80 vezes. Há 92 anos, o PIB *per capita* do Brasil correspondia à sexta parte do americano, a um quarto do alemão, a um terço do argentino, à metade do chileno e assemelhava-se ao chinês e ao indiano. Todas estas proporções modificaram-se favoravelmente ao Brasil.

O crescimento da economia brasileira, longe de ter sido uniforme, acompanhou as flutuações do crescimento da economia mundial. Na primeira metade do século, o país cresceu 4,5% ao ano. Já nos 25 anos seguintes ao fim da Segunda Guerra, a taxa elevou-se para 7,5% ao ano, reduzindo-se para 5% ao ano nas duas décadas subsequentes.

A coincidência das flutuações, entretanto, nem sempre significou sintonia política ou de diretrizes econômicas com o resto do mundo. Ao início do século, a fisionomia institucional do Brasil ainda divergiu pouco do paradigma europeu. O padrão ouro, a liberdade cambial, a presença ma-

ciça do investimento estrangeiro eram traços característicos da economia nacional.

Com a eclosão da crise de 1929, o Brasil e demais países da América Latina começaram um processo de descolamento da economia mundial. Em meados dos anos 30, o Brasil havia suspenso os pagamentos referentes a 90% de sua dívida externa. O volume de importações, restringidas pela escassez de câmbio, caíra à metade do que vigorava na década anterior. Substituí-las tornara-se imperativo. A proteção assim estabelecida à indústria doméstica, juntamente com a maior participação do estado em setores emergentes, manteve aquecida a economia brasileira, antes e durante a Segunda Guerra.

O gosto pela autarquia prolongou-se muito além do fim do conflito. O Brasil não acompanhou os cortes sucessivos que as nações mais avançadas promoveram nas tarifas alfandegárias e logo tornou-se um campeão do protecionismo. Embalado pelo pensamento estruturalista, montou uma base industrial considerável que lhe possibilitou, mais à frente, adiar o ajustamento que os choques do petróleo impuseram. Quando as fontes externas de recursos estancaram, já nos anos 80, o crescimento econômico brasileiro foi finalmente suplantado pelo crescimento do resto do mundo.

A inércia das preferências políticas e a defasagem na correção de curso das opções econômicas talvez façam parte do caráter de um país dito retardatário. Ocorre que há vantagens em se estar nesta condição. A principal delas é a criação de potencial para avanços rápidos. Esta consideração, aparentemente simplista, tem sido matéria recorrente de estudo e encontrado comprovação empírica na maioria dos casos. A mecânica do processo, como se verá, é transparente.

Enquanto os países líderes do desenvolvimento mundial, por definição, evoluem expandindo a fronteira tecnológica, os retardatários, por natureza, abrigam inúmeros focos de obsolescência. Ao absorverem novos conhecimentos, mesmo que gerados no exterior, e atualizarem tecnologicamente seu estoque de capital, esses últimos superam alguns daqueles focos. Galgam, assim, patamares de produtividade mais depressa que os líderes. Tal é, em essência, o mecanismo de aceleração do crescimento. Esse mecanismo tende a arrefecer à medida que a defasagem tecnológica entre os dois grupos de países diminui.

Evidentemente, não basta ser atrasado para que um país retardatário candidate-se ao crescimento

acelerado. Um pré-requisito essencial é aquilo que os estudiosos denominam "capacitação social". Por este conceito, um tanto difuso, entende-se a síntese entre a competência técnica adquirida e o complexo de instituições políticas e econômicas que identificam uma nação. Para que o país concretize o potencial criado pelo retardo, a "capacitação social" precisa aliar-se a fatores macroeconômicos, entre eles o grau de abertura ao exterior, o qual facilita a difusão de conhecimentos.

Nas duas últimas décadas, as oportunidades de crescimento acelerado, reservadas ao "pelotão intermediário" de países foram intensamente aproveitadas pelos asiáticos, donos de incansável fôlego poupador. A Coreia do Sul, cujo PIB *per capita*, há 20 anos, era superado pelo do Brasil em 40%, inverteu essa margem. Ultrapassagem equivalente foi conseguida por Taiwan. Nesse mesmo período, os países industrializados, particularmente os Estados Unidos, sofreram uma redução de 50% na taxa de crescimento da produtividade do trabalho, enquanto os países asiáticos, ao contrário, elevaram-na em quase 10%.

Os hiatos de renda *per capita* e de produtividade que, às vésperas do século 21, ainda separam o Brasil da vanguarda econômica internacional indicam que continua inexplorado um atraente potencial de crescimento acelerado. Filtradas as perturbações transitórias, notadamente, as de origem política ou institucional que há tempos assolam o país, não há por que desacreditar daquilo que a história com frequência já mostrou: o encurtamento das distâncias econômicas entre países líderes e países retardatários. Nem há por que esperar que para isto o século 20 tenha que completar 100 anos.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 18.1.93, assinada pelo chefe do Banco de Dados da FGV, Salomão Quadros)

A RETOMADA DE ANGRA II

Os equipamentos que faltavam vir da Alemanha para a conclusão da usina nuclear Angra II já foram desembarcados — com quase uma década de atraso em relação às previsões iniciais. Serão armazenados em área contígua ao canteiro de obras, junto com os

equipamentos produzidos no Brasil.

A decisão política de reativar as obras de Angra II ainda este ano foi tomada pelo Governo Federal; resta montar o cronograma financeiro para assegurar a continuidade da montagem. O que é fundamental; uma vez iniciada, a montagem não pode ser interrompida, sob risco de perda total.

Assim, começa a sair do limbo o programa nuclear, fato de suma importância para a economia da Região Sudeste e para o Estado do Rio em particular. Quando estiver produzindo energia elétrica a plena capacidade, em 1996 ou 97, Angra II vai faturar — considerando as tarifas atuais — mais de US\$ 250 milhões por ano, permitindo a amortização do investimento num prazo entre 15 e 20 anos. É relativamente pouco no campo da energia; note-se que a vida útil da usina é estimada em 50 anos, mas há tecnologias em desenvolvimento que poderão alongar esse tempo. A usina vai gerar mais do dobro da energia fornecida por Angra I, a custo bem inferior.

A importância das obras de Angra II não se restringe à geração de energia elétrica equivalente a 20% do consumo do Estado do Rio: ela significa também o aproveitamento de recursos humanos altamente qualificados. O Brasil chegou a formar mais de mil doutores (PhD) e mestres na área de energia nuclear, e essa mão-de-obra vinha sendo desperdiçada, em boa parte devido a preconceitos, particularmente no campo da segurança.

O bom funcionamento de Angra I, sem o registro de qualquer acidente ou atentado ao equilíbrio ecológico, tem contribuído para dissipar os temores. Curiosamente, o acidente de Tchernóbil também ajudou: as circunstâncias da tragédia na usina soviética mostram que ela só ocorreu devido à ignorância de normas de segurança consideradas elementares em outros países, entre eles o Brasil.

Em Tchernóbil, a propósito de um teste nos geradores a diesel com o reator funcionando, os próprios operadores provocaram o desastre. As barras que anulam a reação em cadeia foram postas todas de uma vez no núcleo da usina, e o grafite contido em suas interseções acelerou os neutrons, fazendo com que o reator se transformasse num vulcão. Sem paredes de contenção nem protocolos de segurança rigorosos (só o chefe da equipe de bombeiros da usina estava devidamente vestido na hora; os outros encontravam-se de

calção), o vapor radiativo atingiu a atmosfera.

Estamos muito distantes, em todos os sentidos, de Tchernóbil. O Brasil tem notas altas em todos os testes, seja na operação de Angra I e da Fábrica de Elementos Combustíveis, seja no projeto de Angra II. E é dessa forma que o programa nuclear precisa continuar: com o máximo de profissionalismo e rigorosos sistemas de segurança.

A conclusão da usina nuclear dará ao Estado do Rio maior autonomia energética, viabilizando uma série de empreendimentos industriais e comerciais. Considerando-se os problemas econômicos do estado e a crise nacional, seria realmente perigoso, a esta altura, ter medo de Angra II.

(Reprodução de editorial de O Globo, edição de 18.1.93)

UM PASSO A DOIS

Hoje, dia 22 de janeiro de 1993, cumprirá-se pela trigésima vez o aniversário de assinatura do Tratado do Eliseu por meio do qual se deu uma nova base contratual à cooperação franco-alemã desde a Segunda Guerra Mundial.

A História desse tratado atesta que se criaram e desenvolveram relações bilaterais de caráter especial. O Tratado do Eliseu tem-se convertido numa peça-chave de uma nova Europa na qual estão garantidas tanto a preservação da identidade nacional dos povos quanto a integração europeia. Os nomes dos assinantes do tratado, o então presidente francês Charles de Gaulle e o então chanceler federal alemão Konrad Adenauer, converteram-se desde então em símbolos da reconciliação franco-alemã e pioneiros de uma nova Europa. Para o general de Gaulle, o tratado "abria totalmente todas as portas de um novo futuro para a França, para a Alemanha e para a Europa". Por ocasião do seu discurso durante a concessão do Doutor Honoris Causa da Universidade de Lyon, o presidente alemão Richard von Weizsäcker destacou a importância de Adenauer e De Gaulle para seus respectivos povos: "Hoje em dia trata-se de unir a Nação com a Europa sem buscar a salvação no estado nacional delimitado. Queremos nos manter enraizados em nossa bela pátria regional e ao mesmo tempo aprender a pensar de maneira autenticamente europeia."

No tratado ambos os governos comprometeram-se a manter consultas bilaterais de política externa. Ao mesmo tempo intensificaram a cooperação no setor da política de defesa assim como nas questões ligadas à educação e juventude. Para a concretização desse tratado *sui generis* no mundo ocidental decidiu-se fazer reuniões semestrais dos chefes de governo e seus ministros exteriores, de defesa, educação e juventude. No início de dezembro de 1992 reuniram-se em Bonn o chanceler federal Helmut Kohl e o presidente francês François Mitterrand para celebrar o 60º encontro de cúpula franco-alemão.

Além dessas consultas funcionam organismos a nível governamental — por exemplo o Conselho de Defesa e de Segurança franco-alemão, o Conselho de Fazenda e Economia, ou o Conselho de Meio Ambiente criado em 1989. É, também, de importância central para as relações franco-alemãs a intensificação dos contratos e das relações entre as populações dos dois países. A peculiaridade da amizade entre a Alemanha e a França consiste em "estar sendo sustentada por uma ampla e viva adesão de ambos os povos", disse o Secretário de Estado Helmut Schiffer, do Ministério das Relações Exteriores, em 13 de dezembro de 1992, durante o ato de comemoração do aniversário de "30 anos da sociedade franco-alemã" na Mogúncia.

Pesquisas regulares nos dois países vizinhos confirmam que a proximidade e a afinidade são maiores entre alemães e franceses do que entre todos os povos da Comunidade Europeia. Bom exemplo é o grande número de cidades, distritos e comarcas-irmãs — aproximadamente 1.600, segundo dados do Conselho de Municípios da Europa — e além disso ainda existem 1.000 escolas-irmãs nos dois países. A obra juvenil franco-alemã fundada em 1963 desempenhou um papel decisivo na erradicação dos velhos fantasmas de inimizade e no incremento das relações amistosas entre alemães e franceses. Através do programa de intercâmbio dessa organização, 4,5 milhões de franceses e alemães visitaram o país vizinho até final de 1991. Somente no ano passado, 160.000 jovens viajaram através desse programa. Nenhum outro tratado contribuiu tanto para o entendimento dos povos nas décadas passadas, como o franco-alemão na Europa.

Com o término do conflito Leste-Oeste a Comunidade Europeia detém uma responsabilidade especial para com todo o continente europeu.

terlinas seria paga em duas prestações pelo Brasil. Como contrapartida, a Bolívia cedeu a parte meridional do Acre, reconhecidamente boliviana, mas povoada por brasileiros, e desistiu de seu alegado direito à outra parte do território do Norte, igualmente habitada exclusivamente por brasileiros. Com o Tratado, a nossa soberania passou a ser reconhecida sobre um território de 191.000 quilômetros quadrados.

O Bolivian Syndicate compreendeu que a sua situação passara a ser de difícil sustentação e acabou por concordar com a rescisão do contrato mediante uma compensação financeira.

A posição assumida pelo barão do Rio Branco foi genial, pois, ao contrário do que vinha sendo declarado pelo Brasil, inclusive pelo seu pai, o visconde do Rio Branco, de que o território ao norte do paralelo 10 20 pertencia à Bolívia, acolheu o argumento da parte contrária em benefício do Brasil. Dentro do processo de negociação, cogitou-se do recurso à arbitragem, idéia que contou com o apoio de Rui Barbosa, mas Rio Branco compreendeu que a mesma poderia ser prejudicial ao Brasil, além de prolongar uma questão que vinha azedando as relações entre as duas partes por uns quatro a cinco anos.

Numa apreciação retrospectiva, é lícito afirmar que a enérgica reação do Brasil contra a instalação do Bolivian Syndicate foi decisiva na preservação da Amazônia. Os exemplos ocorridos na África, onde contratos similares haviam sido assinados, resultaram na brutal destruição do meio ambiente, além de haver resultado numa posterior transformação da região objeto do contrato em colônia.

Não obstante a importância do papel do barão do Rio Branco nas duas arbitragens anteriores em Washington e em Berna, a sua atuação na questão do Acre foi mais importante, conforme ele próprio reconheceu. Houve como que uma metamorfose, pois o estudioso, o pesquisador de nossa história e geografia, cedeu ao estadista, cedeu ao titular do Ministério das Relações Exteriores, sobre quem recairia a responsabilidade na hipótese de um insucesso.

O dia 17 de novembro de 1993 merece ser comemorado, e nada mais justo do que centralizar as comemorações em Petrópolis, ou, mais precisamente, na casa onde o Tratado foi assinado e que merece ser utilizado condignamente por representar parte do nosso patrimônio histórico.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 25.01.93, assinada pelo presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva)

OS NOVOS-ANTIGOS PAÍSES DA EUROPA ORIENTAL

A noção de autodeterminação quando endossada nos 14 Pontos submetidos ao Congresso dos Estados Unidos pelo presidente Woodrow Wilson em 8 de janeiro de 1918 não era nova. Confundido com o princípio das nacionalidades, muito pesou nos movimentos de unificação da Itália e da Alemanha e passou a ter, depois de 1871, enorme influência entre os tchecos, eslovacos, eslavos do sul, poloneses, rutenos, sérvios e italianos do Império Austro-Húngaro; os búlgaros, gregos, sérvios e valáquios na Macedônia, submetida à Turquia até 1912; os poloneses, finlandeses, romenos da Bessarábia no Império Russo; ainda os poloneses, dinamarqueses e alsacianos-loreneses no Império Germânico, isto sem falar nos catalões e bascos, os noruegueses e os irlandeses.

Princípio hoje tido como indiscutível, foi considerado pelos Imperadores da Áustria e da Rússia como uma idéia *subversiva* no século XIX e no início do século XX.

Acolhido em 1918 como um princípio ético-internacional, tinha contudo um objetivo ou seja o de minar os Impérios austríaco, alemão e otomano, tanto assim que nos 14 Pontos lemos que "um reajustamento das fronteiras italianas deverá ser efetuada segundo as linhas das nacionalidades claramente reconhecíveis", que aos povos da Austria-Hungria deverá ser dado, quanto antes, a possibilidade de um desenvolvimento autônomo, que os territórios da Romênia, Sérvia e Montenegro deveriam ser evacuados e restituídos, que às regiões turcas do atual Império Otomano seriam garantidas plenamente a soberania e a segurança.

É sabido que nas discussões realizadas em Versalhes, a portas fechadas, não obstante o primeiro Ponto Wilsoniano haver proclamado solenemente que os acordos de paz seriam concluídos abertamente os grandes chegaram a conclusão de que o princípio não podia ser levado às suas últimas consequências. O resultado foi que os tratados

de paz que puseram fim à Primeira Guerra Mundial antificaram apenas as reivindicações das nacionalidades no continente europeu da Polónia até a Alsácia-Lorena e do Slevig até o Adriático, mas tão-somente na medida em que os Estados vencedores e as minorias por eles protegidas puderam ser contempladas.

No caso do Império Otomano, o princípio não foi aplicado. Os Aliados haviam proclamado que a guerra não tinha por objetivo conquistas territoriais, mas algumas das antigas províncias eram ricas em petróleo e os árabes cedo se convenceram que a sua independência teria que ficar para mais tarde. A Síria e o Líbano foram entregues pela Liga das Nações através da figura do mandato à França ficando a Inglaterra com a Palestina e o Iraque.

A recém-criada URSS, alardeando o princípio da autodeterminação, tratou pura e simplesmente de acabar com as veleidades da Ucrânia e da Geórgia que haviam proclamado a sua independência.

Em São Francisco, ficou decidido que entre os propósitos das Nações Unidas figuraria desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos países. Uma análise dos primeiros comentários da Carta das Nações Unidas nos mostra que a razão de ser da inclusão do princípio não foi explicado, tanto assim que nem chega a ser mencionado no índice remissivo dos comentários de Hans Kelsen.

Mas com o correr do tempo a auto-determinação passou a ter uma importância nunca imaginada pelos autores da Carta. Em 1960, no decorrer da XV Assembléia Geral, nada menos de 18 territórios não-autônomos adquiriram a sua independência e ingressaram nas Nações Unidas. Destes apenas Chipre não era um país africano. Os novos membros cedo demonstram a sua impaciência com a lentidão do processo de descolonização e a Rússia Soviética através da palavra de Nikita Krushev desencadeou o movimento que levaria a Organização a rever toda a sua política colonialista. O documento finalmente aprovado, submetido por 44 países africanos, proclamava a necessidade de conduzir o colonialismo a um fim rápido e incondicional, quaisquer que fossem as suas formas e manifestações. Convém notar que o que se buscava era a descolonização; a autodeterminação, isto é a consulta à vontade dos povos sob regime colonial, foi discretamente posta de lado. Aliás, cedo os países

africanos deixaram bem claro que a autodeterminação não se aplicaria aos países que já haviam alcançado a sua independência. O exemplo de Biafra é ainda bastante recente, não deixando dúvidas quanto a disposição dos países africanos de se opor a qualquer medida extracontinental.

Seja como for, levada a política de descolonização às suas últimas consequências, com o reconhecimento da independência de algumas minúsculas ilhas do Caribe e do Pacífico, tudo indicava que o princípio da autodeterminação voltaria a um quase esquecimento.

O esfacelamento da Europa do Leste veio demonstrar que a união dos países socialistas era mantida artificialmente e que os vínculos nacionais, religiosos e históricos continuam vivos e que o princípio da autodeterminação desenvolvida em torno de suas aspirações no passado continua vivo.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 01.02.93, assinada pelo Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva)

BASES PARA UMA POLÍTICA MILITAR

Em 1934 um coronel, que passará dois anos como prisioneiro de guerra na Alemanha, publicou em França um livro chamado *Vers une Armée de Métier* (Por um exército profissional). Quase foi processado pela Justiça militar. O profissionalismo que defendia ia contra todas as idéias do estado-maior, então chefiado pelo general Gamelin, antigo chefe da missão militar francesa no Brasil. Em vez de basear a defesa nacional nas fortificações da célebre Linha Maginot e nos recrutas do serviço militar obrigatório, propunha a formação de unidades blindadas de grande mobilidade, apoiadas pela aviação.

O coronel chamava-se Charles De Gaulle e o seu livro mudou a concepção da guerra moderna.

A Unicamp publicou em dezembro um livro que, guardadas as proporções, pode ter para o Brasil a importância que a obra de De Gaulle teve para a Europa. Chama-se *Bases para uma política militar* e foi escrito com franqueza e destemor, por Mario Cesar Flores, almirante e atual

chefe da SAE, Secretaria de Assuntos Estratégicos.

O estilo é duro, como o de um relatório, mas não deve desanimar quem se interessa por política e pelo futuro do país. A razão é que não esconde nada das passadas intervenções militares, que julga e explica, e aborda os temas essenciais para a construção do futuro, normalmente restritos aos especialistas e escamoteados à discussão pública.

A análise do almirante Flores sobre a nova ordem — ou desordem — internacional não traz novidades. Coincide com a maioria dos especialistas em prever um longo período de conflitos, que não recomendaria a abolição das forças armadas, a não ser que se quisesse transferir a outras potências a soberania brasileira. Assinala riscos no *apartheid* tecnológico, imposto aos pobres pelos países ricos, no conceito de patrimônio da humanidade estendido a vastas áreas, no direito que esses países se arrogam de organizar incursões em território alheio etc.

Sobre a política interna, adverte repetidamente para a possibilidade de novas intervenções militares, caso as instituições democráticas se revelem incapazes de resolver os problemas básicos do país. Escreve ele: "A disposição militar para a presença ativa na política, variável mas nunca totalmente ausente na República, perdeu vigor nos últimos cinco ou 10 anos e é discreta hoje, mas, por menos que os militares desejem, ela pode recrudesce por pressões da própria sociedade, se forem excessivos e graves os erros e insucessos das instituições do Estado democrático e de suas políticas públicas."

Ao examinar as relações entre militares e civis, Flores afirma serem elas aprofundadas apenas uma vez por ano: quando se elabora o orçamento: "Discute-se se existem ou não os recursos, mas nem a concessão se fundamenta em razões de convicção quanto à necessidade, nem a negativa é acompanhada da avaliação das suas consequências. Isso precisa ser modificado, sem o que sempre haverá alguma autonomia militar e jamais haverá apoio convencido da sociedade e das suas lideranças ao preparo militar."

A parte mais polêmica do livro são as propostas finais. O almirante Flores põe no papel pontos óbvios que, no entanto, jamais foram publicados por um militar brasileiro:

1. na guerra moderna o que importa é a densidade tecnológica das forças, cujo emprego exige

"condução estratégica unificada e a realização de operações interdependentes. Em especial, faz-se necessário equacionar alguma forma de comando ou coordenação unificada onde a interdependência é contínua, como são os casos do mar e da Amazônia". Logo, um Ministério da Defesa deve ser bem planejado, para concretizar-se a prazo médio.

2. a tecnologia moderna exige do Exército um percentual maior de soldados profissionais, inclusive para o caso de ter de intervir na manutenção da ordem interna, que "não pode estar sujeita à inexperience juvenil dos contingentes em que predominem os recrutas". Essa mudança, além de custar mais caro do que o serviço militar obrigatório, traz o risco de "concentrar o voluntariado nas regiões mais pobres, exatamente aquelas cujos jovens carecem de qualificação adequada", como já ocorre com os marinheiros.

3. a nacionalização dos equipamentos deve ser continuada, para cortar o risco de embargos em caso de necessidade.

4. as Forças Armadas custam a cada brasileiro 1/5 do que custam aos chilenos, venezuelanos e colombianos, 20 vezes menos do que aos japoneses e 50 vezes menos do que aos alemães. No entanto, o seu tamanho pode ser ainda reduzido, desde que Exército, Marinha e Aeronáutica tenham núcleos pequenos, mas tecnologicamente modernos o suficiente "para que mereçam respeito como instrumento de poder, complementados pela capacidade indispensável para o exercício de atividades de natureza não essencialmente militar".

5. finalmente, defende a superação da "síndrome dos anos 50 a 80" em relação aos serviços secretos. Acha que as Forças Armadas brasileiras, a exemplo das demais, "não podem prescindir de uma eficiente inteligência militar, submetida a controles responsáveis". E afirma ser "a melhor forma de evitar que os serviços militares tenham de se estender além de seus limites naturais é a existência de um eficiente serviço de inteligência civil". Ou seja: em vez do SNI, o FBI.

Incentivos para debates, como se vê, o livro do almirante Flores traz aos montes. E os traz de uma forma rara, como dúvidas, hipóteses abertas, propostas, o que é muito diferente de escritos anteriores, fechados em certezas, como os do general Golbery, ou do besteirol de propagandistas, como o do almirante Pena Bolto.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 10.2.93, e assinada pelo jornalista e cientista político Márcio Moreira Alves)

UM SALÃO DE CHÁ

Por que não temos (ou parecemos não ter) política externa digna do nome? Volta e meia esse tema retorna, tratado quase sempre com ar meio livresco.

A verdade é que faz política externa quem pode — ou quem precisa.

De uns anos para cá, vimos desenvolver-se a tese da integração regional (sobretudo através do Mercosul). A idéia é boa e frutífera. Avançou-se muito quando se conseguiu virtualmente liquidar um antiquíssimo contencioso Brasil-Argentina.

As pessoas que contribuíram para isso — um Oscar Camillón, pelo lado argentino, um Saraiva Guerreiro, pelo lado do Brasil — merecem todas as homenagens. Basta comparar a situação Brasil-Argentina com o binômio Índia-Paquistão para sentir a diferença.

Mas o Mercosul não esgota o assunto. Ele tem lá os seus limites específicos, geográficos e econômicos. Por que o Brasil não se projeta mais, não consegue o destaque proporcional ao seu tamanho e até ao seu peso econômico (um dos dez grandes PIBs do mundo)?

China e Índia são países que às vezes são comparados ao nosso, ou pelo tamanho, ou pela quantidade de problemas. A Índia é muito mais pobre que o Brasil, e a China também. Mas a Índia participa do debate internacional; e a China é agora um caso de "explosão" econômica surpreendente (fala-se na instalação de uma Wall Street chinesa capaz de lembrar, pelo dinamismo, a de Nova Iorque).

Há razões históricas para isso. São duas velhíssimas civilizações. A Índia faz parte da história da Inglaterra; a China foi um importante centro do movimento comunista.

Desastres também provocam notícia: a miséria da Índia, as lutas internas entre indianos, sempre merecem manchetes. A transição chinesa do maoísmo para o denguismo é, em si mesma, uma grande história.

A verdade é que esses países se habituaram a viver a história. Por aqui, estamos sempre fugindo da história. Ninguém ignora que essa fa-

mosa "história" se traduz invariavelmente em conflitos, guerras, contradições. A África do Sul é mais notícia que o Brasil; e não quereríamos ser notícia a esse preço.

Mas a lenda do gigante deitado em berço esplêndido já foi longe demais. O Brasil acostumou-se a achar que pode viver num magnífico isolamento. O isolamento não é magnífico; e chega um momento em que ele pode corromper a alma de uma nação.

Aconteceu na antiga União Soviética (e isso também é história). Um colosso em todos os sentidos, a URSS acostumou-se a viver por detrás das suas fronteiras. Quando as barreiras caíram, não havia nada que pudesse compensar a invasão da realidade.

O Brasil continua a ser, em mais de um sentido, um dos países mais fechados do mundo. O vento da competição, o desafio do fator externo, só chegam aqui depois de se quebrarem em mil obstáculos. E assim vamos levando a vidinha.

Enquanto essa mentalidade não mudar (e seria urgente mudar), a conversa da política externa acaba sempre assumindo um ar de tertúlia num salão antigo. Mesmo quando surgem pequenas tempestades como o contencioso com Portugal.

(Reprodução de editorial de O Globo, edição de 21.2.93)

MUDANÇAS DILUVIANAS

A China é o novo menino prodígio do cenário internacional, com taxas de crescimento sem paralelo no resto do mundo. Estaria, assim, conseguindo o que para outros membros do antigo bloco socialista representa, até agora, um sonho inatingível.

Chama a atenção, desde logo, a diferença entre o que acontece na China e o cenário cada vez mais escuro em que se debate a antiga URSS. Na Rússia de Yeltsin, uma pesquisa de opinião acaba de indicar que a maioria das pessoas não acredita na economia de mercado.

Isso não chega a ser surpreendente. A economia de mercado desapareceu, na União Soviética, com a revolução de 1917. Quem tivesse 20 anos naquela ocasião estaria, agora, com 96 anos. O que significa que, para a população russa, o mercado livre é uma simples referência histórica —

e, agora, um desafio com que poucos sabem lidar.

Na China, o talento para o comércio ainda estava bem vivo em 1949, quando os maoístas chegaram ao poder; e foi preciso apenas soprar um pouco as cinzas para que ele reaparecesse com uma vitalidade extraordinária.

O caso chinês, entretanto, não se parece com nenhum outro. A abertura econômica, por enquanto, acontece em zonas especiais, e apenas começa a transformar a vida das grandes cidades. Foi o que bastou para que as notícias corresse; e as mais recentes dão conta de que há inquietação no imenso interior da China: a classe agrícola, encarregada de alimentar 1,2 bilhão de bocas, acha que está ficando para trás, com a transformação que sacode o país; quer garantia de melhores preços para os seus produtos, e ameaça com um movimento de migração para as cidades.

É fácil avaliar o tamanho da ameaça: são 800 milhões de seres humanos, representantes de uma China imemorial sempre ligada à terra, que poderiam, de repente, sucumbir à atração da vida urbana (como aconteceu em todos os países — inclusive o Brasil — que atravessaram processos acelerados de desenvolvimento). O fato de que a China continua a sustentar um regime politicamente fechado, onde é preciso autorização para mudar de lugar, não constituiria garantia firme contra esse verdadeiro dilúvio humano.

Isso deveria bastar para provar que não existe um modelo universal de desenvolvimento, a ser aplicado mecanicamente em qualquer quadrante. Nos anos 30, espalhou-se por todo o mundo o evangelho da industrialização. Houve países que empenharam nisso toda a sua riqueza e energia — para se encontrarem, em seguida, num cenário de terra arrasada, e de destruturação social. Os exemplos mais dramáticos são os de diversos estados africanos surgidos com o movimento de independência dos anos 60.

Desequilíbrio entre o campo e a cidade é sinal certo de convulsão (ou no mínimo de perturbação) social. Países mais desenvolvidos e mais racionais, como a França, vão às vezes muito longe (e até ao exagero) no esforço de criar salvaguardas para aquele relacionamento.

No Brasil, sabemos o preço que foi pago por isso (sobretudo em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo). Mas o fenômeno ainda está mal estudado, e mal se começaram a descobrir antídotos para minorar os seus efeitos. O caso da China é certamente o maior laboratório de que o mundo

dispõe para a observação do fenômeno. Se a dosagem política falhar, as consequências nefastas podem assumir dimensões de apocalipse.

(Reprodução de editorial de O Globo, edição de 04.03.93)

A QUASE CATÁSTROFE

Das 25 cartas que Kennedy e Krushev trocaram entre outubro e dezembro de 1962, quando por pouco não explodiu uma guerra nuclear, mais da metade ficou até agora trancada a sete chaves. Com a liberação é afinal possível ter uma visão completa do que aconteceu. Emergem dos arquivos oficiais, abertos de comum acordo pelo Departamento de Estado americano e o Ministério do Exterior da Rússia, imagens ainda mais acentuadas de dois homens administrando quase sozinhos uma crise que poderia ter mandado o mundo pelos ares.

Um ex-assessor do comitê central do extinto PC, Fedor Burlatskiy, na época a cargo de relações internacionais, diz que Krushev atuou com "audácia e aventureirismo", cercado por poucas pessoas. Decidiu colocar foguetes em Cuba para, em última instância, fortalecer-se internamente e garantir a posse da chefia do partido. Os Estados Unidos seriam forçados a recuar em outras partes, a balança de poder se alteraria em favor da ex-União Soviética e ele continuaria entronizado, na qualidade de herói nacional.

Erro de cálculo fatal. Krushev caiu dois anos depois em boa parte devido a choques de seu individualismo com a "liderança coletiva". Kennedy foi assassinado antes. A crise dos foguetes resultou na assinatura em 1963 do tratado de não-proliferação das armas atômicas. No olho do furacão Kennedy e Krushev acabaram convencidos, talvez condenando a si próprios, de que era preciso segurar de algum modo a corrida armamentista, atenuando os rigores da guerra fria.

O terrível é a plena constatação de que todos fomos peças de um jogo a dois. De início Fidel Castro não queria saber de foguetes em Cuba. Depois de aceitar relutante, cedendo às pressões de Krushev, que falava tratar-se de operação em benefício de "todo o campo socialista", ficou contra segredos. Pedia que tudo acontecesse às claras. "Temos o direito soberano de aceitar ou não

foguetes em nosso território", esbravejava Fidel na intimidade dos gabinetes. Mas Krushev atuou às escuras. Quando descoberto e colocado contra a parede por Kennedy, deu marcha atrás sem nenhuma consulta ao dirigente cubano.

Kennedy prometeu em troca, como é dito, não invadir Cuba? Numa carta a 28 de outubro Kennedy garantiu que nem os Estados Unidos e nem os "demais países do continente" iriam em cima de Cuba, se as rampas fossem desmontadas sob inspeção da ONU. Não aceitar a presença em Cuba de fiscais internacionais talvez tenha sido o único apito de Fidel Castro no auge da briga. Mesmo assim Krushev tomou a carta de Kennedy como "firme compromisso" de não invasão, por parte de Estados Unidos e latino-americanos em geral.

Só os dois pontificavam. Era a teoria do *link*, segundo Kissinger. Qualquer acerto passando antes por Washington e Moscou. Mas, hoje, 30 anos depois, exilados cubanos na Flórida citam Kennedy para afirmar que o compromisso envolvendo Cuba não se completou. Como Fidel Castro não permitiu a inspeção da ONU, os americanos continuaram autorizados a invadir. Também o resto da América Latina, é de supor-se. Enquanto Krushev usava o "campo socialista", Kennedy assinava em nome de todos nós, embora não existissem sequer indícios de que alguém mais no continente tivesse a menor intenção de atacar Cuba.

Não foi a primeira vez que andamos metidos, ou quase, contra a nossa vontade, em briga de branco. Em 1917, a Alemanha prussiana, tentando manter os Estados Unidos ocupados em suas fronteiras, fora da Grande Guerra na Europa, convidou o México revolucionário a aliar-se a ela, como beligerante. Prometia ajuda para os mexicanos recuperarem o Texas, Arizona e Novo México. Só a descoberta da oferta, do chamado "telegrama Zimmermann", fez os americanos, que já haviam mandado tropas a Vera Cruz, cuspirem fogo na direção do México.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 15.08.92, e assinada pelo jornalista e escritor Newton Carlos)

O CORAÇÃO DO MUNDO

A futurologia não é mais a mesma depois da crise de energia dos anos 70: o petróleo desorganizou os roteiros previsíveis e desmoralizou a crença na mera projeção de tendências a partir de um mundo estável, como se nada de inesperado pudesse alterar o desenho do futuro. A partir daí, adivinhar os pontos de ruptura do sistema internacional — não suas linhas de continuidade — passou a ser o grande desafio lançado aos futurólogos.

O desafio persiste: ninguém conseguiu prever os grandes acontecimentos que marcaram os anos 80: a extensão da crise iraniana e o ressurgimento do fundamentalismo islâmico, o movimento sindical polonês e seus desdobramentos políticos, a profundidade da *perestroika*, a evolução do *apartheid*, a queda do muro de Berlim e a munição alemã, a guerra do Iraque, a liquidação da Guerra Fria, o desmembramento da URSS e o fim do comunismo. Tudo no espaço de uma dúzia de anos.

Mas nem por isso os analistas de plantão desistem de tentar adivinhar quais serão os países, ou conjunto de países, que vão dominar o mundo no século 21. As previsões neste ponto divergem, mas há algo em comum: todas as projeções tomam como ponto de partida um declínio relativo do império americano.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, o mercado americano era nove vezes superior ao inglês, na época o segundo em importância. Os EUA eram os primeiros no campo tecnológico; seus trabalhadores eram os mais bem preparados do mundo, graças ao ensino público de massa, obrigatório e de alto nível; seus *managers* eram os mais competentes. A riqueza americana era quatro vezes superior à alemã e 15 vezes à japonesa, o que permitia às empresas *made in USA* se beneficiarem de um gigantesco mercado que amortizava seus produtos com grande rapidez.

Os Estados Unidos viviam como a China de cinco séculos antes, protegidos por uma espécie de grande muralha que, em pouco tempo, começaria a apresentar trincas preocupantes. Em menos de meio século, os americanos foram perdendo todas as vantagens que faziam de sua economia uma fortaleza inexpugnável. Segundo os historiadores, as "virtudes tradicionais" da América perderam a têmpera de outrora. Este diagnóstico consegue unanimidade.

Mas o debate sobre os herdeiros do cetro americano divide os especialistas. Os discípulos do historiador francês Ferdinand Braudel, por exemplo, acham que o futuro pertence aos ribeirinhos do oceano Pacífico — região que vai de uma Califórnia niponizada aos tigres asiáticos e à China e que será dominada pelo Japão. Depois de pulsar em Veneza, Gênova, Amsterdã, Londres e Nova Iorque, o "coração do mundo" se deslocaria para Tóquio. É o que acredita também Alvin Toffler: "A aliança dos Estados Unidos com o Japão fará da Europa uma anã."

Esta não é, entretanto, a opinião do economista Lester Thurow, uma das estrelas do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Segundo ele, é a Europa e não o Japão quem vai dar as cartas no próximo século. Assim como a queda do muro de Berlim marcou o fim do velho conflito entre o capitalismo e o comunismo, diz, a integração do Mercado Comum, em janeiro de 1993, assinala o advento de uma nova competição econômica — a entrada num novo século e num novo milênio. A partir deste dia, Thurow sustenta que os Estados Unidos se tornarão, pela primeira vez em 100 anos, a segunda potência econômica do mundo.

Thurow acredita que estamos ingressando numa fase diferente da que garantiu a prosperidade das economias ocidentais e da supremacia americana, estabelecida na base do acordo de Bretton Woods no que se refere às questões monetárias e do GATT em relação às questões comerciais. Ao adotar a moeda única, a Europa enterrará definitivamente a era Bretton Woods. Integrando suas economias, a Europa passará um certificado de óbito a um acordo já moribundo.

Bruxelas, portanto, passaria a abrigar o "coração do mundo". E à medida que a Europa harmoniza suas legislações internas, estabelece as

condições de adesão para terceiros países e de associação para outros, como a Suíça ou a Tcheco e Eslováquia, o velho continente estará fixando as regras do jogo do próximo século. Estas regras terão valor universal, pois, de acordo com Thurow, "É uma velha lição da história que as regras do comércio são estabelecidas pelos que controlam o acesso ao mais vasto mercado".

No mapa-mundi do século 21 desenhado por Thurow, teremos um grande mercado asiático onde o Japão se limitará a utilizar a Sibéria oriental como fornecedor de matérias-primas e a China como mercado consumidor para seus manufaturados. A Europa, inversamente, se tornará um vasto mercado de 850 milhões de habitantes, rico em recursos humanos, em matérias-primas e em capitais, pois vai englobar os países do Leste e as antigas repúblicas do antigo império soviético.

É algo muito além da "Europa do Atlântico aos Urals" do general De Gaulle. Mas principalmente — e aí reside sua força — esta Europa será um continente verdadeiramente integrado. Não se trata da constituição de uma simples zona de livre comércio, mas de uma área de solidariedade econômica, financeira, social, cultural e política. E que assimilará os países que formavam o bloco comunista para não ser submergida por um fluxo de imigrantes proveniente de seu flanco menos desenvolvido.

Lester Thurow aposta que a Europa será capaz de operar esta absorção. Não porque os europeus sejam particularmente inteligentes ou bonzinhos, mas por que eles não têm opção. Para proteger Paris, Londres ou Frankfurt dos poloneses e húngaros, os europeus ocidentais farão o que a boa estratégia lhes recomenda. Quem viver em 2100, verá.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 07.09.92)

REVISTAS MILITARES BRASILEIRAS

A DEFESA NACIONAL

uma tradição em informação e cultura. Os temas tratados são importantes para a realidade brasileira e relacionados com os seguintes aspectos: Política - Geopolítica - Estratégia - Estudos Históricos, Jurídicos e Sociais - Administração - Economia e Finanças - Técnicas e Ciências Militares - Educação.

Assinatura anual
Cr\$ 180.000,00
até 30 Set 93

Formato 23 x 15,5cm
Periodicidade trimestral



REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Esta edição tem por finalidade não somente contribuir para o aperfeiçoamento dos quadros do Exército, mas também oferecer à sociedade brasileira artigos diversos relacionados com a cultura e a história militar. A REB proporciona ainda aos seus leitores oportunidade de acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico da indústria militar brasileira.

Assinatura anual
Cr\$ 180.000,00
até 30 Set 93

Formato 28 x 21 cm
Periodicidade trimestral

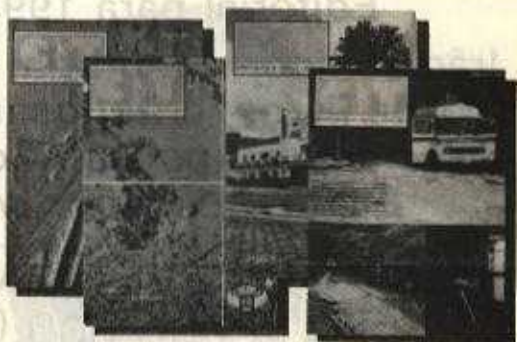


REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Periódico técnico destinado à publicação de artigos, teses e noticiários relacionados à pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico de interesse do Exército Brasileiro e da Segurança Nacional.

Assinatura anual
Cr\$ 180.000,00
até 30 Set 93

Formato 28 x 21cm
Periodicidade trimestral



CIRCULAÇÃO:

As revistas são distribuídas por mala direta aos assinantes domiciliados em todo o Brasil e no exterior, às quinquês da Marinha, Exército e Aeronáutica, Casa Militar da Presidência da República, entidades e organismos públicos, associações culturais e sociais, empresas, indústrias e grandes bancos; cobrindo assim os principais setores sócio-político e cultural do nosso país.

Biblioteca do Exército

Seja receber em meu endereço as revistas assinaladas abaixo. Para tanto, envio o cheque nº _____

Banco _____ Agência _____ no valor de _____

Enviado à Biblioteca do Exército.

Nome: _____

Endereço: _____

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO - Pça Duque de Caxias, 25 - Palácio Duque de Caxias, 3º andar
Marcelo Dias - CEP 20.221-260 - Rio de Janeiro-RJ - Tels.: (021) 253-4637 e 253-7535.

- ☐ A DEFESA NACIONAL
- ☐ REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO
- ☐ REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TRANQUILIDADE

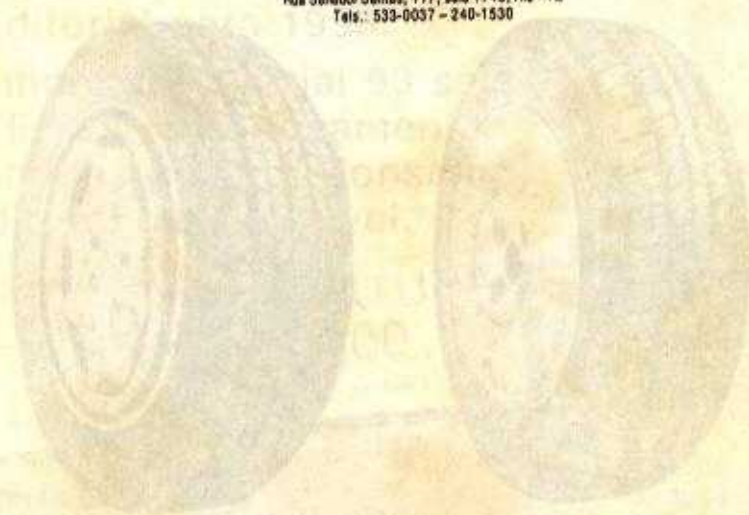
É O QUE VOCE
CONQUISTA QUANDO
SE ASSOCIA AO GBOEX



TALENT'S

PRODUÇÕES
GRÁFICAS E
PUBLICIDADE
LTDA.

Rua Senador Dantas, 117, sala 1743, Rio - RJ
Tels.: 533-0037 - 240-1530



Firestone

A VIDA RODA MELHOR NUM FIRESTONE



Como construir até bancos de praça sem ter que esperar sentado.

Que argamassa armada é a mistura de cimento, areia e tela de aço muita gente sabe. Que as construções feitas de pré-moldados em argamassa armada têm um custo e um prazo muito menores do que os das obras convencionais também é do conhecimento de muitos.

Mas o que pouca gente sabe é que a Riocop, pioneira no Brasil no uso dessa tecnologia, é líder também na América Latina. Pois é. Ela é a primeira em volume de produção de argamassa armada e a única a fabricar a própria tela que utiliza nos pré-moldados. Mas não fica só nisso. A Riocop, dentre as empresas de seu setor, é a que

detêm a mais avançada tecnologia e o melhor controle de qualidade da produção.

Hoje a Riocop está estruturada para realizar todas as etapas de construção — projeta, fabrica a argamassa, transporta, monta e faz até os acabamentos — com acompanhamento de computadores, e com sua avançada tecnologia pode, inclusive, instalar fábricas em outros lugares do Brasil.

Da próxima vez, antes de construir, entre em contato com a gente. Além das vantagens já conhecidas, você vai colocar sua obra nas mãos de uma empresa cuja tecnologia faz a América Latina se curvar.

R GOVERNO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

RIOCOP

FABRIL DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS PARA O

BR 111 km 100 - Rodovia Rio-Janeiro, S/N - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ 22251-900 - Tel: (21) 384-4500 - Fax: (21) 384-4505

Auto-Atendimento Bradesco. Mais de 60 mil terminais em todo o País



PARA VOCÊ ESTAR SEMPRE COM A GENTE

Em 1970, quando o Bradesco lançou a primeira máquina pagadora no País, o S.O.S. Bradesco, ainda nem se falava em auto-atendimento bancário. Hoje, o Cliente Bradesco pode contar com mais de 60 mil terminais de computador para os seus depósitos, saques, aplicações e resgates.

consulta de saldos, pagamento de contas, transferência de fundos, obtenção de extratos e até retirada de talões de cheques. Parece até ironia, mas o Bradesco montou o mais amplo e completo sistema de auto-atendimento do País, justamente para que os seus clientes nunca estejam sozinhos.



BRADESCO